

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES**  
**POLÍTICAS**

Márcio Gomes Damartini

**A VIGILÂNCIA DA POLÍCIA POLÍTICA AOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO**  
**DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO ESPÍRITO SANTO (1973-1981)**

Dissertação de Mestrado

Vitória  
2016

Márcio Gomes Damartini

**A VIGILÂNCIA DA POLÍCIA POLÍTICA AOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO  
DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO ESPÍRITO SANTO (1973-1981)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes.

Vitória  
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

D154v Damartini, Márcio Gomes, 1973-  
A vigilância da polícia política aos trabalhadores em  
educação da rede estadual de ensino do Espírito Santo (1973-  
1981) / Márcio Gomes Damartini. – 2016.  
175 f.

Orientador: Pedro Ernesto Fagundes.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal  
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Espírito Santo (Estado). Delegacia de Ordem Política e  
Social. 2. Polícia política. 3. Professores - Espírito Santo (Estado)  
- História. 4. Brasil - História - 1964-1985. I. Fagundes, Pedro  
Ernesto. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de  
Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

---

# A VIGILÂNCIA DA POLÍCIA POLÍTICA AOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO ESPÍRITO SANTO (1973-1981)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Área de concentração: História Social das Relações Políticas.

Aprovada em: 03 /10 /2016.

## COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes (Orientador)

Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Vitor Amorim de Angelo (Membro Externo)

Universidade de Vila Velha

---

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira (Membro Interno)

Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Patrícia Maria da Silva Merlo (Membro Interno Suplente)

Universidade Federal do Espírito Santo

*À professora Myrthes Bevilacqua corradi e tantos trabalhadores e trabalhadoras m  
educação que deram e dão sua inestimável contribuição para a educação capixaba.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço pelo apoio recebido de toda a família e de forma especial à minha esposa Valéria que me incentivou desde o início.

Ao orientador Pedro Ernesto Fagundes, pela oportunidade de ampliar o meu conhecimento, bem como pela disponibilidade e objetividade na orientação.

Aos professores Vitor Amorim de Ângelo e Ueber Oliveira pelas sugestões e críticas que contribuíram imensamente para a realização deste trabalho. Aos professores e professoras que ministraram as disciplinas no Mestrado, bem como a todos os colegas da turma 2013/1 do Mestrado em História.

Agradeço também ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas e aos Departamentos de Ciências Sociais e Educação.

Agradeço a todos os funcionários do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), pela disponibilidade e pela colaboração, especialmente a Tiago de Matos Alves.

Ao “companheiro” Fernando que primeiro me incentivou.

Ao Governo do Espírito Santo pela licença remunerada durante todo o período do Mestrado.

A FAPES pela concessão da Bolsa Servidor Mestrado.

A Policial Civil Andréia pela confiança no empréstimo do livro sobre a Polícia Civil.

Ao revisor Roberto Barros por tamanha solicitude na revisão deste trabalho.

*A amorosidade de que falo, o sonho pelo qual brigo e para cuja realização me preparo permanentemente, exigem em mim, na minha experiência social, outra qualidade: a coragem de lutar ao lado da coragem de amar. “ Não é, porém, a esperança de cruzar os braços e esperar. Movo-me na esperança enquanto luto e, se luto com esperança, espero”.( Paulo Freire)*

## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar se houve a vigilância da Polícia Política Capixaba sobre os trabalhadores em educação da rede estadual de ensino do Espírito Santo. Na análise da documentação, disponibilizada no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), podemos verificar que os professores da rede estadual foram vigiados pelos órgãos de repressão. Utilizamos como recorte o período de 1973 a 1981, quando a União dos Professores do Espírito Santo (UPES) foi coordenada pela professora Myrthes Bevilacqua Corradi. Para atingir o objetivo proposto, dividi o trabalho em três pontos: quem vigiou, quem foi vigiado e como se deu essa vigilância. No primeiro momento, foi feito um resgate histórico do processo de organização e institucionalização da Polícia Política no Brasil e no Espírito Santo, ou seja, como se deu a organização da rotina, dos procedimentos e principalmente dos agentes para vigiar quem subvertia a ordem estabelecida, destacando como foi pensado e organizado o maior aparelho repressivo já visto na História do Brasil e do Espírito Santo. No segundo momento, resgato o início da organização docente capixaba, em 1958, até chegar ao final da década de 1970. Durante esse período ocorre um gradativo distanciamento da organização docente do poder público, devido ao não cumprimento das promessas feitas ao magistério pelo governo militar. Esse afastamento, materializado nas grandes assembleias realizadas na Escola do Carmo, mereceu uma intensa vigilância da Polícia Política. O auge da ação dos órgãos de repressão aconteceu no período de junho de 1981, quando o magistério capixaba entra em greve. Todo esse processo significou a coleta e a produção de mais de 700 páginas de documentos que hoje se encontram guardados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

Palavras-chave: Trabalhadores em educação; Espírito Santo; Delegacia de Ordem Política e Social; Polícia Política; subversão da ordem



## ABSTRACT

This paper aims to examine whether there was surveillance Police Capixaba policy on workers in education from state schools of the Espírito Santo. In the analysis of the documentation, available at the Public Archives of the State of Espírito Santo (APEES). We can see that the teachers of the state were monitored by organs of repression. We use to cut the period between 1973-1981, when the Union of Teachers of the Espírito Santo (UPES) was coordinated by teacher Myrthes Bevilacqua Corradi. To achieve this purpose, divided the work into three points: who it watched, who was watched and how did it go this surveillance. At first, a historical of the Political Police organization and institutionalization process in Brazil and the Espírito Santo was made, in other words, how gave routine and organization, procedures and especially the agents to monitor who subverted the established order, highlighting as it was planned and organized the most repressive apparatus ever seen in the history of Brazil and of the Espírito Santo. In the second time, redeem the beginning of capixaba teaching organization in 1958, until the end of the 1970s. During this period there is a gradual distancing of the teaching organization of public authorities, failure to comply with the promises made to the Magisterium by the military government . This departure, materialized in large meetings held in the Carmo School, received an intense surveillance of Political Police. The height of the action of the organs of repression took place from June 1981, when the Capixaba teaching goes on strike. This entire process has meant the collection and production of more than 700 pages of documents that today are stored in the Public Archives of the State of Espírito Santo (APEES).

Keywords: Workers in education; Espírito Santo; Police Station Policy and Social; Police Policy; subversion of order.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC Paulista	Santo André, São Bernardo dos Campos e São Caetano
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ADUFES	Associações dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo
AESI	Assessoria Especial de Segurança e Informação
AI	Ato Institucional
AIB	Ação Integralista Brasileira
ALES	Assembleia Legislativa do Espírito Santo
ALN	Aliança Libertadora Nacional
APEES	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
APEOESP	Sindicado dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APOEMES	Associação de Professores Oficiais de Ensino Médio do Espírito Santo
ARENA	Aliança Nacional Renovadora
ASI	Assessoria de Segurança e Informações
ASUFES	Associações dos Servidores da Universidade Federal do Espírito Santo
ATICI	Assessoria Técnica para Informações e Contra Informações
BC	Batalhão de Cavalaria
BI	Batalhão de Infantaria
CAPO	Comissão Aberta dos Professores de Oposição
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CECI	Casa do Estudante de Cachoeiro de Itapemirim
CEE-ES	Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo
CENIMAR	Centro de Informações de Marinha
CIE	Centro de Informações do Exército
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica

CISP	Corpo de Investigação e Segurança Pública
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos no Brasil
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
COPAV	Conselho Pastoral da Arquidiocese de Vitória
CPB	Confederação dos Professores do Brasil
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPPB	Confederação dos Professores Primários do Brasil
CUT	Central Unica dos Trabalhadores
DA	Diretório Acadêmico
DACBM	Diretório Acadêmico do Centro de Biomedicina
DACCJE	Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEOPS	Delegacia Especializada de Ordem Política e Social
DER	Departamento de Estradas e Rodagens
DES	Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo
Desps	Delegacia Especial de Segurança Política e Social
Detran	Departamento Estadual de Trânsito
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOI	Destacamentos de Operações de Informações
DÓI-CODI	Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
DPF	Departamento da Polícia Federal
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
DSI	Divisão de Segurança e Informação

DSN	Doutrina de Segurança Nacional
DSND	Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento
EAMES	Escola de Aprendizes Marinheiros do Espírito Santo
ENCLAT	Encontro das Classes Trabalhadoras do Espírito Santo
ES	Espírito Santo
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
Findes	Federação das Indústrias do Espírito Santo
FMP	Frente de Mobilização Popular
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
ICM	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
INOCOOPES	Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Espírito Santo
INPC	Índice Nacional dos Preços ao Consumidor
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPMs	Inquéritos Policial-Militares
LDB	Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LSN	Lei de Segurança Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
ME	Movimento Estudantil
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de outubro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PC	Polícia Civil

PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PREMEM	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SEDU	Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo
SIE	Superintendência de Investigações Especiais
SII	Serviço de Investigações e Informações
SINDIUPES	Sindicato dos Professores do Estado do Espírito Santo
SISNI	Sistema Nacional de Informações
SNI	Sistema Nacional de Informação
SSP	Secretaria de Segurança Pública
STM	Superior Tribunal de Justiça Militar
TPF	Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP)
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UEE	União Estadual dos Estudantes
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UNE	União Nacional dos Estudantes
UPES	União dos Professores do Espírito Santo
UPPES	União dos Professores Primários do Espírito Santo

## SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO . . . . .	16
1	<b>A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍCIA POLÍTICA NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO . . . . .</b>	22
1.1	O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍCIA POLÍTICA NO BRASIL . . . . .	23
1.1.1	<b>A Institucionalização da Polícia Política: Uma Nova Polícia Para Um Novo Tempo . . . . .</b>	26
1.1.1.1	Os Ajustes Para o Cumprimento da Missão: a Manutenção da Ordem	27
1.1.2	<b>O Governo Vargas e o Uso da Máquina Repressora . . . . .</b>	30
1.1.2.1	A Perseguição aos Subversivos: A Tarefa da Polícia Política . . . . .	31
1.2	O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍCIA POLÍTICA NO ESPÍRITO SANTO . . . . .	34
1.2.1	A LEI Nº 719/1953 . . . . .	39
2	<b>... E A MÁQUINA REPRESSORA FUNCIONA A TODO VAPOR . . . . .</b>	41
2.1	A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E O COMBATE AO INIMIGO INTERNO . . . . .	42
2.2	O ANTICOMUNISMO: PRINCIPAL FATOR PARA A QUEDA DE JANGO	45
2.3	O GOLPE MILITAR E A REPRESSÃO NO BRASIL . . . . .	47
2.3.1	<b>O Primeiro e o Segundo Ciclo de Repressão: Do Golpe Militar ao AI-5 . . . . .</b>	49
2.3.2	<b>Terceiro Ciclo de Repressão - 1969 a 1973 . . . . .</b>	52
2.3.2.1	A Luta Armada e a Institucionalização da Tortura . . . . .	54
2.3.3	<b>O Período de 1974 a 1984 . . . . .</b>	55
3	<b>A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO NO ESPÍRITO SANTO</b>	59
3.1	A AÇÃO DO APARATO REPRESSIVO NO ESPÍRITO SANTO . . . . .	61
3.1.1	<b>O Aumento da Repressão a Partir da Atuação do SNI . . . . .</b>	61
3.1.2	<b>Memórias Reveladas: o Divisor de Águas . . . . .</b>	64
3.1.3	<b>Modus Operandi da Polícia Política: a Prática Cotidiana de Vigilância . . . . .</b>	66
3.1.3.1	A Rotina e o Papel dos Agentes . . . . .	66
3.1.3.2	Os Principais Alvos do Aparato Repressivo . . . . .	70
4	<b>O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO ESPÍRITO SANTO . . . . .</b>	74

4.1	O GOLPE MILITAR E A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO . . . . .	79
4.1.1	<b>Lecionar no Interior: Um Estágio para a Vida Toda</b> . . . . .	81
4.2	AS REFORMAS EDUCACIONAIS E O NOVO PERFIL DO PROFESSORADO BRASILEIRO: DO SONHO DA PROFISSIONALIZAÇÃO AO PESADELO DA PROLETARIZAÇÃO . . . . .	85
4.2.1	<b>As Leis Nº 5.540/68 e Nº 5.692/71: A Promessa de Profissionalização do Magistério</b> . . . . .	87
5	<b>A UPES SOB A PRESIDÊNCIA DE MYRTHES BEVILACQUA CORRADI</b> . . . . .	90
5.1	PRIMEIRO MANDATO (1973-1977): O DESAFIO DE CONSTRUIR UMA ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES CAPIXABAS . . . . .	94
5.1.1	<b>Memorial: Documento para Lembrar o que o Governo Queria Esquecer</b> . . . . .	95
5.1.2	<b>As Visitas ao Interior do Estado</b> . . . . .	96
5.1.3	<b>Estatuto do Magistério: A Longa Novela Pelo Direito a Carreira</b> . . . . .	97
5.1.4	<b>A Luta Pelos Direitos nas Esferas Administrativa e Jurídica</b> . . . . .	100
5.1.5	<b>Os Monitores: Os Grandes Demandantes Contra o Estado</b> . . . . .	102
5.1.6	<b>A Falta de Concurso de Ingresso: Uma Política de Estado?</b> . . . . .	104
5.1.7	<b>O Arrocho Salarial e a Saída dos Professores da Classe Média Para a Classe Baixa</b> . . . . .	105
5.1.8	<b>A Rede de Serviços e as Conquistas do Magistério</b> . . . . .	108
5.1.9	<b>A Influência Política na Educação</b> . . . . .	110
5.1.10	<b>Uma Mulher Contra a Política do Medo</b> . . . . .	113
5.2	INÍCIO DO SEGUNDO MANDATO: A TENSÃO CONTINUA . . . . .	114
5.2.1	<b>(...) E os Professores Continuam se Afastando do Governo</b> . . . . .	117
5.2.2	<b>Assembléia Geral Permanente: Um Ato Político da UPES</b> . . . . .	120
5.2.3	<b>A Volta do Diálogo da Categoria com o Governo</b> . . . . .	124
6	<b>A VIGILÂNCIA DA POLÍCIA POLÍTICA SOBRE OS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO ESPÍRITO SANTO</b> . . . . .	128
6.1	1979: O INÍCIO DA VIGILÂNCIA AO MAGISTÉRIO CAPIXABA . . . . .	130
6.1.1	<b>A Assembleia do Dia 30 e seus Desdobramentos</b> . . . . .	132
6.1.2	<b>A Vigilância aos Monitores</b> . . . . .	135
6.1.3	<b>O Confrontamento da Esquerda Sob os Olhos da Direita</b> . . . . .	138
6.2	ANO DE 1980: A PREPARAÇÃO PARA O EMBATE . . . . .	143
6.2.1	<b>Articulação dos Professores Capixabas a Nível Nacional</b> . . . . .	144
6.2.2	<b>A Continuidade da Luta Pelos Direitos</b> . . . . .	146
6.3	1981: A INTENSA VIGILÂNCIA AOS EDUCADORES EM GREVE . . . . .	150

6.3.1	<b>A Unificação da Sociedade em Favor dos Professores</b> . . . . .	152
6.3.2	<b>A Greve de Todos os Professores Capixabas</b> . . . . .	156
6.3.2.1	E tem Início a Greve do Magistério Capixaba . . . . .	158
6.3.3	<b>O Processo Eleitoral da UPES</b> . . . . .	168
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> . . . . .	172
	<b>Referências</b> . . . . .	176
	<b>ANEXOS</b>	180
	<b>OUTRAS FONTES PESQUISADAS</b> . . . . .	181



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar se houve vigilância da Polícia Política sobre os trabalhadores em educação da rede estadual de ensino do Espírito Santo. Para confirmar essa hipótese, foram analisados os documentos constantes no arquivo da Polícia Política Capixaba. Essa documentação, fruto de uma rotina de vigilância durante boa parte do século XX, foi transferida para o APEES na década de 1990. Contudo, para SILVA (2009, p. 106), somente a transferência não garantia o pleno acesso à informação, previsto pela Constituição de 1988, em seu artigo 216, parágrafo 2º. Para o autor, era necessária uma mudança na forma de gerir os arquivos visando facilitar o acesso do usuário às informações demandadas, ou seja, um processo que garantisse a total disponibilização dos acervos para o público em geral. No caso do Espírito Santo, somente a partir de 2008, com a parceria institucional feita entre o Arquivo Público Estadual e o Arquivo Nacional, esse direito começou a se materializar. Desse modo, após analisarmos os documentos podemos afirmar que houve vigilância da Polícia Política sobre os educadores capixabas no período de 1973 a 1981, quando a União dos Professores do Espírito Santo (UPES) foi coordenada por Myrthes Bevilacqua Corradi. É importante destacar que mesmo as ações mais secretas produzidas no período de exceção, foram registradas.

De acordo com RODRIGUES e SILVA (2001, p. 180), esse registro documental está inserido numa concepção weberiana, que pressupunha o registro, quase sempre detalhado, assinado pelas pessoas autorizadas por esse mesmo Estado a agir em seu nome, acabando por gerar, segundo os autores, uma situação paradoxal, pois ao mesmo tempo em que os arquivos são depositários de uma memória seletiva, oficial, podem acabar dando voz ao que deveria ser esquecido, acabando por ser tornar um elemento desestabilizador dessa memória eleita. Na documentação analisada, cerca de 600 páginas fora o dossiê individual da presidente, com 150 páginas, fica bastante claro a intensidade da luta dos educadores capixabas pelos seus direitos e como essa ação chamou a atenção dos órgãos da repressão, tornando os professores o grupo que mais teve material coletado pela Polícia Política.

FAGUNDES (2012, p. 15) aponta que o desafio, em relação aos documentos dos antigos órgãos de repressão, é a sua utilização, pois eles foram produzidos por agentes do Estado e encontram-se no Arquivo Oficial. Devido a sua singularidade, ficava difícil enquadrar esses materiais nas novas metodologias historiográficas, pois se tratava de fontes produzidas a partir da violência. Desse modo, a utilização desse material só foi possível com a ampliação do conceito e a problematização que essa fonte necessitava. Os documentos coletados e produzidos pela Polícia Política Capixaba, e disponibilizados no APEES, são a principal fonte desse trabalho acadêmico. Os

arquivos referentes aos anos de 1979 e 1980, estão arquivados no APEES Nível 1 (Fundo) – DES – Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo Série 05 – Movimento Estudantil Subsérie 03 – Investigação de Professores, Estudantes e Instituições de Ensino Secundarista e Técnico no Espírito Santo, dossiê 13, da caixa 20, com o título Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980. Os documentos oriundos da vigilância ao magistério em 1981 estão arquivados no dossiê 14, da caixa 20, com o título Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981, e no dossiê 15, da caixa 20 com o título Manifestações dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorridas no ano de 1981: Ato Público de 1º de maio e Eleições, realizados pela União dos Professores do Espírito Santo (UPES).

Segundo o pesquisador, um dos responsáveis pela organização e disponibilização dos documentos produzidos pelos agentes capixabas, fica bastante claro, nas pesquisas com a documentação existentes nos arquivos, que havia uma prática cotidiana de controle exercido pela Polícia Política. Essa vigilância diária durou décadas, sendo a marca principal desse período o combate à todas as manifestações contrárias ao discurso ordenador. Sendo assim, se torna evidente que o trabalho desenvolvido se tornou, de acordo com HORTON e HUNT (1980, p. 146), sistemático e previsível, ou seja, foram encontrados meios de atribuir responsabilidade a diferentes funcionários, formular padrões de comportamento, manter a lealdade dos participantes e desenvolver métodos de lidar com outras instituições. Segundo os autores, quando certas atividades se tornaram meios padronizados, rotinizados, esperados e aprovados para atingir metas importantes, esse comportamento foi institucionalizado. De acordo com FAGUNDES (2012, p. 17), com a organização dos dossiês existentes no APEES podemos traçar ou vislumbrar como era essa rotina.

O primeiro passo era a apreensão dos impressos. Posteriormente havia a solicitação da operação de vigilância, observação do evento, elaboração do relatório por agentes do DOPS/ES, abertura de ficha dos suspeitos e envio de todo o material para dossiê específico. O destino desta linha de produção de informações eram os arquivos dos órgãos de segurança. Toda essa rotina de trabalho dependia de pessoal qualificado e bem treinado para funcionar a contento. Como em algumas operações os agentes trabalhavam infiltrados nas organizações investigadas, as ações sigilosas e a discrição nas operações eram bastante enfatizadas, tanto que os agentes eram orientados a adotar nomes de guerra, sempre andar à paisana e evitar cortar o cabelo no estilo militar. De acordo com FAGUNDES (2011, p. 25), um ponto a se destacar é sobre um dos princípios elementares do *modus operandi* da Polícia Política: o sigilo. Contudo, em algumas situações a ação dos policiais não era satisfatória. Um exemplo de ação não exercida de forma correta foi à vigilância de uma assembleia de professores da rede estadual de ensino do Espírito Santo, acontecida em 1979, quando o agente

responsável por fotografar o evento foi descoberto e o chefe da operação teve que intervir para que não acontecesse algo pior.

O pesquisador destaca que outra característica da ação da Polícia Política foi à adaptação do *modus operandi* do DOI-CODI para cada região. Os comandantes, que geralmente eram os representantes das Forças Armadas, poderiam requisitar e atuar com agentes da Polícia Militar, Polícia Federal e do DOPS, sendo que os interrogatórios eram realizados nas dependências do então 3º Batalhão de Cavalaria (BC), atual 38º Batalhão de Infantaria (BI). Nos documentos analisados, fica bastante claro que a vigilância aos trabalhadores em educação da rede estadual de ensino do Espírito Santo era feita através de uma rede que envolvia os órgãos citados acima trocando informações não somente dentro do estado. No caso da pessoa que foi acusada de tentar tomar a câmera fotográfica do agente da Polícia Política, o professor Tadeu, o DOPS /ES solicitou e obteve várias informações dos órgãos de repressão do estado de São Paulo.

O autor aponta que o fato a ser destacado, em todo esse processo de levantamento de informações, era o ato de carimbar. Essa ação representava bem mais do que um ato burocrático. No que tange a dimensão material, o carimbo servia para identificar o grau de importância, urgência e periculosidade do objeto de investigação. Por outro lado, simbolicamente, receber um carimbo dos agentes da repressão significava a estigmatização de certos grupos ou “elementos”. Se uma entidade ou indivíduo tivesse o material de propaganda apreendido, era um indicativo de que as informações coletadas seriam “socializadas” entre os vários órgãos de segurança, e as pessoas investigadas possivelmente seriam rotuladas de subversivas.

Além da documentação disponibilizada no APEES, outra fonte de pesquisa foram livros e artigos, principalmente para a escrita dos três primeiros capítulos, com destaque para a livro “Polícia Civil, A Guardiã da Ordem Pública”, que contou a história dessa instituição no Espírito Santo. Esse resgate foi importante, visto que a Polícia Política é um braço especializado desse órgão. Quando abordamos especificamente o DOPS, destacam-se as obras do historiador Pedro Ernesto Fagundes. Esse historiador e os professores Vitor Amorim de Ângelo e Ueber José de Oliveira organizaram o livro “O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)”, obra que amplia a visão sobre o período militar no estado.

Para o resgate da história dos professores capixabas, utilizei jornais da época, entrevistas, visto que não obtive nenhum documento no Sindicato dos Professores do Estado do Espírito Santo (SINDIUPES). Em relação aos trabalhos escritos, mesmo tendo sido o grupo mais vigiado pelo DOPS, a quantidade de trabalhos que resgatam a história desses educadores é muito pequena. Na pesquisa analiso três trabalhos. O primeiro é a dissertação de Mestrado de Nelma Gomes Monteiro, com título: “O engajamento

sindical da mulher-educadora”, apresentada na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em 1993. Utilizei a parte do trabalho onde consta o início da organização do magistério da rede estadual do Espírito Santo. A dissertação destaca que a atuação das professoras no SINDIUPES contribuiu para a passagem da consciência ingênua para a crítica, contudo não fazendo nenhuma referência sobre a intensa luta do magistério capixaba na década de 1970. Outra dissertação de Mestrado foi escrita, em 1992, por Isabel Cristina, com o título: “UPES-União dos Professores do Espírito Santo: sua história e sua dimensão educativa (1978-1990)”, também pela Universidade Federal do Espírito Santo. Utilizei parte do trabalho, principalmente quando ela destaca a ação do magistério na década de 1970. O trabalho mais abrangente que encontrei foi o livro “Retrato Escrito: a reconstrução da imagem das(os) professoras(es) através da mídia impressa (1945/1995)”, publicado por Renato Viana Soares no ano de 2005. O livro foi baseado na tese de doutorado e constitui-se em um trabalho bem profundo sobre a ação dos professores capixabas.

A dissertação está dividida em três partes, sendo a primeira composta de três capítulos, a segunda com dois capítulos e a última com um capítulo. No primeiro capítulo, destaco o contexto histórico de institucionalização da Polícia Política no Brasil, que se deu no final do século XIX até a década de 1930, quando o processo se completa. Desse modo, quando Vargas chega ao poder, não há uma regulação formal da Polícia Política, acontecida em 1933. Juntamente com as adequações na lei, foi construída uma série de rotinas e procedimentos que, somando-se a estrutura e a lei, contribuiu para a formação de um aparato repressivo nunca visto na História do Brasil. No Espírito Santo, devido ao tamanho da Província, o processo se deu de forma mais lenta, com a regulação formal acontecendo em 1930 e a institucionalização acontecendo somente na década de 1950, com uma grande estruturação e a promulgação da Lei nº 719/1953.

No segundo capítulo, resalto o processo que levou o país à ditadura em 1964 e a montagem do maior aparato repressivo da História do Brasil e do Espírito Santo. Dentre os aspectos, o que mais atraía a atenção e a preocupação dos militares brasileiros não era a guerra declarada, como faziam os Estados Unidos e a União Soviética, e sim “a grande ameaça aos países do Terceiro Mundo”: a chamada guerra revolucionária comunista, liderada indiretamente pelos soviéticos, e que ameaçava a segurança interna. Em nome dessa segurança, foi pensado e iniciado o combate ao “inimigo interno”, principalmente quando um “comunista” chegou a presidência: João Goulart. Após o Golpe Militar, foi realizada intensa perseguição aos que não comungavam com os ideais propostos pelos detentores do poder. Como os militares mantinham algumas instituições funcionando, como o Congresso Nacional e o Judiciário, sendo mantida ainda a realização de eleições, havia margem de manobra para a oposição. Com o endurecimento do regime, tivemos o auge da repressão no país, com grande aumento de fichas no DOPS, perseguição e tortura aos inimigos da ordem.

No terceiro capítulo, destaco o aumento da repressão no Espírito Santo a partir da atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI), no final da década de 1960. Nesse período aconteceu a articulação dos diversos órgãos de repressão e, como vimos a nível nacional, um grande aumento de fichas e documentos no DOPS, disponibilizados ao público a partir da organização do projeto Memórias Reveladas, em 2008. Com essa disponibilização, a visão positiva em relação ao golpe acontecido em 1964 passou a ser questionada, visto que houve expurgos, prisões e tortura das pessoas ou grupos ligados ao ex-presidente João Goulart. A vigilância aos subversivos era a principal tarefa da Polícia Política no Espírito Santo, sendo que o grupo que mereceu maior atenção dos agentes foram os professores da rede estadual de ensino.

No quarto capítulo, escrevo sobre o início da organização dos docentes capixabas e as reformas educacionais impostas pelos militares no final da década de 1960 e início da década de 1970. Essa reforma, materializada através das leis 5540/68 e 5692/71, fizeram os educadores acreditarem na sua profissionalização e seguimento da carreira, através do Estatuto do Magistério. Contudo a crise econômica, somada a destinação dos recursos públicos da educação para a iniciativa particular transformou o sonho da profissionalização no pesadelo da proletarização, levando os professores a questionarem sua própria existência no final da década e organizarem movimentos mais incisivos na cobrança dos direitos.

No quinto capítulo, destaco o processo de transição realizado pelo magistério capixaba a partir da assunção da professora Myrthes Bevilacqua Corradi à direção da UPES – organização que dirigiu por dois mandatos (1973- 1981). Como a entidade tinha um quadro de sócio muito reduzido, significou começar a associação praticamente do zero. Com a intensidade do trabalho, explorando brechas, lutando pelos direitos, como o concurso de ingresso, o seguimento de carreira, reajuste salarial, juntando-se ao não cumprimento das promessas, acabou levando os trabalhadores em educação a afastar-se do governo. Esse distanciamento se materializa quando o magistério, em julho de 1978, se coloca em Assembleia Geral Permanente. Esse questionamento aos poderes constituídos acabou atraindo a atenção da Polícia Política.

No sexto capítulo, destaco a vigilância feita a partir de 1979. Tanto nesse ano como em 1981, o ponto alto da vigilância e, por conseguinte, do recolhimento e produção de documentos, eram os momentos anteriores e posteriores a realização das assembleias no Colégio do Carmo. A primeira assembleia aconteceu no mês de abril de 1979, quando o agente responsável por fotografar o evento foi descoberto. No mês de maio houve outra assembleia, que quase terminou em tragédia devido à ação da Polícia Militar. No decorrer desse ano quem chamou atenção dos agentes foram os professores contratados, os monitores, que questionavam tanto a direção da UPES como o Poder Executivo Estadual. O ano de 1980 pode ser considerado um período de transição

para a intensa luta que o magistério realizaria em 1981. Devido a pouca movimentação, houve pouca vigilância. Os destaques ficaram por conta da participação do magistério capixaba nos encontros nacionais, o problema da nomeação dos professores aprovados em concurso e a elaboração de uma lista negra, na qual constavam nomes de políticos que, na visão do magistério, não apoiavam sua luta. No ano de 1981 tivemos o afastamento total entre a categoria e o governo. A movimentação do magistério e a consequente vigilância começaram bem no início do ano e mobilizou, além dos professores, boa parte da sociedade capixaba. A pauta que unificou a categoria nesse ano foi à questão salarial, sendo que os monitores realizaram, no primeiro semestre, vários movimentos grevistas para receber o salário em dia, atraindo a atenção dos agentes do DOPS. Os efetivos passaram a atrair atenção a partir do final do mês de abril até o início do mês de setembro, período que gerou a coleta e produção de 354 páginas de documentos. O destaque desse processo de vigilância foi o mês de junho, quando o magistério em greve realizou uma série de eventos como as assembleias, atos públicos, passeatas e até o “enterro” do PDS e do governador Eurico Rezende. Dentre os documentos destacam-se os relatórios, bastante minuciosos, das assembleias, demonstrando um grande acúmulo de informações referente ao magistério capixaba. Outro ponto que chamou a atenção era que toda a documentação foi remetida ao governador Eurico Rezende. Com o fim da greve, a movimentação do magistério caiu consideravelmente, não havendo assembleia nos meses de julho e agosto. A última ação que mereceu vigilância, em 1981, foi o processo eleitoral da UPES, do qual saiu vencedora a chapa apoiada pela presidente.

## 1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍCIA POLÍTICA NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO

O contexto histórico de institucionalização da Polícia Política no Brasil deu-se no final do século XIX até a década de 1930, quando o processo se completa. Por conseguinte quando Vargas chega no poder não há somente a regulação formal da Polícia Política, acontecida em 1933. Juntamente com as adequações na lei foi construída uma série de rotinas e procedimentos que, somando-se a estrutura e a lei, contribuiu para a formação de um aparato repressivo nunca visto na História do Brasil. No Espírito Santo, devido ao tamanho da Província o processo se deu de forma mais lenta com a regulação formal acontecendo em 1930 e a institucionalização acontecendo somente na década de 1950 com uma grande estruturação e a promulgação da lei 719/1953. E a Polícia Política, fruto desse momento histórico, surge tendo muito trabalho.

Devido a uma série de fatores, o Rio de Janeiro vivia o momento mais turbulento de toda a sua história. Essa confluência de ideias e pessoas representava um desafio para o Governo Republicano, pois alterou de maneira significativa o pacto social existente durante o Império. Era imperioso que a situação não descambasse para a desordem, o que poderia significar não somente o fim do Governo recém chegado ao poder, mas um problema de ordem nacional devido à influência que a capital exercia no país. Contudo, somente a criação de novas leis não daria conta de “institucionalizar” uma nova ordem social, ou seja, de repactuar com a sociedade um conjunto de normas e procedimentos que garantissem a convivência social. Guardada as devidas proporções a situação da capital da província espirito-santense, Vitória, era bem semelhante ao processo vivido pela capital do país, tanto em relação a população bem como na necessidade do reordenamento do pacto social, ou seja, a institucionalização.

Segundo MAIA (2002, p. 205-206) o conceito clássico e mais restritivo de institucionalização – processo mediante o qual um conjunto de normas de comportamento que orientam uma atividade social considerada importante adquire regulamentação jurídica formal – não respondia aos desafios desse novo tempo, pois somente a criação da lei não significa imediatamente a paz social tão almejada pelos governantes e pela elite da época. Era necessário, segundo o autor, que houvesse um processo mais amplo, ou seja, uma cristalização de procedimentos, de comportamentos, com importância social relevante ou não. Para o autor, aqui não se trata apenas de normas, mas também de significados, valores ou conhecimentos que seriam naturalmente aceitos por toda a população.

SILVA e NETTO (1986, p. 611) registram que o conceito clássico de institucionalização, considerado imperfeito se não estivesse regulado por um corpo jurídico, passou a ser substituído por uma visão dinâmica que insiste num processo permanente de

organização concreta e real das sociedades, no qual as regras jurídicas desempenham papel parcial e imperfeito. Então, o desafio do Estado republicano será dar conta dessa dinamicidade e ser um indutor que garanta um controle sobre o público e o privado, criando um ambiente estável de vigências sociais. E para garantir um ambiente estável era necessário uma profunda mudança no órgão responsável por vigiar os moradores da cidade: a Polícia Civil.

## 1.1 O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍCIA POLÍTICA NO BRASIL

De acordo com CARVALHO (1985, p. 611), a primeira década republicana foi a fase mais turbulenta da cidade do Rio de Janeiro, que sentiu como nenhuma outra cidade do Brasil as mudanças que vinham fermentando durante os últimos anos do período imperial e que culminaram na abolição da escravatura e na proclamação da República. Para o autor, a abolição lançou o restante da mão de obra escrava no mercado livre de trabalho, engrossando o contingente de pessoas no subemprego e no desemprego. Além disso, provocou o êxodo para a cidade proveniente da região cafeeira do Estado do Rio e um aumento da imigração estrangeira, principalmente de portugueses, resultando num vertiginoso aumento de pessoas em tarefas mal remuneradas ou sem ocupação fixa. Completando esse quadro, PECHMAN e FRITSCH (1985, p. 152) apontam que as epidemias, o déficit habitacional, a deficiência do serviço de abastecimento de água e esgoto, a precariedade dos transportes públicos, a dificuldade para a circulação no centro da cidade e a utilização das praias e rios como depósito de lixo, compunham o caótico quadro no Rio de Janeiro no final do século XIX. Essas pessoas, subempregadas ou mal empregadas, sem serviços públicos satisfatórios, viviam, de acordo com CARVALHO (1985, p.120), na linha entre a legalidade e a ilegalidade, podendo ser classificadas ou comparadas às classes perigosas ou potencialmente perigosas, demonstrando que a abolição e a República não foram suficientes para tornar cidadãos os pobres.

Diante dessa situação, o autor ressalta que o problema central a ser resolvido pelo novo regime era a organização de outro pacto de poder, que pudesse substituir o arranjo imperial com grau suficiente de estabilidade, pois, de acordo com BERGER e LUCKMANN (2005, p. 7), a “inerente instabilidade do organismo humano obriga o homem a fornecer a si mesmo um ambiente estável para sua conduta”. Esse ambiente estável, para os autores, somente se dá caso haja a formação do hábito, pois a sua formação “acarreta importante ganho psicológico, libertando o indivíduo da carga



de todas as decisões dando-lhe um alívio psicológico, tornando desnecessário que cada situação seja definida de novo etapa por etapa”.

Desse modo, não bastava, por exemplo, modificar a lei e criar mecanismos para a sua execução. Era necessário, segundo os autores, institucionalizar um processo de cristalização de procedimentos, de comportamentos, significados, valores ou conhecimentos, para que, depois de certo período, como nos aponta HORTON e HUNT (1980, p. 147), houvesse a reposição de comportamento espontâneo experimental pelo comportamento esperado, padronizado, regular e previsível, que premiasse o conformismo e punisse o desvio, como aponta SILVA e NETTO (1986, p. 611). Seria tornar, como destacam BERGER e LUCKMANN (2005, p. 82), a convivência social de forma tão natural que cada pessoa seria “capaz de predizer as ações do outro, tornando a vida conjunta como uma esfera ampliada de rotinas supostas, naturais e certas, tornando-se cotidianas”, ou seja, poupando tempo e esforço, não havendo questionamento aos papéis que cada um exercesse. Para ampliar o controle estatal sobre a vida do habitante da cidade o governo adotou uma série de medidas, sendo a que mais se destacou, no âmbito público, foi o Código de Posturas, e no âmbito privado, a vacinação obrigatória.

CARVALHO (1985, p. 132) ressalta que a promulgação do Código de Posturas Municipais, em 1890, tinha por objetivo regular os pormenores das atividades realizadas na capital. O autor destaca que grande parte das medidas era feita para beneficiar a população em termos de conforto e higiene, mas, ao mesmo tempo, criava dificuldades para que os proprietários das casas de aluguel, por exemplo, cumprissem todas as normas, visto serem irrealistas para a época, não sendo aplicadas em sua plenitude nem nos dias de hoje. Um exemplo claro dessa situação foi a exigência de calçamento das paredes duas vezes por ano, azulejar cozinhas e banheiros, arejar quartos com aparelho de ventilação e limitar o número de hóspedes.

Segundo o autor, o código deixava transparecer a preocupação dos governantes com controle da população marginal da cidade. Isso fica muito claro com a exigência de que os hotéis, hospedarias e estalagens não receberem pessoas suspeitas, obrigando-os ainda a fazer o registro de todos os hóspedes e entregar a lista à polícia. O autor afirma que se todas as medidas do Código fossem colocadas em prática, teriam provocado a primeira versão da Revolta da Vacina, o que não aconteceu devido a suspensão da lei. Contudo, em 1904, com a votação da lei da vacinação obrigatória, a situação saiu do controle das autoridades.

O historiador destaca que a vacinação obrigatória acabou gerando um grande conflito entre a população e o Governo, pois significou que o último e sagrado reduto da privacidade fosse exterminado, levando a interferência do Poder Público para dentro da casa do cidadão. Na percepção da população pobre, a lei acabava ameaçando

a própria honra do lar ao permitir que estranhos pudessem ver e tocar os braços e coxas das mulheres. Neste caso, diferente da ação em relação ao Código de Posturas, a população reagiu com violência, forçando a interrupção da ação dos agentes do Governo.

PECHMAN e FRITSCH (1985, p. 176) apontam que a revolta por conta da vacinação obrigatória não se configurou como um fato isolado. Como destacamos anteriormente, a abolição da escravidão e a implantação da República não foram suficientes para fazer dos trabalhadores e de grande parte da população cidadãos legítimos e plenos da nação brasileira. Duramente tratados pelo sistema político republicano, setores populares se viram sem reais alternativas para fugir à condição de semi-cidadãos, que lhes havia sido imposta. Segundo os autores, havia a tentativa de negociação com as autoridades baseadas nas ideias do socialismo democrático, que trabalhava a lógica de uma gradual conquista dos direitos, contudo apresentando resultados pouco estimulantes, o que acabou abrindo espaço para forma de lutas mais incisivas, como os motins.

Para os autores, os motins conseguiam fazer com que a população mais pobre pudesse ser ouvida. Devido à agitação criada, as autoridades ficavam com um temor muito grande em relação aos manifestantes. Sendo assim, essas manifestações deixavam claro que o espaço da reivindicação era a rua e não o parlamento, mostrando para o Governo que o controle estatal conjugado com a falta de direitos não era aceito passivamente pela população, contudo era tarefa imperiosa para o Poder Estatal garantir um ambiente para os negócios.

Para CHALHOUN (1986, p. 106), em muitos casos, mesmo que a pessoa não quisesse, o Estado se achava no direito de controlar sua vida, pois a tarefa principal do Poder Estatal era contribuir para a formação de trabalhadores sexualmente disciplinados, sendo que o mundo doméstico deveria ser vigiado para favorecer a introjeção de valores de uma nova ética de trabalho. Por conseguinte o grande objetivo da elite – e consequentemente do Poder Público – com todas essas medidas, era tornar o Rio de Janeiro uma cidade de bons trabalhadores, associados aos imigrantes, pois estes representavam, nas atividades diárias, a faceta do processo de modernização que era implantado no país. Para o autor o objetivo principal era a construção de trabalhadores disciplinados, pois a desordem seria, portanto, “qualquer ato expediente que atentasse contra a ordenação da sociedade pelo trabalho”, sendo considerado insubmisso aquele operário que se organizasse em sindicatos, principalmente se defendesse os ideais anarquistas.

PRIORE e VENÂNCIO (2001, p. 285) destacam que a criação dos sindicatos foi a primeira tentativa organizada dos trabalhadores para conseguir melhorias. Na Capital Federal, entre 1891 e 1894, houve 17 paralisações em defesa de aumento salarial. Con-

tudo, como frisamos, esses movimentos não conseguiram vantagens para o operariado, abrindo assim espaço para os anarquistas, que nesse momento foi o grupo que mais sofreu repressão. A intensa perseguição a este grupo, principalmente aos partidários da ação direta contra os patrões e o governo, foi utilizada, segundo os autores, como justificativa para a organização de um eficiente sistema repressivo e a criação de leis para a expulsão de estrangeiros, que passaram a ser vistos como fontes de desordem e subversão política.

Para vigiar e combater os vadios, arruaceiros, desordeiros, subversivos e principalmente os anarquistas, o Estado teve que se estruturar para dar conta de cumprir o seu papel e, neste caso, um dos órgãos que mais sofreu mudanças foi a Polícia Civil.

### **1.1.1 A Institucionalização da Polícia Política: Uma Nova Polícia Para Um Novo Tempo**

Dentre os órgãos que se desempenharam um papel imprescindível nesse processo de controle e ordenamento exigido pelo novo momento histórico, vivenciado na capital e em grande parte do país, temos o agrupamento responsável pela manutenção da ordem no espaço urbano: a Polícia Civil, que para ter sucesso em seu intento tinha que contar com a cooperação da Polícia Militar, da Guarda Civil e do Corpo de Investigação. Contudo para atingir seu objetivo foram necessárias grandes mudanças.

De acordo com BRETAS (1997, p. 46 e 47), a Polícia Civil, responsável por coordenar o policiamento na cidade, transformou-se de maneira intensa, ampliou, modificou e se especializou até a institucionalização de um de seus ramos no Brasil: a Polícia Política, na década de 1930. Por conseguinte, o que ocorreu no país com a Polícia Civil – segundo SILVA e NETTO (1986, p. 611) - foi sua institucionalização social, “que é um processo constante que não só resulta da formação de novas instituições, mas ocorre potencialmente dentro de instituições existentes que se transformam em outras ou ampliam sua área de vigência e validade”. Esse processo de mudança fica bem claro quando fazemos um resgate da história desse órgão no Brasil.

BRETAS (1997, p. 53) aponta que o recrutamento de pessoas para o corpo policial, mesmo sendo remunerado, não era bem-sucedido. Esse quadro existente na capital da República também foi identificado por SOARES (2009, p. 01) em Vitória, capital do Espírito Santo.

agentes da dominação estatal, são eles muitas vezes vítimas do recrutamento forçado e participantes cotidianos dos dramas das vidas da camada de homens livres e pobres. O engajamento no corpo militar

não significava uma mudança de status e o imediato afastamento de sua condição anterior de filhos, irmãos, amigos ou amantes; muito ao contrário, o exercício da atividade policial jamais conferiu atributos positivos na sociedade brasileira, e os policiais conviviam com os mesmos problemas de outros grupos de trabalhadores, e talvez com alguns mais.

De acordo com VEIGA e MERLO (2014, p. 37), a mudança neste quadro somente se deu com o advento da República. Para tentar criar uma polícia que respondesse aos desafios desse novo momento foi tomada uma série de medidas visando, por exemplo, atrair pessoas qualificadas para a função, pois de acordo com HORTON e HUNT (1980, p. 148), as organizações funcionam mais suavemente quando podem atrair pessoal competente e, algumas vezes, se veem prejudicadas por elementos que não se ajustam aos papéis que lhe foram atribuídos. Vamos conhecer as mudanças estruturais e legais realizadas na Polícia Civil.

#### 1.1.1.1 Os Ajustes Para o Cumprimento da Missão: a Manutenção da Ordem

O processo que levou a institucionalização da Polícia Política no Brasil na década de 1930, mais precisamente durante o governo de Getúlio Vargas, tem início no final do século XIX, pois de acordo com BERGER e LUCKMANN (2005, p. 80), “as instituições (...) sempre possuem uma história da qual são produtos”, sendo assim, é impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida. Então, o início da adequação na estrutura da Polícia Civil no Distrito Federal, de acordo com XAVIER (1996, p. 35), data do ano de 1892, intensificando-se até a criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), em 1933. Para cumprir o seu papel de mantenedora da ordem, de acordo com CARPI e CAMPOS (1996, p. 30), seria então necessária uma série de mudanças que garantisse, por exemplo, a profissionalização do policial e a criação de uma carreira na instituição. As mudanças propostas agruparam-se em quatro eixos:

- a) ampliação do efetivo policial com a realização de concursos públicos com exigência de escolaridade mínima e remuneração;
- b) aumento do número de delegacias;
- c) profissionalização da instituição com a criação da Escola de Polícia;
- d) criação de órgãos especializados para que a polícia pudesse conhecer e mapear a realidade.

Outra ação proposta foi a utilização do saber técnico-científico à ação policial eficaz, pois, de acordo com TERRA (1939, p. 16 e 23) :

A polícia, em toda parte, já se constitui em complexo ou um conjunto de conhecimentos técnicos ou científicos sem os quais não é possível prestar a sociedade o seu subsídio de cooperação e colaboração indispensáveis". (...) O bom policial é aquele que, ao lado do pendor natural e de um certo desenvolvimento intelectual, houver adquirido a capacidade profissional pela integração de um lastro técnico (...) Policial não improvisa-se.

Contudo, como destacam CARPI e CAMPOS (1996, p. 30), houve um distanciamento entre o que foi proposto e o que efetivamente foi realizado. Os baixos salários não atraíam pessoal competente, sendo que a criação dos cargos remunerados foi feita de forma bastante vagarosa. Outro desafio foi a realização dos concursos públicos, que não atraíam muitas pessoas devido à exigência de escolaridade mínima e a pequena remuneração. A organização da Escola de Polícia, responsável pela formação dos novos policiais, também foi bastante lenta, pois a ideia inicial foi de 1912, mas a escola só foi efetivamente criada em 1933. Esse percurso de idas e vindas marcaria o processo de institucionalização da Polícia Política, que acontecerá, concomitantemente, com sua regulação jurídica formal na década de 1930, no governo de Vargas.

XAVIER (1996, p. 30) destaca que desde o início da sua regulação formal a Polícia Política remetia a uma competência "privativa" no aparelho policial, subordinada diretamente ao chefe de polícia, conforme determinado no Artigo 3º do Decreto nº 3.610, baixado em 14 de abril de 1900, que assim discorre: "a polícia política compete privativamente ao chefe de polícia, de acordo com as ordens e instruções do Ministério da Justiça." Embora, do mesmo período, seja mais comentado o Decreto nº 6.440, de 30 de março de 1907, para a autora o regulamento baixado no Decreto nº 3.610, de 14 de abril de 1900, conforme citação acima, é bem mais explícito a respeito das atribuições de caráter político-policiais do órgão. Um ponto que chama atenção em relação à organização e institucionalização da Polícia Política são os termos utilizados no referido Decreto nº 3610. Não só o termo "privativo" presente no artigo 3º, citado anteriormente, mas também no Artigo 56, onde destacam-se as palavras "segreto" e "especial" para definir as tarefas dos agentes de segurança pública que faziam parte dos quadros extranumerários da Polícia Civil. Dessa forma, além da pesquisa científica, os agentes eram incumbidos de "missões secretas" e "vigilâncias especiais", ações bastante corriqueiras em toda a trajetória da Polícia Política no Brasil.

Em relação ao número de agentes, Xavier destaca que era fixado pelo chefe de polícia de acordo com a demanda de serviços e os recursos disponíveis no orçamento no Distrito Federal. Em 1892 eram em número de 50, sendo que, posteriormente, o Corpo de Investigações e Segurança Pública, constante no organograma da Polícia Civil do Distrito Federal, passou a contar com 80 agentes e um inspetor. Mais tarde, para substituir o Corpo de Investigações, foi criada a Inspetoria de Investigação e Segurança

Pública, regulamentada pelo Decreto nº 14079, de 25 de fevereiro de 1920. Ela aparece como instituição autônoma, diretamente subordinada ao chefe de polícia, igual ao órgão anterior.

De acordo com a autora um dado interessante é em relação ao organograma desse órgão. A inspetoria compunha-se de oito seções, todas subordinadas a subinspetorias, menos a Seção de Ordem e Segurança Pública, que funcionava sob a responsabilidade imediata e a direção exclusiva da Inspetoria. Dentre as suas atribuições estavam: a) zelar pela existência e segurança interna da República; b) atender, por todos os meios preventivos, a manutenção da ordem; c) garantir o livre exercício dos direitos individuais, em especial a liberdade de trabalho; d) desenvolver a máxima vigilância contra quaisquer manifestações ou modalidade de anarquismo violento e agir com solicitude para os fins da medida de expulsão de estrangeiros perigosos<sup>1</sup>. O que fica bastante nítido neste contexto de regulação formal da Polícia Política é a continuidade daquela ideia de “manutenção da ordem”, mesmo com a extinção ou criação de alguns órgãos.

Esse elo de ligação permanece e aprofunda-se quando tratamos da 4ª Delegacia Auxiliar, criada através do Decreto nº 15.848, de 20 de novembro de 1922 e extinta em 1933, pelo Decreto nº 22.332, que criou a DESPS – Delegacia Especial de Segurança Política e Social –, para a qual transferiu suas funções. A 4ª Delegacia foi herdeira de todas as competências e atribuições da Inspetoria de Investigação, com exceção da Seção de Ordem Social e Segurança Pública, que passou a ser denominada Seção de Ordem Política e Social. Dessa forma, para Xavier, a tese de ligação que trás em sua essência a ideia de manutenção da ordem permanece. Outros dados que corroboram para compreendermos a contribuição da 4ª delegacia na institucionalização da Polícia Política nos são apontados por outros autores.

PINHEIRO (1991, p. 110) ressalta que no governo Artur Bernardes, essa delegacia fornecia relatórios diários sobre a vigilância feita sobre a oposição e o movimento operário, sendo bastante elogiada pelo seu trabalho. MOTTA (2002, p. 02), analisando o quadro estatístico organizado pelos agentes policiais, revela mais dados sobre a atuação desse órgão destacando que nos arquivos de prontuários e registros, verificam-se as seguintes entradas: ordem política social, associações operárias, anarquistas, político especial, cadastro de operário, comunista e expulsões. Esses dados, que demonstram a dimensão do trabalho dessa delegacia, levou o historiador a afirmar que esse órgão foi a primeira iniciativa no sentido de organizar e institucionalizar a Polícia Política. XAVIER (1996, p. 35) aponta que o relatório do próprio “quarto advogado”, auxiliar no registro dos nomes dos indivíduos simpáticos às doutrinas reacionárias

<sup>1</sup> Decreto nº 14.079, de 25 de fevereiro de 1920, artigo 5º: Dá novo regulamento à Inspetoria de Segurança Pública.

demonstra o início de uma ação bastante corriqueira na ação da Polícia Política: o fichamento de pessoas, que aumentava nos períodos de maior repressão na História do Brasil, mas que era uma prática que sempre acompanhou o trabalho dos agentes. Sendo assim quando chegamos na década de 1930 é bastante nítido a diferença entre o crime comum e o político, diferente da imprecisão que havia no início do processo, onde se acabava rotulando os indesejáveis como subversivos, anarquistas, comunistas, desordeiros, vadios e mendigos. Inicialmente, o “criminoso político” era taxado de perigoso para a sociedade, contudo a caracterização desse crime era praticamente impossível, sendo que essa caracterização acontece a partir de uma linha de continuidade dos órgãos de segurança pública e a sua consequente especialização. Por conseguinte, a especialização, mais do que indicar uma ruptura, significa uma radicalização de uma prática institucional já estabelecida, que veio se aperfeiçoando desde o Corpo de Investigação e Segurança Pública (CISP), em 1892, até a DESPS, em 1933, momento que juntamente com a regulação formal temos a institucionalização da Polícia Política no Brasil com a chegada de Getúlio Vargas no comando do país.

### 1.1.2 O Governo Vargas e o Uso da Máquina Repressora

Como vimos anteriormente, durante o final do século XIX e início do século XX a polícia passou por uma série de modificações e adquiriu bastante importância, atuando vigorosamente na repressão e no disciplinamento das populações urbanas. Entretanto, havia uma grande distância entre o ideal de mudança e a sua colocação em prática.

De acordo com VEIGA e MERLO (2014, p. 93), foi somente no período de Getúlio Vargas na presidência que houve a concretização de várias ações, idealizadas desde o fim do século anterior. O corpo policial se apropriou de uma série de novidades científicas, empregadas até o dia de hoje na investigação policial. Também houve grande preocupação, entre as elites policiais, com a qualificação dos agentes e com uma investigação cada vez mais fundamentada em métodos técnico-científicos. Outro ponto a destacar foi a formação do aparelho policial com crescente ingresso de especialistas na instituição, bem como o aumento no número de agentes. Desse modo, podemos afirmar que a estruturação feita Vargas em relação à Polícia Política foi além da sua regulação formal, pois houve uma institucionalização de normas, regras e procedimentos, juntamente com um aumento e especialização dos agentes, ou seja, o *modus operandi* estava pronto e foi utilizado de forma nunca vista na História do Brasil até então.

Fora essa estruturação da polícia, a institucionalização da Polícia Política no Brasil e sua criação nos estados, outras medidas como a criação da Lei de Segurança Nacional, em 1935, foram tomadas por Vargas usando como principal justificativa as tensões sociais

existentes no país devido a polarização entre a esquerda, representada principalmente pelos comunistas, e a direita, representada principalmente pelos integralistas. Todas essas medidas levaram a uma intensa vigilância da sociedade e a criação do maior aparato repressivo já visto até aquele momento no país, cabendo à Polícia Política um papel de destaque na vigilância da sociedade em geral e, principalmente, aos acusados de querer subverter o ordem pública: comunistas, anarquistas e sindicalistas, dentre outros. Com todas essas medidas Vargas buscava ter um controle total da sociedade brasileira. Para atingir seu intento o Presidente tomou outras medidas.

Para diminuir o poder político das oligarquias estaduais, principalmente a paulista e a mineira, Vargas promoveu a centralização administrativa. De acordo com FAGUNDES (2011, p. 15), essa concentração do poder nas mãos do Governo Federal era vista como a solução para tirar o país do atraso, cabendo à esfera federal a organização de políticas públicas como remédio para curar o conjunto da sociedade. Para reprimir quem questionasse a ordem, Vargas transformou a segurança pública centralizada num espaço de controle, vigilância e repressão das irracionalidades das massas, principalmente das manifestações do meio operário e das populações pobres dos centros urbanos.

REZNIK (2004, p. 107) destaca que para justificar a centralização administrativa e outras medidas, como a criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), em 1933, e da Lei de Segurança Nacional (LSN), em 1935, Vargas utilizou-se do discurso de manutenção da ordem social e do receio em relação ao perigo representado pelos considerados “subversivos”. De acordo com PEREIRA, FIGUEIREDO e REZNIK (1996, p. 23), o aumento da militância radical e a polarização da disputa entre a esquerda, representada pela Aliança Libertadora Nacional (ALN) e a direita, representada pela Ação Integralista Brasileira (AIB), juntamente com a promulgação por Vargas da primeira Lei de Segurança Nacional (LSN), levou, a partir do ano de 1935, a um grande aumento de fichas, dossiês e prontuários na DESPS em nível nacional, situação que segundo FAGUNDES (2011, p. 17) também ocorreu no Espírito Santo.

Todo esse aparato repressivo foi intensamente utilizado na vigilância e perseguição, principalmente dos grupos que questionavam de forma mais incisiva a linha política adotada pelo Governo Federal.

#### 1.1.2.1 A Perseguição aos Subversivos: A Tarefa da Polícia Política

Como destacamos anteriormente, a fronteira entre o crime comum e o político não estava bem delimitado. Somente no decorrer da institucionalização da Polícia Política no Brasil é que houve a separação. Por conseguinte, com essa separação e a especialização do corpo policial, potencializou-se a perseguição aos comunistas, anarquistas, sindicalistas e liberais, acusados de infringir a constituição e praticar todos os crimes



contra a ordem política e social previstos na Lei de Segurança Nacional. De acordo com PEREIRA, FIGUEIREDO e REZNIK (1996, p. 24), coube a DESPS, no âmbito nacional:

[. . .] localizar, prender e levantar provas para condenar os implicados. Residências, gráficas, depósitos de materiais e armamentos, locais de reuniões clandestinas são descobertos e estourados (. . .), documentos são apreendidos, o fichário da Polícia Civil percorrido, pois é o currículo de um antigo criminoso ou suspeito que determina sua prisão.

Houve também o aumento do número de investigadores para identificar e vigiar tudo o que se relacionasse com o comunismo, principalmente a partir da Revolução Russa, acontecida em 1917, que foi utilizada por Vargas, como frisa MOTTA (2002, p. 179) , para construir o imaginário anticomunista no Brasil e uma grande perseguição aos adeptos dos ideais comunistas.

A revolução comunista que aconteceu na Rússia, em 1917, foi um fato histórico que mexeu com a história de toda a humanidade, pois, como afirma Motta, “a ascensão dos bolcheviques ao poder causou um impacto muito forte: o que era antes somente uma promessa e uma possibilidade teórica transformou-se em existência concreta”. O que poderia ser um sonho para alguns, para outros se tornou um pesadelo. Se para alguns era uma revolução libertadora e humanitária, para outros era recepcionada como uma desgraça total, que destruiria a sociedade trazendo o caos e o terror político, sendo ainda considerada como perturbadora da ordem social.

Segundo o autor, já no decorrer da década de 1920 começaram a aparecer as primeiras manifestações contra o comunismo, pois a colocação em prática dos ideais comunistas mexia profundamente com a sociedade capitalista. Contudo, por ainda não haver a sua ligação com a questão social, não atraiu neste momento a atenção dos agentes da Polícia Política, pois o grupo que mais se destacava nas lutas eram os anarquistas e não os seguidores de Lênin, um dos líderes da revolução comunista na Rússia.

Com o crescimento experimentado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) nos anos 30 – fato sem dúvida ligado a adesão do líder popular “tenentista” Luís Carlos Prestes e a formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL)– este quadro sofre alteração. O anticomunismo passa a ganhar força na mesma medida em que aumenta a influência do Partido Comunista, fato que leva o comunismo a ser considerado um inimigo real, devendo ser combatido com todas as forças e armas, sobretudo a partir da Intentona Comunista, plano organizado para derrubar Vargas do poder.

De acordo com DUTRA (1997, p. 37), a intentona não se localizou somente em um local. O movimento teve desdobramentos com as insurreições dos dias 23, 25 e 27 de novembro de 1935, respectivamente em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Após esses episódios, o comunismo se torna, efetivamente, o grande tema nacional, exercendo

grande influência na opinião conservadora, pois se tratava de uma tentativa armada de tomar o poder. MOTTA (2002, p. 21) destaca que a comoção tornou-se ainda maior quando a imprensa divulgou indícios, encontrados pela polícia, da participação de estrangeiros ligados à Internacional Comunista, na frustrada tentativa revolucionária.

Dutra aponta que, em nome do combate ao comunismo, milhares de prisões foram efetuadas: “instala-se o Tribunal de Segurança Nacional, decreta-se o Estado de Sítio equiparando-o ao Estado de Guerra, reforça-se a Lei de Segurança Nacional, censura-se a imprensa, fecham-se sindicatos e associações”, e o maior líder comunista do país, Luis Carlos Prestes, é preso. A prisão do Cavaleiro da Esperança, como era chamado Prestes, significou o início de uma intensa perseguição, principalmente aos líderes do movimento comunista, não somente em nível nacional, mas também nos estados, como aconteceu no Espírito Santo.

FAGUNDES (2011, p. 17) mostra que a Aliança Nacional Libertadora tinha núcleos em várias regiões do estado, sendo que, a partir da Intentona os militantes passaram a ser mais perseguidos e a organização teve o seu fim, já que a partir desse levante os militantes dessa organização foram acusados de estar envolvidos na tentativa de derrubar o governo Vargas. Também no Estado o movimento foi duramente reprimido, os líderes presos, dando início a uma das maiores ações dos agentes da Polícia Política, o que acabou gerando um grande incremento no fichamento dos militantes comunistas no DOPS/ES.

De acordo com PRIORE e VENÂNCIO (2001, p. 320), o processo de perseguição aos comunistas acabou por consolidar a aliança entre o Presidente e as Forças Armadas, intensificando-se a mística corporativa do Exército, colocando o comunismo como inimigo visceral dessa instituição. Acontece também um intenso processo de expurgo de 1100 oficiais e praças em razão de posições políticas, contudo, mesmo com esse expurgo, o número do efetivo militar aumentou consideravelmente nessa época.

MOTTA (2002, p. 179) destaca que todo esse processo, apontado como a primeira grande onda anticomunista no Brasil, serviu para alimentar uma forte tradição contra os seguidores de Lênin na sociedade brasileira, sendo que a perseguição aos militantes comunistas foi muita intensa, principalmente a partir da divulgação pela imprensa, em 1937, de uma suposta “conspiração comunista”, o Plano Cohen. De acordo com PRIORE e VENÂNCIO (2001, p. 320), esse plano – que serviu de justificativa para o estabelecimento do Estado Novo, ditadura implantada no país por Getúlio Vargas – era falso, e foi de autoria de grupos de extrema direita e que, entre outras acusações, previa-se o desrespeito reiterado “à honra e aos sentimentos mais íntimos da mulher brasileira”, ou seja, o estupro generalizado. Com a instalação do Estado Novo, aprofunda-se a perseguição aos comunistas. HESSMAN (2008, p. 30) aponta que o preconceito contra os seguidores de Lênin, bastante presente em parte

da população brasileira, aprofundou-se ainda mais, especialmente entre os integrantes dos órgãos de segurança pública. Esse imaginário foi construído a partir de um conjunto de idéias, práticas e procedimentos que acabavam por reforçar, através de imagens, associações, fantasias, o ódio aos comunistas, ou seja, houve a institucionalização do anticomunismo.

Para a autora, o Estado Brasileiro criou e legitimou o anticomunismo, incitando, ainda que indiretamente, o ódio aos comunistas, tornando-os criminosos e, portanto, passíveis de repressão. Dessa maneira a criminalização do comunismo, criada e fomentada pelo Estado, cooperou decisivamente para que estereótipos se formassem e perseguições e violências ocorressem com o aval de grande parcela da sociedade.

Para ampliar o seu poder e influência Vargas criou, no início do seu governo, as seções de Polícia Política nas Províncias. Essa medida foi tomada nas localidades que não possuíam uma estrutura policial que desse conta de vigiar os subversivos, anarquistas, comunistas, sendo que um desses locais foi o Espírito Santo, que somente na década de 1950 conseguiu terminar o processo de institucionalização.

## 1.2 O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍCIA POLÍTICA NO ESPÍRITO SANTO

A chegada de Getúlio Vargas ao poder no Brasil, no início da década de 1930, marcou significativamente a ação da Polícia Política, que passou a ter uma maior estrutura a nível nacional ao mesmo tempo em que foram criadas as seções estaduais. Para colocar em prática as diretrizes federais, Vargas nomeou para interventor no Espírito Santo o mineiro João Punaro Bley. De acordo com FAGUNDES (2011, p. 16), uma das suas primeiras ações foi a criação da Polícia Política – órgão subordinado à Delegacia Geral – através do Decreto-Lei estadual nº 129, de 27 de novembro de 1930. Para chefia desse órgão foi criado o cargo de Delegado da Ordem Social. O objetivo era organizar a estrutura jurídico-administrativa do Estado e equipar as instituições da área de segurança social, mesmo que não contasse com muita estrutura no início do seu funcionamento.

Sendo assim, o processo de criação da Polícia Política Capixaba, na década de 1930, somente pode ser compreendido em sua totalidade se tivermos clareza de que ele é fruto da expansão desse órgão nos estados, ação realizada por Getúlio Vargas ao chegar ao poder no Brasil, visto que era praticamente impossível, para uma província do tamanho do Espírito Santo, organizar e manter um corpo policial. Então, o que houve no Espírito Santo foi sua criação legal, contudo sem estrutura de funcionamento existente em outros locais, como São Paulo e Minas Gerais, de maneira que a Polícia Política capixaba só terá estrutura, rotinas e procedimentos que caracterizariam sua institucionalização, na década de 1950, mais especificamente em 1953, com as

mudanças realizadas pela Lei nº 719/53.

De acordo com VEIGA e MERLO (2014, p. 48), a falta de estrutura da polícia no Espírito Santo vinha desde o Império e se estendeu até o início do século XX, sendo que a situação só começou a mudar com as primeiras medidas visando a modernização da capital da província e, conseqüentemente, a modernização do corpo policial.

As autoras apontam que foi somente em 1908, durante o governo de Jerônimo Monteiro, que ocorreram as tentativas mais efetivas da modernização da Polícia Capixaba, através da Lei nº 520, que tinha como objetivo a manutenção da ordem, da paz e da tranquilidade pública. Dentre as atividades diárias da polícia estava a repressão aos comportamentos considerados transgressores que perturbassem a ordem pública e atentassem contra os bons costumes, como o monitoramento dos mendigos de rua e dos vadios, bem como de prostitutas e pobres urbanos, que muitas vezes se envolviam com jogos proibidos, bebidas alcoólicas e pequenos furtos.

As pesquisadoras destacam que essa lei estava inserida no ideal de modernização vislumbrado para a capital da Província, Vitória, influenciado pelo ideário presente na capital da República, Rio de Janeiro. A postura disciplinadora da esfera pública e privada ficou ainda mais evidente com a Lei nº 526, em 1909, que propôs a criação de uma guarda civil para o policiamento da capital subordinada diretamente ao chefe de polícia, situação bem semelhante ao que acontecia no processo de institucionalização da Polícia Política no Brasil.

A preocupação em organizar a polícia, segundo as autoras, ficou ainda mais visível com a criação da Diretoria de Segurança Pública, em 1910, por meio do Decreto nº 43, que modificou a organização burocrática da instituição policial. Também havia preocupação com a estruturação da parte física, visto que houve a inauguração do novo edifício da chefatura de polícia juntamente com o gabinete de Identificação Estatística Criminal, em 1912. Para as autoras, uma das medidas mais importantes tomadas em relação a organização da polícia civil em nosso estado aconteceu na década de 1920.

Em 1924, através da Lei nº 1.431, Florentino Avidos tomou as primeiras medidas relacionadas à segurança pública no seu governo. As historiadoras ressaltam que a criação dos cargos de primeiro e segundo delegados auxiliares, a ser preenchidos por pessoas diplomadas em Direito, além do cargo de escrivão, e o estabelecimento dos vencimentos para cada função, foi um grande passo para a profissionalização da polícia capixaba. Essa ação, que já tinha sido pensada desde o governo Jerônimo Monteiro, em 1910, possibilitava que pessoas mais capazes e competentes ocupassem os cargos policiais.

Outra medida que significou avanço foi a criação de uma seção de investigações, através da Lei nº 1541, de junho de 1925, e do Decreto nº 7230. Para as autoras, é

possível perceber ao longo do período uma preocupação crescente com a organização como aparato de segurança, assim como também de uma concepção mais moderna de comando único, estabelecendo uma divisão administrativa mais eficiente em regiões, distritos, subdistritos e bairros. Desse modo, quando a Polícia Política foi criada no Espírito Santo em 1930 ficou claro que, mesmo sem uma grande estrutura, havia muitas semelhanças com o processo acontecido a nível nacional, inclusive com a linha de manutenção da ordem que permeou a institucionalização no Brasil. E as medidas do Governo Central continuam a ressoar na província capixaba.

FAGUNDES (2011, p. 16) aponta que durante o governo constitucional de Getúlio Vargas (1934-1937), os reflexos da agitada conjuntura política nacional também foi reproduzida no Espírito Santo. Essa situação levou a polícia política local a ter, entre 1935 e 1937, o cargo de delegado de Ordem Política e Social elevado para categoria de Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES). Neste momento a Delegacia concentrou sua ação no combate às organizações de caráter ideológico com destaque para os militantes da ANL e da AIB, o que levou a um grande incremento da massa documental devido à vigilância a esses grupos até aquele momento,

O autor destaca que a principal tarefa dessas delegacias era acompanhar as atividades dos movimentos que subvertiam a ordem. Grande parte dos dados de arquivos que orientavam as ações dos investigadores era obtida através da leitura dos jornais, sendo que a verificação fornecia a indicação das lideranças, assuntos tratados, locais de reuniões, propagandas, dentre outras informações. De acordo com a personalidade e a relevância, eram elaboradas fichas e dossiês, sendo que muitas vezes as delegacias estaduais forneciam relatórios para a delegacia federal.

Acompanhando o processo existente a nível nacional, a Polícia Política capixaba aperfeiçoou sua organização e estrutura repressiva para perseguir os subversivos. De acordo com FAGUNDES (2012, p. 07), em 1946 ela passou por outra modificação, através do Decreto Lei nº 16.230. A DOPS foi unificada com a Delegacia de Estrangeiros e com a 1ª e a 2ª Delegacias especializadas, dando origem à Delegacia Especializada de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DEOPS/ES). Dentre suas atribuições estava a manutenção da ordem pública e social; o controle do comércio; o uso e depósito de explosivos, armas, munições e produtos químicos; a fiscalização de hotéis, pensões e casas de cômodos, e também de embarques e desembarques (terrestres, marítimos, fluviais e aéreos); os serviços secretos e crimes contra a economia popular e a corregedoria. É importante frisar que a DEOPS/ES possuía jurisdição em todo o estado.

Essa modificação, feita na década de 1940, era um prenúncio da maior estruturação, que seria realizada na polícia capixaba em toda a História. Segundo

FAGUNDES (2011, p. 20), durante o governo Jones dos Santos Neves, entre os anos 1951 e 1954, várias ações foram tomadas para dinamizar a administração e, no caso mais específico da Polícia Civil, as ações foram realizadas através da Lei Estadual nº 719/1953, que reestruturou a Polícia Política Capixaba.

Para ACHIAMÉ e NEVES (2002, p. 78) a reforma realizada pelo governador Jones dos Santos Neves na Polícia, teve embasamento nas ideias de Sílvio Terra, um dos maiores expoentes nacionais na defesa de uma ação mais científica e técnica dos agentes policiais. Por conseguinte, a mudança não se processou somente no âmbito da Polícia Civil, pois também abrangeu a Polícia Militar, que desde a década de 1930 via-se envolvida no combate aos conflitos agrários existentes no norte do Estado.

De acordo com VEIGA e MERLO (2014, p. 101), a mensagem mandada por Jones dos Santos Neves na apresentação da nova estrutura policial revela a intenção do Governador de dotar a polícia de mecanismos que pudessem fazê-la cumprir eficazmente seu papel, dotando-a de um aparato até então nunca visto na história capixaba.

A Polícia é um dos principais órgãos de administração do Estado [...]. Dela depende, próxima e intimamente, a segurança pública e privada, a disciplina, a ordem e por via de consequência, o progresso do Estado. O projeto foi elaborado laboriosa e imediatamente, dentro dos mais avançados preceitos e conceitos atinentes à Polícia.

Segundo OLIVEIRA (2008, p. 476), essa grande preocupação de estruturar a polícia estava inserida numa lógica de preparar o Espírito Santo para o futuro, dotando o Estado com uma infraestrutura que abrangia várias frentes: estradas, energia hidrelétrica, com destaque para a criação, através da lei estadual 806, de 05 de maio de 1954, da Universidade do Espírito Santo, que mais tarde seria federalizada com o nome de UFES. O autor ainda destaca que Jones dos Santos Neves foi o primeiro governante capixaba a estabelecer um planejamento para a administração: o Plano de Valorização Econômica do Estado.

Fora esse viés desenvolvimentista, outra face também era bastante explícita nos discursos do Governador, podendo contribuir para explicar a grande estruturação que fez na polícia capixaba. Para ACHIAMÉ e NEVES (2002, p. 29), fica bastante claro nas falas do Governador, o seu viés autoritário, que tem como base o pensamento nacionalista autoritário, que em Santos Neves teve seu principal expoente nas terras capixabas.

O pensamento nacionalista autoritário, que teve seu auge no Brasil durante o Estado Novo, preconizava, segundo FAUSTO (2001, p. 31), a defesa de uma ordem autoritária, a repulsa ao individualismo em todos os aspectos da vida social, o apego às tradições e o papel relevante do Estado na organização da sociedade. De acordo com ACHIAMÉ e NEVES (2002, p. 21), esse pensamento teve entre os seus expoentes, constantemente

citados nos discursos de Jones dos Santos Neves, figuras de destaque no cenário nacional: Francisco José de Oliveira Viana, que formulou o arcabouço da legislação trabalhista e sindical posteriormente utilizada por Vargas em sua política com os trabalhadores; Alberto Torres, intelectual e político importante do início do século XX, que formulou doutrinas que influenciaram os ideólogos do Estado Novo; Azevedo Amaral, que defendia o intervencionismo do estado na economia; e, Francisco Campos, considerado o todo-poderoso ideológico do regime implantado em 1937 e que exerceu, entre outras cargos, o de Ministro da Justiça na fase mais repressiva do Estado Novo, tendo, segundo os autores, se tornado célebre por ter seu nome ligado a instituição dos regimes autoritários no Brasil.

Os pesquisadores destacam que um dos temas mais recorrentes nos discursos e sinônimo de orgulho para o Governador, foi o incentivo dado para as pessoas migrarem para o norte do estado, ideia que defendeu enquanto foi interventor no Estado. Para Santos Neves essa ação era sinônimo de progresso: “é uma prova do expansionismo interno que reconforta e tranquiliza as nossas convicções acerca do inelutável sentido de progresso que constitui traço característico da predestinação histórica do povo capixaba”. Contudo, esse incentivo causou problemas ao Governador. Coincidentemente, no ano em que foi promulgada a Lei nº 719, ou seja, em 1953, foi dizimado pelas polícias capixaba e mineira, o Estado União de Jeovah ou Movimento de Cotaxé, uma organização estatal de 10 mil quilômetros de área estabelecida no local de litígio entre os estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, tendo como líder o pregador Udelino Alves de Matos.

Segundo OLIVEIRA (2014, p. 02) o movimento liderado por Udelino teve duas etapas nitidamente distintas: uma messiânica e espontânea e outra política, consciente, organizada e articulada com outros movimentos sociais. Para HASSE (2000, p. 01), o movimento foi o desfecho de um processo iniciado depois de 1928, quando houve a inauguração da ponte rodoviária sobre o rio Doce, em Colatina, que acelerou a derrubada, até então moderada, das exuberantes florestas do norte do Estado. Um ambiente típico das fronteiras agrícolas atraiu para aquela área pouco habitada, gente do próprio Espírito Santo, da Bahia e de Minas Gerais.

OLIVEIRA (2014, p. 02) aponta que Udelino Alves de Matos chegou mesmo a estabelecer os rudimentos de uma organização estatal, com sede de governo, símbolos, bandeira, hino oficial e, inclusive, destacamentos armados. A chegada do pregador deu-se em 1948, ano em que inicia suas atividades, e a sua pregação durou até 1953. Hasse destaca que, em poucos meses, as forças policiais capixaba e mineira, com o apoio dos grandes fazendeiros – que faziam pressão para tirar os posseiros das terras que tinham como suas, mediante documentos ou simples ocupação física – acabaram com o movimento messiânico mais longo da história do Brasil, segundo VILLAÇA

(2001, p. 09). Contudo a dizimação do local não foi o episódio final.

O autor destaca que foi aberta uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) na ALES, em 20 de fevereiro de 1954, para investigar os fatos ocorridos no noroeste capixaba. O relatório de um dos depoentes, o major Djalma Borges, compara o episódio à reedição de Canudos: “Se não fossem as providências prontas embora enérgicas da polícia, teríamos tido uma ‘Nova Canudos’, tal a organização do grupo que ali se instalou e a firme determinação de se imitarem na posse das áreas que Udelino Matos atribuiu no seu sonho visionário”.

Os depoimentos tomados na CPI faziam acusações pesadas à ação violenta da polícia. Três deputados, dos cinco que compõem a comissão, deram um voto em separado no qual julgam “o Senhor Governador responsável pelos sangrentos acontecimentos (...)”. Mas o voto não faria o governador Jones dos Santos Neves sofrer qualquer punição, como não desvendaria o paradeiro do líder do movimento Udelino Alves de Matos.

Esse episódio, que teve desfecho somente na década de 1960, demonstrou a agitação em que se encontrava o Espírito Santo, cenário propício para a ação policial.

### 1.2.1 A LEI Nº 719/1953

A singularidade da Lei Estadual nº 719/1953 reside no fato de ter sido o instrumento legal que colaborou na construção de uma estrutura organizacional da Polícia Política Capixaba. De acordo com FAGUNDES (2011, p. 10), foi a partir dessa lei que o DOPS capixaba passou por um amplo processo de burocratização e ampliação da estrutura, que funcionou durante quase trinta anos. Assim, essa norma legal e a estruturação que ocorreu, amparou o funcionamento da Polícia Política Capixaba de forma tão completa, que não houve necessidade de mudanças significativas em sua estrutura até a década de 1980, inclusive ao longo dos anos do regime militar (1964-1985).

Segundo o autor, o artigo 5º da Lei Estadual nº 719/1953 coloca a DOPS como uma delegacia especializada, e no artigo 21 é especificado o seu funcionamento. O parágrafo único deste artigo estabelece o controle dos estrangeiros, de armas, munições e explosivos. As outras competências do DOPS seriam as seguintes:

- a) a matéria relacionada com a ordem política e social, a economia popular e com os crimes e contravenções referentes à organização do trabalho, a paz pública, a fé pública e a administração pública;
- b) fiscalizar os embarques e desembarques de passageiros por via terrestre e as pessoas em trânsito ou residentes em hotéis ou habitações coletivas;
- c) controlar o fabrico, depósito, comércio e uso dos explosivos inflamáveis, armas e munições, substâncias corrosivas, toxinas e entorpecentes;



- d) serviço de estrangeiros e de porte individual de armas;
- e) a execução de todos os serviços secretos da Polícia Civil.

Para o historiador, analisando o referido artigo, compreende-se como foi montada a base legal do aparelho repressor no Estado, principalmente no controle dos chamados subversivos. A ação podia focar em pontos óbvios, como a vigilância da ordem política, mas também em questões mais amplas como as relativas à moradia. Contudo, para o autor, o que chama atenção e expõe de forma mais explícita a função da Polícia Política Capixaba é a execução dos serviços secretos da Polícia Civil. Com base neste ponto, foram produzidas pelos agentes do DOPS ES milhares de fichas de identificação, dossiês e relatórios de espionagem, permitindo conhecer como era o cotidiano de ações desenvolvidas por esse órgão de repressão, que em boa parte dos casos utilizava ferramentas como a violência e a tortura para perseguir os subversivos. Por conseguinte, essa lei forneceu base legal para a disseminação da prática de espionagem feita pela Polícia Política em toda a sociedade.

Segundo o pesquisador os agentes do DOPS/ES podiam investigar, espionar e reprimir as manifestações que fossem classificadas como perturbadoras da ordem pública, montando um aparelho repressivo que dava ao órgão todas as condições de vigilância a elementos classificados como perigosos, subversivos, comunistas ou qualquer nomenclatura a especificar os inimigos do Estado.

Analisando a lei de forma mais aprofundada, percebemos que as modificações na estrutura do DOPS/ES, a partir de 1953, são sinais evidentes de que a preocupação com a segurança do Estado e com a vigilância para com os atores políticos considerados “inimigos” da ordem social e política, em especial os comunistas, passou a fazer parte da agenda das mais diferentes instâncias do governo brasileiro, da década de 1950 em diante.

Ao analisar os artigos da Lei Estadual n° 719/1953, Fagundes aponta que fica evidente que a Polícia Política tinha autorização para atuar, inclusive clandestinamente, na repressão aos grupos políticos muito antes da Ditadura Civil-Militar. Com isso fica claro que no Espírito Santo a estrutura repressiva, que seria usada a todo vapor, principalmente no final da década de 1960 e início da década de 1970, já vinha sendo pensada e organizada. Paralelamente ao que acontecia no ES, em nível nacional o período que antecedeu o golpe de 1964 foi fértil na organização do arcabouço ideológico que iria culminar com a derrubada do presidente João Goulart e a estruturação do maior aparato repressivo visto na História do Brasil.

## 2 ... E A MÁQUINA REPRESSORA FUNCIONA A TODO VAPOR

A década que precedeu o Golpe Militar foi bastante agitada. No cenário internacional tínhamos a Guerra Fria, disputa realizada entre os Estados Unidos e a União Soviética pelo controle do poder mundial. Por conseguinte essa disputa refletia-se dentro do Brasil, que devido a uma série de fatores, tornava-se peça chave como área de influência dos EUA, sendo assim, deveria precaver-se do comunismo. Para barrar a ameaça soviética no território brasileiro os Estados Unidos buscaram apoio interno em algumas instituições como a Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1948, no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), fundado em 1962 por lideranças empresárias, e no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundado em 1959.

Para ALVES (1985, p. 23), o IPES e o IBAD eram instituições civis de fachada que, coordenadas pela Escola Superior de Guerra, formavam o complexo ESG/IPES/IBAD, que buscou, na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND), ministrada na ESG, a necessária justificação ideológica da tomada do Estado e da modificação de suas estruturas para a imposição de uma variante ideológica.

A Doutrina de Segurança Nacional supunha, de acordo com FICO (2001, p. 41), que o Brasil integrava-se ao contexto internacional da Guerra Fria considerando uma série de questões: sua grande população e extensão territorial; seu posicionamento geopolítico, que lhe conferia importância estratégica no âmbito das relações internacionais; a vulnerabilidade ao comunismo, devido às fragilidades externas (população despreparada e políticos corruptos). Partindo desse diagnóstico, ficava claro que o Brasil tinha todas as condições de se tornar uma grande potência, contudo era necessário precaver-se da ameaça comunista.

BORGES (2003, p. 29) reitera que a chamada segurança nacional, ideia nascida nos anos de 1930, ganha um ar de modernização, após a Segunda Guerra Mundial, fundamentando-se na manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais. Segundo o autor, essa guerra faz um apelo a todas as formas de participação, excluindo a neutralidade; é total, sendo que o inimigo pode vir do exterior (comunismo internacional) tanto quanto do interior (inimigo interno). Com isso justifica-se a repressão interna por meio dos órgãos de informação. O Estado então pode identificar-se à vontade de um líder individual (ditador) ou coletivo (Forças Armadas), ambos dotados de poder discricionário e sem nenhum outro limite que a sua própria automoderação.

Dentre os aspectos destacados acima o que mais atraía a atenção e a preocupação dos militares brasileiros não era a guerra declarada, como faziam os Estados Unidos e a União Soviética, e sim “a grande ameaça aos países do Terceiro Mundo”: a cha-

mada guerra revolucionária comunista, liderada indiretamente pelos soviéticos, e que ameaçava a segurança interna. E essa segurança foi muito ameaçada quando um “comunista” chegou a presidência: João Goulart. O presidente tentou realizar um conjunto de medidas chamado de reformas de base. Contudo teve que enfrentar, segundo MOTTA (2002, p. 231), a segunda grande onda anticomunista organizada no país, que culminou na perda do seu mandato.

Desse modo, a retirada do Presidente do comando do país, em março de 1964, de acordo com ALVES (1985, p. 23) foi precedida de uma bem orquestrada política de desestabilização do Governo, que envolveu várias instituições, como as corporações multinacionais, parte dos empresários brasileiros, o governo estadunidense e os militares brasileiros, em especial os oficiais da ESG. Posteriormente à saída de Jango da Presidência foi realizada uma intensa perseguição aos que não comungavam com os ideais propostos pelos militares no Brasil. Essa “caça às bruxas” atingiu seu auge entre o fim de 1968 com a decretação do Ato Institucional ( AI-5) até 1973 havendo nesse período um controle da sociedade nunca experimentado no país, sendo que uma das poucas maneiras de resistência dava-se através da luta armada. Posterior a esse período de um controle externo da sociedade houve a reorganização da oposição a partir da exploração das brechas legais, até chegar ao momento de deslegitimar o Regime Militar.

E essa crise de legitimidade veio acompanhada de uma crise econômica, que ruiu um dos pilares de sustentação do Regime, o projeto de desenvolvimento que, de acordo com PRIORE e VENÂNCIO (2001, p. 358), foi pensado previamente pelos militares e implantado em fim dos anos 50, ou seja, o tripé baseado na associação entre empresas nacionais privadas, multinacionais e estatais. Fora essa estratégia macroeconômica tivemos o combate intenso contra o comunismo. Iremos conhecer melhor o local aonde foi pensado e estruturado a ideologia para combater esse inimigo, a Escola Superior de Guerra.

## 2.1 A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E O COMBATE AO INIMIGO INTERNO

De acordo com ALVES (1985, p. 24), a ESG foi fundada em 1949 com a assistência de consultores franceses e norte-americanos, tendo como objetivo treinar “pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento da segurança nacional”. Como surgiu no contexto internacional da Guerra Fria, havia dentro da instituição uma linha de interpretação de fatores políticos, econômicos, filosóficos e militares na formulação da política de segurança nacional visando o combate ao comunismo.

Pelo alto nível de seu ensino, a ESG tornou-se conhecida como a “Sorbonne” do *establishment* militar.

STEPAN (1975, p. 129) destaca que havia diferenças significativas da Escola de Guerra estruturada no Brasil com a sua correspondente americana. Em primeiro lugar, os militares brasileiros davam especial atenção a teoria do “ataque indireto” por parte da União Soviética e a ameaça de guerra subversiva ou revolucionária. Em segundo, a ESG não contava apenas com oficiais militares, mas também com civis, das classes mais altas, em seu quadro permanente e dentre os professores convidados, conferencistas e alunos. Segundo o autor, entre 1950 e 1967, 646 dos 1.276 graduados eram civis, sendo que, após o golpe, graduados da escola ocuparam muitos dos cargos importantes nas instituições políticas e econômicas brasileiras.

Para ALVES (1985, p. 25), a mais importante tarefa do complexo ESG/IPES/IBAD foi a criação e a implantação de uma rede de informações, indispensável para a organização de um Estado eficaz, centralizado, e a implementação do maior aparato repressivo já visto na História do Brasil. Coordenada pelo general Golbery do Couto e Silva, a equipe, além da organização dessa rede de informações, também foi responsável pelo desenvolvimento da sofisticada Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. O trabalho da equipe foi de tal grandeza que antes mesmo do golpe o grupo já contava com um completo e detalhado dossiê, com informações sobre mais de 400.000 brasileiros.

DREIFUSS (1981, p. 281) aponta que essa rede de informações ESG/IPES foi estendida a setores políticos e civis da sociedade. Para a coleta de informações os agentes atuavam, secretamente, entre estudantes, sindicatos, camponeses, na imprensa, em organizações culturais, na Igreja Católica, em universidades e até em organizações cívicas da classe-média. Segundo ALVES (1985, p. 26), além da grande estrutura montada internamente no país para a obtenção de informações, o complexo ESG/IPES/IBAD mantinha estreitos contatos com organismos internacionais, recebendo inclusive recursos financeiros de muitas instituições, constituindo-se no centro nervoso da campanha de desestabilização do governo.

De acordo com Manual produzido dentro da ESG, todo esse aparato para a vigilância da sociedade era necessário, visto que a guerra revolucionária comunista tinha como característica principal o envolvimento da população numa ação lenta, progressiva e pertinaz. Para os formuladores dessa teoria, os comunistas evitavam o confronto armado, recrutando seus combatentes entre a população do país-alvo. Por extensão, todos os habitantes do país tornam-se suspeitos – “os inimigos internos” – e devem ser cuidadosamente controlados, perseguidos e eliminados, caso necessário. Desse modo, para os ocupantes do poder num país subdesenvolvido a prioridade deve ser a *segurança interna*.

ALVES (1985, p. 27), destaca que essa ênfase na constante ameaça da nação por parte dos inimigos internos produzia um clima de suspeita, que permitiu levar a cabo campanhas repressivas. Para a autora, tratava-se de uma ideologia de dominação de classe, que serviu para justificar as mais violentas formas de opressão, vigilância e perseguição, pois em nome do anticomunismo, a DSN, com sua ênfase na segurança interna, levava inexoravelmente ao abuso de poder, a prisões arbitrárias, a tortura e a supressão de toda a liberdade de expressão.

Segundo a autora, a necessidade de controlar a sociedade como um todo, implícita na Doutrina de Segurança Nacional, significava que estruturas e mecanismos de controle precisavam ser constantemente modificados para que fosse restabelecida a conformidade. Contudo, como analisaremos posteriormente, o Regime Militar existente no Brasil de 1964 a 1985, não conseguiu eliminar as causas do problema e, portanto, controlar totalmente a oposição. Essa questão levou a uma profunda crise de legitimidade que foi minando a estabilidade do Estado, pois com o constante ressurgimento da oposição, o Estado foi obrigado a dar resposta aos desafios propostos pela sociedade civil. Como não resolvia os problemas, pois isso significaria a queda do regime, apelava para o uso da força, que acabava se voltando contra o próprio Poder Público.

Outro instrumento que nasceu no período democrático que antecedeu ao golpe militar foi o Serviço Secreto Brasileiro, materializado na fundação do Sfici – Serviço Federal de Informações e Contra-informações – criado no governo de Eurico Gaspar Dutra. Esse serviço tinha duas missões: coletar informações e preparar o país para a guerra. Porém, de acordo com FIGUEIREDO (2005, p. 51), como não havia guerras no exterior, as Forças Armadas voltariam seus canhões e seu serviço secreto para dentro do país, pois os inimigos da pátria agora eram os próprios brasileiros, visto que para justificar todo o aparato de controle e vigilância organizado no país, trabalhava-se com a máxima: todos eram considerados culpados até que se provasse o contrário.

E se o inimigo era o próprio povo, que na maioria das vezes era pacífico, imagine quem tivesse uma inclinação comunista e houvesse sido ministro de Getúlio Vargas. Para desespero dos anticomunistas, essas características estavam presentes no vice-presidente João Goulart, que por uma ação quixotesca do presidente Jânio Quadros, assume a presidência do Brasil. Só que os inimigos do comunismo não sossehariam até retirá-lo do comando do país.

## 2.2 O ANTICOMUNISMO: PRINCIPAL FATOR PARA A QUEDA DE JANGO

Toda a movimentação destacada anteriormente, coordenada pela ESG no combate ao comunismo, não se constituiu num movimento isolado, mais sim numa estratégia articulada em várias frentes, com ações dentro e fora do país. De acordo com MOTTA (2002, p. 231), todas essas ações deram origem, no período entre 1961 e 1964, ao segundo grande surto anticomunista no Brasil. Esse intenso combate ao comunismo, só presenciado no país na primeira grande onda anticomunista, que aconteceu de 1935 a 1937, foi a principal bandeira que unificou boa parte da sociedade brasileira e levou ao golpe militar, a destituição do Presidente da República e a posterior implantação do regime militar, que durou até o ano de 1985.

Externamente, a onda anticomunista funcionava a todo vapor. Os Estados Unidos, em resposta a revolução cubana de 1959 e a possibilidade de avanço da União Soviética na América Latina, lançaram, em 1961, a Aliança para o Progresso, que fomentava o desenvolvimento social e econômico da região visando impedir a progressão do comunismo. De acordo com MOTTA (2002, p. 232), essa movimentação externa estadunidense encontrou grande ressonância nos diversos grupos anticomunistas existentes no Brasil, principalmente porque estava ocorrendo, no plano interno, a tendência ao crescimento das organizações de esquerda, que encontravam, de acordo com o autor, nas ligas camponesas, nos militantes católicos leigos e nos líderes estudantis, um campo favorável a proposta de transformações sociais.

Para completar esse quadro, com a vitória para Presidente da República de Jânio Quadros, as forças conservadoras nacionais, aliadas dos Estados Unidos, se viram frente a um desafio: a independência da política externa brasileira. De acordo com PRIORE e VENÂNCIO (2001, p. 345), o governo de Jânio Quadros implementou uma política de não-alinhamento com os Estados Unidos, valorizando acordos com os países do bloco comunista e, conforme MOTTA (2002, p. 233), se a situação já era delicada, piorou muito mais com a condecoração oferecida pelo Presidente ao líder comunista e um dos responsáveis pela Revolução Cubana, Ernesto Che Guevara. Contudo, um episódio serviu para acirrar ainda mais o clima de disputa entre a esquerda e a direita: a renúncia de Jânio Quadros e a ascensão à presidência de João Goulart.

Segundo MOTTA (2002, p. 234), em uma tentativa desesperada e pouco esclarecida pela História, no dia 25 de agosto de 1961 o presidente Jânio Quadros renunciou ao cargo instalando uma grave crise política no país que teria seu desfecho final no dia 31 de março de 1964. Segundo o autor, a renúncia do Presidente levou os anticomunistas ao desespero, pois historicamente o vice-presidente João Goulart possuía ligações com a esquerda. PRIORE e VENÂNCIO (2001, p. 349) destacam que Jango era hostilizado por importantes segmentos do meio empresarial e das Forças Armadas, visto que ele fora o responsável pelo aumento de 100% no salário mínimo quando era ministro de

Getúlio Vargas. Além disso, de acordo com os autores, Goulart pertencia à corrente nacionalista favorável às reformas de base, posicionamento que contrariava poderosos interesses.

Segundo os autores, para que Jango conseguisse tomar posse, foi feito um acordo com a limitação do seu poder através da adoção do Parlamentarismo, transferindo para o Congresso Nacional e para o “Presidente do Conselho de Ministros, ali eleito, boa parte das prerrogativas do Poder Executivo”. PRIORE e VENÂNCIO (2001, p. 234)) esclarece que a ascensão do líder gaúcho ao poder configurou-se como um divisor de águas na política da época, pois significou um fortalecimento da esquerda e a motivação para que os grupos anticomunistas se mantivessem a postos.

Para complicar o quadro e levantar ainda mais suspeitas de sua ligação com o comunismo, o governo anunciou o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética às vésperas da comemoração da derrota da Intentona Comunista, ação realizada pelos comunistas na década de 1930 para tentar tomar o poder no país. Segundo MOTTA (2002, p. 235), essa falta de habilidade política serviu de pretexto para que jornais de grande circulação, bem como a hierarquia católica, comandassem uma reação conservadora ao episódio.

Fora a questão da política externa, Goulart tentava implantar um projeto reformista para o Brasil, com destaque para a reforma agrária. Objetivando ter forças para conseguir implementar as reformas de base, Goulart, de acordo com MOTTA (2002, p. 354), depois de ser derrotado no Congresso Nacional, buscou apoio na ala mais radical do trabalhismo, liderado por Leonel Brizola, que defendia a mobilização popular como forma de pressionar para a realização das reformas. Todo esse processo de radicalização faz o país adentrar o ano de 1964 bastante dividido.

No início desse ano o Governo manda para o Congresso Nacional um projeto para a reforma agrária que não é aprovado. Para mobilizar as massas e pressionar o Congresso, de acordo com PRIORE e VENÂNCIO (2001, p. 355), são organizadas mobilizações visando a realização de comícios nas principais cidades do país. No mais famoso deles, realizado no dia 13 de março, no Rio de Janeiro, o Presidente anuncia um decreto que nacionalizava refinarias particulares de petróleo e desapropriava terras com mais de 100 hectares próximos a rodovias e ferrovias. Além dessas medidas, que causaram um grande impacto, as declarações bombásticas dadas por Brizola contribuíram para acirrar ainda mais os ânimos.

Segundo MOTTA (2002, p. 264), como resposta a esse posicionamento da esquerda e ao comício realizado na Central do Brasil no dia 13 de março, os setores conservadores se uniram ainda mais e formaram uma “união sagrada” contra o comunismo, que reuniu as elites empresariais, políticas, militares, religiosas e as classes médias, todas amedrontadas ante a possibilidade de uma ruptura revolucionária. Essa união fomentou

em todo o país a realização das Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, que segundo o autor, foram o “Comício da Central” para o lado conservador.

Para PRIORE e VENÂNCIO (2001, p. 355), se faltava alguma coisa a mais para a deflagração do golpe, isso deixou de existir quando Goulart estende a arregimentação sindical aos quartéis. Com o apoio dado à revolta dos marinheiros e a mobilização dos sargentos no Rio de Janeiro, configura-se a quebra da hierarquia militar, item que faltava para que os conspiradores conseguissem o apoio da ala legalista do Exército. Em 31 de março é deposto o presidente.

### 2.3 O GOLPE MILITAR E A REPRESSÃO NO BRASIL

Depois da deposição de João Goulart no dia 31 de março, em 02 de abril houve uma sessão extraordinária do Congresso Nacional para declarar vaga a Presidência da República, sendo que, até que o novo Presidente fosse eleito, o deputado Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, assumiria o cargo. De acordo com ALVES (1985, p. 52), Mazzilli funcionava como testa de ferro, pois o poder de fato estava no Alto Comando da Revolução, que era composto por um comandante de cada Força Armada. Segundo a autora, dentre as promessas feitas pelo Alto Comando estava a “restauração da legalidade”, o reforço das “instituições democráticas ameaçadas”, o restabelecimento da “composição federativa da nação” e o principal: a eliminação do perigo da subversão e do comunismo. Contudo a promessa de um governo democrático caiu por terra quando da promulgação do primeiro Ato Institucional, pois grande parte das ações anunciadas foi para expurgar quem estava associado a movimentos sociais e ao governo anterior. Sendo assim, o peso e a abrangência dessas medidas inviabilizou o restabelecimento do Estado de Direito, levando a instauração do Estado de Segurança Nacional.

Essa contradição, entre a legalidade e a repressão, segundo a autora, originou a permanente crise de legitimidade que marcou o Governo Militar, pois a coalizão não dispunha de um modelo pronto para todas as estruturas do novo Estado. Teoricamente, contava apenas com a doutrina elaborada na ESG, que, combinada com interesses econômicos de quem apoiou o golpe, tentou impor ao Estado um caráter autoritário. Sendo assim, a efetiva edificação do Estado de Segurança Nacional resultou de um confronto dialético com a oposição, combinando ciclos de repressão com ciclos de liberalização.

De acordo com a pesquisadora, a necessidade de controlar a sociedade como um todo, implícita na DSN, significa que estruturas e mecanismos de controle precisam ser cons-



tantemente modificados para que seja restabelecida a conformidade, gerando grandes contradições: perda do controle do crescimento burocrático, em especial do aparato repressivo, que pode constituir sua própria base de poder independente do executivo; impossibilidade de eliminação de oposição, pois uma campanha repressiva contra determinado setor trás ao embate outros setores que até então não se manifestavam em protesto contra o uso da força; a tentativa de eliminação da oposição pela força ignora as injustiças reais que estão na raiz do conflito, não eliminando os problemas, mas transferindo de um para outro setor da sociedade civil.

Por conseguinte, para a autora, o Estado de Segurança Nacional é intrinsecamente instável, tendendo a isolar-se cada vez mais, tornando-se, a longo prazo, território exclusivo sob controle de uma pequena elite que tenta manter, usando a força física de forma cada mais frequente, o controle da sociedade. Em resumo, como o Estado não consegue eliminar as causas do problema, e portanto, controlar a oposição, cria-se uma profunda crise de legitimidade que vai minar sua estabilidade. Essa instabilidade com a oposição ficou bem claro, por exemplo, na relação do Governo Militar com a Igreja Católica, representada no Brasil pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), principalmente quando essa instituição passou de apoiadora a crítica da ação dos militares.

A Igreja Católica, com uma linha de combate ao comunismo, acabou contribuindo para que o golpe acontecesse através do posicionamento de vários grupos internos e na organização das Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Contudo, tornou-se crítica da ação dos militares, principalmente devido aos reiterados casos de tortura e violência praticados pelo regime, inclusive contra membros da própria instituição. Essa mudança de posicionamento, não somente da Igreja Católica como também de outras instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), pressionou os militares, pois de acordo com HORTON e HUNT (1980, p. 151), como todas as instituições enfrentam a necessidade de adaptação contínua a uma sociedade que se modifica, as mudanças em uma instituição forçam mudanças em outras. Para os autores, nenhuma instituição pode deixar de afetar ou de ser afetada por outras instituições, e, no caso específico do regime militar, o peso de quem questionava o sistema acabou levando ao seu descrédito. Por conseguinte, os militares tentaram – ora usando a força física, ora escolhendo os grupos a ser perseguidos – controlar a sociedade em sua totalidade. Contudo, na maioria das vezes, não obtiveram sucesso em seu propósito.

ALVES (1985, p. 318) aponta que, por utilizarem a linguagem democrática para implantar um sistema ditatorial, os militares não puderam eliminar instituições como o Congresso Nacional e nem o Judiciário, abrindo espaço para que a oposição manobrasse do interior do próprio sistema. Assim, para cada período de repressão, o Estado

promovia uma política de liberação gradual para diminuir o nível de tensão criado pela violência do aparato repressivo. Na sequência vamos demonstrar como aconteceu esse processo dialético de repressão e liberalização, destacando o momento de 1969 a 1973, o auge da repressão em toda a História do Brasil.

### 2.3.1 O Primeiro e o Segundo Ciclo de Repressão: Do Golpe Militar ao AI-5

De acordo com ALVES (1985, p. 320), a primeira onda de repressão aconteceu em 1964, logo após o Golpe Militar, e resultou na eliminação de pessoas que tinham relação com Governos anteriores, com movimentos sociais, bem como dos líderes e militantes camponeses e da classe operária e de integrantes da Igreja Católica. Também foram afastados militares e quem trabalhava no poder público, mas não comungava com as diretrizes do novo comando. No lugar de quem era afastado foram colocadas pessoas que davam sustentação ao novo regime e não lhe faziam oposição.

Para a legalização dos expurgos, foram editados os Atos Institucionais, ação geralmente realizada pelos presidentes da República. Frisa-se “geralmente”, pois, no dia 9 de abril de 1964, ou seja, seis dias antes do Marechal Humberto Castello Branco assumir a presidência da república, o Comando Supremo da Revolução, órgão transitório encarregado de escolher o presidente, editou o Ato Institucional (AI) que, posteriormente, ficaria conhecido como AI-1. Segundo ALVES (1985, p. 72), a cronologia, nesse caso, é muito importante: as primeiras cassações de mandatos, suspensão de direitos políticos e transferências de militares para a reserva aconteceram nos dias 10, 11 e 14 de abril, ou seja, antes da posse de Castelo, que ocorreu no dia 15. A “caça” aos sindicalistas e aos dirigentes estudantis também aconteceu de forma intensa.

MULLER (2014, p. 32) destaca que a perseguição aos líderes estudantis significou um revés na organização das lutas, sendo que a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi colocada na ilegalidade logo após a instalação do Regime Militar. Em relação aos sindicalistas, FIGUEIREDO e CARVALHO (2006, p. 164) aponta que no período entre 1964 e 1970 foram realizadas 536 intervenções, sendo 483 em sindicatos, 49 em federações e quatro em confederações. De acordo com o autor, quase todos os afastamentos se deram em 1964 e 1965. ROSSI e GERAB (2009, p. 46) destacam que no lugar dos sindicalistas afastados foram colocados interventores. Para concorrer à eleição de qualquer sindicato o candidato deveria ter autorização do Ministério do Trabalho e seguir a política proposta pelos militares para os trabalhadores, mesmo que isso significasse perda de direitos e arrocho salarial. O expurgo nas Forças Armadas foi particularmente duro, dadas às divisões existentes antes de 1964.

Segundo FIGUEIREDO e CARVALHO (2006, p. 164), a maior parte dos militares, se não todos que se opunham ao golpe, foi excluída das fileiras. Foram expulsos, ao todo, 1.313 militares, entre os quais 43 generais, 240 coronéis, tenentes-coronéis e majores, 292 capitães e tenentes, 708 suboficiais e sargentos, 30 soldados e marinheiros. Nas polícias militar e civil, foram 206 os punidos. O processo de limpeza permitiu às Forças Armadas eliminar parte da oposição interna e agir com maior desembaraço no poder. E os civis que trabalhavam no Poder Público e não comungavam com os ideais do novo Governo também foram afastados. ALVES (1985, p. 63) aponta que no período de 1964 a 1967 ocorreu o afastamento de 1530 pessoas de suas funções, a grande maioria, ou seja, 1408 pessoas foram retiradas logo após o golpe. A autora destaca que o expurgo na burocracia civil representou uma forma de eliminar quem era contrário ao regime ao mesmo tempo em que abria espaço para a colocação de pessoas ligadas aos militares, visando principalmente a mudança na linha econômica. Outro instrumento que foi bastante utilizado neste período foram os Inquéritos Policial-Militares (IPMs).

A autora aponta que os IPMs eram utilizados na investigação de funcionários civis e militares para identificar quem estava comprometido com atividades subversivas. Como na época o resultado do inquérito tinha que passar pela Justiça, em grande parte dos casos as decisões foram contrárias ao que apontava o inquérito. Essa ‘desautorização da Justiça’ ao trabalho realizado gerou uma grande tensão, pois os coronéis designados para comandar os IPMs, passaram a protestar contra a autonomia do Poder Judiciário. É importante destacar que a simples acusação num inquérito bastava para desencadear uma série de perseguições que poderiam incluir prisão e tortura. Em relação aos números de pessoas que foram presas em todo o país nos primeiros meses, a autora aponta que dificilmente haverá levantamento de números precisos, principalmente porque fazia parte da estratégia de intimidação as detenções temporárias, em muitos casos acompanhadas de espaçamentos ou tratamentos violentos por algumas horas em locais de detenção que em muitos casos eram improvisados.

No estado do Rio de Janeiro, o Estádio do Maracanã e as embarcações da Marinha foram transformados em gigantescas prisões, sendo que os presos também eram mantidos em quartéis militares e nos quartéis-generais da Polícia Militar. Como chegavam aos jornalistas relatos de tortura ocorridos nestes locais, houve a investigação por parte de alguns órgãos da imprensa. De acordo com a pesquisadora, o Jornal Correio da Manhã liderou uma campanha denunciando a tortura em vários estados. O jornalista Márcio Moreira Alves conseguiu entrar numa prisão na cidade de Recife e, a partir da coleta de depoimentos e presenciando as torturas infligidas aos presos, fez um relato minucioso dessa prática. Esse relato, que veio a se juntar a um trabalho feito por outros jornalistas e advogados, mostrou que a prática desse crime contra a humanidade acontecia em vários estados do Brasil. Pressionado pelas denúncias, o presidente Castelo Branco determinou que o chefe da Casa Militar, Ernesto Geisel,

fizesse uma investigação, que acabou arquivada por falta de provas, mas que serviu para diminuir a tortura e se configurou no primeiro exemplo de mobilização da oposição contra o regime militar. Contudo essa ação da oposição não fez os militares desistirem de buscar o controle total da sociedade, inclusive com a mudança de rumo de alguns órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI).

Inicialmente concebido, em 1964, como órgão de informações capaz de subsidiar a Presidência da República com dados indispensáveis às tomadas de decisões, posteriormente foi sendo remodelado, moldado e endurecido na chefia do general Médici. Esse órgão foi um dos instrumentos mais utilizados quando Médici assumiu a presidência do país, no início da década de 1970, período mais repressor em toda a História do Brasil. Sendo assim, esse amplo sistema de espionagem, ao qual o primeiro chefe do SNI, general Golbery do Couto e Silva se referiu como o “monstro”, contribuiu, com sua participação e assistência, para a organização e ação do maior aparato repressivo presenciado no país. Contudo, antes desse período de repressão extrema, os opositores ao Regime conseguiram se rearticular a partir de 1965, buscando alternativas para questionar, por exemplo, a alteração das regras eleitorais.

Com a promulgação do AI-2 a estratégia da oposição dividiu-se entre os grupos que pregavam a preparação para a luta armada, em resposta a violência praticada pelo Poder Estatal, e outro buscando se valer ao máximo das instituições legais existentes. De acordo com PRIORE e VENÂNCIO (2001, p. 368), vista a partir de hoje a luta armada parece ser algo ingênuo ou incompreensível, contudo, para a época, marcada por forte sentimento nacional, em um mundo onde as revoluções que pareciam impossíveis estavam ocorrendo, é perfeitamente explicável, principalmente porque o ano de 1966 reservou várias surpresas desagradáveis para a oposição.

De acordo com ALVES (1985, p. 320), neste ano e em 1967, a repressão agiu para “complementar” os expurgos não realizados logo após o golpe, principalmente devido à ação independente do Poder Judiciário. Mesmo que o número de prisões tenha sido menor que em 1964, a eleição do general Costa e Silva para a presidência, a cassação de parlamentares e o cancelamento do registro de candidaturas, fez parte dos filiados ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) questionarem se valia a pena sua existência, pois significaria validar um sistema em que as regras eram mudadas de acordo com o interesse dos detentores do poder. De acordo com PRIORE e VENÂNCIO (2001, p. 361), esse quadro deixava claro que o Governo usaria de qualquer artifício para controlar a oposição, tendendo a ser cada vez mais ditatorial, fortalecendo a DSN e ampliando as redes de espionagem e repressão, que seriam usadas intensamente a partir do AI-5.

ALVES (1985, p.111) aponta que a Constituição de 1967 incorporou os controles mais importantes feitos pelos dois atos institucionais e atos complementares. Como esses

atos perderam o seu caráter de excepcionalidade, acabaram ganhando força de poder constitucional. Para a autora, essa mudança levou a institucionalização da DSND, estruturando o Estado para a destruição do inimigo interno. A oposição, indo numa linha contrária a proposta pelos militares, tentava garantir o mínimo de liberdade, sob a forma da Carta de Direitos. O fruto desse embate entre essas duas concepções acabou fomentando a crise institucional que levou ao AI-5.

A autora destaca que a crise institucional aconteceu porque os dispositivos democráticos da Constituição davam à oposição margem de manobra, que invocava a defesa da democracia para exigir maior participação popular. Essa abertura permitiu ainda a reorganização do movimento estudantil, que culminou com os grandes protestos de 1968 e uma atuação dos sindicatos na luta contra o declínio dos salários e das condições de vida causadas pelas medidas econômicas do governo, que levou às greves de Osasco e Contagem. Em contrapartida, os setores preocupados com a manutenção da segurança interna consideravam que tais protestos eram uma clara evidência da infiltração comunista, e assim exigiam que medidas que garantissem a segurança nacional fossem aplicadas, o que ocorreu com a promulgação do AI-5, em dezembro de 1968.

De acordo com FREIXO e FREITAS (2008, p. 09), a promulgação desse ato, que aconteceu no dia de 13 de dezembro, levou o Jornal do Brasil, de 14 de dezembro daquele ano, a estampar no alto da sua primeira página uma lúgubre previsão do tempo: “Tempo negro, temperatura sufocante, o ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos”. Na mesma edição, o jornal anunciava em uma das suas manchetes que o dia anterior havia sido o “dia dos cegos”. Analisando o período de 1969 a 1973, fica claro que o jornal acertou na previsão do tempo.

### **2.3.2 Terceiro Ciclo de Repressão - 1969 a 1973**

De acordo com ALVES (1985, p. 319), com a promulgação do AI-5 houve o início do terceiro ciclo de repressão. O primeiro ciclo, que aconteceu em 1964, levou ao expurgo de pessoas politicamente ligadas aos governos anteriores, com intensa perseguição, prisão e tortura dos contrários ao regime. O segundo ciclo, que aconteceu em 1966 e 1967, com a promulgação do AI-2, complementou os expurgos realizados no início do Regime Militar. Como havia a resistência de parte da sociedade em relação ao poder do Estado, não houve um controle total sobre os indivíduos, como os apoiadores do golpe militar desejavam. Contudo, com o terceiro ciclo, que funcionou de 1969 a 1973, o aparelho repressivo funcionou de maneira nunca vista na História do Brasil.

A autora destaca que usando como desculpa o combate à oposição armada, o aparato repressivo funcionou de forma intensa, considerando todos os cidadãos como culpados até prova em contrário, excluindo-se um pequeno grupo dessa vigilância. Por conseguinte, nesse período histórico, como nos aponta BERGER e LUCKMANN (2005, p. 110), foi institucionalizado um controle na totalidade das ações sociais em uma dada coletividade, ou seja, foi organizada uma série de ritos e procedimentos, combinados com uma imensa rede de órgãos repressivos, que estendeu a vigilância a todos os habitantes do país.

ALVES (1985, p. 141) aponta que esse período caracterizou-se por amplos expurgos em órgãos políticos representativos, em universidades, nas redes de informação e no aparato burocrático do Estado, acompanhados pelo uso indiscriminado da violência em todas as classes, inclusive na classe média, da qual saiu boa parte dos integrantes do movimento estudantil. O Congresso Nacional permaneceu fechado de dezembro de 1968 a outubro de 1969, bem como as assembleias legislativas de vários estados. Com o controle do Executivo nas mãos dos membros do aparato repressivo, foram criados vários mecanismos para controle mais efetivo da sociedade civil, o que levou, por um lado, à inibição da participação política em geral, e por outro, à organização de ações mais extremas de questionamento ao regime.

Segundo a autora a justificativa para a criação de uma imensa estrutura de combate à luta armada, alegando-se que o país estava em uma “guerra civil”, não tinha embasamento. Baseada em entrevistas e depoimentos, Alves aponta que era estimado em 6000 pessoas os participantes da luta armada em um país que contava com aproximadamente 100.000.000 de habitantes, ou seja, a desculpa do combate à luta armada só funcionou devido à censura imposta à imprensa, que era impedida de divulgar o tamanho real dos adeptos da ação revolucionária. Segundo a autora, a campanha de repressão não consistia somente na organização de técnicas e procedimentos para a tortura, o que configurava a sua institucionalização, mas também na técnica de interrogatório e controle político, visto que inibia a participação política da população. Outra ação desenvolvida pelos militares consistiu no desenvolvimento de programas de pacificação e na implantação de uma vasta rede policial comandada pelas Forças Armadas.

Essa vasta e complexa rede montada no país levou a uma intensa perseguição aos opositores do regime, sendo que parte deles vislumbrou que uma das únicas formas de resistência ao regime era pegar em armas.

### 2.3.2.1 A Luta Armada e a Institucionalização da Tortura

PRIORE e VENÂNCIO (2001, p. 370) ressaltam que todas as medidas tomadas após a promulgação do AI-5 acabaram levando a oposição a adotar a luta armada como forma de questionamento mais incisivo ao regime militar. Por sua vez, ALVES (1985, p. 142) destaca que foi em 1969 que se iniciou a violência urbana e rural que duraria cinco anos e dilaceraria o país. Para conseguir recursos financeiros para financiar a luta, PRIORE e VENÂNCIO (2001, p. 368) apontam que foram feitos uma série de assaltos a bancos. À medida que o sistema repressivo ia realizando prisões, o emprego sistemático da tortura fazia com que mais e mais revolucionários fossem capturados. A guerrilha se concentrava basicamente nas áreas urbanas e contava com militantes vindos do movimento estudantil, sendo que o principal movimento de guerrilha rural ocorreu na região do Araguaia. No Espírito Santo, segundo ALMEIDA (2014, p. 61), ocorreu tentativa de organização de uma guerrilha na Serra do Caparaó, contudo o movimento foi abortado antes do seu início.

Para ALVES (1985, p. 156), a dialética de violência entre as organizações armadas e as forças de repressão continuou no início da década de 1970. Os assaltos a bancos, e principalmente o sequestro de embaixadores, cuja repercussão no exterior era muito grande, constituíram-se em ações espetaculares que exigiam pouca coordenação dos grupos, ideologicamente fragmentados e incapazes de se unir para iniciativas coerentes. Por conseguinte, a autora destaca que essas ações eram defensivas devido a diferença abissal entre a estrutura desses grupos e o aparato estatal, sendo que as forças de repressão logo dizimaram as fileiras das organizações clandestinas pelo uso generalizado da tortura, utilizada reiteradamente como método de interrogatório. Como em alguns casos exigiam mecanismos altamente sofisticados para a sua execução, pessoal especializado, uma série de práticas e rotinas que eram aprendidas somente por determinados agentes, com sua disseminação ficou bastante nítido que esse processo de interrogatório foi institucionalizado no país e que os agentes que praticavam esse crime contavam com a anuência de autoridades mais altas, que não admitiam sua existência, mas sabiam que era realizada. Essa conivência acabou manchando seriamente a imagem do Brasil no exterior, principalmente a das Forças Armadas.

De acordo com FICO (2004, p. 86), o país foi denunciado na Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Para se defender, o Governo preparou o “livro branco” ou “livro da verdade”, que tinha o objetivo de demonstrar que não havia a prática da tortura no país, contudo o tiro saiu pela culatra. O autor destaca que, nas entrelinhas, ficava explícito que mesmo não sendo admitida pelas autoridades brasileiras, por se tratar de um crime contra a humanidade e, portanto imprescritível, houve a tortura no Brasil. ALVES (1985, p. 171) aponta que pela primeira vez, na História do Brasil, as Forças Armadas se envolveram de forma tão profunda “na tortura

de presos políticos e na execução de operações militares de repressão à população interna”, representando uma séria ameaça à instituição e a sua imagem, associada à defesa do país contra agressão interna.

Para a autora, embora constitua uma maneira eficiente de obter informações, a tortura institucionalizada foi ainda mais importante como método de controle político da população em geral, criando um “efeito demonstrativo” capaz de intimidar e inibir a participação política. Essa falta de participação, segundo a autora, podia ser explicada pela combinação de vários elementos: a exploração econômica, a repressão física, o controle político e a censura. A conjugação de desses vários elementos propiciou, por um tempo determinado, o controle da população. Contudo, como afirma BERGER e LUCKMANN (2005, p. 113), a institucionalização não é um processo irreversível, ou seja, “por uma multiplicidade de razões históricas, a extensão das ações institucionalizadas pode diminuir, podendo haver desinstitucionalização em certas áreas da vida social”. Esse processo de desinstitucionalização aconteceu no Brasil a partir do final de 1973.

ALVES (1985, p. 176) destaca que no meado desse ano, tanto a oposição quanto o governo cuidavam de reavaliar estratégias e alterar rumos. Com a crise do “milagre econômico”, setores que antes apoiavam ou não protestavam contra o Governo começaram a se inquietar. A opção por maior ênfase na função legitimadora do crescimento econômico trazia o perigo da perda de apoio em período de dificuldades econômicas. Contudo, a crise não seria somente econômica, mas de legitimidade.

### **2.3.3 O Período de 1974 a 1984**

De acordo com ALVES (1985, p. 171), no final de 1973 a oposição aprendeu a utilizar os canais de participação para atuar de forma mais eficaz a nível de política formal. Esse período marca um reposicionamento de várias entidades em relação ao Governo Militar, com destaque para a atuação da Igreja Católica, que, juntamente com outras instituições, organizou um amplo movimento social em defesa dos direitos humanos e dos direitos econômicos, constituindo-se em um agrupamento que irá questionar a legitimidade do Regime. Juntamente a esse questionamento, como destacamos anteriormente, a ação mais incisiva das entidades obrigou a um reposicionamento de quem estava no poder, gerando uma distensão do regime, neste momento, comandado pelo presidente Ernesto Geisel. Essa diminuição da lógica repressiva, contudo, não foi aceita por todos que faziam parte do Governo, ficando bastante nítida que a promessa feita por Geisel não seria facilmente colocada em prática.



De acordo com PRIORE e VENÂNCIO (2001, p. 372), os órgãos de repressão – apoiados por uma parte considerável do partido governista, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e de segmentos militares, reunidos em torno do general Sílvio Frota – continuavam com força para agir na perseguição e eliminação dos “inimigos do sistema”. Como não podiam adotar a mesma estratégia do início da década, o foco da repressão voltou-se para a eliminação da estrutura organizacional de dois partidos clandestinos remanescentes: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). De acordo com os autores, essa perseguição feita a grupos que não participavam da luta armada gerou grandes críticas por parte de várias entidades como OAB, ABI e CNBB, que cobravam do Presidente o cumprimento da distensão sem a perseguição, prisão e tortura das pessoas que questionavam o regime. Contudo, quando a crítica pôs em xeque um dos pilares do regime, a política econômica, como fizeram os trabalhadores em São Paulo, a distensão ficou de lado e o “fantasma” da repressão voltou a assombrar.

ALVES (1985, p. 328) destaca que, para haver uma transição completa, ou seja, a volta do sistema democrático, seria necessário o desmantelamento das estruturas erigidas com a finalidade de controle e opressão econômica, o que efetivamente não aconteceu. A autora aponta que nesse momento o Governo trabalhou com a lógica da repressão seletiva, tentando atrair pessoas para apoiá-lo, portanto, esse período não deve ser encarado como estágio de transição, pois os setores que ousavam questionar o modelo de desenvolvimento econômico foram duramente perseguidos.

Segundo a autora, a repressão nos anos de 1975 e 1976 concentrou-se em São Paulo, principal reduto econômico da nação. Nesse momento o governo tentava delimitar as fronteiras para a ação da oposição, visto que a política de abertura não estava preparada para um questionamento mais incisivo e um crescimento dos movimentos sindicais de base. A autora aponta que fica bastante explícita neste momento a intolerância ao movimento sindical, pois a ação dos sindicalistas significava o estremecimento de um dos pilares do governo militar: o modelo econômico. Então, quando os operários paulistas começaram a se movimentar, em 1977, com a exigência de reposição salarial e com as greves, a partir de 1978, foram duramente perseguidos. Essa perseguição tinha como objetivo aniquilar o movimento em São Paulo e impedir que a onda grevista se espalhasse pelo Brasil. Entretanto, como a repressão incisiva sobre os trabalhadores foi noticiada pela imprensa, essa ação militar serviu para desgastar ainda mais o Governo Militar e acelerar ainda o processo de abertura.

PRIORE e VENÂNCIO (2001, p. 373) apontam que, devido a ação dos grupos que questionavam o Governo, no final da década de 1970 o processo de abertura política foi consolidado, com a revogação do AI-5, a suspensão da censura e com a decretação da anistia aos presos políticos. Os autores destacam ainda que, mesmo com a pressão

exercida por determinados setores das Forças Armadas, Geisel consegue fazer seu sucessor na Presidência, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Segundo os autores, esse processo de abertura não agradou os setores mais autoritários do Governo. Para expressar o seu descontentamento esse grupo organizou uma série de atentados, como os que ocorreram em 1980, na OAB e na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. O ápice desses atentados aconteceu no Riocentro, por ocasião de um show de música popular, às vésperas do 1º de maio. Duas bombas explodiram no interior de um automóvel, sendo que dentro do veículo estava um sargento e um coronel do Exército. Como as investigações foram conduzidas de forma tendenciosa, a culpa do atentado recaiu sobre grupos esquerdistas. O episódio do Riocentro foi a ação mais ousada dos segmentos militares mais autoritários, que utilizavam os atos terroristas para manter o clima de terror e justificar a manutenção da repressão mesmo no período de distensão.

Segundo ALVES (1985, p. 321), até 1974 os ciclos de liberação sucediam-se, cronologicamente, aos de repressão. Após esse período, dado ao seu caráter seletivo, a repressão podia ser realizada no período de liberalização. De acordo com PRIORE e VENÂNCIO (2001, p. 373), neste período de abertura houve a utilização cada vez mais frequente da forma de ações paramilitares e clandestinas, como destacado nos atentados, que não eram formalmente reconhecidos por autoridades do Estado, mas mantinha o clima de terror necessário para o efetivo controle político das populações marginalizadas.

ALVES (1985, p. 321) destaca que o Estado de Segurança Nacional sempre procurou uma estabilidade que não podia ser obtida simplesmente através da lei. A construção da ordem social, ou seja, sua institucionalização, é um processo contínuo e dinâmico que demanda do poder público um constante reavaliar de sua conduta. Durante todo o período ditatorial no Brasil o Governo se viu frente a esse desafio. A Doutrina de Segurança Nacional era uma teoria bem formulada, mas que não deu conta de controlar toda a sociedade, ideal buscado pelos militares e seus apoiadores.

Segundo a autora, depois dos expurgos realizados logo após o golpe e, posteriormente, completado em 1967, temos, em 1968, a resolução temporária da crise institucional, com a passagem do controle aos guardiões da segurança interna e ao aparato repressivo. Esse processo, que se iniciou após a promulgação do AI-5, centrou-se no desenvolvimento de uma lógica repressiva articulada com o crescimento econômico. Entretanto, com a crise econômica essa lógica não conseguiu se manter.

A pesquisadora demonstra que, a partir desse período, a busca de estabilidade e de uma institucionalização permanente revelou as fragilidades do Estado de Segurança Nacional. O isolamento cada vez maior da sociedade civil, a incapacidade de superar dissensões, e contradições no quadro de sua própria base de sustentação, mais a

incapacidade de desenvolver mecanismos estáveis e eficientes para a transferência de poder, mostrou que a crise de legitimidade atingia em cheio o regime devido, principalmente, à solução buscada para superar a crise – ora apelando para o uso da violência drástica ora apelando à manipulação eleitoral.

No Espírito Santo, também tivemos desde o início do Regime Militar o funcionamento do aparato repressivo que perseguiu e vigiou aqueles que eram contrários aos ideais defendidos pelos militares.

### 3 A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO NO ESPÍRITO SANTO

Quando analisamos o período militar no Espírito Santo identificamos que grande parte da sociedade capixaba colocou-se a favor dos militares. Por conseguinte essa visão positiva em relação ao golpe acontecido em 1964 serviu para a construção de um ideário que minimizava a ação dos órgãos de repressão no Estado. Contudo com os estudos mais recentes essa visão unissona passou a ser questionada principalmente a partir da disponibilização dos documentos oriundos da vigilância e da ação desses órgãos no Espírito Santo, que se intensificou a partir de 1968, mas desde a tomada de poder pelos militares houve expurgos, prisões e tortura das pessoas ou grupos ligados ao ex presidente João Goulart no território capixaba.

De acordo com FAGUNDES (2014, p. 10), a saída do presidente provocou reação dos setores alinhados com o Governo Federal no Espírito Santo. A Frente de Mobilização Popular (FMP/ES) e a União Estadual dos Estudantes (UEE/ES) elaboraram notas que foram publicadas no Jornal A Gazeta, criticando o golpe dado pelos militares no Brasil. Outra ação do grupo contrário à derrubada do Presidente foi uma passeata realizada no dia primeiro de abril de 1964.

Contudo, segundo o autor, a onda repressiva que gerou centenas de detenções e prisões de sindicalistas foi muito mais abrangente do que a reação dos partidários do presidente. Assim como aconteceu a nível nacional, o expurgo dos contrários ao golpe no Espírito Santo foi muito grande. Fora os membros da FMP e da UEE, dirigentes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) foram detidos durante horas ou até por semanas. Para o pesquisador, o caso mais extremo foi o acontecido com o militante estudantil Jaime Lana Marinho, estudante de Odontologia da UFES e dirigente da UEE/ES que durante o período de sua detenção foi submetido a uma série de pressões e torturas. E a repressão atingiu outros setores da sociedade capixaba.

O pesquisador ressalta que houve a cassação do parlamentar Ramon de Oliveira Neto, acusado de ter ligações com o Presidente deposto. Fora do parlamento, um dos locais em que as ações repressivas funcionaram de forma intensiva foi na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).Primeiramente houve o afastamento do Professor Manoel Xavier Paes Barreto do cargo de reitor da universidade, sendo que a única “acusação” que pesava sobre ele era o fato de ter sido nomeado por João Goulart e, aprofundando a “limpeza ideológica” dentro da instituição, foram instalados vários inquéritos administrativos.No que pese todo esse expurgo realizado no Espírito Santo, logo após o golpe militar, vários setores da sociedade capixaba se organizaram para festejar a “revolução” de 1964.

Segundo o autor, vários eventos foram organizados no Estado, com destaque para as Marcha da Família com Deus pela Liberdade. A primeira mobilização aconteceu no dia 15 de abril de 1964, data da posse do presidente Humberto Castelo Branco, havendo uma grande comemoração nos dias anteriores e posteriores à posse, com destaque para a publicação de várias notas em jornais.

Para o autor, dentre as entidades que fizeram uso do espaço jornalístico destaca-se a Câmara Municipal de Vereadores de Vitória, a Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) e a Federação do Comércio do Estado do Espírito Santo (Fecom-ES). Também aproveitando a imprensa para externar o seu apoio à tomada do poder pelos militares, parte do empresariado capixaba patrocinou um caderno especial no jornal A Gazeta, do dia 19 de Abril. O matutino publicou as mensagens da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES) e de várias empresas, que viram na ação dos militares a salvação do Brasil da ameaça comunista. Dentre tantos eventos de apoio, o que mobilizou mais setores da sociedade capixaba foi a “Marcha com Deus pela Liberdade”. O historiador destaca que o evento aconteceu em vários locais do Brasil, tendo como base a luta anticomunista, que se aglutinou em torno de várias entidades, dentre elas a Igreja Católica, as Forças Armadas, grupo de mulheres, totalizando cerca de 69 marchas fora as acontecidas no Espírito Santo.

Segundo o historiador, a primeira marcha no Estado aconteceu na cidade de Cachoeiro do Itapemirim. Na edição do Jornal A Gazeta, do dia 23 de Abril, foi noticiada o sucesso do evento. Na mesma edição foram divulgados os preparativos da Marcha em Vitória, que aconteceria dia 25 de Abril, ação destacada também pelas emissoras de rádio. O evento foi organizado por grupos de senhoras, que mobilizaram toda sociedade para participação no evento. Os preparativos para a Marcha recebeu grande espaço para divulgação no Jornal A Gazeta, na edição do dia do evento. Segundo o autor, o veículo de comunicação noticiou que a Marcha foi a maior manifestação popular da história do Espírito Santo. Em relação ao evento em si, o noticiário destacou a amplitude de setores que participaram bem como a relação dos oradores, demonstrando como vários setores da sociedade capixaba aceitavam a intervenção militar. Ainda de acordo com o jornal, o ponto culminante da manifestação foi o discurso do coronel Newton Reis, representante do comando revolucionário no Espírito Santo.

Analisando as mobilizações fica explícito o amplo apoio das classes médias urbanas, que juntamente com os outros setores, principalmente a elite empresarial e política, deram a ação realizada pelos militares. Esses atores sociais sempre quiseram passar uma imagem positiva do período militar, ocultando que a repressão funcionou no Estado.

### 3.1 A AÇÃO DO APARATO REPRESSIVO NO ESPÍRITO SANTO

Como destacamos o apoio dado inicialmente ao Golpe Militar no Espírito Santo foi bem maior do que a resistência à derrubada do Presidente. De acordo com FAGUNDES e ANGELO (2014, p. 152), mesmo com a perversa herança dos grandes projetos industriais implantados no Estado durante o Período Militar, o aspecto mais ressaltado é a visão positiva da ação dos militares no Espírito Santo, chegando a se tornar praticamente uma história oficial. Desse modo essa memória positiva serviu para encobrir todo o processo de perseguição, prisão e tortura de várias pessoas no território capixaba. Essa visão parcial passou a ser questionada a partir de uma série de ações, como a organização dos arquivos e a realização de vários trabalhos que mostraram uma visão mais completa desse período no Espírito Santo.

O processo de perseguição que aconteceu no Estado teve seu auge no final da década de 1960 e início da década de 1970 quando o SNI, articulado com outros órgãos funcionou a todo vapor na vigilância e perseguição aos subversivos.

#### 3.1.1 O Aumento da Repressão a Partir da Atuação do SNI

De acordo com FAGUNDES e ANGELO (2014, p. 154) Fagundes e, a repressão mais intensa no Estado ocorreu com a implantação do SNI na capital capixaba. O documento mais antigo emitido pelo órgão é datado de novembro de 1968, ou seja, um mês antes da decretação do AI-5. Trata-se de um ofício assinado pelo coronel José Sylvio Alves, chefe da agência do SNI/Vitória, e encaminhado ao diretor da Faculdade de Medicina da UFES, solicitando informações como nome, endereço, sexo, ocupações anteriores e atividades políticas dos investigados pelo órgão. No documento, a chefia do SNI na capital capixaba solicita que todas as informações sejam encaminhadas para a sede do órgão. Os autores destacam que existia uma preocupação em sanear ideologicamente o campus da universidade, principalmente porque o movimento estudantil foi o setor mais incisivo na crítica aos militares no final da década de 1960.

Essa solicitação de informações feita pela agência estadual do SNI a outro órgão fazia parte do *modus operandi* do aparato repressivo montado nos estados. No caso do Espírito Santo, o SNI atuou em conjunto com os outros órgãos de repressão como o DOPS, o Departamento da Polícia Federal (DPF), a Secretaria de Segurança Pública, a Polícia Militar e o 3º Batalhão de Caçadores. Excetuando esses órgãos ligados à segurança pública, para reforçar a vigilância sobre os órgãos federais existentes no Estado, como por exemplo, a UFES, foram criadas as Assessorias de Segurança e Informação (ASI) e as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI).

FAGUNDES (2013, p. 306) destaca que a vigilância exercida na UFES aconteceu a partir de 1971 estendendo-se durante todo o regime militar. O autor ressalta que houve, durante esse período, as chamadas ondas repressivas, períodos em que havia maior produção de documentos, vigilância e outras ações que afetaram o cotidiano da instituição. Houve também a proibição ou suspensão de entidades estudantis, abertura de inquéritos contra professores e funcionários, confisco de material e documentos e prisões. Dentre as ondas repressivas, destaca-se a que aconteceu a partir de 1977, com a vigilância ao movimento estudantil, principalmente na atuação do Diretório Acadêmico do Centro de Biomedicina (DACBM) e o do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (DACCJE), que contribuíram de forma decisiva para a reorganização do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

FAGUNDES e ANGELO (2014, p. 160) ressaltam que as ASI, mesmo instaladas em órgãos públicos diferentes, atuavam de forma sincronizada. Um exemplo dessa ação articulada foi a fiscalização realizada pela Delegacia Regional do Trabalho no Espírito Santo (DRT/ES) sobre os sindicalistas. Para atingir seu objetivo, a Delegacia mantinha estreitas ligações com vários órgãos de segurança, dentre eles o DOPS. Essa preocupação com a vigilância sobre os sindicalistas capixabas era justificável principalmente a partir de meados da década de 1970, com a organização da Frente Sindical, articulação realizada entre os sindicatos capixabas visando a retomada da direção das entidades que tinham dirigentes indicados pelo Ministério do Trabalho. Um dos grupos mais atuantes nessa Frente foram os professores da rede estadual do Espírito Santo, que mesmo não podendo sindicalizar-se, visto que a lei não permitia, mantiveram estreitas ligações com esses sindicalistas devido à proximidade ideológica. Vale ressaltar que a ligação entre os órgãos não se dava somente dentro do Estado.

Os autores apontam que não foi somente a agência do SNI de Vitória que solicitava informações sobre as atividades acadêmicas da UFES. A agência Central do SNI, em Brasília, também solicitou informações sobre a designação do professor-estudante Domingos de Freitas Filho para membro da “Comissão de Estudo de Tempo Integral”. Esse pedido de informação foi datado de maio de 1969, ou seja, depois da decretação do AI-5, que ocorrera em dezembro de 1968. Como vimos anteriormente, a atuação do SNI no território capixaba é anterior ao AI-5, contudo, com a decretação desse ato, os órgãos de repressão tiveram maior liberdade de atuação, ou seja, foi dada “carta branca” para a realização de atos legais e ilegais, que no Estado intensificou-se a partir de 1971.

Os pesquisadores destacam que os primeiros efeitos do AI-5 foram sentidos logo no início de 1969, com a cassação do mandato do deputado federal Mário Gurgel e dos deputados estaduais Daílson Laranja e José Ignácio Ferreira, todos pertencentes ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em agosto do mesmo ano, a agência central

do SNI solicitou informações de doze cidadãos capixabas, a maioria parlamentares. As informações levantadas eram sobre a naturalidade, estado civil, nome dos pais, endereço, dentre outras. Segundo os autores, o que chama atenção são as informações solicitadas nos itens 18, 19 e 20: atividades criminais, atividades políticas e outras informações. As informações políticas da Ficha-conceito do deputado federal Mário Gurgel “explica” a sua cassação:

Subversivo. Ligado aos comunistas. Ligado às entidades sindicais comuni-janguistas. Em Abr 64 tomou parte e foi um dos oradores mais ardorosos e exaltados (...). Nesse comício atacou violentamente as Forças Armadas (...). Em 1966 foi eleito Deputado Federal pelo MDB. Em 1967 foi submetido a processo de Investigação Sumária, pela Comissão de Aplicação do Ato Institucional do Estado do Espírito Santo a fim de enquadramento nas sanções previstas no artigo 7º do AI nº 1.

Os autores destacam que o prosseguimento da repressão no território capixaba, após a cassação dos mandatos dos parlamentares, aconteceu através da realização da operação Gaiola, em outubro de 1970. Essa operação, que foi comandada pelo 3º Batalhão de Caçadores BC, resultou na captura e detenção de vários elementos considerados subversivos, dentre eles o vereador e ex-presidente da Casa do Estudante de Cachoeiro de Itapemirim (CECI) Roberto Valadão e o jornalista Rubens Gomes. O início dessa década marca o período mais intenso da atuação dos órgãos de repressão no estado. Os pesquisadores destacam que, em 1971, houve a captura de inúmeros militantes da ala vermelha do PC do B. No ano seguinte, além da captura dos militantes de esquerda ligados a chamada Guerrilha do Araguaia, foi aberto um IPM (Inquérito Policial Militar) que arrolou 33 pessoas suspeitas de militarem no PC do B, no qual o principal procurado foi o militante estudantil Iran Caetano.

FAGUNDES (2011, p. 29) destaca que essa movimentação levou o DOPS a aumentar consideravelmente o seu fichário. É importante destacar que dentre as cerca de 25000 fichas que o DOPS possuía, não havia somente pessoas que atuavam dentro do Estado. O autor aponta que figuras que nunca atuaram no Espírito Santo, como o comunista Luís Carlos Prestes e a ex-guerrilheira e atual presidente do Brasil, Dilma Roussef, também possuíam fichamento no órgão. Na década de 1980 ocorreram duas modificações na Polícia Política, através da Lei nº 3.391, de 03 de dezembro de 1980, e da Lei nº 3.705 de 28 de dezembro de 1984. De acordo com o autor, o DOPS acabou de direito em 1985. Contudo, um pouco antes do seu término o órgão ainda continuava sua rotina de vigilância. Um exemplo dessa ação foi o acompanhamento feito ao ato pró-legalização do PC do B.

No relatório feito pelos agentes fica claro que houve acúmulo de informações sobre os militantes da esquerda capixaba. Para o autor, contudo, o que mais chama atenção foi a data: 25/03/1985, ou seja, doze dias depois do início da Nova República. Os



dados constantes no relatório indicam que a ação dos órgãos de segurança estavam na “contramão” do ambiente de redemocratização reafirmado pela emenda constitucional nº 25 de 15 /05/1985, que tratava das eleições diretas para todos os cargos e dos partidos políticos, que puderam voltar para a legalidade. Após a extinção do DOPS, no meado da década de 1980, todo o material foi levado para a sede da Polícia Federal, e após a extinção, de direito, da Polícia Política Capixaba, através da lei estadual nº 4.573, de 31 de outubro de 1991, a documentação foi transferida para o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). O acesso a essa documentação, fruto de um longo processo histórico, contribuiu bastante para uma nova visão sobre o regime militar no Estado.

FAGUNDES e ANGELO (2014, p. 168) apontam que alguns estudos mais atuais já questionam a positividade da Ditadura Militar no Estado. Outro dado que contribui para a crítica é em relação aos casos de tortura. Segundo os autores, o Espírito Santo teve mais denúncias de tortura que outros estados com maior extensão territorial, como Santa Catarina. Em relação aos processos existentes no Superior Tribunal de Justiça Militar (STM), o Estado possui mais denúncias que em Goiás, local de ação de grupos que aderiram à luta armada. Esses dados demonstram que houve uma ação repressora em terras capixabas, ficando claro que uma visão de memória do triunfo não se sustenta ou não deve ser considerada como a única possibilidade de interpretação da ditadura, pois, de acordo com os autores, a “vontade de silenciar sobre a repressão política é uma dos meios para consolidar o esquecimento, chave explicativa para atender as exigências de quem estava no poder, perpetuando o esforço de alguns setores no sentido de cristalizar um esquecimento ou silêncio”.

Foi essencial, para uma análise mais abrangente do Período Militar, foi essencial que ocorresse a abertura dos arquivos da Polícia Política e a sua utilização em pesquisas acadêmicas. O acesso a essa documentação foi um processo lento, que no Espírito Santo só ganhou impulso a partir do projeto Memórias Reveladas.

### **3.1.2 Memórias Reveladas: o Divisor de Águas**

Em dezembro de 2008, o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) iniciou sua participação no Projeto “Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil”, uma iniciativa da Casa Civil da Presidência da República, coordenada pelo Arquivo Nacional. Essa parceria, junto com outras ações, proporcionou a organização e disponibilização dos arquivos da repressão ao nível de outros arquivos

estaduais. De acordo com FAGUNDES (2012, p. 09), no ano de 2009 foram iniciados os trabalhos de tratamento e organização dos documentos do DOPS/ES, fruto da parceria institucional entre o Arquivo Público do Espírito Santo e o Arquivo Nacional.

Segundo o site do APEES o acervo DOPS/ES constitui-se de correspondências recebidas e expedidas por órgãos da Secretaria de Segurança Pública, assim como ordens de serviços, relatórios, ofícios internos e externos, informes, radiogramas, encaminhamentos, pedidos de busca, requerimentos, atestados de conduta de ideologia política, depoimentos, inquéritos policiais, fotografias, jornais, livros, cartazes e panfletos. Esses tipos documentais contêm informações sobre diferentes assuntos, dentre eles: investigação de pessoas, instituições públicas e privadas, partidos políticos, sindicatos, organizações clandestinas, manifestações, atos públicos, eventos, eleições, movimentos grevistas e estudantis, organizações religiosas ou políticas como Aliança Nacional Libertadora e Ação Integralista Brasileira, além de fichas policiais de identificação contendo informações sobre indivíduos, instituições e municípios

De acordo com MALVERDES e FAGUNDES (2012, p. 64), a relevância deste projeto está na organização dos arquivos para permitir o trabalho de pesquisa, pois a produção de instrumentos permite ao pesquisador reduzir a quantidade de documento a ser consultado. Juntamente a esta ação, destacam os autores, o processo de digitalização do acervo contribuirá para o amplo acesso e disseminação dos documentos, pois permitirá o acesso por meio de redes informatizadas, contribuindo ainda para a preservação dos documentos arquivísticos originais. Em relação ao local em que foi produzido, quando não existe referência, consta a indicação s.l (sem local), e quando não existe a referência da data, consta a indicação s. d (sem data), deixando a cargo do pesquisador a consulta ao dossiê. Os documentos foram separados conforme suas séries e subséries, sendo que o projeto resultou em 257 descrições e a digitalização de todo o material, num minucioso trabalho de identificação dos panfletos, cartazes e publicações que compõem o fundo DOPS/ES (1930-1985).

FAGUNDES (2012, p. 09) destaca que no final da década de 2000, quando se iniciou a parceria entre o Arquivo Público Estadual e o Nacional, foi celebrado um convênio entre o Departamento de Arquivologia da UFES e o Arquivo Público, sendo que essa parceria propiciou aos estudantes do curso de Arquivologia o desenvolvimento de atividades de pesquisa no Arquivo. Outra iniciativa que colaborou para que o Arquivo Público do Espírito Santo garantisse o pleno acesso à informação foi a criação do Grupo de Estudo sobre os Arquivos do DOPS/ES. De acordo com o autor, esse grupo, que reúne graduandos de Arquivologia e pós-graduandos em História pela UFES, tem como meta incentivar a pesquisa e a produção de trabalhos sobre o tema. Desse modo tivemos várias dissertações de Mestrado tendo por fonte principal os arquivos da repressão<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> ROCHA JUNIOR, José Carlos. No encalço dos companheiros : militantes do Partido do Trabalhadores

Toda essa documentação, arquivada no APEES, foi fruto da vigilância diária que durou quase todo século XX, intensificando-se em determinados momentos.

### 3.1.3 Modus Operandi da Polícia Política: a Prática Cotidiana de Vigilância

De acordo com FAGUNDES (2012, p. 16), fica bastante claro, nas pesquisas com a documentação existente nos arquivos, que havia uma prática cotidiana de controle exercido pela Polícia Política. Essa vigilância diária durou décadas, sendo a marca principal desse período o combate a todas manifestações contrárias ao discurso ordenador. Sendo assim, fica claro que o trabalho desenvolvido pela Polícia Política se tornou, de acordo com HORTON e HUNT (1980, p. 146), sistemático e previsível, ou seja, sendo encontrados meios de atribuir responsabilidade a diferentes funcionários, formular padrões de comportamento, manter a lealdade dos participantes e desenvolver métodos de lidar com outras instituições. Segundo os autores, quando certas atividades se tornaram meios padronizados, rotinizados, esperados e aprovados para atingir metas importantes, esse comportamento foi institucionalizado.

Nesse processo de vigilância diária era essencial que houvesse agentes que desempenhassem o que chamamos de papel institucionalizado, ou seja, aquele procedimento que foi padronizado, aprovado e esperado, normalmente cumprido de maneira bastante previsível, não importando a pessoa que o desempenhe. Os autores frisam que a instituição, para funcionar de forma satisfatória, precisa, além do agente, também de um aglomerado de traços institucionais ou características que a marcam: códigos de comportamentos, atitudes, valores, símbolos, rituais, ideologias. Veremos como se deu essa ação dos agentes no Espírito Santo, destacando algumas situações vivenciadas pelos agentes na vigilância dos professores da rede estadual de ensino do Espírito Santo nos anos de 1979 a 1981.

#### 3.1.3.1 A Rotina e o Papel dos Agentes

De acordo com FAGUNDES (2012, p. 17), com a organização dos dossiês existentes no APEES podemos traçar ou vislumbrar como era a rotina de trabalho dos agentes do DOPS. O primeiro era a apreensão dos impressos. Posteriormente havia a solicitação

---

(PT) sob vigilância da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES) – (1978-1985). Vitória. UFES. 2014. 183 f. (Dissertação de Mestrado)

SILVA, Erilaine Ribeiro da. Fé e Repressão Política: Atuação de Militantes Cristãos sob o olhar da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo. (1974 – 1985) / Vitória: UFES. 2013. 179f. (Dissertação de Mestrado)

BAPTISTA, Leonardo. Entre a Ilegalidade e a Luta Institucional: a Atuação do PCB no Espírito Santo no Contexto da Abertura Política (1978-1985). Vitória: UFES. 2016.

da operação de vigilância, observação do evento, elaboração do relatório por agentes do DOPS/ES, abertura de ficha dos suspeitos e envio de todo o material para dossiê específico. O destino desta “linha de produção de informações” eram os arquivos dos órgãos de segurança. Toda essa rotina de trabalho dependia de um pessoal qualificado e bem treinado para funcionar a contento.

HORTON e HUNT (1980, p. 146) destacam que as organizações funcionam mais suavemente quando podem atrair pessoal competente e, algumas vezes, se vêem prejudicadas por elementos que não se ajustam aos papéis que lhe forem atribuídos, sendo extremamente importante certo grau de uniformidade na conduta daqueles que têm determinada ação institucional. Os autores frisam ainda que um código formal é apenas uma parte do requisito total que compõe um papel institucional. Para eles, grande parte do comportamento em qualquer papel consiste em um corpo elaborado de tradições informais, expectativas e rotinas, que uma pessoa absorve somente através de longa observação e experiência gerando com isso um conjunto de expectativas de comportamento que dá pequena margem a excentricidade pessoal.

No caso da Polícia Política, dificilmente os agentes da repressão podiam se afastar desse papel, pois se deixassem de atuar dentro das expectativas da instituição, em geral perdiam sua influência. Conforme assinalam os autores, era um grande desafio conseguir uma padronização na ação dos agentes nos períodos de maior repressão. Assim como os papéis de todas as espécies, os institucionais eram cumpridos com maior êxito pelos que aprenderam plenamente as atitudes e os comportamentos apropriados a determinada ação. Contudo, quanto maior a estrutura, mais alto o grau de especialização, e maior também a possibilidade de acontecer falha por parte dos agentes. No caso da Polícia Política, o risco ocorria principalmente com aqueles que se infiltravam nas atividades para o levantamento de informações.

De acordo com FAGUNDES (2011, p. 25), um ponto a se destacar é sobre um dos princípios elementares do *modus operandi* da Polícia Política: o sigilo. Como em algumas operações os agentes trabalhavam infiltrados nas organizações investigadas, as ações sigilosas e a discrição nas operações foram bastante enfatizadas, tanto que os agentes eram orientados a adotar nomes de guerra, sempre andar à paisana e evitar cortar o cabelo no estilo militar. Um exemplo de uma ação não exercida de forma correta foi a vigilância de uma assembleia de professores da rede estadual de ensino do Espírito Santo, acontecida em 1979.

Como era de praxe, foi aberta uma ordem de serviço para a designação dos agentes que estariam infiltrados no ato, para detectar possíveis “elementos” estranhos à classe. Conforme relatório, houve a descoberta de pessoas estranhas à União dos Professores do Espírito Santo (UPES), com destaque para o elemento conhecido como professor Tadeu. O grande problema, segundo SOARES (2005, p. 184), foi que o agente da

SPT Jones Custódio de Paula, que estava responsável por fotografar o evento, foi descoberto pelos organizadores da assembleia. Neste instante o chefe da operação, Valdir Xavier, precisou intervir para evitar que houvesse a entrega do filme e a agressão ao agente por parte dos professores.

FAGUNDES (2011, p. 26) destaca que outra característica da ação da Polícia Política foi a adaptação do *modus operandi* do DOI-CODI para cada região. Os comandantes, que geralmente eram os representantes das Forças Armadas, poderiam requisitar agentes da Polícia Militar, Polícia Federal e do DOPS. No caso do Espírito Santo os “interrogatórios”, também sob o comando de militares do Exército eram realizados nas dependências do então 3º Batalhão de Cavalaria (BC), atual 38º Batalhão de Infantaria (BI). Nos documentos analisados para a escrita do capítulo final dessa dissertação, fica bastante claro que a vigilância aos trabalhadores em educação da rede estadual de ensino do Espírito Santo era feita através de uma rede que envolvia os órgãos citados que trocavam informações não somente dentro do Estado. No caso da pessoa que foi acusada de tentar tomar a câmera fotográfica do agente da Polícia Política, professor Tadeu, o DOPS /ES solicitou e obteve várias informações dos órgãos de repressão do estado de São Paulo. Contudo, algumas vezes havia divergências entre os órgãos de segurança. Um exemplo aconteceu entre a Polícia Política, que trabalhava na lógica investigativa, e a Polícia Militar, que trabalhava de forma mais repressora.

Para a vigilância da assembleia dos professores da rede estadual de ensino, acontecida em maio de 1979, foram designados agentes para se infiltrar e obter informações para a posterior realização do relatório. Como havia sinalização de greve, as dependências do local do evento, a Escola do Carmo, estavam superlotadas, havendo ainda cerca de 100 estudantes do lado de fora do colégio apoiando o movimento. Contudo, de acordo com o relatório feito pelos agentes do DOPS, a ação da Polícia Militar, com lançamento de gás lacrimogêneo para dispersar os estudantes, provocou um grande tumulto, não acontecendo uma tragédia devido à condução dos trabalhos pela presidente da UPES Myrthes Bevilacqua. Ela pediu que ninguém saísse do local, chamando os presentes para rezar o Pai Nosso e cantar o Hino Nacional. De acordo com o relatório, houve repercussão negativa em relação a ação da PM, sendo que este fato serviu para desgastar os órgãos de segurança pública perante a população. Em relação a vigilância aos professores capixabas destaca-se a grande estrutura montada com as informações sendo disponibilizadas para diversos órgãos até chegar, nesse caso específico, as mãos do governador Eurico Rezende. E essa estrutura, que fora organizada em 1953, funcionou a todo vapor na década de 1970.

FAGUNDES (2011, p. 29) destaca que houve um grande aumento na massa documental do DOPS/ES, principalmente a partir dos anos de 1970. Pedidos de busca, atestados de conduta ideológica, inquéritos policiais, dossiês, fotografias, jornais, panfle-

tos, cartazes foram alguns exemplos de conjuntos documentais amplos e diversificados produzidos por este órgão. É importante destacar que a estrutura repressiva existente no estado foi fruto de um processo que se iniciou em princípios do século XX e que veio se aperfeiçoando, com destaque para a estruturação da Polícia Política acontecida no ano de 1953, atingindo seu auge na Ditadura (1964-1985). Segundo o autor, com o golpe de 64 os militares criaram o SNI e, com o surgimento dos órgãos de segurança ligados às Forças Armadas o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), o CISA (Centro de Informações da Aeronáutica) e o CIE (Centro de Informações do Exército), houve a efetiva centralização de um sistema nacional de informação e de um sistema nacional de segurança através do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna). Esse sistema, coordenado pelo Exército, na prática centralizou os órgãos de segurança regionais (Polícia Federal, Polícia Militar e Civil, DOPS).

O pesquisador ressalta que os materiais confiscados pelos órgãos de repressão tinham como finalidade divulgar idéias, propostas ou opiniões de certos grupos ou organizações da sociedade que expunham publicamente suas idéias, sendo que a maioria do material era para a solicitação de verbas públicas para as áreas sociais, melhorias nas condições de trabalho ou maior democracia, e não somente o questionamento à ordem imposta. O controle e a seleção dos materiais impressos – cartazes, panfletos e jornais – que poderiam ser lidos publicamente, era uma tarefa cotidiana dos agentes da Polícia Política. Qualquer convocação para uma atividade pública – reunião, congresso, passeata, eleição – acabava se tornando prova do “crime político” e servia de justificativa para a apreensão pelos agentes do DOPS/ES.

O autor aponta que o fato que se destaca em todo esse processo de levantamento de informações era o ato de carimbar. Esse ato representava bem mais do que um ato burocrático. No que tange a dimensão material, o carimbo servia para identificar o grau de importância, urgência e periculosidade do objeto de investigação. Por outro lado, simbolicamente, receber um carimbo dos agentes da repressão significava a estigmatização de certos grupos ou “elementos”. Se uma entidade ou indivíduo tivesse o material de propaganda apreendido, era um indicativo de que as informações coletadas seriam “socializadas” entre os vários órgãos de segurança e, possivelmente, seriam rotulados de subversivos. Além disso, frisa o autor, ler, debater, divulgar, participar ou colaborar financeiramente com esses elementos seria uma prova cabal de aceitação e colaboração com as idéias subversivas, e quem fizesse essas ações seria colocado no rol dos perigosos, justificando a prática de atos de censura e violência. FAGUNDES (2012, p. 18) destaca ainda que o processo de vigilância mais intensiva sobre determinados grupos ou pessoas era pela construção de estereótipos de “inimigos da ordem”, principalmente em relação à liderança sindical ou estudantil. Contudo, vale frisar que o simples fato de um grupo de pessoas se organizar, independentemente de

sua orientação ideológica, era motivo para a entrada na galeria de suspeitos e sofrer vigilância.

Agora iremos conhecer melhor esses grupos que sofreram uma vigilância mais intensa por parte da Polícia Política.

### 3.1.3.2 Os Principais Alvos do Aparato Repressivo

O modo como os agentes se referiam ou rotulavam quem era perseguido foi um dos traços institucionais mais marcantes do *modus operandi* da Polícia Política. A rotulação de determinados grupos ganhou força, principalmente a partir da década de 1930, com a organização da primeira onda anticomunista. Em relação a documentação pesquisada para a escrita do capítulo final dessa dissertação, oriunda da vigilância aos professores da rede estadual de ensino do Espírito Santo, dois termos tiveram destaque: elemento e subversivo. O primeiro termo era utilizado principalmente para identificar quem não fazia parte da categoria e o segundo foi utilizado para rotular a presidente da União dos Professores do Espírito Santo (UPES) Myrthes Bevilacqua Corradi e posteriormente os professores. É importante destacar que a vigilância não se dava somente aos grupos ligados à esquerda, contudo os grupos que mais foram vigiados, perseguidos e rotulados eram os que tinham ideais mais revolucionários.

No início da organização da Polícia Política no Rio de Janeiro, no final do século XIX, mesmo que ainda não estivessem claro quais grupos cometiam crime político, não era aceito “subverter à ordem”. Outra ação duramente reprimida era a tentativa de organizar os trabalhadores, principalmente se fossem com idéias anarquistas. No decorrer do processo de institucionalização da Polícia Política, ou seja, de organização das rotinas e procedimentos, também se clareou quais seriam os grupos que mais ameaçariam a ordem. Por conseguinte, quando chegamos ao governo Vargas, a estrutura montada estava pronta para a perseguição aos subversivos, neste momento representado na sua quase totalidade pelos seguidores de Lênin, os comunistas.

De acordo com MOTTA (2002, p. 47), os comunistas foram representados ao longo da história por uma série de adjetivos, sempre como conotação negativa, como por exemplo, piratas, desvairados, paranóicos, degenerados, dementes, bárbaros, selvagens, representações essas que tinham como base temas arcaicos. Contudo, segundo o autor, os comunistas não foram acusados de serem responsáveis somente pelas mazelas do passado. Pairava sobre eles também os problemas do mundo moderno, como a inflação, visto que desestabilizavam a ordem econômica. Como um dos pressupostos centrais da ordem social era a garantia de um ambiente propício ao capitalismo, organizar os trabalhadores para lutar pelos seus direitos era inaceitável, tanto no Rio de Janeiro no final do século XIX, como no Governo Vargas e na Ditadura, de 1964 a 1985. Nesse último caso, mesmo com a chamada transição lenta e gradual proposta por

Ernesto Geisel, bastou os trabalhadores se organizarem em São Paulo e questionarem a ordem econômica para que o governo, juntamente com os empresários, esquecerem a promessa e utilizarem o aparato repressivo para acabar com o movimento.

No caso do Espírito Santo, a rotulação aos grupos perseguidos também era uma prática constante e rotineira. Um dos exemplos mais claros dessa ação aconteceu com a presidente da União dos Professores do Espírito Santo (UPES) Myrthes Bevilacqua Corradi. Durante a sua gestão à frente da UPES (1973 a 1981), Myrthes foi taxada de subversiva pelo líder do governo Élcio Álvares, na Assembleia Legislativa, Edson Machado, devido à sua constante luta na defesa dos direitos dos trabalhadores em educação da rede capixaba de ensino.

De acordo com FAGUNDES e ANGELO (2014, p. 162), a estrutura repressiva criada no Espírito Santo, mais do que controlar os subversivos ou os “elementos”, nomenclatura bem comum e constante nos arquivos da repressão, teve como objetivo de silenciar e impedir manifestações. Entre os grupos mais vigiados nas terras capixabas destacam-se os militantes do chamado novo sindicalismo, os progressistas da Igreja Católica, os participantes dos partidos políticos, a imprensa alternativa e os membros do movimento estudantil, principalmente da UFES.

Os autores destacam que no início dos anos 1970, os órgãos de repressão foram mais incisivos no combate aos grupos que aderiram à luta armada, contudo, após a desarticulação desses grupos, a vigilância voltou-se para os grupos citados acima. Mesmo no período de abertura, em 1978, os órgãos de repressão continuaram atuantes, como podemos perceber na confecção do *Relatório sobre a subversão* no ES, documento que pretendia apresentar uma síntese da evolução do movimento subversivo no ES pós-1972. De acordo com os autores, o relatório destaca que, após um período de apatia, devido às prisões, tortura e abertura de processos contra os subversivos, surge um novo foco de resistência no Estado: o movimento estudantil da UFES, que ganhou força devido à volta de alguns alunos afastados por força do Decreto Lei nº 477 e o surgimento do tablóide Posição.

Segundo os pesquisadores, no ano de 1977 temos a reorganização do movimento estudantil a nível nacional. No caso do Espírito Santo, temos a retomada do movimento com a organização dos Diretórios Acadêmicos do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) e do Centro de Biomédicas (DACBM). No ano de 1978, depois de intensos debates, foi realizada a eleição para a escolha da nova diretoria do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFES, sendo eleito o estudante de economia e atual governador do estado Paulo Hartung.

Os historiadores apontam que o relatório aponta o surgimento do tablóide Posição, sendo que a vigilância a esse jornal mostra uma das principais ações dos órgãos de repressão: monitoramento da imprensa e dos jornalistas. Essa vigilância gerou um



dossiê temático sobre o Sindicato dos Jornalistas, com destaque para a presidência do jornalista Rogério Medeiros, um dos líderes do Novo Sindicalismo no Estado. É importante destacar que a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que congregava jornalistas de todo o Brasil, foi uma das entidades mais críticas a ação dos militares. Outra entidade também muito vigiada foi a Igreja Católica, principalmente devido à atuação de alguns de seus membros, que devido a sua ação também foram destaque no Relatório sobre a Subversão.

De acordo com os autores, a vigilância intensifica-se, a partir do ano de 1973, devido a algumas ações realizadas pelo bispo da Arquidiocese de Vitória, Dom João Batista de Motta e Albuquerque, seu auxiliar Dom Luiz Gonzaga Fernandes e parte do clero, como a criação do Conselho Pastoral da Arquidiocese de Vitória (COPAV). É importante destacar que a Igreja Católica, de apoiadora do Golpe Militar, passa a ser a instituição mais crítica à ação dos militares. Segundo os autores, devido a sua estrutura e posicionamento, a Igreja se tornou um pólo aglutinador dos subversivos capixabas – militantes das oposições sindicais, do movimento estudantil da UFES e dos setores do MDB capixaba. FAGUNDES (2011, p. 28) destaca que outros grupos religiosos também foram vigiados: Testemunhas de Jeová, o grupo católico ultraconservador Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), os Meninos de Deus e a 1ª Igreja Presbiteriana de Vitória.

Outra entidade que inicialmente apoiou o golpe e depois reviu sua posição foi a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). De acordo com os autores, a eleição da seccional capixaba foi alvo da ação dos agentes da Polícia Política. A vigilância resultou em um documento produzido pela Agência do SNI no Rio de Janeiro, destacando que a eleição foi realizada em 09 de novembro de 1978 sendo eleita a chapa Rui Barbosa. Conforme vimos anteriormente, o reposicionamento da OAB, ABI e Igreja Católica pressionou o Governo Federal a fazer a abertura do regime, mesmo com a resistência dos órgãos de repressão e boa parte do comando das Forças Armadas. A aprovação da Lei da Anistia, em 1979, a revogação da Lei de Segurança Nacional e a reforma partidária, que instituiu o pluripartidarismo, foram sinais da distensão política. Em relação à vigilância, constam no acervo do DOPS/ES documentos que comprovam que houve vigilância aos partidos fundados neste momento- final da década de 1970 e início da década de 1980- como o Partido dos Trabalhadores (PT), bem como do PCB e o PMDB, partido fundado a partir do MDB.

Segundo os autores, em 1982 tivemos as primeiras eleições diretas para governador, desde 1962. Diferentemente de outros estados do Brasil, no Espírito Santo tivemos a substituição do último governo biônico, Eurico Rezende, por seu antigo colega de partido Gerson Camata, que disputou a eleição pelo PMDB. Esse fato marca a última vitória eleitoral da Arena e demonstra como as elites capixabas se uniram em torno dos

seus interesses, como fizeram no início da Ditadura Militar. FAGUNDES e ANGELO (2014, p. 166) destacam que houve uma intensa vigilância dos órgãos de repressão sobre as candidaturas ligadas ao PT. O que mais chama atenção no processo eleitoral de 1982 é a força dada aos comunistas, visto que, para os agentes da repressão, os seguidores de Lênin teriam uma série de ligações e ajudaram a eleger vários candidatos, dentre eles a subversiva e professora da rede estadual Myrthes Bevilacqua, que mesmo não sendo sindicalista, participou ativamente das lutas pela renovação sindical no Espírito Santo através da organização da Frente Sindical e na participação de vários encontro de trabalhadores.

Os representantes do Novo Sindicalismo no Espírito Santo, devido à sua linha de ação, sofreram grande perseguição dos órgãos de repressão, principalmente quando organizaram os trabalhadores para a retomada dos sindicatos que estavam nas mãos dos dirigentes ligados ao Ministério do Trabalho. Devido à grande movimentação, tornaram-se alvo dos agentes do DOPS/ES. Dentre os sindicatos mais vigiados do estado, temos: jornalistas, engenheiros, ferroviários, médicos, trabalhadores rurais e construção civil. Mesmo sem poder se organizar em sindicatos, os professores capixabas, através da UPES, formaram a organização que mais chamou a atenção do DOPS. Somente no dossiê da entidade existem mais de 700 páginas de documentos, com destaque para o período de 1979 a 1981, quando a entidade foi presidida por Myrthes Bevilacqua. A atuação dessa liderança chamou a atenção da Polícia Política Capixaba, que abriu um dossiê individual que coletou 147 páginas de documentos.

Nos próximos capítulos dessa dissertação destacaremos o processo de organização dos trabalhadores e trabalhadoras da rede estadual de educação do Espírito Santo. Eles começaram a se organizar a partir de 1958 e, adentrando a década de 1970, se constituíram enquanto categoria, que chegou ao final dessa década questionando o discurso dos governantes em relação à educação e aos educadores, e por isso recebendo uma “atenção especial” do DOPS capixaba.

#### 4 O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO ESPÍRITO SANTO

Quando analisamos o processo histórico de organização dos professores capixabas da rede estadual de ensino, que culminou na criação da União dos Professores Primários do Espírito Santo (UPPES), em 1958, detectamos que desde a década de 1940 tanto a questão da baixa remuneração como a falta de perspectiva de seguimento da carreira acompanhavam o magistério capixaba.

De acordo com SOARES (2005, p. 47), no ano de 1943 o desestímulo de ingresso no magistério foi tão grande que nenhum candidato se apresentou para o exame de seleção na Escola Normal Pedro II de Vitória, oficial e gratuita. Segundo o autor, o governo tentou resolver essa situação oferecendo bolsas de estudo para atrair estudantes para o Ensino Normal, contudo a falta de perspectiva não se resumia somente ao ingresso na carreira, vinha também das instalações físicas das escolas. Soares aponta que a maioria não possuía sequer banheiro. A contradição, neste caso, é que o Estado cedia para as escolas privadas as melhores instalações, mesmo que um estudo divulgado pelo governo Carlos Fernando Monteiro Lindenberg apontasse que o Estado precisaria de cerca de 3000 prédios para abrigar a demanda de matrícula de 70000 crianças. Como veremos, essas benesses feitas com os recursos públicos para a iniciativa privada foi uma ação corriqueira dos diversos governos capixabas, bem como a contratação de docentes temporários.

Segundo o autor, essa prática de contratar professores sem concurso iniciou-se na década de 1950, com a entrada no magistério de 277 normalistas como *docentes de emergência*, profissionais que trabalhavam recebendo um salário muito baixo, com vários meses de atraso e sem nenhum direito trabalhista. Essa situação perdurou durante tanto tempo que praticamente virou uma política de Estado e levou a presidente da União dos Professores do Espírito Santo (UPES), entre 1973 a 1981, Myrthes Bevilacqua Corradi, a chamar os professores com contrato temporário de *boias-frias* da educação, devido à situação de penúria a que esses profissionais eram submetidos. Visando melhorar a situação dos docentes, em dezembro de 1951 o governador Jones dos Santos Neves sancionou a Lei nº 549, que estabeleceu nove estágios para a carreira dos professores, com promoções a cada três anos.

O pesquisador destaca que os governistas a denominaram “Lei Áurea da Educação”, pois o magistério capixaba conseguiria certa autonomia perdida ao longo dos anos devido a dependência em relação ao Poder Público. Contudo, a professora Iracema Conceição da Silva, que posteriormente seria eleita vice-presidente da UPPES, denunciava a injustiça que a lei impunha, “principalmente às professoras mais antigas, pois essas se sacrificaram indo para sertões longínquos, sem nenhum estímulo, muitas

vezes com seus salários atrasados, sofrendo perseguições políticas, sem concurso de ingresso ou remoção”, e todo esse sacrifício tinha sido esquecido pelo Governo na organização da lei. Fora essas questões destacadas, o que veremos neste trabalho é que somente a promulgação da lei não significou seu cumprimento.

O escritor aponta que os governos seguintes desrespeitaram o que determinava a legislação, colocando professores à disposição, fazendo transferências irregulares, apadrinhamentos e perseguições políticas. Mas, como ressalta o autor, a lei também pode servir como parâmetro de punição, situação acontecida em 1956 com o Secretário de Educação Manoel Moreira Camargo, que perdeu o cargo devido a uma série de irregularidades cometidas. O autor destaca que, mesmo no controlado campo educacional, estava sendo gestado um novo discurso no confronto diário com os problemas e, mesmo sem uma organização representativa, os professores estavam superando os discursos que colocavam o magistério como sacerdócio ou missão. E assim a década de 1950 para o magistério capixaba foi um período de grande organização e luta pelos direitos.

O pesquisador ressalta que depois de dez anos de espera por uma decisão do Ministério do Trabalho, os professores do ensino privado conseguiram realizar, no ano de 1955, eleições para a primeira diretoria do Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Primário do Estado do Espírito Santo. Logo na primeira assembleia após a eleição o sindicato já começou a tratar da suplementação salarial, honorários para 1956, fundo sindical, salário mínimo, além da exigência do desconto e do repasse do imposto sindical. Essa movimentação dos professores da rede particular levou a uma mobilização dos docentes secundários do ensino público.

Segundo o autor, esses educadores dependiam da aprovação da lei para se tornarem efetivos, pois eram sempre nomeados interinamente. Logo após prestarem exame de suficiência, como determinava a legislação federal tinham que se submeter a concurso perante uma banca de professores do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. O problema é que o Estado do Espírito Santo passou quinze anos sem realizar concurso. Essa foi uma das questões que levou esses docentes a uma greve na década de 1960, movimento que veremos posteriormente. Porém, todo o processo de desvalorização da categoria não atingia somente os docentes citados. Buscando o atendimento das reivindicações os professores primários da rede estadual de ensino do Espírito Santo também se organizaram na década de 1950.

De acordo com MONTEIRO (1993, p. 23), face à proibição de sindicalização do servidor público, os trabalhadores em educação capixabas criaram uma associação no dia 17 de abril de 1958 e a denominaram de UPPEES, livre da tutela do Estado, porém, fundada com respaldo do aparelho estatal. NOVAES (1992, p. 48) ressalta que a União dos Professores surgiu como a maioria das entidades de docentes em todo o país, com

objetivos recreativos, culturais e de confraternização. Esse movimento organizativo que ocorreu no Espírito Santo está inserido numa ação mais ampla, que aconteceu em vários estados do Brasil nas décadas de 1940, 1950 e 1960. A fundação dessas associações deu-se concomitantemente à criação em 1960 da CPPB (Confederação dos Professores Primários do Brasil).

Segundo MONTEIRO (1993, 1993, p. 48), a ligação da UPPEES com o Poder Público pode ser percebida com a análise da ata de fundação da entidade, na qual, por sugestão da presidente eleita, Anna Bernardes da Silveira – que exercia um cargo de confiança na Secretaria Estadual de Educação (SEDU) – é formada uma comissão para ir à Secretaria informar ao titular da pasta Emílio Zanotti sobre “a fundação da entidade e ainda para estudar com ele as possibilidades e o auxílio que a nossa união deveria merecer”. A autora ainda destaca, baseada em entrevistas realizadas com algumas professoras, que a presença do Secretário de Educação era uma “honra” para a União dos Professores, dando aos eventos um caráter mais oficial. Monteiro, analisando algumas atas da UPPEES logo após a fundação da entidade, confirma essa estreita ligação com os poderes constituídos. Na segunda ata foi prometida à entidade a reserva de uma sala para a sede da União dos Professores nas instalações da Secretaria de Educação. Segundo SOARES (2005, p. 88), essa ligação com o poder público foi uma das situações que seriam questionadas por parte do magistério capixaba.

Na análise da quinta ata da entidade, datada de 1959, MONTEIRO (1993, p. 25) aponta que fica claramente exposto que as melhorias salariais e funcionais do magistério primário não tinham a dimensão de conquista, pois eram conseguidas através de solicitações junto ao Governo por parte da diretoria da entidade, cabendo ao governante a decisão de atender ou não o pedido dos professores. Contudo, essa linha de ação mais branda por parte da UPPEES acabava abrindo espaço para ações diretas por parte do professorado, principalmente porque o Governo, na maioria das vezes, não atendia aos pedidos dos docentes.

SOARES (2005, p. 92), em novembro de 1961 um grupo de professoras primárias visitou a Assembleia Legislativa em bloco para pedir a reclassificação salarial e protestar contra os atrasos salariais. Pressionada, a Assembleia aprovou a reclassificação, contudo o governador Asdrúbal Soares vetou. E a falta de ganhos reais para continuou a gerar indignação entre os associados da UPPEES.

De acordo com MONTEIRO (1993, p. 26), na análise da sétima (1961) e da oitava ata (1962), vislumbra-se que a aparente passividade dos professores capixabas foi colocada em xeque, ficando evidenciado o descontentamento com a linha de ação da entidade. O registro constante na sétima ata aponta para a insatisfação causada pelo fato de o Governo Federal ter deixado de promover movimentos importantes para o

magistério primário. Mas o ponto que mais chama atenção da autora é o conteúdo da oitava ata. A forma como foram compostas as chapas para as eleições da entidade, nas quais constavam professoras que possuíam cargos de confiança no Governo não agradou a todas as associadas.

*Devemos substituir os membros da diretoria por outros que não ocupem cargos em comissão e alegam que como pessoa de confiança do Secretário de Educação e Cultura ou mesmo do Governador jamais poderiam dirigir movimento iguais aos promovidos ultimamente por um grupo que solicitou melhoria salarial ao Governador.*

Essa ação mais radical por parte dos professores primários era exceção, visto que o grupo que realizou uma ação incisiva constante na luta pelos seus direitos foram os professores secundários da rede pública. Segundo SOARES (2005, p. 92), como esses docentes não possuíam uma entidade que os representasse, pois só se juntariam aos docentes primários no início da década de 1970, organizaram uma comissão, em setembro de 1962, e entregaram uma carta ao Governador do Estado protestando contra a situação de penúria em que se encontravam e ameaçando com greve, caso não fossem atendidos.

De acordo com o autor, como o Governo não atendeu às reivindicações houve uma intensa mobilização com assembleias de trabalhadores em educação de várias partes do Estado. Com a divulgação desse fato, através dos jornais e das emissoras de rádio, a sociedade capixaba percebeu as dificuldades por que passavam esses docentes. Soares destaca que essa movimentação obrigou a Assembleia Legislativa a aprovar a transformação dos cargos de professor secundário em professor de ensino médio, elevando os vencimentos para três salários mínimos. Contudo, alegando inconstitucionalidade, o governador Francisco Lacerda de Aguiar vetou a lei; mas a Assembleia derrubou veto. Os educadores retornaram às aulas mas, como era de praxe, o Governo não cumpriu a lei, alegando que era um “privilégio” financeiramente insuportável, e encaminhou a decisão para o Poder Judiciário. Para pressionar os professores, que retornaram à greve devido ao descumprimento do acordo, o governo mandou uma carta para os pais qualificando a greve como ilegal e o movimento como indisciplina, apelando para a volta às aulas. O pesquisador afirma que os educadores conseguiram resistir à pressão, pois contavam com a solidariedade dos estudantes e com o apoio do Conselho Sindical, que reunia vários sindicatos. O Governador chegou oferecer abono para vigorar até decisão judicial, o Conselho Sindical tentou intermediar uma proposta com a comissão de greve, mas não obteve êxito e os educadores voltaram às aulas sem o aumento salarial.

O pesquisador demonstra que o fim da greve, sem nenhum ganho, determinou a saída definitiva de vários profissionais da rede pública. Como forma de luta, os professores

secundaristas realizaram dois movimentos: a chamada “operação tartaruga”, com aula obedecendo ao mínimo estipulado em lei e a criação da Associação de Professores Oficiais de Ensino Médio do Espírito Santo (APOEMES). O mais interessante foi o posicionamento em relação ao movimento dos professores do ensino médio.

Segundo o autor o Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo (CEE-ES) só se manifestou dois meses após o fim da greve, com a sugestão de abono por parte de alguns conselheiros. O presidente do Conselho, ao ser procurado pelo comando de greve, prometeu estudar o assunto. Contudo, devido à sua divisão, o conselho não assumiu nenhuma posição oficial. O jornal Gazeta, oposição ao governo, inicialmente apoiou o movimento, no entanto, com a realização da operação tartaruga, mudou de opinião destacando que os maiores prejudicados eram os alunos. Quem também mudou seu posicionamento em relação aos professores de ensino médio foi a UPPES. Inicialmente a entidade não apoiou o movimento, posição que acabou modificada devido a repercussão da luta dos profissionais secundaristas.

De acordo com o autor, o que ficou claramente demonstrado na organização dos professores capixabas nas décadas de 1940, 1950 e início da década de 1960 é que a remuneração do trabalho ocupava um lugar central em sua luta, realizada de forma mais branda pela UPPES ou de forma mais incisiva pelos docentes do ensino médio e da rede particular de ensino. O historiador demonstra que a realidade dos professores se inseria num contexto mais amplo: a desvalorização da escola pública por parte dos governantes. O número de escolas era insuficiente para atender a população, e as que atendiam, em boa parte dos casos, não tinham um mínimo de condições necessárias para o ensino dos alunos. Segundo o autor, no ano de 1959, de cada dez educadores na rede pública, sete eram leigos. Essa ação demonstrava, como no caso do governo Lindenberg, que o Poder Público, seja por motivos políticos ou financeiros, preferia investir na contratação e aperfeiçoamento de professores leigos em detrimento a realização de concurso público, ficando claramente demonstrado que o avanço do ensino público somente aconteceu devido à pressão dos docentes, dos estudantes e da sociedade em geral.

Ainda de acordo com o pesquisador, mesmo os governadores com visão mais urbana e moderna, como Jones dos Santos Neves, reforçavam a concepção de magistério como um sacerdócio. Contudo o autor deixa claro que a situação do magistério capixaba era aterradora. Se trabalhassem na rede pública, eram mal remunerados, com o salário atrasado e lecionando em escolas precárias, isso quando a sala de aula não era um paiol, uma rinha de galo ou um quarto de casal, como veremos posteriormente em várias “escolas” do interior do Estado. Se lecionassem no ensino privado ficavam sob o rígido controle ideológico dos proprietários das escolas, sendo espremidos entre pais de alunos e os donos de colégio, sentindo “na pele” a cantilena dos governantes

de comparar o magistério ao “verdadeiro sacerdócio”. Devido a toda essa realidade e procurando se articular para tentar conseguir o mínimo de dignidade, os trabalhadores em educação do Espírito Santo se organizaram em sindicatos, no caso dos professores da rede particular ou associações, como no caso dos professores primários, que fundaram a UPPES em 1958 e possuíam uma estreita ligação com os poderes públicos.

A linha de ação, mais ligada ao Governo, valeu algumas conquistas, como a sede da entidade. No entanto representou muito pouco na obtenção de melhores condições de trabalho e desmotivou grande parte dos professores a se filiarem e o pior, acabou gerando desfiliações. Segundo MONTEIRO (1993, p. 27), as eleições eram feitas geralmente com a média de 25 associadas, na maioria das vezes com chapa única e de caráter homologatório, demonstrando uma fragilidade que só foi superada no decorrer da década de 1970. As atividades realizadas e a ligação com a Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB) não surtiram efeito para o aumento do quadro de associados, visto que a linha seguida tanto pela entidade estadual quanto pela nacional sujeitava-se a categoria à “boa vontade” do Governo Estadual ou às benesses do Governo Federal, não contribuindo, de forma alguma, para que os professores pudessem cobrar os seus direitos de forma mais autônoma e independente, visto que o questionamento sobre a relação de proximidade da entidade com o Estado acabava sendo uma exceção.

Essa linha de ação, menos combativa, significou que as lideranças ligadas à UPPES não foram perseguidas a partir do Golpe Militar de 1964, situação inversa às lideranças dos trabalhadores com uma ação mais crítica ao Governo.

#### 4.1 O GOLPE MILITAR E A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

O Golpe Militar que foi dado no Brasil em 1964 significou um grande revés para os integrantes dos movimentos sociais. Como destacamos anteriormente, a perseguição a quem não concordou com a queda do presidente João Goulart foi muito intensa. Em relação à organização dos trabalhadores, aquelas entidades e os dirigentes que propunham uma ação mais incisiva e independente em relação ao Estado foram duramente perseguidos, afastados de suas funções e substituídos por sindicalistas que “rezavam” na cartilha do governo – os chamados pelegos.

No que se refere à organização dos professores primários, JÚNIOR e BITTAR (2006, p. 14) mostram que a CPPB, a mais representativa entidade docente a nível nacional, que tinha caráter mais associativista e recreativo do que propriamente sindical, inicialmente apoiou o regime militar. Contudo esse apoio foi diminuindo, com a colocação em prática das mudanças que os militares propuseram para a educação, até o confronto no



final da década de 1970. Em relação ao magistério capixaba, os professores primários não foram perseguidos como outros grupos. Entretanto, a falta de perspectiva para a melhoria profissional acabava levando os docentes a abandonarem a carreira ou a adotarem uma ação mais direta, devido a passividade da UPPEES, como aconteceu em agosto de 1964.

SOARES (2005, p. 176) relata que um grupo de professoras foi ao Palácio pressionar o Governo para um aumento salarial e reclassificação dos cargos. Quando perguntadas se preferiam receber em dia ou um aumento com atraso, responderam que queriam o aumento, mesmo com atraso, porque o salário nunca era pago em dia. Pressionada pela oposição e pelas condições sub-humanas a que eram submetidos os docentes, a direção da UPPEES, na época sob a presidência de Lucília Lamego Passos, que posteriormente dirigiria a CPPB, questionou a disparidade existente entre os vencimentos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. No início de 1967 os trabalhadores em educação aproveitaram a divulgação de um congresso para reivindicar aumento salarial.

De acordo com NOVAES (1992, p. 50), cerca de 100 educadores realizaram em Vitória, no dia dos professores, uma passeata percorrendo as principais ruas da cidade, divulgando o IX Congresso Nacional dos Professores. Reivindicavam ao Governo a valorização do magistério, solicitando 50% de aumento salarial. Contudo o cartaz que continha essa reivindicação não pode fazer parte da manifestação, pois os educadores não haviam conseguido autorização do DOPS para utilizá-lo. Fora o problema com os professores, outra situação que se arrastava há vários anos e causou grande desgaste ao governador Christiano Dias Lopes, foi a falta de vagas nas escolas públicas.

Segundo SOARES (2005, p. 147) o Governo determinou que as matrículas nas escolas públicas fossem prioritariamente destinadas às famílias com renda de até 2 salários mínimos. Contudo, como o número de vagas era inferior à demanda, houve uma grande pressão dos pais que não conseguiram matricular seus filhos na escola pública por não possuírem recursos para a matrícula nas escolas particulares. Todo esse nefasto quadro era fruto de um processo que vinha se arrastando no Espírito Santo desde a década de 1940: a ausência de investimento na educação, que desembocou na final da década de 1960, tanto na falta de vagas quanto na má formação do magistério, deixando explícito que o Governo não pretendia consolidar o crescimento do ensino público.

O autor aponta que entre 1966 e 1968 triplicou o número de docentes de emergência normalistas, saindo de 531 para 1671, e aumentou também o número de professores de emergência leigos, passando de 1445 para 1929, sendo que no total de educadores em regência de classe, 51,7% eram docentes de emergência. Em relação ao ensino médio a situação era ainda pior: entre os 1660 professores, somente 0,6 % constituíam

a classe dos catedráticos; 35,9 % eram efetivos, e a grande maioria, ou seja, 63,4%, era constituída por interinos suplementares e contratados.

O pesquisador destaca que, não satisfeitas com a situação, as trabalhadoras em educação da Escola Normal, em outubro de 1969, no dia do professor, mandaram um telegrama ao Governador lembrando as promessas de aumento salarial, aposentadoria aos 25 anos, e tratamento mais humano para as suplementaristas, que estavam com salários atrasados. A carta da professora Zilaura Santos de Aquino sintetiza bem o sentimento, depois de tantas promessas não cumpridas.

Ser professor é ser idealista, porém o idealismo não consegue alimentar ninguém. O custo de vida sobe no seu ritmo rotineiro (. . .). Não conseguimos fingir quê trabalhamos apenas por amor a essa bela missão de ensinar (. . .). Além de injustiçado, o professor primário tem que ser um resignado, descrente, por força das circunstâncias, de tudo. Que adianta reivindicar, se ninguém nos ouviria?.

Se na zona urbana faltavam vagas para os alunos, pois quando iam matricular seus filhos os pais recebiam informação de que as vagas já estavam preenchidas, a situação na zona rural era ainda mais complicada. Primeira oportunidade de emprego para boa parte das mulheres, lecionar na “roça” era um grande desafio, pois, além de iniciar antes mesmo de se formar e receberem pouco e atrasado, tinham que morar no local aonde trabalhavam devido a distância de casa e a dificuldade de transporte, e, na maioria das vezes, o local de ensino era improvisado e os professores não apenas lecionavam, pois acabavam por acumular vários afazeres.

#### 4.1.1 Lecionar no Interior: Um Estágio para a Vida Toda

Nas entrevistas realizadas para a escrita desse trabalho, em sua maioria com professoras primárias, ficou bastante claro que para grande parte delas o magistério foi à primeira profissão que tiveram, destacando ainda que era a primeira pessoa formada na família. Dentre os muitos desafios existentes, como havia poucas escolas na zona urbana das cidades do interior, a grande maioria começou a lecionar na zona rural muitas vezes antes mesmo de terminar o curso normal, como no caso da professora Maria José Ramos<sup>1</sup>

Moradora de Cachoeiro de Itapemirim, Maria José Ramos iniciou sua carreira como docente de emergência aos 17 anos. Primeiramente foi lecionar em Piaçu, distrito de Muniz Freire. Depois foi transferida para Venda Nova do Imigrante, interior de Cachoeiro, até chegar a lecionar na sede da cidade, no polivalente Presidente Getúlio Vargas.

<sup>1</sup> RAMOS, M. J. Entrevista a professores aposentados da rede estadual de ensino do Espírito Santo. 2015.

Situação semelhante à da professora Maria José, viveu Neusa Maria dos Santos<sup>2</sup>, que também começou a trabalhar antes de se formar. Por conseguinte para algumas famílias, como no caso da professora Edna Maria de Oliveira<sup>3</sup>, era um orgulho para o seu esposo “ser marido da professora”, e uma honra para o pai, analfabeto, ter uma filha formada.

A professora destaca que o magistério deu-lhe a oportunidade de sair de casa, de “ter dinheiro, mesmo que o meu primeiro pagamento alguém tenha recebido por mim na Coletaria. Quando tive dinheiro na mão pela primeira vez gastei quase tudo no mesmo dia”. Contudo começar a trabalhar não era garantia de não depender mais da ajuda dos familiares. Como o salário era baixo e sempre atrasava, a professora Irma Ambrosin Driusso<sup>4</sup>, moradora de Castelo, ficou um ano sem receber e só não passou fome porque recebia ajuda do pai e das pessoas do local aonde lecionava. No caso da professora Telma da Penha Leal<sup>5</sup> a paciência não foi tão grande, pois, depois de 9 meses sem receber e sendo mantida pelo pai, abandonou a educação pública e só retornou no início da década de 1980.

Mesmo com um salário baixo e com constantes atrasos, como era o primeiro emprego da maioria, as professoras entrevistadas não foram incisivas na reclamação sobre o salário, inclusive algumas disseram que conseguiam sustentar a família, como a professora Solange Ravera<sup>6</sup>: “Na década de 60 eu e meu pai sustentávamos a toda família com o nosso salário”, opinião também compartilhada pelo único professor primário que entrevistei, Júlio Carlos de Oliveira<sup>7</sup>, que afirmou receber cerca de 10 salários-mínimos depois da efetivação. Guardando as devidas proporções, uma explicação plausível para essa situação era que a inflação baixa não corroía o vencimento, e que o salário do professor equivalia a uma quantidade razoável de salários-mínimos, situação que se alterou profundamente na década seguinte devido à inflação e ao arrocho salarial, o que levou a uma pauperização do magistério.

A situação salarial, que melhorou para parte das professoras que foram efetivadas no final da década de 1960, continuava a ser um desafio, principalmente para os docentes que não foram efetivados, pois além do baixo salário, recebiam atrasado. Como na maioria dos casos tinham que morar longe de casa, devido a questão financeira e

<sup>2</sup> SANTOS, Neusa Maria dos. Entrevista a professores aposentados da rede estadual de ensino do Espírito Santo. 2015

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Edna Maria de. Entrevista a professores aposentados da rede estadual de ensino do Espírito Santo.

<sup>4</sup> DRIUSSO, Irma Ambrosin. Entrevista a professores aposentados da rede estadual de ensino do Espírito Santo.

<sup>5</sup> LEAL, Telma da Penha. Entrevista a professores aposentados da rede estadual de ensino do Espírito Santo.

<sup>6</sup> RAVERA, Solange. Entrevista a professores aposentados da rede estadual de ensino do Espírito Santo. 2015.

<sup>7</sup> OLIVEIRA, Júlio Carlos de. Entrevista a professores aposentados da rede estadual de ensino do Espírito Santo. 2015.

dificuldade de locomoção, ficavam muito tempo sem ir em casa . Muitas delas viviam “de favor”, quando não tinham que realizar tarefas extras para conseguir sobreviver, como fez a professora Noêmia Fernandes Barbosa<sup>8</sup>, que foi responsável pelo recenseamento. “Eu ia de casa em casa no setor censitário, entrevistava e entregava o relatório”. A professora Irma Ambrosin Driusso, além da ajuda do pai e da comunidade, organizou uma turma para alfabetizar adultos para conseguir sobreviver.

Devido à dificuldade de transportes, um dos grandes desafios era chegar ao local de trabalho, sendo que a maioria das entrevistadas morava longe de onde trabalhavam. Para as educadoras que moravam perto do trabalho, aconteciam algumas situações inimagináveis, como o caso da professora Noêmia Fernandes Barbosa, moradora do município de Itapemirim. Para não chegar atrasada na escola tinha que acordar às 4:00 da manhã, lascar lenha para fazer a merenda, dentre outras tarefas, até iniciar a aula às 7:00, lecionando para duas turmas, simultaneamente. Para chegar ao serviço, ia de bicicleta, contudo, num dia chuvoso, aconteceu algo inusitado. “levei um susto quando uma cobra se enrolou na roda da bicicleta”. Como tinha de passar próximo ao Rio Itapemirim, quando transbordava somente era possível ir para o serviço de canoa. “Passávamos o maior aperto quando chovia, pois além da areia movediça o canoeiro gostava de beber”. A educadora destaca que ficou ilhada durante um mês no serviço. “Nessa época fiquei doente, como não tinha como passar e tiveram que mandar um helicóptero para me resgatar. Chegando ao hospital tive que operar os dois braços, quase morri”.

Para quem morava longe do serviço era uma verdadeira peregrinação chegar ao local de trabalho. Em boa parte das situações seria de trem, a cavalo, ou a pé; caminhão do leite ou ônibus somente era possível caso houvesse estradas em boas condições. A professora Ana Maria da Silva Laiber<sup>9</sup> destacou que viveu por uma situação delicada, pois devido ao estado ruim da estrada o ônibus caiu num buraco. A professora Paula Lacerda Nascimento<sup>10</sup>, moradora de Cachoeiro de Itapemirim, lecionava na localidade de Paraíso, no interior do município, contudo tinha muitas dificuldades para chegar ao trabalho. “Para chegar no serviço tinha que pegar o trem, mas como ele nos deixava em Jaciguá, a gente ficava no meio do caminho e tinha que andar cerca de quinze quilômetros a pé para chegar no local. Quando comecei a lecionar a escola estava caindo, então a comunidade se juntou e fizeram outra”. A existência de escolas em boas condições no interior do estado era exceção. Em boa parte das localidades os professores ensinavam aos alunos nos mais inusitados locais.

<sup>8</sup> BARBOSA, Noêmia Fernande. Entrevista a professores aposentados da rede estadual de ensino do Espírito Santo. 2015.

<sup>9</sup> LAIBER. ana Maria da Silva. Entrevista a professores aposentados da rede estadual de ensino do Espírito Santo. 2015

<sup>10</sup> NASCIMENTO, Paula Lacerda. Entrevista a professores aposentados da rede estadual de ensino do Espírito Santo. 2015.

A professora Maria Isabel Faria Ribeiro<sup>11</sup> lecionou primeiramente em Nova Venécia e depois em foi transferida para Marataízes. Nesse município deu aula em um local anexo a uma Igreja, numa varanda velha, contudo essa “sala de aula” era muito boa quando comparada a outra onde teve que lecionar: uma rinha de galo. E os locais absurdos para dar aula não param por aí. A professora Nair Gazzoli Braun<sup>12</sup> também trabalhou em um espaço bastante inusitado: uma tulha ou paiol. O caso do professor Júlio Carlos de Oliveira, que morava em Marataízes e lecionava no interior de Venda Nova, também chamava a atenção. O docente narrou que tinha que esperar os donos da casa onde ficava acordar, pois dava aula no quarto de casal. “Dava aula para todos os alunos juntos. Na primeira reunião que fiz, não sabia de uma rixa entre alguns pais e na hora deu uma confusão danada”. Júlio ainda destaca que a casa era de estuque e, como era uma família de descendentes de italianos, ficou comendo polenta durante um ano, dormindo todos juntos no mesmo local. Além de dar aula, o professor lembra que tinha que cortar lenha, fazer merenda, contudo destaca o respeito com que era tratado. “Participava da vida da comunidade, ajudava a organizar as festas religiosas. Tinha um respeito muito grande de todos. A coisa mais triste quando volto ao local é que aonde tinha florestas hoje só tem eucalipto”. Contudo, mesmo com o esforço para dar aula, esses professores normalistas não foram lembrados, pois no início da década de 1970 o Governo apresentou uma proposta de reajuste salarial que desagradou à categoria. Segundo SOARES (2005, p. 117), a UPPES condenou o Governo pelos 20% de reajuste proposto para os professores portadores de curso superior, não contemplando os professores normalistas, a maioria dos filiados a entidade. Além disso, depois de passado um ano, o governo prometeu e não cumpriu. O autor aponta que a não aceitação do reajuste à parte da categoria demonstrava que a entidade estava atravessando um período de crise, pois somente representar os docentes com curso normal, ou seja, com formação de ensino médio, num momento em que os educadores já começavam a ingressar num curso superior, significava que a União dos Professores não acompanhou as mudanças que estavam acontecendo na educação.

NOVAES (1992, p. 51) aponta que para tentar resolver essa situação a entidade capixaba seguiu as determinações da CPPB, que retirou o P de primário e passou a unificar todo o magistério da rede pública através da sigla CPB (Confederação dos Professores do Brasil). No Espírito Santo, a UPPES incorporou os educadores de ensino médio filiados a APOEMES, passando a representar todos os professores da rede pública através da sigla UPES (União dos Professores do Espírito Santo). As entidades representativas do magistério mudaram para se adequar à política educacional proposta

<sup>11</sup> RIBEIRO, Maria Isabel Faria. Entrevista a professores aposentados da rede estadual de ensino do Espírito Santo. 2015.

<sup>12</sup> BRAUN, Nair Gazzoli. Entrevista a professores aposentados da rede estadual de ensino do Espírito Santo. 2015.

pelos militares, o que significou, no final da década de 1970, uma completa alteração na categoria.

#### 4.2 AS REFORMAS EDUCACIONAIS E O NOVO PERFIL DO PROFESSORADO BRASILEIRO: DO SONHO DA PROFISSIONALIZAÇÃO AO PESADELO DA PROLETARIZAÇÃO

Como vimos anteriormente, a realidade educacional não sofreu grandes alterações com a chegada dos militares ao poder. As mudanças que aconteceram somente se materializaram no final da década de 1960 e início da década de 1970 com a colocação em prática do que propunha as leis 5540/68 e 5692/71. Essas leis estavam inseridas num contexto maior, o da modernização pela via autoritária imposta pelo Regime de Exceção, sendo que a escola tinha um destaque, pois era um dos meios mais eficazes de difusão da ideologia que sustentou o Regime Militar.

De acordo com SOARES (2005, p. 149), o processo de modernização da educação pela via autoritária ficou bastante explícito no Espírito Santo, um dos Estados da federação que recebeu os chamados Grandes Projetos, financiados pelo Governo Federal. As ações desenvolvidas no governo Arthur Carlos Gerhardt Santos, que administrou o Estado de 1971 a 1975, propunham incorporar as atividades produtivas ao sistema formal de educação, visto que os investimentos e transferência de novas técnicas de produção exigiriam quadros administrativos e técnicos dotados de qualificações adequadas, que demandariam do sistema educacional estadual uma série de adequações para atender a esses desafios e a demanda que o mercado de trabalho exigia.

Segundo o autor, uma das ações mais abrangentes neste processo de adequação das escolas para a preparação de mão de obra para o mercado de trabalho foi a implantação das escolas polivalentes nos principais municípios do Estado. A ideia inicial era colocar em funcionamento cerca de 40 escolas, contudo essa ideia foi sendo paulatinamente abandonada até o completo sucateamento. Em relação aos professores que foram qualificados para trabalhar nesses colégios acabaram não possuindo nenhuma vantagem, pois viviam com os seus salários atrasados e só se efetivaram na década de 1980, depois de muita luta, como veremos posteriormente. Por conseguinte, as mudanças propostas pelos militares não ficaram restritas aos educadores que trabalhariam nos polivalentes.

NOVAES (1992, p. 51) ressalta que as alterações propostas pela lei 5692/71 para o magistério foram imensas e tinham como objetivo a adequação dos profissionais para atender a demanda do novo momento, ou seja, a formação de técnicos para atuar no setor secundário. Para atender a lei foi tomadas uma série de medidas como a criação de cursos para a formação de especialistas em educação; a possibilidade do seguimento da carreira, através da organização do Estatuto do Magistério e a criação de

faculdades para propiciar aos educadores a formação de nível superior. De acordo com a autora todas essas medidas objetivavam preparar o país para dar o salto necessário e assumir de vez o seu posto no cenário econômico internacional, plasmando para isso um novo professor, que pudesse dar conta desse momento vivido pelo país.

Todavia, para que os governantes pudessem aplicar com toda profundidade, e abrangência necessária, as mudanças na educação, era essencial que o país estivesse com uma economia pujante, crescendo com altas taxas. Esse crescimento da economia, que aconteceu de forma intensa a partir de 1968, sustentou-se somente até o ano de 1973. Com a crise econômica que se instalou no Brasil e durou até a década de 1980, a promessa de profissionalização do magistério se transformou num pesadelo para a categoria. Esse “sonho” de profissionalização, que criou imensa expectativa no magistério, principalmente o acesso aos direitos, negados desde a década de 1940, gerou uma profunda decepção na categoria. SOARES (2005, p. 150) aponta que, entre os anos de 1971 e 1978, época do auge da tentativa de estabelecer uma gestão empresarial para o sistema escolar, o salário do professor da rede pública de ensino com curso superior caiu de 3,75 salários mínimos para 2,95, isso sem contar a redução real do poder de compra do salário mínimo.

Essa situação fez a presidente da UPES (União dos Professores do Espírito Santo), Myrthes Bevilacqua Corradi, numa entrevista concedida ao jornal A Gazeta no dia 27 de maio de 1979, cunhar a expressão “mendigo de gravata”, para demonstrar que as docentes, mesmo exploradas, tinham que se vestir bem. Aprofundando ainda mais sua análise, Mirthes, numa entrevista dada ao mesmo jornal, no dia 20 de dezembro de 1981, foi certa ao afirmar que o processo econômico se encarregou de “proletarizar” os professores durante a década de 1970, pois no início da década foi prometida uma grande mudança para os docentes, contudo como veremos posteriormente, o sonho se transformou em pesadelo.

Segundo JÚNIOR e BITTAR (2006, p. 03), a política educacional do regime militar abrangiu, ao longo dos seus vinte e um anos de duração, todos os níveis de ensino, alterando a sua fisionomia e provocando mudanças em toda a organização política nacional. Pautado pela repressão, o Estado editou políticas e práticas que, em linhas gerais, redundaram no tecnicismo e na expansão quantitativa da escola pública de 1º e 2º graus à custa do rebaixamento da sua qualidade. Um dos setores que mais sentiu os impactos da política educacional do Regime Militar foi a categoria dos professores das redes estaduais de ensino. Segundo os autores, essa política realçou dois aspectos que, interligados, determinaram uma transformação radical na trajetória e composição da categoria: a) o seu crescimento numérico devido a obrigatoriedade do ensino de 1º grau para todas as crianças; b) o arrocho salarial ao qual foi submetida durante toda a vigência da ditadura.

Os autores destacam que a conjugação desses dois fatores atuou no sentido de torná-la a maior categoria profissional do serviço público do país e, também, conferir-lhe uma identidade de oposição ao próprio regime ao final da década de 1970, com traços bem distintos daqueles professores que se organizaram nas décadas de 1940, 1950 e 1960, levando, segundo os autores, a uma proletarização dos professores do primário e secundário devido à condição socioeconômica a que foi submetida a nova categoria docente pelas políticas da ditadura militar. Os trabalhadores em educação faziam parte da intelectualidade devido ao nível de estudo que possuíam, mas não eram considerados classe média devido a ausência de direitos, como o seguimento de carreira e salário.

Os pesquisadores apontam que essa situação tornava-se mais gritante quando se comparava esses professores com uma considerável parcela dos docentes que lecionavam na escola pública brasileira até aquele momento, visto que essa proletarização não significou apenas o seu empobrecimento econômico, mas, também, o rebaixamento do próprio capital cultural que a antiga categoria possuía, situação que se agravou ainda mais com as licenciaturas instituídas pela reforma universitária do Regime Militar, que operavam um processo aligeirado de formação com graves consequências culturais. No caso do magistério público capixaba, que vinha de décadas de promessas não cumpridas, parecia que a profissionalização seria a concretização de uma vida melhor para os professores. Agora vamos conhecer as leis que trouxeram essas mudanças.

#### **4.2.1 As Leis Nº 5.540/68 e Nº 5.692/71: A Promessa de Profissionalização do Magistério**

De acordo com JÚNIOR e BITTAR (2006, p. 04), quando fazemos um resgate histórico da situação do magistério no Brasil, percebemos que não houve grandes mudanças até o início da década de 1960. A profissão era considerada um reduto feminino, com padrão de ensino seletivo, sendo que a formação dessas professoras acontecia principalmente nas chamadas escolas normais, com a grande maioria constituída de educadoras do ensino primário. De acordo com os autores, a escola normal era um reduto destinado a educação das moças burguesas, contudo essa situação começa a se alterar quando o magistério passa a ser a principal profissão remunerada das mulheres, como vimos anteriormente. Por conseguinte, no decorrer da década, parte dos docentes passa a possuir formação superior e, a partir de 1970, passam a constituir a base do magistério público estadual de primeiro e segundo graus.

Segundo os autores, esse processo de transição tinha como objetivo preparar o magistério para as mudanças estruturais propostas pelos militares visando a preparação de mão de obra para a grande arrancada econômica do país. Para conseguir êxito nessas



ações, foram implementadas duas reformas jurídicas no campo educacional brasileiro, através da Lei nº 5540/68, que instituiu a Reforma Universitária, e da Lei nº 5692/71 – das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). De acordo com SAVIANI (1997, p. 99), a Lei nº 5540/68 reorganizou o funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a escola média, enquanto a Lei nº 5692/71 reestruturou os antigos primários e ginásio, criando o Ensino de primeiro e segundo graus.

JÚNIOR e BITTAR (2006, p. 05) apontam que as mudanças, propostas pela nova LDB, significaram a junção dos quatro anos do ensino primário com os quatro anos do ginásio, criando um único ciclo de oito anos, o chamado 1º grau de ensino, que passou a ser obrigatório. Quanto aos três anos do antigo ensino colegial, passaram a constituir o 2º grau. Segundo os autores, a partir da instituição dessas reformas educacionais, começa a surgir uma nova configuração profissional, a dos professores das escolas públicas de primeiro e segundo graus. O artigo 30, da Lei nº 5540, determinava que a formação de todos os professores e especialistas do segundo grau, fosse de nível superior, abrindo ainda a possibilidade para que a formação dos docentes de primeiro grau ocorresse não somente nas escolas normais ou institutos de educação, como determinava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1961, mais também nas faculdades abertas nos estados. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi ainda mais enfática na formação do professor de 1º e 2º graus, dentre outros motivos, porque duplicou de quatro para oito anos a obrigatoriedade do ensino de 1º grau a cargo do Estado.

Os autores destacam que nesse novo contexto de grandes transformações que acontecia na educação brasileira com a decretação da nova LDB, fez a CPB (Confederação dos Professores do Brasil) centrar a sua ação na organização e aplicação do Estatuto do Magistério, que garantiria a organização e o seguimento da carreira. De acordo com o entendimento da professora Thereza Noronha de Carvalho, presidente da entidade, abriu-se a possibilidade de “talvez pela primeira vez em nossa História, [ocorrer] uma verdadeira profissionalização do magistério brasileiro”. Segundo os autores, a afirmação da presidente se baseava no que previa o Artigo 36. De acordo com esse artigo, cada sistema de ensino teria um Estatuto para estruturar a carreira dos professores públicos de 1º e 2º graus. Para garantir que cada Estado fosse obrigado a elaborá-lo o Governo Federal condicionou a liberação de verbas à organização do documento. Contudo a elaboração do primeiro Estatuto do Magistério Público do Espírito Santo não agradou aos docentes, pois foi feita de forma aligeirada, sem discussão com os principais interessados, os professores da rede pública, demonstrando que a educação e, conseqüentemente o magistério, continuava não sendo prioridade para os governantes.

De acordo com NOVAES (1992, p. 50), essa insatisfação ficou mais explícita em 1972,

quando os docentes organizaram um seminário estadual para discutir as mudanças propostas pela Lei nº 5692/71. Como fruto desse seminário os educadores capixabas passaram a exigir que o Governo Estadual mandasse para Assembleia Legislativa a proposta do Estatuto do Magistério, ação que só aconteceu mais de um ano depois, em novembro de 1973. O projeto foi encaminhado sem discussão com os docentes, simplesmente para cumprir a lei e não ficar sem verba federal.

Segundo a pesquisadora, o documento continha 72 artigos e regulamentava o magistério como profissão, as funções professor de 1º e 2º graus e a dos especialistas em educação: do planejador educacional, do pesquisador educacional, do orientador pedagógico, do orientador educacional, do supervisor escolar, do inspetor e do administrador escolar. Segundo a autora é importante registrar o caráter taylorista da proposta, a partir da qual se tentou organizar a categoria. Entretanto, a lei aprovada pelo Legislativo Capixaba não agradou os professores, pois de acordo com SOARES (2005, p. 178), a UPES pediu o reestudo da Lei nº 1846, que tratava do Estatuto do Magistério dos Professores da Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo devido a falhas no documento.

Esse reestudo foi solicitado pela entidade porque, em uma reunião da Confederação dos Professores do Brasil, em Belo Horizonte, houve a conclusão de que os piores Estatutos do Magistério do país eram os de Minas Gerais e do Espírito Santo. Segundo o autor, um dos pontos mais criticados na lei era o seu artigo 95, que proibia o educador de fazer críticas depreciativas, velada ou ostensivamente, ao regime local, a membros do magistério ou a autoridades constituídas. Quem desobedecesse a esse artigo poderia, inclusive, ser exonerado.

Esta foi a primeira de muitas lutas feitas pelos professores capixabas a partir da entrada na presidência da UPES da professora Myrthes Bevilacqua Corradi, que dirigiu à entidade por dois mandatos, de 1973 a 1981.

## 5 A UPES SOB A PRESIDÊNCIA DE MYRTHES BEVILACQUA CORRADI

As mudanças impostas pelos generais para a educação brasileira, dentre elas a profissionalização do magistério, ocorreram em um contexto de crescimento da economia nacional. Contudo, a partir da crise do petróleo de 1974 o modelo econômico adotado pelos militares entrou na fase de esgotamento, atingindo em cheio os professores da rede pública estadual, pois, de acordo com SOARES (2005, p. 150), enquanto o magistério brigava pela organização do Estatuto, que garantiria a carreira, o Governo, usando como desculpa a crise econômica, contratava professores em designação temporária, agora chamados de monitores, sem praticamente nenhum direito, não realizava concursos, protelava reajustes e atrasava pagamento. Segundo o autor havia várias ideias para destinar mais recursos para o ensino público, no entanto, em 1974 a União destinou somente 4% dos recursos para essa área. Em relação ao Espírito Santo havia um complicador: o repasse dos recursos públicos para a iniciativa privada.

O pesquisador aponta que os subsídios e incentivos fiscais aos empreendimentos empresariais influíram negativamente na arrecadação de impostos. No ano de 1976, o Secretário da Fazenda do governo Elcio Álvares, Armando Rabelo, afirmava que o Estado estava perdendo CR\$ 100 milhões de ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) em virtude das isenções fiscais dadas a empresas implantadas no Espírito Santo. O autor destaca ainda que, além de conceder subsídios e incentivos, os Governos Estaduais do período investiam na infraestrutura necessária ao crescimento industrial e destinavam recursos públicos para estimular o ensino privado. Mas o pior é que para o magistério essa política significava salários defasados e atrasados, e ainda, falta de condições para o desenvolvimento de um ensino de qualidade nas escolas. O mais intrigante dessa situação é que não faltava dinheiro para as escolas particulares.

O historiador aponta que o ensino privado, dentre outras fontes, contava com subsídios do Ministério da Educação, concessão de bolsas de estudos e recursos do salário educação, que as empresas descontavam da folha de pagamento e aplicavam onde queriam. Além dessas benesses foram dadas aos estabelecimentos privados de ensino outras vantagens como ocupar os melhores edifícios escolares públicos sem pagar nenhuma taxa e, ainda por cima, depredar as instalações sem realizar os reparos necessários. Fora essas situações as instituições privadas contavam com repasses do poder público, ação que acabou gerando divergência entre dois secretários estaduais, pois enquanto o titular da pasta da Fazenda protestava contra o excesso de incentivos, o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação, abria novas torneiras.

Segundo o pesquisador, em 1976 o Secretário de Educação do governo Elcio Álvares, Arabelo do Rosário, se comprometeu, perante 200 proprietários de escolas particulares,

a pagar mensalmente as bolsas de estudo que estavam em atraso, além de comprar todas as vagas que tivessem sobrando na rede privada. Todas essas vantagens formaram um grande mercado para o crescimento das empresas de ensino, principalmente na abertura de cursinhos para preparação do vestibular e na oferta de ensino superior.

O autor destaca que todo esse processo levou os professores capixabas a terem clareza de que os problemas vivenciados na educação espírito-santense não eram fruto da crise econômica, como destacavam os governantes, mas, principalmente, de uma linha política que, de tanto ser adotada pelos governos estaduais, quase virou política de Estado: o repasse de recursos públicos para a iniciativa privada. Essa situação ficou ainda mais clara, de acordo com Soares, quando o ex-secretário de Estado da Educação, Alberto Stange Júnior declarou, em 1975, que as dificuldades do ensino não ocorriam por falta de inteligência, coragem ou capacidade, mas por falta de recursos financeiros. Os recursos existiam, contudo não eram canalizados para a melhoria da educação pública, expondo claramente o fracasso do modelo educacional proposto pelos militares. Essa falta de prioridade ficou bem explícita na ausência de recursos destinados aos polivalentes, principal ação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM).

Esse programa, que tinha como proposta a criação de uma escola diferenciada, moderna, que viesse atender às necessidades da realidade brasileira da época, também não teve o aporte de recursos financeiros necessários para o seu funcionamento. Soares demonstra que o fracasso ficou explícito quando o Governo deixou ruir o programa, ou seja, quando não assumiu as obrigações que contraiu ao assinar o convênio que trouxe essas escolas para o Espírito Santo, demonstrando assim que nem para uma ação prioritária houve aporte financeiro para garantir um ensino público de qualidade, mostrando claramente, para a sociedade que, as promessas ou as leis, como declarou o governador Elcio Álvares, foram feitas para não ser cumpridas. Em relação aos professores que lecionavam nessas escolas a situação não foi diferente dos demais docentes, pois também conviveram com atrasos de salário, ameaça de perda da cadeira de origem e, no caso dos contratados, ausência de concurso para efetivação. Em decorrência de toda essa situação, esses professores compunham um dos grupos que mais demandou contra o governo estadual na década de 1970, cobrando o cumprimento das promessas feitas na implantação do programa. Por conseguinte, o que esses e outros educadores da rede pública estadual viviam diariamente, era decorrente das mudanças impostas ao magistério pelos militares no início daquela década.

JÚNIOR e BITTAR (2006, p. 07) destacam que houve uma transformação em todos os sentidos para os professores das redes estaduais de ensino, de todo o Brasil, a partir da Lei nº 5692/71. Em decorrência das mudanças estruturais do país, e das reformas

educacionais citadas, aconteceu uma transição forçada, de um magistério formado nas escolas normais para professores formados nos cursos de licenciaturas curtas de faculdades privadas noturnas, submetidos a condições de vida e de trabalho em que as semelhanças com o passado eram bastante presentes na ausência de direitos. Segundo os autores, a extensão da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos ocasionou a rápida expansão quantitativa da escola fundamental, exigindo, para o seu atendimento, a célere formação dos educadores, feitas muitas vezes sem um nível mínimo de qualidade.

Os pesquisadores apontam que a combinação entre crescimento quantitativo, formação acelerada e arrocho salarial deteriorou ainda mais as condições de vida e de trabalho do professorado nacional do ensino básico, forjando com isso o nascimento de uma categoria que foi para as ruas, no final da década de 1970 e início da década de 1980, questionar sua própria existência, devido ao processo de pauperização sofrido. Segundo os autores, após esse processo de promessas feitas e não cumpridas, os professores públicos estatuais de 1º e 2º graus já constituíam uma categoria profissional consolidada, perfazendo um contingente numérico superior a um milhão de membros, sendo que a maioria desses profissionais lecionava nas escolas de 1º grau em decorrência de sua obrigatoriedade. Contudo o salário não acompanhou esse grande aumento quantitativo, ou pior, houve uma queda no valor recebido, pois no início da década da década de 1980 a média salarial dos docentes de 1º grau das redes pública e particular era de 182 dólares.

Esse processo, de se constituir enquanto categoria, aconteceu no Espírito Santo a partir da vivência com os problemas que a falta de investimentos na educação acarretava e também pela estruturação e intensidade do trabalho realizado pela UPES, comandada por Myrthes Bevilacqua Corradi que dirigiu a entidade por dois mandatos: de 1973 a 1977 e de 1977 a 1981.

De acordo com SOARES (2005, p. 375), antes de assumir a direção da UPES, Myrthes, estudante de Direito, se destacou na parte burocrática da Secretaria Estadual de Educação (SEDU), tanto que chegou exercer a chefia de gabinete duas vezes: na gestão do secretário Bolívar de Abreu, no governo Carlos Lindenberg, e na gestão de Nilo Martins da Cunha, no governo Francisco Lacerda de Aguiar – governadores que tinham posições políticas diferentes.

Segundo o autor, no início dos anos 70, frequentando um curso de Matemática Moderna no Instituto de Educação, ministrado pelo professor Nelson Piotto, uma liderança de esquerda, Myrthes conheceu a professora Iracema Conceição Silva, fundadora e vice-presidente da UPES, que a convidou para compor uma nova chapa. Nessa época o sistema de eleição era semi-direto, ou seja, os associados elegiam uma chapa que escolhia internamente a composição dos cargos. Como ninguém queria assumir a

presidência, a presidente na época, professora Adelaide Freitas, a indicou para o cargo. Myrthes Bevilacqua explicou, numa entrevista concedida ao jornal A Gazeta, de 27/05/1979, que assumiu a direção da UPES meio de surpresa, em novembro de 1973. “Devido a um desconto que não concordei, procurei a associação, logo depois me convidaram para participar da direção e me elegeram presidente do conselho. Comecei a estudar para conhecer como estava a situação e percebi a situação que estava o magistério, três anos sem aumento”. A sua marca registrada, um lenço colocado na cabeça, significava um posicionamento político.

Numa entrevista dada ao jornal A Gazeta, de 20/12/1981, Myrthes esclarece que o lenço serviu de marca para o reconhecimento do magistério, deixando claro que o professor também é classe proletária “e faz parte do povo, é povo também. Precisamos para tirar essa ideia que somos classe média. Temos que nos vestir como o povo”. Myrthes frisou ainda que, “não dá para aparentar uma coisa que não somos. Esse status de ir para escola bem arrumado, de paletó e gravata, é coisa do passado”. E perguntou: “Vamos viver do passado? Vamos botar uma calça de brim, uma camiseta e o lenço na cabeça e vamos para aula. Nós somos professores que não temos o salário adequado, nós somos povo e temos que viver como povo”.

Segundo Soares, o processo de profissionalização do magistério capixaba se deu a partir da chegada de Myrthes na UPES, principalmente com a escolha do lado mais vulnerável do governo: o descumprimento das leis que ele próprio criou. Como era um momento de grande tensão, a presidente tinha o cuidado de não se confrontar com as autoridades. Desse modo conseguiu arrastar o magistério para outras lutas, a partir das demandas trazidas pelos professores.

Soares destaca que o ponto crítico de sua atuação era o caráter personalista e até certo ponto autoritário de sua gestão, sofrendo críticas, tanto entre os educadores, principalmente dos monitores, como de pessoas ligadas ao Governo. Contudo a intensidade do seu trabalho foi de tal grandeza e significação que os questionamentos representaram muito pouco face à mudança vislumbrada no magistério público capixaba durante a sua gestão frente à UPES. A grandeza do trabalho desenvolvido ficou bem demonstrada na matéria do jornal A Gazeta, de 20/12/1981, quando Myrthes fez um balanço dos oito anos em que esteve à frente da União dos Professores.

No alto da reportagem, de página inteira, a repórter destaca que a UPES, de associação “fraquinha”, composta por alguns professores primários, com o trabalho e a habilidade de Myrthes Bevilacqua transformou-se numa entidade de classe grande, respeitada, capaz de mobilizações nunca antes pensadas numa classe nascida da classe média brasileira, que “o processo econômico se encarregou de proletarizar”, como frisou a entrevistada. Agora destacaremos o que foi realizado na primeira gestão de Myrthes frente à UPES.

## 5.1 PRIMEIRO MANDATO (1973-1977): O DESAFIO DE CONSTRUIR UMA ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES CAPIXABAS

A dificuldade da eleição da nova chapa para dirigir a UPES demonstrava a debilidade do movimento dos professores da rede estadual de ensino do Espírito Santo. O desafio da nova direção, segundo MONTEIRO (1993, p. 27), era construir a associação praticamente do zero, visto que as assembleias realizadas logo após a fundação da entidade contavam com no máximo 25 professores, situação que teve pouca alteração no decorrer da década de 1960. De acordo com NOVAES (1992, p. 53), as metas de trabalho da nova diretoria não se diferenciavam muito das idealizadas no início da organização dos professores. As metas foram as seguintes:

- a) promover a união de professores do Espírito Santo;
- b) defender os direitos e interesses profissionais dos professores;
- c) lutar pela independência econômica dos mesmos;
- d) promover o intercâmbio entre os associados do interior dos Estados da Federação;
- e) atualizar a cultura do professor;
- f) cooperar com poderes públicos para maior difusão e aperfeiçoamento da educação no Estado;
- g) promover, na capital e no interior, excursões, palestras e reuniões de caráter pedagógico, cultural e recreativo;
- h) promover congressos educacionais e neles se fazer representar.

Segundo SOARES (2005, p. 376), a grande diferença entre o momento da fundação da União dos Professores e o contexto histórico da assunção da nova diretoria eram as mudanças propostas pelo Governo Federal para a educação. Buscando dar conta desse novo momento, Myrthes Bevilacqua reformulou a direção, contratou estagiários de Direito e organizou uma ativa assessoria de militantes jovens de esquerda visando realizar ações que dessem, segundo VICENTINI e LUGLI (2011, p. 06), visibilidade à entidade e a legitimassem perante o professorado.

Os autores destacam que algumas associações ofereciam caixa de empréstimos com descontos em farmácias, lojas, atendimento médico e odontológico, dentre outros serviços. No caso do Espírito Santo o destaque era o atendimento administrativo para encaminhamento das demandas junto ao Governo do Estado. Caso o pedido não fosse atendido administrativamente, a UPES oferecia o atendimento jurídico. Cabe destacar que demandar juridicamente contra o Estado de Exceção era uma ação bem complicada, pois o Poder Público, mesmo não cumprindo a lei que ele mesmo fazia, não aceitava questionamentos.

SOARES (2005, p. 178) destaca que, a partir da posse da nova direção, a entidade adotou uma linha de reconhecimento da autoridade, mas deixando clara a exigência do cumprimento das leis, principalmente a Lei nº 5692, que previa carreira através da regulamentação do Estatuto do Magistério (outorgado em 1973 sem a participação dos professores), aumento salarial (que os docentes não tinham há três anos), concursos de ingresso (que não aconteciam desde o final da década de 1960), dentre outros pontos que constavam nos memoriais, documentos que mostravam a situação do magistério e eram entregues a todos os Governadores e aos Deputados Estaduais dentre outras autoridades. E, para se tornar conhecida pelos professores e assim aumentar o número de associados, a presidente Myrthes Bevilacqua realizou uma série de visitas ao interior, aonde aproveitava as reuniões oficiais para se apresentar e colher as sugestões dos professores.

No decorrer da década ocorreu um aumento do questionamento em relação à extinção de cargos, falta de investimentos na educação, baixa remuneração do magistério e à politicagem existente dentro da Secretária de Educação. Neste contexto, devido à ausência de concurso de ingresso, não é resolvida a situação dos monitores, os “boias frias” da educação, que tiveram de buscar, na Justiça, alguns direitos, como a assinatura da Carteira de Trabalho. No final do mandato, em 1977, é descoberto um plano organizado pelo subsecretário e futuro secretário de Educação, Edilson Lucas do Amaral, para retirar Myrthes da presidência da UPES. No entanto, ela foi reeleita com o apoio da maioria dos mais de oito mil associados da entidade.

A primeira ação da nova diretoria, em 1974, foi a preparação e a entrega ao futuro governador Élcio Álvares do documento que contemplava todas as lutas do magistério: os memoriais.

#### **5.1.1 Memorial: Documento para Lembrar o que o Governo Queria Esquecer**

NOVAES (1992, p. 56) destaca que os memoriais eram a forma de canalizar as reivindicações da categoria dos professores das redes estaduais de ensino de várias partes do país. Geralmente eram documentos extensos, onde a entidade analisava os problemas da categoria e dava ênfase às perdas salariais, com gráficos apontando o crescimento inflacionário. Esses documentos continham orçamentos que apresentavam as necessidades mínimas de um professor: quanto ele gastaria com alimentação, aluguel, jornal, entre outras despesas necessárias para ministrar aulas de qualidade. Num processo de proletarização crescente, com perda do status econômico e social a que foram submetidas os professores de 1º e 2º graus na década de 1970, a construção e entrega desses memoriais ao Governo se constituía num lembrete para a colocação em prática do que fora prometido ao magistério no início da década e, posteriormente, esquecido.



A autora destaca que no dia 28 de setembro de 1974, a presidente da UPES repetiu o gesto de entrega do documento, desta vez ao futuro governador Élcio Álvares. O memorial expunha detalhadamente a situação do magistério e fazia catorze reivindicações, dentre elas: salários em dia, melhor tratamento aos professores concursados, escolha do Secretário de Educação integrado com a classe dos professores e a sensibilização do Congresso Federal para aprovação da aposentadoria aos 25 anos de trabalho. Segundo SOARES (2005, p. 177), um dos dados que mais chamava atenção no documento eram os pedidos de exoneração de educadores devido ao baixo salário. No ano de 1971, 48 docentes pediram exoneração, outros 190 saíram em 1973, e somente no primeiro semestre de 1974, 103 professores deixaram o magistério.

Na entrevista realizada com o advogado Joaquim Silva<sup>1</sup>, que assessorou juridicamente a entidade e preparou boa parte dos memoriais, foi dito que após a entrega ao Governador também eram distribuídos na SEDU e principalmente na Assembleia Legislativa. Ele destaca que no dia da entrega do documento na sede do Poder Legislativo Estadual os professores lotavam o plenário. Os deputados, pressionados por aquela grande quantidade de educadores, acabaram disponibilizando o microfone para a fala da presidente Myrthes Bevilacqua Corradi. Então ela falou do memorial e aproveitou o microfone para discorrer sobre vários outros assuntos que eram pertinentes ao magistério estadual.

Os memoriais eram importantes porque constituíam canalização de um considerável número de professores. Como a entidade possuía poucos associados em 1974, principalmente no interior do Estado, a estratégia adotada pela nova diretoria para tornar a entidade conhecida foi visitas a municípios fora da Grande Vitória.

### 5.1.2 As Visitas ao Interior do Estado

Para se tornar conhecida pelos professores do interior do Estado a direção da entidade, representada por sua presidente Myrthes, criou uma estratégia para ir ao encontro da categoria. Como o quadro de associados era muito pequeno, não havia dinheiro para realizar essas viagens. Para resolver a situação, Myrthes conseguiu carona com um vendedor de seguros. Porém, outro problema teria que ser resolvido: como, no ano de 1974, uma mulher casada iria viajar para o interior do Estado somente acompanhada de um homem? A ida da professora Áurea Lopes Gomes na viagem foi a solução.

Segundo NOVAES (1992, 55), a presidente aproveitava as reuniões promovidas pela Secretaria de Educação para falar com os educadores. "Entrava sem ser convidada e me impunha. Foi assim que tiramos representantes da UPES em todos os municípios". Mas, outro desafio surgiu: como reunir esses delegados? Para superar mais

<sup>1</sup> SILVA, Joaquim. Entrevista ao Advogado da UPES. 2015.

essa barreira e reunir um significativo número de pessoas, Myrthes foi conversar com o Comandante da Marinha. A presidente solicitou a cessão das instalações para a realização de um seminário da UPES em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação. "Ele simpatizou comigo e concedeu as instalações da Marinha e lá fizemos os seminários", disse Myrthes.

A autora aponta que a programação do evento era a seguinte: a abertura ficava por conta do Comandante da Marinha, depois havia fala das pessoas da SEDU e dos convidados. "Nós íamos procurar professores que a gente sabia que tinha uma linha à esquerda para virem conversar com os professores, e foi assim que a gente foi formando as nossas lideranças nos municípios". Os seminários promovidos dentro da sede da Marinha demonstram a perspicácia da presidente para explorar e extrapolar as possibilidades de luta que o período histórico aparentemente não permitia.

Com as visitas pelo interior do Estado, a presidente acabava apresentando ao magistério uma nova forma de organizar a UPES, mais próxima e atenta às demandas dos professores. Desse modo, a entidade passava a se legitimar como canal de diálogo entre os educadores e o governo como bem disse o assessor jurídico da UPES, Joaquim Silva: "Myrthes ia na fonte colher o que o magistério desejava reivindicar do Governo". E assim, viajando sem a presença do marido, questionando o papel atribuído às mulheres, Myrthes e a nova direção da entidade, embora reconhecessem as autoridades, cobravam, principalmente, o cumprimento da lei, enxergando brechas quase inimagináveis, como aconteceu no caso da Marinha: a formação de lideranças realizada por pessoas de esquerda num espaço de direita.

No ano em que a nova direção assumiu, ou seja, em 1973, o governo mandou para a Assembleia, a toque de caixa, o Estatuto do Magistério, que em tese deveria garantir para os professores capixabas uma carreira. A seguir vamos acompanhar uma "novela", com intermináveis capítulos, na maioria das vezes cheios de surpresas desagradáveis para o magistério capixaba.

### **5.1.3 Estatuto do Magistério: A Longa Novela Pelo Direito a Carreira**

Uma das grandes lutas encampadas pela Confederação dos Professores do Brasil (CPB), no início da década de 1970, foi pela organização da carreira através do Estatuto do Magistério. Com o considerável aumento do número de professores durante esse período era necessário que o documento sofresse, de tempo em tempo, atualizações visando assegurar aos docentes os direitos garantidos em lei. No caso do Espírito Santo, mesmo com a constante pressão da UPES, a atualização, e principalmente a colocação em prática do Estatuto, foi um dos pontos que mais gerou conflitos entre o Governo e a categoria.

Fazendo um percurso histórico desde 1972, quando pela primeira vez os docentes

se reuniram para discutir seu Estatuto, até o fim da década, quando o governo ao mesmo tempo colocou a lei em prática e a violou, vemos claramente que a garantia à carreira do magistério foi “aceita” pelos governantes. Contudo, a postergação da regulamentação demonstrava claramente o intuito de não colocá-la em prática. Desse modo, a organização da minuta do primeiro Estatuto do Magistério Capixaba, feito em 1973, não levou em consideração as sugestões do principal interessado: o magistério. Segundo NOVAES (1992, p. 178), o documento serviu somente para que o Estado não ficasse sem o repasse da verba federal, pois foi considerado o pior do país pela Confederação dos Professores do Brasil, juntamente com o Estatuto dos Professores de Minas Gerais. No caso do capixaba, para evitar questionamentos, o artigo 95 da lei vedava ao professor fazer críticas depreciativas, veladas ou ostensivas ao regime legal. Caso o docente desobedece, poderia ser exonerado.

Segundo a autora a luta, através da UPES, foi longa, tanto para demolir a legislação intolerante quanto para ter direito a opinar sobre a lei que garantiria sua carreira funcional, o que foi conseguido pelos professores na segunda versão do Estatuto, elaborada em 1975. A participação, segundo o autor, foi considerado como uma vitória e, mesmo com as manobras do Governo, consolidou a liderança de Myrthes e ampliou a legitimidade da entidade entre os professores e a sociedade. Para a atualização do documento e sua adequação a Lei nº 5692, foi formada uma comissão, coordenada pelo professor Nilo Cunha. Como a primeira versão do Estatuto fora realizada sem a participação do magistério, a atualização do documento contou com a “vigilância” da UPES.

A pesquisadora destaca que os pontos constantes no Estatuto como a reestruturação da carreira do magistério, fixação de novos valores salariais, abertura da possibilidade de solicitação da função extraclasse pelos professores após 25 anos de magistério e manutenção das gratificações, desta vez surgiam não somente pela vontade do Governo, mas refletia um novo momento vivido pelo magistério capixaba, principalmente a partir da entrada da nova direção da entidade, que proporcionou pela primeira vez, à categoria, a possibilidade de discutir sobre sua vida funcional. E coube à presidente da entidade a entrega da proposta às autoridades.

Conforme consta na reportagem do Jornal A Gazeta, de 16 de outubro de 1975, foi realizado um coquetel no Palácio Anchieta para a entrega da proposta do Estatuto ao Secretário de Educação e Cultura, Alberto Stange, e ao governador Élcio Álvares. A professora primária Dulce Regina de Almeida Nunes<sup>2</sup>, que participou da solenidade de entrega do documento, destacou que foi uma das maiores solenidades que presenciou, contudo foi uma exceção em relação aos professores entrevistados. A maioria dos vinte

<sup>2</sup> NUNES, Dulce Regina de Almeida. Entrevista a professores aposentados da rede estadual de ensino do Espírito Santo. 2015.

e três docentes destacou que nunca, ou bem pouco, tinham ouvido falar do Estatuto, mesmo que boa parte já fosse concursada na época da entrega da proposta. Essa não divulgação do documento pode ter uma explicação: não interessava ao Governo divulgar ou incentivar uma lei, dentre tantas outras, que ele não cumpria. Fora isso, vários outros motivos podem ser elencados.

Segundo SOARES (2005, p. 180), como não havia a realização de concursos (que deveriam ser feitos de dois em dois anos), e a contratação de professores temporários (chamados nessa época de monitores), era uma política adotada no Espírito Santo desde a década de 1950, grande parte dos trabalhadores em educação não eram contemplados pelo Estatuto, pois não eram efetivos. Os governos postergavam a realização dos concursos e preferiam contratar professores sem vínculo, com salário bem menor do que seria pago ao concursado. Como vimos no decorrer deste trabalho, fazer carreira no magistério parecia um sonho inatingível para a maioria dos educadores, realidade reforçada pela declaração do governador Élcio Álvares.

O pesquisador ressalta que o chefe do Executivo declarou, em junho de 1977, antes de regulamentar o Estatuto, que as leis são muito bonitas na folha de papel, mas na prática se tornam inviáveis. A fala do governador apontava que em seu mandato continuaria a prática do descumprimento das leis, pois caso o professor fosse concursado, além da carreira, teria aumento salarial. O autor destaca que a presidente da UPES mostrava que se o Estatuto estivesse valendo, o professor de nível A – primário e efetivado no cargo – estaria recebendo CR\$ 1.030,00 (hum mil e trinta cruzeiros), porém em seu lugar o Estado contratava ou a normalista, que receberia CR\$ 514,00 (quinhentos e quatorze cruzeiros), ou o leigo, que receberia apenas CR\$ 343,00 (trezentos e quarenta e três cruzeiros), isso sem contar os professores de nível B, que teriam um salário de CR\$ 2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta cruzeiros), ou o professor nível C, formado em curso superior, que teria direito a CR\$ 3.714,00 (três mil setecentos e quatorze cruzeiros). A longa novela pela carreira no magistério, prevista na Lei nº 5692/71, teve mais um capítulo que reforçou ainda mais a falta de compromisso do governo com a educação pública e, por conseguinte, com o magistério.

Segundo o historiador, o governador só assinou o anteprojeto de regulamentação um ano e dez meses após a aprovação, ou seja, somente em 1977. Como *grand finale*, o autor destaca que na publicação do Estatuto, que aconteceu somente em 1978, o Governo deixou de enquadrar 1781 professores alegando falta de recursos, e por decreto passou a remover docentes, violando o documento que acabara de publicar.

A grande questão foi que em 1972, ano em que os professores começaram a debater o Estatuto, a repressão não permitia manifestação, inclusive porque no próprio documento havia o impeditivo. Contudo, em 1978, quando a lei foi colocada em prática e ao mesmo tempo descumprida pelo Governo, o momento histórico e a organização dos

trabalhadores em educação era outra e eles não aceitaram passivamente a ilegalidade de quem deveria garantir o legal. E se o Governo não cumpria a lei, dava aos docentes o direito de solicitar administrativamente seu cumprimento, ou ingressar na justiça para garantir seus direitos.

#### 5.1.4 A Luta Pelos Direitos nas Esferas Administrativa e Jurídica

Com todo esse processo de articulação e defesa do professor, desenvolvido pela UPES no início da gestão de Myrthes Bevilacqua, houve um incremento no quadro de sócios. Assim, a estrutura da entidade teve de ser repensada para atender às solicitações dos professores, visto que o Estado não cumpria as leis. O que cabe destacar é que, inicialmente, a maior parte das demandas era feita através da esfera administrativa, contudo, devido a postergação dos governantes em cumprir a legislação, a entidade passou a atuar também na esfera jurídica. De acordo com SOARES (2005, p. 376), para dar conta dos pedidos dos professores, houve a reformulação da diretoria, mesmo sem eleições formais, e a contratação de estagiários de Direito para o encaminhamento das demandas judiciais, e dentre esses se destacou o nome de Joaquim Silva.

Joaquim Silva, antes de assessorar a UPES, trabalhou como repórter do Jornal A Tribuna. “ Com esse emprego acabei adquirindo experiência para lidar com a censura e os governos militares”. Destacou ainda que, na época, ninguém queria ser advogado, somente quem fazia parte de alguma família que tinha ligações na Justiça ou de classe mais alta. “Comecei a Faculdade em 1974, me formei com 23 anos, era super discriminado por não ser da elite e não aceitar tudo”.

O advogado afirmou que conheceu a União dos Professores numa entrevista feita a Myrthes, quando observou que a entidade necessitava de estagiários. “Passei dois anos advogando e no jornal, trabalhava em três turnos. Tudo o que eu fazia virava notícia. Ainda bem que entrei na UPES no período em que tinha certa abertura, dava para falar um pouco mais”. Essa coragem de falar era compartilhada por poucos, pois, mesmo na abertura, ninguém queria advogar para uma entidade de classe ou cobrar o cumprimento da lei num período de Estado de Exceção, bem como “encarar” os agentes do DOPS mesmo antes de se formar, como aconteceu com Silva.

Como no início a estrutura era modesta, o assessor jurídico também acumulou a função de encaminhar os pedidos na esfera administrativa. “Fazia atendimento diário encaminhando as demandas dos professores, principalmente do interior. Como a equipe era pequena, ditava para quatro pessoas ao mesmo tempo”. Posteriormente, a estrutura da entidade aumentou passando a contar com cerca de 20 pessoas. Além dos encaminhamentos na esfera administrativa, Joaquim Silva também preparava os memoriais, os discursos, as falas na Assembleia e os panfletos. Com toda essa intensidade de trabalho, ficava claro que Joaquim Silva dava suporte para a ação de Myrthes Bevilac-

qua Corradi, sendo um dos grandes responsáveis pela organização da rotina diária da União dos Professores, que teve um grande incremento se comparado com as gestões anteriores.

Na entrevista dada ao jornal A Tribuna, de 30 de novembro de 1977, Myrthes faz um balanço da atuação da entidade em relação aos encaminhamentos de pedidos dos professores. Houve o atendimento a 4565 processos de assuntos gerais; gratificações obtidas através da intervenção da UPES a outras 234 pessoas, além de outras atividades, corriqueiras, o que demonstrava a credibilidade e a confiança dos educadores na resolução dos problemas através da entidade.

Esses números refletem que no início do mandato da nova direção a grande via de questionamento era mais na esfera administrativa, principalmente por ser o período mais repressivo da História do Brasil. Somente no final da década, devido à luta do magistério, é que ocorreu uma forma de cobrança mais incisiva, com os professores ficando em Assembleia Permanente. Posteriormente o movimento dos docentes atingiu seu ponto mais extremo com a greve em 1981. Entre o início do mandato de Myrthes e o movimento grevista, uma das ações mais tensas da entidade foi demandar juridicamente contra o Estado de Exceção, entretanto, caso os filiados quisessem recorrer à Justiça para garantir seus direitos, a entidade dava toda assistência necessária.

Na mesma entrevista aonde divulgou o balanço dos atendimentos administrativos Myrthes também destacou o trabalho realizado na parte jurídica da entidade computando a marca de 1428 processos solucionados junto à Justiça Estadual. Em relação à Vara do Trabalho, a situação era ainda mais complicada, pois esta funcionava fora do Estado. O advogado Joaquim Silva destaca que as ações contra a estrutura estatal eram muito desgastantes devido a pressão feita sobre os professores. Mesmo com todas as dificuldades, a entidade nunca desistia de lutar até o fim pelos direitos de seus filiados. “Tudo era feito no Rio de Janeiro. Tinha que fazer sustentação oral. Pegava o ônibus, viajava à noite toda e fazia a defesa. Nunca desistia, mesmo que o Estado contasse com a morosidade da Justiça, como frisou o Governador Eurico Rezende. Entrava com os processos mesmo desencorajado pelos meus parentes. Todos diziam que eu não iria receber nunca, mas mesmo assim nunca desisti”.

Silva destaca que para buscar embasamento para as ações estudava detalhadamente as brechas legais, principalmente na legislação subsidiária. Outra forma de garantir o direito dos professores era através da ratificação dos acordos internacionais feitos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pois quando eram ratificados, viravam legislação interna. “Buscávamos todas as brechas possíveis. Caso não conseguisse ganhar em 1ª instância, demandávamos até a última instância ou mesmo fora do país”. Joaquim Silva destaca que a UPES não recebia nada antes do término da tramitação dos processos, mas se ganhasse do Estado, recebia, nem que para isso

precisasse ir ao extremo. “Cheguei a pedir intervenção federal no Espírito Santo para garantir o pagamento, no caso dos monitores. Trabalhava com a lógica do QGTL – Quem Ganha Tem que Levar”.

O advogado evidenciou que mesmo não cumprindo as leis, os governos do período militar não aceitavam questionamentos, como muitas vezes a presidente da entidade fazia. Em vários momentos Myrthes foi convidada a comparecer no DOPS. O assessor jurídico também passou por situações tensas, devido ao seu posicionamento. “Uma vez fui ao DOPS e quiseram me prender. Usei as minhas prerrogativas de advogado. Acionei a OAB, o Ministério da Justiça, o procurador do Ministério do Trabalho no Estado, que também era presidente da Ordem dos Advogados. Ele não gostava de mim devido aos meus processos, mas teve que se posicionar”.

Joaquim Silva, além de assessorar a UPES fundou o Sindicato dos Advogados e prestou assistência jurídica para mais de 23 sindicatos. Destacou que outra brecha legal foi em relação às cooperativas, que eram fundadas muitas vezes para dar uma liberdade maior de ação, visto que quem fazia parte do Conselho de Administração tinha estabilidade. “Como a lei não permitia que servidores públicos pudessem se organizar em sindicatos, fazíamos associações e principalmente cooperativas. Acabávamos tendo conselhos de administração com uma imensidão de componentes o que possibilitava uma margem maior de luta”.

Dentre os grupos que passaram a questionar juridicamente o Estado, principalmente a partir do meado da década de 1970 destacam-se aqueles que tinham “direito” a não ter direito algum: os monitores.

#### **5.1.5 Os Monitores: Os Grandes Demandantes Contra o Estado**

Quando analisamos as ações impetradas pela UPES, percebemos que o grupo que mais demandava contra o Estado eram os monitores, professores contratados sem concurso e quase sem direito nenhum, como por exemplo a não assinatura da Carteira de Trabalho. Contudo a primeira ação foi feita pelos professores efetivos.

De acordo com NOVAES (1992, p. 57), em 1975 um grupo de 963 docentes através da UPES, requisitou a diferença salarial a que tinha direito, por lei, como categoria de professor “A”, cuja carga horária era de 30 horas semanais. Segundo a autora, posteriormente, 68 professores contratados da rede estadual que atuavam nas escolas polivalentes entraram com uma ação na Justiça do Trabalho reivindicando vencimentos iguais para todos os educadores que exerciam a mesma função. As disparidades entre os contratados e os estatutários eram gritantes. Os contratados chegavam a ganhar a metade do salário que os professores efetivos percebiam, mesmo tendo uma carga horária igual, o que era considerado ilegal. Como não obtinham uma resposta positiva através da via administrativa os docentes contratados, chamados monitores, utilizaram

de forma intensa o departamento jurídico da UPES.

A autora destaca que os monitores lecionavam sem estar vinculados a nenhum regime jurídico, em caráter de prestadores de serviços. Geralmente os seus salários eram os que mais atrasavam. O pagamento era feito de acordo com a hora/aula e não pelos dias trabalhados. Por conseguinte a principal reivindicação era de legalização de sua situação, para terem os seus direitos trabalhistas garantidos. Em sua luta na busca dos direitos mínimos os monitores criaram sérios problemas não somente para o Governo, mas também para a direção da UPES.

Segundo SOARES (2005, p. 181), eles formaram o grupo que mais questionou a direção, chegando a taxar a presidente Myrthes Bevilacqua de pelega, alegando que ela não conduzia a UPES a uma ação mais incisiva contra o Estado. O que deve ser destacado é que a posição da presidente refletia uma visão bastante comum entre os concursados: o não envolvimento na luta dos monitores, gerando com isso uma grande divisão na categoria. Essa situação só começou a mudar no início da década de 1980, desembocando no movimento grevista de 1981, que unificou a categoria na luta pela questão salarial, no caso dos efetivos pela reposição e no no caso dos contratados para receber em dia. Segundo o assessor jurídico da UPES, Joaquim Silva, a situação dos monitores capixabas se tornou conhecida em todo o Brasil, visto que a presidente da UPES falava em todos os encontros nacionais que eles eram os boias-frias da educação, pois não possuíam nenhum direito. A situação desses profissionais já vinha desde a década de 1940, sendo que a partir do meado da década de 1970 ganhou a manchete dos jornais gerando um grande desgaste para o Poder Público Estadual.

Com as reportagens expondo o problema de forma bastante clara, o Governo não conseguia mais esconder a vexatória situação a que eram submetidos esses professores. Assim, dos aliados aos adversários, passando pela opinião pública, todos cobravam do Poder Executivo uma solução para a situação dos monitores. Como não houve encaminhamento dentro do Estado a situação fugiu do controle do governador Élcio Álvares indo parar na Esfera Federal. Como veremos mais à frente, o deputado federal pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional), Gerson Camata, levou a demanda desses profissionais ao Ministro da Educação Euro Brandão, que por sua vez demonstrou perplexidade com o ocorrido, deixando claro que não conseguia entender porque o Governo Estadual deixou a situação chegar a tal ponto. Mesmo com toda pressão da sociedade o Poder Executivo não dava um encaminhamento definitivo através da realização do concurso de ingresso. Segundo SOARES (2005, p. 183), esses profissionais passaram a utilizar outra forma de pressão para regularizar a sua situação funcional: o ingresso na Justiça do Trabalho.

O advogado Joaquim Silva confirmou que o principal processo levado em curso pela UPES foi em relação aos monitores, pois “havia uma ação ilegal por parte do Estado,



por exemplo, sem assinatura da carteira”. O assessor jurídico da entidade destacou que a pressão do Governo sobre os monitores que aumentou ainda mais quando eles passaram a utilizar a via jurídica, o que acabou fazendo vários deles desistirem da ação. Em muitos casos quando se arrependiam de ter retirado o processo não havia mais prazo para o questionamento. Em relação à carteira assinada, Joaquim Silva destaca que foi uma grande conquista, principalmente porque muitas pessoas não acreditavam no êxito da ação:

Era obcecado, se tivesse 10% de chance entrava. Conseguimos que o governo assinasse carteira. Primeiramente ele se recusou, não queriam, se recusavam a cumprir a decisão judicial. Pedimos na Justiça Federal que fizessem a assinatura compulsória. Em relação ao tempo, não queriam dar, mas devido ao pedido de intervenção federal, o governo concedeu.

A solução para resolver a questão dos monitores era conhecida pelo Governo, contudo não aplicada: a realização de concurso público.

#### **5.1.6 A Falta de Concurso de Ingresso: Uma Política de Estado?**

Nas entrevistas que os professores concederam para a realização desta dissertação, a maioria que ingressou no Estado antes do final da década de 60, mesmo tendo somente o curso normal, foi efetivada. Contudo, a partir do ano de 1968, o Governo parou de realizar concurso, gerando um grande contingente de professores em designação temporária, chamados, na década de 1960, de docentes de emergência, e na década de 1970 de monitores.

Segundo SOARES (2005, p. 180), em 1977, dos 19 mil professores do ensino público, cerca de 11 mil eram monitores, visto que os Governos sempre utilizaram a estratégia de contratar professores somente trocando os rótulos. Essa situação, que perdurava desde a década de 1940, agravou-se ainda mais devido a algumas questões. Os educadores que foram efetivados até o final da década de 1960 eram, na sua maioria, provenientes de curso normal. Na década de 1970 boa parte dos trabalhadores em educação já possuía formação superior, porém, mesmo sendo licenciados, não possuíam praticamente nenhum direito. O autor destaca que essa situação de protelamento do ingresso de professores através de concurso público, dentre outros problemas, acabou levando secretário de Educação do Governo Elcio Álvares Alberto, Stange Júnior, a pedir demissão, não sem antes fazer um desabafo: “Se Jesus Cristo se sentasse na cadeira que deixo sem fazer milagre, seria novamente crucificado”. No entanto o “milagre” que aconteceu não foi benéfico para os professores.

Para justificar a não realização do concurso de dois em dois anos, como determinava a lei, o Governo alegava falta de recursos. Entretanto, como já frisamos anteriormente,

uma das primeiras medidas de Arabelo do Rosário no comando da SEDU foi se reunir com os donos de estabelecimentos particulares e garantir que o repasse para as escolas, através da compra de bolsas de estudos, seria regularizado. Lembramos ainda que essa transferência de recursos públicos para a iniciativa privada era uma ação contínua do Estado e, mesmo com a objeção do Secretário de Fazenda, o governo deu incentivos fiscais para empresas na ordem de 100 milhões de cruzeiros. Outro ponto que merece destaque é que, devido à pressão dos pais e a exigência das empresas, houve uma grande expansão do ensino, principalmente do 1º grau. Com isso o número de professores cresceu vertiginosamente, criando-se um imenso contingente de docentes praticamente sem direito algum e agora com nível superior, um dos poucos direitos garantidos em lei e conseguidos pelos docentes. MONLEVADE (1996, p. 144) aponta que uma das consequências da implantação da Lei nº 5692/71 foi um grande aumento no número de educadores com curso superior, sendo que, na década de 1990, mais de 50% dos professores, de um total de 1,5 milhão, possuía formação superior, contudo sem ter a correspondente possibilidade de efetivação.

De acordo com a presidente da UPES Myrthes Bevilacqua, em entrevista ao jornal A Tribuna de 06 de dezembro de 1977, somente através do concurso de ingresso é que esses profissionais passariam a ter seus direitos garantidos e poderiam seguir carreira funcional, outra garantia presente em lei. Mesmo com toda pressão exercida pela entidade, pelos monitores, e pela sociedade, tendo em vista a degradante situação pela qual passavam, a realização do concurso de ingresso só aconteceu na década de 1980. E, ainda que o Governo tenha mandado para Assembleia Legislativa, no mês de julho de 1978, o projeto de criação de 1260 vagas, e ter ocorrido a aprovação da lei, o concurso não aconteceu na década de 1970, como bem destacou a presidente em reportagem publicada pelo jornal A Tribuna, em 28 de outubro de 1980, dia do funcionalismo público. Como vimos, a situação dos contratados era muito ruim, contudo a situação dos concursados não era também das melhores devido à falta de reajustes em seus salários.

#### **5.1.7 O Arrocho Salarial e a Saída dos Professores da Classe Média Para a Classe Baixa**

A situação de arrocho salarial é uma das questões que sempre acompanhou os professores, mesmo que em algumas épocas o magistério tivesse a sensação do salário ser bom, como vimos com alguns entrevistados; ou se levarmos em conta somente os docentes, que lecionavam nas poucas escolas disponibilizadas pelo poder público até 1960, onde para a admissão era necessário realizar um exame de seleção. Como frisa SOARES (2005, p. 313), outra questão que merece destaque é que a profissão docente, principalmente para as mulheres, representou a principal oportunidade de

entrada no mercado de trabalho, o primeiro emprego com remuneração, que, mesma pequena, situava as professoras num patamar superior se comparadas com boa parte das mulheres que exerciam alguma profissão remunerada. Por conseguinte, o problema da remuneração dos professores já existia há bastante tempo.

Segundo o autor um estudo feito pelo influente professor e médico Ciro Vieira da Cunha, em 1947, apontou docentes com sobrecarga de trabalho para conseguir remuneração decente, inclusive os que lecionavam na zona urbana, sendo que os que trabalhavam na zona rural tinham acúmulo de tarefas, mas não recebiam pelas atividades extras. Além de ensinar em locais improvisados, tinham que acordar de madrugada, cortar lenha, fazer merenda, preparar vários planos de ensino pois havia alunos de várias idades, dividindo o quadro para passar tarefas. Como os locais em que lecionavam era de difícil acesso, muitas vezes arriscavam a vida, como aconteceu com a professora Noêmia Fernandes Barbosa, que ia para a escola de bicicleta e numa dessas idas para o trabalho uma cobra enrolou na roda, e quando chovia ela tinha que atravessar o Rio Itapemirim correndo o risco do barco virar. Como a maioria de quem lecionava no interior eram mulheres a situação era ainda mais complicada, pois além do desafio da entrada no mercado de trabalho num momento que ainda existia bastante preconceito tinham que fazer uma “maratona” para chegar ao local de trabalho; moravam “de favor” e tinham que contar muitas vezes com a ajuda da comunidade para não passar fome. E o pior disso tudo é que, nas palavras da professora Zilaura Santos de Aquino, mesmo depois desse esforço todo, foram esquecidas pelo governo.

Essa situação de penúria era agravada, pois mesmo com o acúmulo de atividades o salário, ao invés de significar uma alegria para essas abnegadas, era mais um motivo de chateação. Como todas entraram como contratadas, além do baixo salário, o atraso era constante, sendo que algumas levavam até um ano para receber. Como frisamos anteriormente alguns professores entrevistados destacaram que, logo após a efetivação, que se deu no final da década de 1960, o salário era bom e, no caso da professora Solange Ravera, que afirmou sustentar, juntamente com seu pai, toda a família com o salário que recebia. Contudo essa situação teve uma grande mudança da década seguinte.

No início da década de 1970 os professores obtiveram um aumento na sua escolaridade em relação aos docentes que lecionaram até a década de 1960. Esse maior grau de estudo, no entanto, não significou melhoria salarial, ao contrário, o magistério foi uma das classes que mais sentiu o impacto da crise econômica que aconteceu no Brasil a partir do fim do “milagre econômico”, pois, como frisa SOARES (2005, p. 313), na ditadura militar jamais houve qualquer lei salarial que assegurasse aos trabalhadores repasse total da inflação.

Sem o repasse, ocorreu diminuição do poder real de compra que, no caso dos

professores da rede pública estadual significou uma piora bem acentuada, pois a correção do salário mínimo não acompanhou a inflação e, para piorar, além da queda do poder real, tiveram redução em comparação a quantos salários mínimos recebia um professor em 1971, em média 3,75 salários- mínimos e, em 1978, 2,95, não levando em conta a expectativa de aumento salarial criada devido ao aumento da escolaridade. A conjunção desses elementos explica a pauperização e a mudança de ação contra o Governo que marcou a magistério no final da década de 1970 e início dos anos 80, visto que a situação da classe era desesperadora, mesmo no Estado que recebeu vultosos investimentos do Governo Federal. Desse modo ocorreu um aumento do número de professores com uma acentuada queda salarial, principalmente com a vinda de população do campo para a cidade.

No caso do Espírito Santo, ocorreu um grande êxodo rural incentivado pelo governo para conseguir mão de obra para os grandes projetos que estavam sendo implantados. Para atender a todo esse contingente populacional, o Poder Executivo teve que aumentar em 260% o seu número de funcionários, de acordo com o economista Orlando Caliman, entrevistado na reportagem publicada pelo Jornal A Tribuna, de 28 de outubro de 1980. Contudo, como os grandes projetos implantados não geravam impostos na mesma proporção, o aumento na arrecadação não acompanhou o inchamento da máquina estatal. Assim foi constante o atraso do pagamento dos servidores contratados e, em relação aos servidores efetivos, geralmente, não havia aumento e, quando tinham reajustes, estes não acompanhavam a inflação, situação confirmada quando Myrthes Bevilacqua assume a UPES, em 1973, ao constatar que o magistério estava há três anos sem aumento.

Na tentativa de resolver essa situação, a UPES entregava a todos os governadores os memoriais, nos quais apontava claramente as perdas do magistério, demonstrando que o arrocho salarial foi uma das marcas mais fortes quando analisamos a história dos professores da rede pública de ensino na década de 1970. O depoimento da presidente da UPES, constante em reportagem publicada no Jornal A Gazeta, de 21 de fevereiro de 1976, mostra esse aspecto da política governamental para a educação naquele período: alegação da falta de dinheiro.

Em educação não se pode fazer economia. É preciso investir sempre. Não é por acaso que a evasão de valores para áreas melhor remuneradas é um fato, e os professores para obterem uma melhor situação econômico-financeira associam o magistério a outras profissões ou sobrecarregam-se em cargas horárias. Solucionar o problema do ensino com suplementaristas conforme vem ocorrendo no estado é uma aberração.

Contudo a solução encontrada pelo Governo para economizar dinheiro não agradou nem um pouco a categoria. Discorrendo sobre os números, na mesma reportagem

citada, Myrthes aponta que existiam 11 mil professores suplementares recebendo até o limite de CR\$ 1.680,00 para 8 mil efetivos que podiam receber até o máximo de CR\$ 3.714,00, sendo que, aqueles faziam o mesmo trabalho destes, e acabavam recebendo menos da metade. Situação mais complicada é verificada com a contratação de monitores ganhando CR\$ 514,00. Na mesma entrevista, Myrthes ainda afirma: "Essa situação absurda acaba fazendo o magistério ser uma das carreiras menos atraentes. Seja pela remuneração, seja pelo volume de trabalho, ou pelo obscurantismo sócio profissional em que a profissão mergulhou". Fica claro, desse modo, que o sonho da profissionalização proposto pelos militares no início da década de 1970, e verbalizado pela professora Thereza Noronha de Carvalho, presidente da CPB na época, tornou-se durante o decorrer da década um pesadelo.

JÚNIOR e BITTAR (2006, p. 08) demonstram que os professores, no final da década, questionavam sua própria existência, através da realização de movimentos mais incisivos, como as greves. Os autores destacam que o principal motivo para os movimentos parestas foi o arrocho salarial, visto que o magistério da rede pública era uma das categorias mais afetada pela política econômica do governo, que não investia o necessário e ainda concedia benesses ao ensino privado. Para tentar diminuir os efeitos do arrocho salarial e aumentar o quadro de sócios, a UPES montou uma rede de serviços e buscou alternativas para melhorar a vida dos professores.

#### **5.1.8 A Rede de Serviços e as Conquistas do Magistério**

Para compreendermos a obtenção de alguns serviços ou direitos pelo magistério na década de 1970 temos que levar em consideração alguns fatores. O aumento no número de associados não significou, imediatamente, um incremento financeiro para a entidade, visto que o valor e o recebimento das mensalidades, principalmente dos professores que moravam no interior, era muito complicado em razão da falta de desconto na folha de pagamento. Devido a essa situação, boa parte das conquistas pela entidade foi consequência da luta de sua presidente na exploração de possibilidades para oferecer uma melhor assistência aos associados.

Em entrevista de página central concedida por Myrthes ao jornal A Gazeta, publicada em 27/05/1979, são citadas várias conquistas da UPES para o magistério, como ambulatório médico e dentário, compra de dois apartamentos e de um terreno de 50 mil metros quadrados, em Jacaraípe, para criação de um clube de lazer para os professores. Em relação ao funcionamento dos serviços médicos e dentários, como a entidade não possuía recursos para o aluguel, Myrthes cedeu um espaço no prédio de sua propriedade e, somente depois de vários meses, a direção deliberou o pagamento

do aluguel. É interessante frisar que os quatro gabinetes dentários pertencentes a UPES foram conseguidos através de um pedido da presidente à Alemanha. Para baratear o custo do tratamento dentário para os associados e seus dependentes, Myrthes revertia o dinheiro recebido do aluguel para compra de material. Sobre o atendimento médico, reportagem do jornal A Tribuna – de 30/11/1977, com título: “Mirthes Corradi dirige a UPES por mais quatro anos” -frisa que o atendimento médico acontecia nas especialidades de ginecologia e pediatria.

A reportagem do jornal ainda destaca a compra dos dois apartamentos, adquiridos pela entidade através do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Espírito Santo (INOCOOPES), que serviram para montagem da Casa do Professor, utilizada como alojamento para os docentes do interior que fossem participar de alguma atividade em Vitória. Já o terreno de 50 mil metros quadrados, em Jacaraípe, adquirido para montagem do clube Colônia de Férias dos Professores, foi comprado por um grupo de educadores e depois repassado a UPES, visto que, na época da compra, a entidade não possuía recursos suficientes. Também foi lançado, através da União dos Professores, um programa da casa própria junto ao INOCOOPES para que os associados conseguissem adquirir seu primeiro imóvel.

A organização dessa rede de serviços, mesmo com o baixo valor e a dificuldades na coleta da mensalidade, o atendimento nas áreas administrativa e jurídica, bem como a intensa luta pelos direitos que historicamente foram negados ao magistério, significou, durante o primeiro mandato de Myrtes Bevilacqua o reconhecimento do trabalho realizado, refletindo-se num vertiginoso aumento do número de sócios, saindo praticamente do zero até chegar a mais de 8.000 em meados da década de 1970. Esse aumento na taxa de filiação, principalmente de mulheres, demonstra que a maioria de sócias da UPES, estava inserida num contexto mais amplo, o da entrada feminina no mercado de trabalho, acabou contribuindo de forma decisiva para que a entidade pudesse se estruturar e, posteriormente, subir o tom das críticas à atuação dos governantes.

Segundo ARAÚJO e FERREIRA (2000, p. 310), tal mudança significativa na relação das trabalhadoras com os sindicatos e associações esteve relacionada, principalmente, à reativação e combatividade do movimento sindical no final dos anos 70 e ao impacto sobre trabalhadores do amplo movimento de mulheres surgido em meados dessa década. Contudo, essa expressiva participação das mulheres nas organizações sindicais não modificou a posição desvantajosa que a grande maioria delas tinha no mercado de trabalho, tanto nas profissões nas quais se constituíam em minoria quanto no magistério, aonde eram maioria. Em ambos os casos a atuação feminina era desqualificada com argumentos preconceituosos, e no caso do magistério, ainda com a velha vinculação da docência ao sacerdócio.

Para JÚNIOR (2011, p. 37), no plano acadêmico, infelizmente, a falta de estudo sobre a ação docente feminina reforçou os argumentos utilizados pelos governos para desprestigiar a categoria. Os governantes passaram a divulgar a ideia de que ensinar era tarefa de quem não tinha sustentáculo econômico e social da família, visto que os homens haviam saído para outras ocupações, o que acabava por reforçar a chamada “teoria machista da profissionalização”, fortalecendo aquelas proposições que sugerem a aceitação das mulheres em algumas áreas, por seu suposto caráter submisso, sem levar em consideração as variantes históricas e geográficas. É importante destacar, segundo o autor, que a escola foi um dos locais encontrado pelas mulheres em sua luta pra sair aos espaços públicos desafiando o patriarcado, não sendo, simplesmente, local ao qual se chegou pela desistência masculina.

Assim, o aumento do quadro de sócios para as associações foi importante não somente pelo fato de se constituir como índice de legitimidade, mas também, por alocar volume de recursos, por meio das mensalidades, bem como na independência em relação ao poder público. O recolhimento da contribuição mensal remete a um aspecto relevante no processo de constituição e desenvolvimento das entidades e, no caso da UPES, serviu para que a entidade tivesse condições de questionar o Governo, por exemplo: quando este propõe a extinção de cargos na educação como destacado em reportagem do jornal A Gazeta, datado do dia 03 de dezembro de 1975, que teve o título: “Professores querem evitar extinção de cargos e pedem apoio”.

No decorrer da matéria fica bastante nítida a elevação das críticas ao comportamento do Governo Estadual em relação à decisão tomada. A medida foi criticada pela presidente Myrthes Bevilacqua, que alegou já não existir cargos no magistério suficientes, em razão da expansão da rede escolar e devido à exigência mínima de escolaridade. O ato do Governo, no entanto, extinguiu 598 cargos, sendo: 448 cargos de professores, 132 de supervisores e orientadores, além de 18 de planejadores e inspetores escolares. O que fica bem nítido é que o distanciamento entre os professores e o Governo era um processo que se tornava cada vez mais visível, principalmente quando a entidade passa a questionar uma ação bastante corriqueira feita pelos governantes: a influência política na educação.

#### **5.1.9 A Influência Política na Educação**

Como destacamos anteriormente, o problema na educação capixaba não era econômico e sim político, pois o Estado liberava dinheiro para atender aos empresários que, em contrapartida, davam sustentação política ao Governo. Esse “joguinho de favores”, para atender quem o apoiava, fazia do Poder Executivo um balcão de negócios. Nas entrevistas realizadas com os professores, para a realização desse trabalho, quando perguntei se havia influência dos políticos na educação, ficou claro que essa ação

aconteciam, por exemplo, na indicação de diretores, monitores e inclusive na oferta feita por políticos em troca de favores eleitorais. A professora de Língua Portuguesa Dulcinéia Rosa de Oliveira<sup>3</sup> destacou que uma das artimanhas utilizadas pelos políticos ligados à ARENA era “esconder” as cadeiras, no concurso de remoção, só liberando para os professores que rezavam na cartilha do Governo.

De acordo com o advogado Joaquim Silva, havia uma intensa troca de favores, mas como nada era institucionalizado, quem denunciava sofria perseguição política, ameaça de remoção e, no caso dos monitores, a cessação de contrato. Uma dessas situações, a indicação de diretores, foi destacada pela professora Neusa Maria dos Santos<sup>4</sup>, pois “todo mundo sabia, mas ninguém tinha coragem de denunciar”. Essa ação, contudo, passou a ser questionada pela direção da UPES.

Myrthes Bevilacqua Corradi denunciava em todo Brasil essa situação, exigindo eleição para diretor escolar. Segundo o advogado Joaquim Silva, o questionamento à indicação dos diretores era uma “loucura, pois se havia indicação política para Governador e senador biônico, era o fim do mundo pedir eleição direta, principalmente porque a indicação de algumas pessoas para esse cargo demonstrava o descompromisso dos governantes com a educação pública”.

Várias reportagens, tanto em 1976 quanto em 1977, mostraram que muitas vezes os interesses dos políticos ligados ao governo estavam acima da lei. Porém, a diferença desse momento é que essa prática foi denunciada num jornal de grande circulação, mostrando à sociedade capixaba uma ação que, anteriormente, ficava nos “porões”. Um exemplo de prática política denunciada por Myrthes foi assunto na edição do jornal A Gazeta, do dia 3 de Março de 1977: “Presidenta da UPES vê demissão de professora como jogo de políticos”.

Na reportagem, Myrthes questiona a recente exoneração de Maria Zuleica Haddad Fafá da gestão da Escola de Primeiro e Segundo Graus Afonso Cláudio, cujo nome é o mesmo do município, e a nomeação de Dalzira Afonso Barbosa para o referido cargo. Ao saber da notícia, a presidente procurou imediatamente o Secretário de Educação, Arabelo do Rosário, para mostrar que tal atitude contrariava não somente o Estatuto do Magistério, mas também a lei federal nº 5692. Essa lei exigia que para o cargo de direção de estabelecimento de ensino o indicado tivesse curso de formação em administração escolar ou possuísse direitos adquiridos por ter ocupado o mesmo posto anteriormente. No entanto, a substituta da professora Maria Zuleica não se enquadrava em nenhuma das situações, pois era estudante de direito. Um dado que mostra que a indicação política era bastante comum foi verificado na mesma reportagem

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Dulcinéia Rosa de. Entrevista a professores aposentados da rede estadual de ensino do Espírito Santo. 2015.

<sup>4</sup> SANTOS, Neusa Maria dos. Entrevista a professores aposentados da rede estadual de ensino do Espírito Santo. 2015.



aonde é destacado que o prefeito de Itapemirim, João Bechara, e o deputado estadual Antônio Jacques Soares, ameaçavam de demissão duas professoras caso elas não votassem nos candidatos por eles indicados. Outra reportagem que mostra a influência do jogo de interesses na educação foi publicada no jornal Posição, edição de 14 de setembro de 1977, com título: “A bomba”.

A matéria mostra que no município de Linhares, a diretora Joacy Calmon Mantovanelli, da Escola de Segundo Grau Emir de Macedo Gomes, decidiu punir três alunos que soltaram pequenas bombas dentro do colégio. Depois de convocar o Conselho de escola e fazer o registro na delegacia do município, foi concedida transferência aos educandos. De acordo com a reportagem, tais alunos pertenciam a famílias poderosas na cidade, sendo um deles filho da autoridade máxima do município, o juiz Judson Gonçalves Aguiar. Os estudantes então, ajuizaram uma ação judicial e conseguiram reverter a situação, obrigando a escola a recebê-los novamente. Porém, depois da decisão judicial, somente um deles voltou a estudar no colégio. O mais estranho de todo esse episódio foi a ação e a omissão dos personagens envolvidos na história.

O posicionamento inicialmente firme da diretora acabou se transformando devido aos interesses envolvidos, pelo medo de enfrentar a autoridade máxima do município ou por conveniência política, visto que era candidata na próxima eleição, ela resolveu permanecer no cargo, quando a lógica seria ter pedido exoneração depois da desautorização da Justiça. Para justificar sua decisão, a diretora afirma que o questionamento sobre a volta dos alunos deveria ser feito pela Secretaria Estadual de Educação. Neste ponto, destaca-se a omissão do Secretário da Educação, Arabelo do Rosário, como também do aliado político da gestora, o deputado Emir de Macedo Gomes, que não se manifestaram sobre o acontecido. A reportagem mostra também que o episódio serviu para abalar ainda mais o prestígio da ARENA no município. Dentre os envolvidos, a única posição que se manteve inalterada durante todo o processo foi a da UPES, que apoiou a decisão do Conselho de Escola. O relato desse episódio demonstra que o jogo político na educação funcionava a todo vapor, visto que, por uma série de conveniências e jogos de interesses, somente a UPES teve coragem de denunciar e enfrentar a situação, enquanto os outros personagens se ajeitavam da forma que mais lhes convinha.

Contudo a posição firme da presidente, e conseqüentemente da entidade, atraiu para a UPES inimigos poderosos. Denunciando de forma muito firme esse “jogo sujo do poder”, uma mulher, dirigindo uma entidade composta em sua maioria por mulheres, chamou a atenção da sociedade capixaba para a situação de desmando em que se encontrava a educação capixaba.

### 5.1.10 Uma Mulher Contra a Política do Medo

O título desta parte do capítulo é o mesmo da reportagem do Jornal A Gazeta, de 6 de novembro de 1977, início do mês em que Myrthes seria reeleita para mais um mandato à frente da entidade. O que mais chama atenção nessa matéria, uma dentre as várias publicadas neste mês sobre a ação da UPES e da sua presidente durante o primeiro mandato da nova diretoria, é a materialização do novo posicionamento da “associação que ela teima em transformar em entidade de classe”, como frisou o jornal. Como destaquei nos capítulos iniciais dessa dissertação, a mudança de ação de uma entidade necessariamente leva outras a se reposicionarem.

No caso do magistério capixaba houve uma intensa ação dos professores articulados com os movimentos sociais, a Igreja Católica e os sindicalistas, que questionavam o atrelamento das lideranças ao poder público. Com essa ação essas instituições questionaram a ordem estabelecida, apresentando ainda parâmetros para a sua mudança. Essa linha de raciocínio pode ser expandida no sentido de conferir ao sindicato, ou, no caso, a associação dos professores, uma tarefa de transformação da realidade, ação impensada quando resgatamos o início da UPPES, em 1958. Esse novo posicionamento dos docentes capixabas surpreendeu quem estava acostumado ou tinha uma visão romantizada do magistério.

O repórter, como também uma parte da sociedade capixaba, foi surpreendido por uma “típica representante da classe média” que, ao falar, se transforma, sabendo o que dizer e como dizer sem vacilar diante de qualquer pergunta. Essa segurança no falar foi conseguida no enfrentamento ao medo, como ela expõe na reportagem do Jornal A Gazeta, de 20 de dezembro de 1981:

Bem, há 8 anos atrás não havia abertura. Determinados posicionamentos meus traziam atritos com o governo, muito medo dentro da categoria. Professores com medo, medo até de respirar porque esses 17 anos não foram fáceis. E a gente tirar o medo de uma classe até chegar o ponto dela se posicionar como se posicionou este ano numa greve (...). E isso foi um trabalho muito árduo. De 73 para cá quando eu assumi foi muito trabalho, muitas reuniões, muitas visitas no interior, muita força para que todos perdessem o medo, inclusive eu. Porque eu também tinha muito medo. Tinha que buscar força na categoria para quê perdêssemos o medo e para quê pudêssemos reivindicar nossos direitos.

E a luta por esses direitos não se resumiu somente à categoria. Devido ao seu posicionamento e diálogo com a sociedade, através dos jornais impressos, Myrthes foi uma das lideranças que mais canalizou o desejo de mudança presente na sociedade dessa época, o que levou o repórter do jornal A Gazeta, de 06 de novembro de 1977, a afirmar: “poucas pessoas, em cargos como o da presidência da UPES, conseguiram

reunir na imprensa capixaba uma unanimidade de opinião. Myrthes é inatacável em sua conduta à frente do órgão“. Contudo, esse novo posicionamento da categoria, exposto de forma bastante clara pela sua presidenta, não significava unanimidade de opinião em todos os setores da sociedade capixaba, principalmente para quem queria fazer a UPES voltar a se reaproximar da Secretaria de Educação, isto é, que a entidade voltasse a ser uma extensão da Secretaria, como fora no início da organização.

No período de disputa eleitoral na UPES, enquanto o secretário Arabelo do Rosário mantinha um diálogo com a categoria, o subsecretário Edilson Lucas do Amaral movimentava para lançar um candidato à presidência da entidade. Com a experiência adquirida durante sua participação no Sindicato dos Professores da Rede Particular, Edilson percebeu que somente teria chances de realizar e ser reconhecido por seu trabalho na subsecretaria e, logo após, na chefia da pasta, caso pudesse influenciar na eleição e nos destinos da UPES.

Como estratégia para retirar Myrthes da presidência e colocar uma pessoa de sua confiança, Edilson, de acordo com matéria do jornal A Gazeta do dia 06 de novembro de 1977, colocou um funcionário da secretaria para fazer contatos com os professores da capital e do interior com intuito de angariar apoio para enfrentar a candidata à reeleição. Apesar de toda tentativa, Edilson não conseguiu diminuir a legitimidade e o poder que Myrthes possuía a frente da UPES. Contudo, essa movimentação na época das eleições, seria somente o primeiro passo para tentar “colocar de volta” a entidade no lugar de onde nunca deveria ter saído: sob a “proteção” do Secretário de Educação. Como reconhecimento por seu trabalho à frente da entidade, Myrthes foi reeleita para conduzi-la por mais quatro anos. Essa tentativa de tirá-la da direção, no entanto, foi a primeira ação de um tenso momento entre a UPES e a SEDU.

## 5.2 INÍCIO DO SEGUNDO MANDATO: A TENSÃO CONTINUA

O ano de 1978, início do segundo mandato da direção comandada por Myrthes Bevilacqua Corradi frente à UPES, é marcado pelo aprofundamento das divergências entre os professores e o Governo do Estado. Os trabalhadores em educação da rede estadual de ensino do Espírito Santo sinalizam com a greve e não são recebidos pelo Secretário de Educação Edilson Lucas do Amaral. Com a recusa do diálogo os docentes se colocam em Assembleia Geral Permanente gerando um imenso desgaste não somente para o Secretário mas também para o Governador Élcio Álvares. Toda essa movimentação do magistério capixaba chamou a atenção da Polícia Política sendo que a partir de 1979 os educadores da rede estadual do Espírito Santo passam a ser vigiados, ação que será destacada no próximo capítulo dessa dissertação. Essa forma mais incisiva de questionamento ao regime militar não era exclusiva dos professores inserido-se num contexto maior.

O posicionamento da Igreja Católica, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a retomada do movimento estudantil, e principalmente a reorganização do movimento sindical, comandados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em São Paulo, serviu para abalar as estruturas do regime ditatorial. No caso dos trabalhadores, as críticas centravam-se nas perdas acumuladas ao longo da década e na estrutura sindical atrelada ao governo. Essa movimentação dos trabalhadores deu origem ao Novo Sindicalismo.

COLBARI (2003, p. 18) destaca que esse movimento, inicialmente localizado nas grandes empresas automobilísticas concentradas na região do ABC Paulista (Santo André, São Bernardo dos Campos e São Caetano), teve um forte poder de irradiação para várias localidades do país. Segundo a autora, o novo discurso sindical colocava na berlinda todo o sistema trabalhista, gestado a partir dos anos de 1930, que tinha como peça-chave a ingerência estatal nas relações de trabalho. A autora ressalta que as principais reivindicações eram a negociação coletiva entre sindicatos e empregadores sem a mediação do Estado, o direito irrestrito de greve, liberdade e autonomia sindical na organização dos assalariados no local de trabalho. Nesta postura de confronto, com a estrutura sindical vigente e com a política trabalhista do Governo Militar, o novo discurso marcava a ruptura com as práticas do sindicalismo populista ou burocrático que, aprisionado no formato oficial, não avançava na organização dos trabalhadores, demonstrando assim falta de agressividade na defesa de direitos já consagrados e na ampliação da cidadania no mundo do trabalho. Contudo, a ação do Governo Militar frente a quem questionava um dos pilares do sistema – o modelo econômico – foi extremamente dura demonstrando que, se fosse preciso, o aparelho repressivo voltaria a funcionar com toda a intensidade.

ALVES (1985, p. 328) destaca que para ocorrer uma transição completa, ou seja, a volta do sistema democrático – é necessário o desmantelamento das estruturas erigidas com a finalidade de controle e opressão econômica, o que, efetivamente, não aconteceu. A autora ressalta que a partir de 1974 o Governo mudou a estratégia de ação frente a quem questionava o regime, saindo da repressão intensa, como acontecera no início da década, para uma lógica de repressão seletiva tentando atrair pessoas para apoiar os Militares. Contudo, a autora ressalta que esse período não deve ser encarado como estágio de transição, pois os setores que ousavam questionar o modelo de desenvolvimento econômico eram duramente perseguidos, como o caso dos trabalhadores paulistas.

Segundo a autora, a repressão nos anos de 1975 e 1976 concentrou-se em São Paulo, o maior estado industrial do país. Naquele momento o governo tentava delimitar as fronteiras para a ação da oposição, visto que a política da abertura não estava preparada para um questionamento mais incisivo, como fizeram os movimentos sindicais de base.

Ademais, quando os operários paulistas começaram a questionar a política econômica, em 1977, com a exigência de reposição salarial chegando ao movimento grevista a partir de 1978, foram duramente perseguidos. Essa perseguição tinha como objetivo aniquilar o movimento em São Paulo e impedir que a onda grevista se espalhasse pelo país. No entanto, como a repressão incisiva sobre os trabalhadores foi veiculada na imprensa, essa ação militar serviu para desgastar ainda mais o governo e acelerar o processo de abertura. No Espírito Santo, os ares da mudança também haviam chegado.

Em 1977, o movimento estudantil voltou a se estruturar na UFES, através da reorganização dos Diretórios Acadêmicos de Medicina e Direito. Em 1978 houve eleição para o DCE, quando foi eleita a chapa liderada pelo estudante de Economia, Paulo Hartung. A Igreja Católica, comandada pelo arcebispo Dom João da Motta e Albuquerque e pelo bispo auxiliar Dom Luís Gonzaga Fernandes, contribuiu de forma decisiva para a sustentação dos movimentos sociais e populares e na organização das CEBS (Comunidades Eclesiais de Base). A liderança dos trabalhadores, contrária à linha de atrelamento do movimento a estrutura estatal, se organizou na Frente Sindical, que contou com a ativa participação dos professores da rede estadual de ensino.

Segundo COLBARI (2003, p. 24), a criação da Frente, em 1978, marcou a primeira tentativa de articulação da categoria dos trabalhadores no período pós-64, e envolveu as forças políticas mais atuantes do movimento sindical: os "sindicalistas autênticos independentes", a Unidade e a Oposição Sindical. A autora destaca que, em 1979, surgiu a Intersindical, que agregava um "bloco combativo do movimento sindical" com objetivo de alavancar mudanças na direção dos sindicatos existentes e também na própria estrutura organizativa dos trabalhadores provocando uma reviravolta nunca vista no Estado. Conforme destaca a autora, "lideranças combativas" assumem a direção do Sindicato dos Jornalistas e do Sindicato dos Médicos; a UPES adota uma postura mais agressiva na defesa dos direitos dos professores da rede pública estadual; na UFES são fundadas as Associações dos Docentes (ADUFES) e dos servidores (ASUFES); grupos de oposição sindical no campo e na cidade ganham densidade material e política; e o movimento grevista tem seu reinício com a paralisação dos trabalhadores da construção civil, dos motoristas de transporte coletivo da Grande Vitória e dos professores da rede pública estadual e federal. Segundo a autora, as mudanças verificadas nas formas de organização e de ação coletiva dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que deram sustentação a uma série de articulações políticas e sindicais, foram por elas alavancadas. Por conseguinte, o processo de organização realizado pelos professores capixabas não se constituiu em um fato isolado, mas estava inserido num contexto de mudanças nunca vislumbrado na história do Estado.

Guardadas as especificidades e intensidade na construção da categoria, o magistério capixaba manteve estreito diálogo com outros movimentos de trabalhadores da iniciativa

privada e profissionais liberais, participando ativamente, por exemplo, da organização da Frente Sindical no Estado; sendo que boa parte das reuniões para organização da entidade aconteceu na sede da UPES. Nos encontros, organizados pelas lideranças sindicais para articular a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), sempre havia a participação dos professores. E na maioria das vezes a única liderança feminina que participava das mesas era a presidente Myrthes Bevilacqua Corradi. Outro dado que corrobora para reforçar essa intensa participação foi a presença das delegações da entidade nos encontros.

No I ENCLAT ES (Encontro das Classes Trabalhadoras do Espírito Santo), por exemplo, a União dos Professores levou a maior delegação ao encontro. Outro dado que não pode ser esquecido, e que reforça a ligação do magistério com os outros trabalhadores, foi a atuação do advogado Joaquim Silva, que além de assessorar juridicamente à UPES ajudou a fundar 23 sindicatos. Fora a iniciativa privada, os trabalhadores em educação da rede estadual do Espírito Santo também se destacaram na relação com os outros servidores públicos. Devido ao seu tamanho, grau de politização e mobilização, a categoria foi pioneira nos movimentos grevistas dos funcionários públicos, abrindo espaço para as manifestações que iriam parar o Estado na década de 1980, participando ainda de vários eventos como na campanha contra a instalação da usina nuclear no Espírito Santo, comemorações do Dia do Trabalhador, entre outros.

Toda essa movimentação, com outros trabalhadores e servidores públicos, acabou afastando ainda mais o magistério capixaba do Governo Estadual. Desse modo, o processo que teve um marco na eleição da UPES, no final de 1977, aprofunda-se com os professores em Assembleia Permanente, em 1978, com as grandes assembleias no Colégio do Carmo no ano de 1979 até a greve em 1981.

### 5.2.1 (...) E os Professores Continuam se Afastando do Governo

A questão de proximidade ou afastamento das lideranças docentes em relação ao Estado sempre acompanhou a história do magistério capixaba. A ligação com o poder público, no início da organização dos professores, em 1958, proporcionou à categoria conseguir alguns benefícios como, por exemplo, uma sala para sede da entidade no prédio da Secretaria de Educação. É pertinente lembrar, inclusive, que a primeira presidente da UPPES trabalhava dentro da SEDU e, posteriormente, tornou-se Secretária de Educação.

Entretanto, de acordo com MONTEIRO (1993, p. 26), a proximidade dos líderes da entidade representativa do magistério com as esferas do poder ou, ainda, a participação de pessoas que exerciam cargos de confiança na direção da entidade não agradava a todos os professores. Segundo a autora, essa ligação gerou muitas críticas por parte dos associados, pois significava uma ação menos incisiva na luta pelos direitos, como

a solicitação de melhoria salarial, sendo, inclusive, um dos motivos que levou vários docentes a pedirem desfiliação da UPPEES. Posteriormente, com a entrada da nova diretoria, em 1973, houve um gradativo afastamento da categoria em relação ao Estado.

O reconhecimento da autoridade que existia no início de entidade foi sendo substituído devido a não valorização do magistério por parte dos governantes. Os professores acreditaram que a profissionalização, imposta pelos militares aos docentes, no início da década de 1970, significaria grandes melhorias. No entanto, no decorrer da década “sentiram na pele” todo o processo de proletarização, com reajustes salariais abaixo da inflação, atraso nos pagamentos, dentre outras coisas.

Por conseguinte, o processo de afastamento da UPES em relação ao poder público, que já vinha se desenhando desde quando a entidade passara a questionar, por exemplo, a influência política nas escolas, não terminou com a tentativa do sub-secretário de Educação, Edilson Lucas do Amaral, de influenciar na eleição da UPES, em novembro de 1977. Essa tentativa outro fato, em pleno mês do pleito eleitoral, que serviu para afastar ainda mais o magistério do Governo. Segundo a reportagem da revista Espírito Santo Agora, de agosto de 1978, ocorreu um episódio bastante suspeito no final de 1977: um trator do Departamento de Estradas e Rodagens (DER) tentou retirar terra, exatamente, do local demarcado para construção da piscina no clube dos professores, em Jacaraípe, sem a autorização da entidade para entrar no terreno. Além dessas situações o não atendimento das reivindicações fez o magistério continuar tencionando o Poder Executivo.

Mantendo linha crítica em relação ao Governo, Myrthes – de acordo com reportagem publicada no jornal A Gazeta, de 15 de janeiro de 1978 – externou no Congresso Nacional dos Professores, em Maceió, que a situação da educação capixaba estava muito ruim, inclusive com o não cumprimento da Lei nº 5692, pois, de acordo com a declaração do Secretário de Educação na época, Arabelo do Rosário, constante na reportagem, o Estado não tinha dinheiro para colocar a lei em prática. E assim o que poderia contribuir para uma reaproximação ou, pelo menos, uma tentativa de diálogo entre as partes – a publicação do Estatuto do Magistério, em fevereiro de 1978 – afastou ainda mais o Governo e a categoria.

Segundo SOARES (2005, p. 183), o Estado foi obrigado a publicar o Estatuto, contudo deixou de enquadrar 1781 professores alegando falta de recursos. E, para piorar, passou a remover professores por decreto, violando a lei que acabara de publicar. O autor destaca que essas remoções, no entendimento da presidente da UPES, seria uma arma na mão dos políticos, ação criticada pela entidade. Com essa e outras manobras, após a regulamentação só foram beneficiados pelo Estatuto 430 professores e especialistas. Cansada de esperar o cumprimento da palavra pelo Governo, a UPES

começou a ameaçar, pela primeira vez na sua história, com a realização de um movimento paredista.

De acordo com NOVAES (1992, p. 58), no mês de maio de 1978 a União dos Professores entregou ao secretário Edilson Lucas do Amaral um documento reivindicatório contendo uma série de demanda dos professores, ficando agendada uma reunião para 4 de julho, data em que seria entregue um documento mais completo e abrangente ao Secretário, o Memorial. Contudo, no dia marcado para acontecer a reunião, conforme mostra uma reportagem do Jornal A Gazeta, o magistério capixaba externou que só via uma saída para exigir do Governo o cumprimento das promessas: a greve. Essa sinalização, por parte da categoria, fez o secretário não comparecer à reunião. Diante desse não comparecimento cerca de 200 professores decidiram estabelecer uma “Assembleia Geral Permanente” até que o Poder Executivo atendesse suas reivindicações, ou pelo menos dialogasse com a categoria.

Esse posicionamento dos educadores, que teve grande apoio da sociedade e acabou gerando, até o dia 20 de julho daquele ano, cerca de setenta reportagens nos jornais, causou um dano enorme ao governo Élcio Álvares – não somente dentro do Estado, mas também no Congresso Nacional e no Governo Federal. Toda essa agitação levou o líder do Governo na Assembleia, Edson Machado, a taxar a presidente da UPES de subversiva, ação que recebeu críticas intensas até mesmo dentro do seu partido, a ARENA. O reposicionamento dos professores, com essa forma mais incisiva de cobrança, acabou gerando resultados.

Mesmo que a greve não tenha ocorrido naquele momento, a repercussão e a divulgação pela imprensa colocou o magistério no centro dos holofotes. Isso fica bem claro na quantidade de vezes que algumas reivindicações foram mostradas pela imprensa no mês de julho de 1978: a mudança da Portaria nº 919, que tratava da remoção dos professores do Polivalente, dando garantia unicamente à manutenção da cadeira de origem sem, no entanto, assegurar as cadeiras então ocupadas, rendeu oito reportagens; a situação dos monitores rendeu nove reportagens; criação de cargos e o concurso de ingresso quatro reportagens cada uma. Como se percebe a luta pelos direitos continuava sendo a linha mestra da ação dos professores. Entretanto o grande diferencial era a forma de cobrança através da ameaça de greve.

É interessante destacar que, mesmo com a abertura conduzida pelos militares, era terminantemente proibido falar essa palavra. Possivelmente, esse termo era utilizado nas reuniões internas da entidade, ou na organização da Frente Sindical. Mas externar essa forma de luta através de um jornal de grande circulação, exatamente no dia da reunião com o Secretário de Educação, tinha suas implicações políticas. Esse novo posicionamento dos professores capixabas acabou gerando uma série de reações em cadeia, principalmente do comandante da Secretaria de Educação, Edilson Lucas do



Amaral.

### 5.2.2 **Assembléia Geral Permanente: Um Ato Político da UPES**

A permanência dos professores em Assembleia, a espera do Secretário de Educação, ganhou grande repercussão na imprensa capixaba. Como destacamos anteriormente, a grande quantidade de reportagens – cerca de setenta, num espaço de quinze dias – acabou mostrando mais nitidamente que os educadores gozavam de grande prestígio perante a sociedade, devido ao trabalho que realizavam e a falta de reconhecimento por parte do Governo. Juntando-se a isso, não pode ser esquecido que, mesmo não atendendo aos pedidos feitos pelos professores, os ex-secretários de Educação Alberto Stange Júnior e Arabelo do Rosário nunca se negaram a sentar à mesa com o magistério. Desse modo, era inadmissível que, no momento histórico em questão, o secretário de Educação se negasse a dialogar com os docentes. E esse erro estratégico ficou bem nítido na forma como foram trabalhadas as reportagens dos jornais que circularam no dia 6 de julho de 1978. Os periódicos demonstravam claramente que o Secretário cometeu um imenso erro ao não comparecer à audiência ou, ainda, que era uma pessoa fora do contexto histórico, ou seja, não aberto ao diálogo.

O problema é que no momento em que os jornais interrogam Edilson para saber o porquê dele não ter comparecido à reunião, "a emenda ficou pior do que o soneto", pois a justificativa utilizada desmentia as desculpas citadas anteriormente, como ficou bem nítido na declaração dada ao Jornal O Diário, cuja reportagem tinha como título: Edilson não aceita convocação da UPES. "Eu estava resolvido comparecer à reunião, mas quando vi nos jornais a afirmação de Myrthes referindo-se à greve, entendi que ela não queria diálogo. Já estava entrando no campo da pressão, não vou me envolver com uma situação destas". E para complicar ainda mais sua situação, Edilson deixou transparecer que não conhecia o "tamanho" da envergadura da situação em que se meteu, quando tentou desqualificar a presidente da UPES sem uma argumentação substancial.

Em reportagem do jornal A Gazeta, do dia 06 de julho, ele classificou Myrthes como "agitadora, manipuladora dos professores" e também "advogada frustrada, que nunca foi professora". Contudo, na mesma matéria, aparece uma afirmação do ex-secretário de Educação, Arabelo do Rosário, em comum acordo com o Governador Élcio Álvares, dizendo que Myrthes foi considerada uma colaboradora da educação estadual. Sendo assim, a opinião do chefe do Executivo chocava-se com a do Secretário. No decorrer da reportagem, Edilson afirma que atendeu a todos os pedidos do magistério, contudo um *box* no corpo da matéria, com sub-título "Desemprego ameaça professores", que tratava da situação dos docentes dos polivalentes, mostrava que a afirmação do Secretário não condizia com a realidade. Esse distanciamento entre a categoria e o

Governo repercutiu intensamente na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, um dos locais em que a UPES sempre entregava o documento que mostrava a realidade dos professores, o memorial. Um dado curioso sobre os debates na Assembleia é que muitas vezes aconteciam entre os deputados da situação, revelando assim as fissuras existentes dentro da ARENA.

De acordo com o jornal A Gazeta, do dia 06 de julho, o ex-prefeito de Vitória e deputado estadual Setembrino Pelissari, aproveitando a presença dos professores na galeria da Casa de Leis, teceu críticas à condução, dada pela Secretaria de Educação, à remoção dos educadores através da Portaria nº 919. Os docentes aplaudiram Pelissari com entusiasmo, enquanto os Deputados da Arena, Lúcio Merçon e Dercilio de Albuquerque, teceram críticas à fala de Setembrino, mostrando, claramente, que não concordavam com o "fogo amigo" do Deputado em relação ao Secretário. Esse embate, entre os deputados da ARENA, deixou claro que a negativa de diálogo por parte de Edilson foi munição tanto para a oposição, como veremos à frente, como também para quem discordava do trabalho do Secretário. Nesse processo existente na Assembleia destacou-se o líder do governo Elcio Álvares, Edson Machado, que desde o início manteve uma posição extremamente crítica em relação à atuação da presidente da UPES, Myrthes Bevilacqua, a quem acusava de subversiva.

O seu pronunciamento, que aparece na reportagem do jornal O Diário, de 7 de julho de 1978, bem como o título da reportagem: "Edson diz que Myrthes está agitando", confirmam seu posicionamento: "A presidente da UPES subverte a ordem e provoca agitação pretendendo objetivos que a lei não permite que se alcance (...) [assim] não podemos conversar com uma professora que somente quer a greve e a violência". Completando a fala, o líder do Governo afirmou ainda que Myrthes poderia ser responsabilizada criminalmente por atentar contra a Segurança do Estado. Contudo, o posicionamento do líder do Governo sofreu críticas, como podemos constatar no Jornal da Cidade, também do dia 07 de julho.

O título da reportagem principal – "Deputado diz que Myrthes pode ser enquadrada na Lei de Segurança" – segue a mesma linha dos outros jornais. Mas a matéria menor, intitulada: "Fórmula de como perder a eleição", chamou atenção para o "infeliz" pronunciamento do líder do Governo, que acusou a presidente da UPES de agitadora e subversiva, posicionamento que acabou jogando todo professorado capixaba contra Elcio Álvares, preocupação que fora externada por Setembrino Pelissari numa reportagem do dia anterior. Alias, como eram de confiança os cargos tanto de Secretário da Educação quanto de líder do Governo, acabou sendo creditada na conta do Governador a intransigência de ambos. Além dessa situação desgastante dentro do Estado, a falta de diálogo com os professores repercutiu no Governo Federal, através de ação do Deputado Federal pela ARENA, Gerson Camata.

Partidário do “fogo amigo” contra o Governador, Camata – de acordo com o jornal A Gazeta, de 07 de julho – informou ao ministro da Educação e Cultura, Euro Brandão, que os professores da rede estadual de ensino do Estado do Espírito Santo estavam em assembleia permanente devido a ausência do Secretário de Educação em uma reunião. Outro assunto levado ao Ministro foi o elevado número de monitores que se encontravam em situação funcional irregular junto ao sistema educacional do Estado. Para contribuir ainda mais com o calvário do Governador e lhe passar um “atestado de incompetência”, o Ministro declarou que desconhecia a terrível realidade vivida pelos monitores capixabas, situação inadmissível num dos estados mais assistidos pelo Governo Federal. Enquanto isso, o magistério capixaba só “tecia elogios” ao Chefe do Executivo caso isso significasse espezinhar o titular da pasta da Educação.

Nas reportagens do jornal A Gazeta do dia 08 de julho, o principal assunto abordado era de que os professores, ainda em assembleia, lembravam os pedidos feitos ao Governador. Não reconhecendo a autoridade do Secretário de Educação, aproveitaram ainda o ensejo para agradecer a Élcio Álvares o enquadramento dos docentes primários portadores de habilitação para o magistério e o projeto para criação de mais de 1260 cargos, remetido para apreciação da Assembleia Legislativa. Outro ponto que também foi destaque neste dia 08 de julho foi a visita do deputado estadual Setembrino Pelissari à Assembleia dos Professores. Na reportagem do jornal A Tribuna, o deputado solicita ao secretário de educação Edilson Lucas, que retome o diálogo com os professores, pois, de acordo com reportagem do Jornal da Cidade, corriam rumores que a presidente da UPES iria interpelar o secretário na Justiça, ação que não se realizou. Efetivamente, o que aconteceu foi a suspensão provisória da Assembleia dos Professores.

Em nota divulgada no jornal A Tribuna, de 9 de julho, os professores, recordando todos os momentos que passaram desde o dia 4, quando não foram recebidos pelo Secretário, passando pelo silêncio constrangedor do Governo, destacando ainda que, tudo que foi feito estava embasado em lei, resolvem suspender o movimento e interpelar na justiça o Estado, para garantir todos os direitos assegurados em lei. Nessa mesma reportagem foi destacado que a primeira ação judicial proposta pelos monitores, através da UPES – a assinatura da Carteira de Trabalho – poderá ter desfecho até na terça feira. O que poderia parecer uma derrota para os professores capixabas, o fim do Assembleia Permanente, ou seja, a troca de um posicionamento político por uma ação judicial, se tornou uma vitória. As outras reportagens, desse mesmo dia 9, demonstraram um apoio incondicional da sociedade à luta dos docentes pelos direitos que, historicamente, lhes eram negados.

Numa crônica publicada no jornal A Tribuna, intitulada “Os professores não xingaram a mãe de Nero”, o cronista Arlon José de Oliveira deixa bastante claro que os docentes estavam “pagando um preço” ou “tomando um castigo” por aquilo que não fizeram. O

autor aproveita ainda o ensejo para destacar que o "entulho autoritário" que atrapalhava manifestações pacíficas, como a realizada pelo magistério, deveria ser imediatamente extinto.

Usando a mesma linha de raciocínio, o jornalista Djalma Juarez Magalhães publicou um Manifesto com o título: "A luta de uma abnegada". Em seu texto ele defende a legitimidade da manifestação popular, já que todo poder emana do povo. Na sequência afirma que não conhece Myrthes Bevilacqua pessoalmente, mas que a admira por sua insistência e abnegação, não compreendendo como um funcionário público deixa de atender, honestamente, uma convocação popular para o diálogo. O jornalista aprofunda sua crítica à falta de diálogo do Governo Estadual classificando-a como "uma triste cusparada na chamada democracia responsável". Finalizando seu texto, Djalma critica a antipatia do secretário de Educação em relação àquelas que ensinam as primeiras letras e que "deixaram raízes plantadas em nossas lembranças", pois, "sem demagogia e com honestidade os homens responsáveis deste Estado poderiam equilibradamente ouvir as queixas e aceitar os desafios, sem apelar para métodos gestapianos". Como a abertura para o diálogo partira dos professores, o Secretário de Educação continuava "colhendo os frutos" da sua radical decisão.

Numa reportagem do jornal A Gazeta, do mesmo dia 09 de julho, o secretário da Câmara Municipal de Viana, José Luiz Módolo, tece críticas à postura adotada pelo Secretário, contrária ao que pregava o Governo Estadual. Módolo considera "antipática e destoante do clima de harmonia com que o governador Élcio Álvares faz questão de manter o diálogo com todo segmentos da sociedade a atitude de Lucas Amaral". O secretário da Câmara de Viana ainda faz um alerta ao Governador, apontando que a manutenção de um Secretário "deselegante e despreparado" para a função pode colocar por água abaixo todo o esforço para atender ao magistério. Contudo as reportagens publicadas nos jornais do dia 11 de julho mostraram que, com a suspensão da Assembleia por parte dos professores, o secretário de Educação já aceitava conversar com a categoria, ação destacada no editorial do jornal A Tribuna desse dia. O periódico aponta que o diálogo entre as partes envolvidas traria benefícios para a educação capixaba em geral. Outra notícia que merece destaque é a de que a SEDU depositou verba para pagar dois meses de salários aos monitores. Enquanto a imprensa, os professores e o secretário queriam o diálogo, o clima esquentou na Assembleia Legislativa.

Em diversas matérias – publicadas nos jornais A Gazeta, A Tribuna e A Cidade, dos dias 11 12 e 13 de julho – o líder do governo Edson Machado e o líder da oposição Délio Rodrigues, trocaram violentas acusações sobre o posicionamento dos trabalhadores em educação capixabas. O deputado Délio Rodrigues acusava o líder do Governo de ter taxado todos os professores de subversivos, enquanto Machado assegurava que

não se referiu aos docentes em seu pronunciamento, nem tampouco a uma classe, mas somente a um nome, não chegando a citar nominalmente a professora Myrthes Bevilacqua. Acusando o Governador de oportunista, pois no seu entendimento ele esperou o movimento dos professores para assinar, com data atrasada, a mensagem de criação de alguns cargos, Rodrigues aprofundou sua crítica acusando de subversivo não os educadores, mas sim o Governo "pois a subversão da ordem, da moral e da inteligência, do trato da coisa pública parte do poder público que tem à frente o Senhor Élcio Álvares, que não enxerga a situação de algumas professoras que servem de domésticas no interior do Estado, que trabalham em casas de fazendas, lecionando muitas das vezes, em pardieiros que, de dia, funcionam como salas de aula e à noite como galinheiro".

Rebatendo as acusações do líder do MDB, Edson Machado mais uma vez reafirmou que não acusara o professorado de ser subversivo. Justificou que fora "vítima de uma injustiça clamorosa", acentuando que "tal situação doía muito, sendo demasiadamente duro aceitá-la, sobretudo, sem a cobertura e a solidariedade da verdade", além de ter sido feita, segundo ele, "por quem visava, sobretudo, fazer intrigas entre ele e a classe dos professores." Contudo, a opinião da maior liderança do ARENA no Estado, o Senador Eurico Rezende, sobre a acusação de subversão da professora Myrthes, jogou por terra as pretensões do deputado Edson Machado de se sair bem do episódio. Em reportagem no Jornal da Cidade do dia 15 de julho quando perguntado sobre o ocorrido, Rezende posicionou-se a favor do professorado jogando toda a responsabilidade da acusação no líder do Governo. Afirmou conhecer Myrthes, e que, "não a considero, absolutamente, subversiva, e nunca teve conhecimento de qualquer ação de sua parte que pudesse enquadrá-la ou tê-la como agitadora. Se o deputado Edson Machado tem opinião diferente, deve ter lá seus motivos para isso".

Depois de todo esse processo de afastamento, o diálogo entre os professores e o Governo do Estado foi retomado, contudo não significou quase nada na inconciliável relação entre o magistério e o Poder Executivo.

### **5.2.3 A Volta do Diálogo da Categoria com o Governo**

A reunião, que não aconteceu no dia 4 de julho, foi remarcada para o dia 12 de julho. Contudo, nesse dia, a conversa entre o Secretário e os professores também não foi realizada devido à presença da imprensa no local. A matéria do Jornal A Tribuna do dia 13 relata o acontecido no dia anterior:

Ao chegar ao local do encontro [o secretário] foi surpreendido pelo grande número de jornalistas e fotógrafos que ali se encontravam para um almoço de confraternização. [Edilson] não se conteve e aproximando-se da mesa onde um número considerável de pessoas, que ansiosas o

aguardavam, desculpou-se alegando sérios compromissos e despediu-se.

Esse posicionamento do Secretário, apontando que somente conversaria com o magistério sem a presença da imprensa, despertou reações de descontentamento tanto da UPES quanto dos jornalistas. Para complicar, o Poder Executivo continuava sem cumprir as promessas. De acordo com a reportagem do jornal A Tribuna, de 13 de julho, o Governo Estadual não fez previsão orçamentária para promover o concurso de ingresso no ano de 1978. A União dos Professores criticava tanto a postergação da realização da seleção para 1979, como também a quantidade de 4000 vagas, muito aquém do necessário, já que o Estado possuía um contingente de mais de 12000 mil monitores, resultado da ausência do concurso que deveria ser realizado de dois em dois anos mas que já tinha mais de dez anos que não acontecia. A demora na realização da seleção fragilizava ainda mais o Governo, mesmo assim o Secretário impunha condições para o diálogo, o que fez a UPES se posicionar.

Myrthes Bevilacqua, falando em nome da entidade, deixou claro em entrevista ao jornal A Tribuna, de 14 de julho, que a UPES não tomaria mais a iniciativa de dialogar com o Secretário de Educação, pois, de acordo com a presidente, a entidade tentou de todas as formas a reaproximação. Em reportagem do jornal O Diário, publicada no dia anterior, frisou que somente o Secretário tinha a perder com essa situação. Analisando outras reportagens que saíram sobre a não realização da reunião, fica bastante nítido que a imprensa deu razão à presidente da UPES.

Em uma matéria – publicada no jornal A Gazeta, do dia 14 – foi questionado o comportamento do Secretário de Educação, pois, ao que parecia até então, nada iria impedir o diálogo de Edilson Lucas com a UPES, principalmente depois da intermediação do Ministério da Educação. Entretanto, chegando ao local do encontro no dia 12 de julho, e se deparando com alguns jornalistas, o Secretário não procurou saber se eles tinham alguma coisa a ver com a reunião, virou as costas e saiu. Com esse gesto, frisa a reportagem, “o Secretário deixa antever que tem alguma coisa para esconder, pois, se assim não fosse, que incômodo a imprensa causaria, já que não estava relacionada com o encontro?”. Possivelmente uma das explicações para a postergação do encontro eram que as promessas continuavam a não serem cumpridas, como no caso do concurso de ingresso, pois, além do adiamento conforme noticiado pelo jornal A Gazeta, de 14 de julho, o número de vagas era bem inferior ao necessário contemplando somente 30% dos monitores. Também nesse dia o jornal A Tribuna, em editorial, cobrou o diálogo para resolução dos problemas da educação capixaba. Colhendo frutos do seu posicionamento, o secretário de Educação continuava sofrendo críticas da imprensa.

No texto “Um aprendiz de ditador” – Carlos Di Frota, no jornal Jet- Set, de 16 de julho – faz uma crítica recheada de sarcasmo sobre o posicionamento de Edilson.

Ao longo do texto o autor “acaba dando razão” à posição de não diálogo com os professores, “pois o Secretário não irá sair do seu gabinete para ir ao encontro de pessoas que não fazem nada além de ensinar os nossos filhos a ler e escrever”, dentre uma série de outras atividades. O autor continua “dando razão” ao Secretário, visto que as professoras querem ganhar um aumento de salário para comprar caros vestidos, dentre outros luxos. Terminando o texto, Carlos Di Frota lembra os monitores: “imagina, um monitor, querer receber salário e ainda ser enquadrado nas leis trabalhistas? É exigir demais de um homem”. Depois de “todo o apoio dado” ao Secretário, parece que, para completar o texto, só faltou o autor perguntar: *é demais pedir para um aprendiz de ditador dialogar?* E o tão sonhado encontro aconteceu no dia 18 de julho, como está descrito na reportagem do Jornal da Cidade, com o título: “Eliminadas as divergências entre a UPES e a Secretaria de Educação”.

Segundo a matéria os professores e o Secretário fizeram as pazes. A presidente da UPES elogiou o Governador e o Secretário pelo trabalho realizado, principalmente com a criação de 1260 cargos para efeito de enquadramento dos professores no Estatuto do Magistério, que segundo Myrthes Bevilacqua, colocava o Espírito Santo numa situação parecida com os grandes Estados da federação no que diz respeito ao cumprimento da Lei nº 5692. Contudo, de acordo com alguns jornais e a revista Espírito Santo Agora, em sua edição de agosto de 1978, Myrthes afirmou que estivera na Secretaria de Educação para resolver um assunto e, quando chegou ao local, o Secretário e seus assessores estavam com tudo preparado para recebê-la, acabando caindo em uma rede, como ela própria frisou.

Por conseguinte o desgaste do Secretário era tão grande e a situação com o magistério ficou de tal forma insustentável que esse acordo representou muito pouco no processo que estava em curso e levaria os professores capixabas a serem vigiados pela Polícia Política, a partir de 1979. Antes da reunião do dia 18, várias Câmaras Municipais e a Assembleia Legislativa congratularam-se com a UPES e sua presidente, por ela ser uma lutadora pelos direitos de sua classe. E, voltando a falar da Assembleia, esse foi um dos lugares onde mais repercutiu o fechamento do acordo dos professores com o Governo do Estado. O embate não aconteceu entre a oposição e a situação, mas entre dois deputados da ARENA. De um lado Setembrino Pelissari, com a anuência do Senador e futuro Governador, Eurico Rezende, e de outro, o líder do governo Edson Machado.

Setembrino, de acordo com reportagem do jornal A Gazeta, de 19 de julho, tachou de “incoerente e irresponsável” a posição assumida pelo Governador Élcio Álvares no episódio que envolveu o professorado, principalmente porque o líder do Governo acusou Myrthes de ser subversiva. O Deputado aproveitou ainda o ensejo para perguntar quem teria mudado de lado e quem estava com a razão, felicitando a professora Myrthes

Bevilacqua, atitude que lembrou o líder do seu grupo político, o senador Eurico Rezende.

Em resposta ao pronunciamento de Pelissari, o líder do Governo, Edson Machado, o chamou de incoerente e irresponsável. “É muito estranho que o mesmo tenha participado por 38 meses de um Governo, ter assento às suas mesas de decisão e não ver, nesse período, qualquer ato de incoerência ou irresponsabilidade”. Machado, então, considerou que ocorrera um equívoco na declaração do Deputado, pois o fato do Secretário de Educação ter recebido a presidente da UPES não implicaria estar em comunhão de idéias com a referida professora, nem com algumas de suas atitudes. Neste ponto, o líder do Governo tinha razão.

Não houve mudança de lado. Em uma extremidade estava Myrthes, do outro lado, o Secretário. Cada um representava um projeto para a sociedade. As divergências eram tão profundas, que não havia conciliação. O cenário estava pronto para o confronto que se avizinhava. Uma diferença é que o local da disputa não era mais o mesmo. Saiu do gabinete e foi para a rua. Não havia comunhão de ideias; pois, como comungar com uma subversiva?

Agora, quem tem razão é o líder da oposição, Délio Rodrigues. Subversiva não é somente Myrthes, mas também todos os trabalhadores em educação da rede estadual de ensino do Espírito Santo. Reportagem publicada no jornal O Diário, de 14 de julho de 1978, serve de fechamento deste capítulo.

O título – “Professores serão enquadrados até o próximo dia 30” – possivelmente retratava o sonho do Secretário de Educação Edilson Lucas do Amaral e do líder do Governo Edson Machado. O problema é que o sonho virou pesadelo: os trabalhadores em educação não aceitavam mais ser enquadrados, então só restava a vigilância. É o que veremos no próximo capítulo.



## 6 A VIGILÂNCIA DA POLÍCIA POLÍTICA SOBRE OS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO ESPÍRITO SANTO

A vigilância da Polícia Política aos professores da rede Estadual de Ensino do Espírito Santo iniciou-se no ano de 1979 e estendeu-se durante a década de 1980. Por conseguinte iremos analisar a documentação até o final do ano de 1981 quando Myrthes Bevilacqua Corradi encerra seu mandato frente à UPES. Em 1979 temos a entrada de Eurico Rezende no Governo do Estado o que não significou melhoria para o magistério capixaba. De acordo com SOARES (2005, p. 183), se as esperanças dos professores eram reduzidas no Governo anterior, reduziram-se mais ainda, principalmente porque o novo chefe do Executivo, quando era líder do Governo no Senado, possuía linha conservadora, posicionando-se contra a Constituinte e a Anistia, ainda que tenha discordado do deputado estadual Edson Machado quando este acusou Myrthes Bevilacqua de ser subversiva.

A aproximação do Governo com o magistério foi tentada através do Secretário de Educação, Stélio Dias, contudo alguns episódios deixaram claro para os trabalhadores em educação que a distância entre a atual e a administração anterior era somente no discurso. A “manutenção” do atraso no pagamento dos monitores – que para tentar receber em dia fizeram inúmeros movimentos grevistas – é um exemplo da semelhança. Outro ponto que os unia era o descumprimento da lei. O ex-governador afirmara que as leis são muito bonitas no papel, mas impossíveis de serem cumpridas. Já o atual governador declarou que “acreditava na morosidade da Justiça”. Para piorar ainda mais sua situação Eurico Rezende não atendeu a principal reivindicação feita pelos professores: o reajuste salarial.

Segundo SOARES (2005, p. 183), a manutenção do tratamento dado ao magistério pelo atual Governo fez a UPES trilhar o mesmo caminho da CPB, ou seja, afastar-se dos governos militares devido ao não cumprimento das promessas feitas aos docentes. A presidente da entidade nacional, Telma Cançado, apontava que a greve, além dos resultados financeiros e sociais, traria benefícios à sociedade. Portanto, as paralizações dos professores seriam “justas e necessárias”.

No caso do Espírito Santo, essa movimentação dos trabalhadores em educação, e seu conseqüente afastamento do Governo, acabou levando o magistério a ficar em Assembleia Geral Permanente em 1978, uma forma mais incisiva de cobrar os direitos que já vinham sendo negados há vários anos. Essa movimentação, somada à ameaça de greve, colocou o Governo numa “saia-justa”, visto que a luta dos professores capixabas extrapolou as fronteiras do Estado. Mantendo o nível da tensão, o magistério continuou se reunindo em assembleias, contudo não mais a permanente, mais as realizadas no Colégio do Carmo, que em vários momentos, principalmente em 1979 e

1981, ultrapassaram cinco mil participantes, sendo que nesse ano, durante o mês de junho, foram realizadas com a categoria em greve.

Toda essa movimentação da maior categoria de servidores públicos chamou atenção do aparato repressivo existente no Espírito Santo. Assim, podemos afirmar que houve vigilância aos professores capixabas pela Polícia Política. É importante destacar que essa ação não se restringiu somente aos docentes, contudo nenhum grupo sofreu vigilância com maior intensidade do que o magistério da rede pública estadual.

Analisando os arquivos, hoje disponibilizados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), observamos que a atenção dos agentes ao magistério capixaba, entre os anos de 1979 a 1981, rendeu 600 páginas de documentos. Isso sem contar o dossiê individual da presidente da UPES, Myrthes Bevilacqua Corradi, que somou 147 páginas. É importante frisar que a vigilância aos professores não se deu de forma linear. Os períodos de maior controle e coleta aconteceram no período das assembleias. Sendo assim, a movimentação para sua realização, o acontecimento em si e os desdobramentos, serão aqui utilizados como marcos, visto a grande quantidade de documentos que a polícia produziu e arquivou.

Em relação à vigilância, os documentos referentes aos anos de 1979 e 1980 estão arquivados no APEES Nível 1 (Fundo) – DES – Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo Série 05 – Movimento Estudantil Subsérie 03 – Investigação de Professores, Estudantes e Instituições de Ensino Secundarista e Técnico no Espírito Santo, dossiê 13, da caixa 20, com o título Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980. Os documentos oriundos da vigilância ao magistério nos meses de abril a setembro de 1981, estão arquivados no dossiê 14, da caixa 20, com o título Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981 e os documentos de setembro até o final do ano estão arquivados no dossiê 15, caixa 20 com o título Manifestações dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorridas no ano de 1981: Ato Público de 1º de maio e eleições realizados pela União dos Professores do Espírito Santo (UPES).

O primeiro documento do dossiê 13 é de 21/03/1979, e o último de 27/10/1980, totalizando 217 páginas, sendo que a maior parte dos documentos foi coletada e/ou produzida no período de abril e maio de 1979. Nesse ano quem chamou mais atenção foram os professores contratados (monitores), que ensaiaram vários movimentos parciais, inclusive com críticas severas a direção da UPES e ao Governo Estadual. No ano de 1980, a movimentação do magistério foi pequena, desse modo ocorreu pouca coleta de material. Neste ano o destaque foi à articulação dos professores capixabas com os docentes de outros Estados do Brasil, acontecida através dos encontros nacionais.

Em relação a 1981, a intensa movimentação dos professores – entre os meses de abril

a setembro – despertou atenção dos agentes da repressão, tanto que foram coletadas 354 páginas de documentos, constantes no dossiê 14, com destaque para o mês de maio e, principalmente, junho, quando ocorreram seis assembleias do magistério, além de outras manifestações. O recolhimento da documentação, arquivada no dossiê 15, vai até dezembro, quando a nova diretoria toma posse na UPES. Diferente dos outros anos, em 1981, os professores centraram sua luta na questão salarial, sendo que os efetivos pleiteavam um reajuste de 140% enquanto os monitores tencionavam por um reajuste mesmo não sendo igual ao concedido aos concursados, e principalmente pelo recebimento em dia.

Veremos agora como se deu esse processo de vigilância aos trabalhadores em educação do Espírito Santo.

### 6.1 1979: O INÍCIO DA VIGILÂNCIA AO MAGISTÉRIO CAPIXABA

A maioria dos documentos arquivados pelos agentes da Polícia Política durante o período que antecedeu a primeira grande assembleia dos professores da rede estadual de ensino do Espírito Santo, que aconteceu no dia 30 de abril de 1979, no Colégio do Carmo, teve origem nos jornais de circulação diária. Em relação à rotina de vigilância, o roteiro é bem parecido com o que foi explicitado no terceiro capítulo: recolhimento de recorte de jornais e panfletos, bem como a realização e “socialização” dos relatórios das assembleias entre os órgãos da repressão, inclusive fora do Estado. Os documentos eram organizados em pastas, para facilitar a identificação.

O primeiro documento<sup>1</sup> coletado pelos agentes é datado do dia 21 de março: uma reportagem do jornal O Diário, com o título: “UPES pede que SEDU recupere escola”. A matéria destaca que um grupo de pais, liderados pela presidente da UPES, entregou ao Secretário de Educação, Stélio Dias, um documento solicitando a restauração do prédio escolar localizado em Porto de Santana, Cariacica. Aproveitando o ensejo, Myrthes Bevilacqua destacou que o magistério entregaria ao Secretário uma pauta de reivindicações da categoria. Conforme destacado por FAGUNDES (2012, p. 16) os documentos<sup>2</sup> coletados pelos agentes durante aquele mês tiveram como tema a luta dos professores pelos seus direitos, principalmente a exigência de melhores salários. Os outros pedidos constavam no documento que a UPES sempre entregava aos Governadores no início dos seus mandatos bem como outras autoridades: o Memorial.

A reportagem<sup>3</sup> do jornal A Tribuna, de 31 de março, demonstra que o magistério

<sup>1</sup> O Diário, 21/03/1979.p. 171. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>2</sup> A Gazeta 23/3/1979 e a Tribuna, 31/03/1979.p. 172 e 173. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>3</sup> A Tribuna, 31/03/1979.p.174. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES.

realizou uma assembleia no dia anterior, e o principal encaminhamento foi a entrega do Memorial aos Secretários de Estado da Educação, da Fazenda, da Administração e do Planejamento. Os presentes também deliberaram que haveria um novo encontro dos docentes, no dia 30 de abril, para analisar as soluções dadas pelo Governo. Como a movimentação dos professores efetivos ainda não era intensa, não foi dada nenhuma ordem de serviço para que os agentes fossem vigiar os participantes. Contudo, os monitores já se movimentavam para ter não somente os salários em dia, mas também outros direitos.

As matérias<sup>4</sup> dos jornais *A Tribuna* e *A Gazeta*, do dia 6 de abril, mostram que o processo que exigia a assinatura da carteira de trabalho para um grupo de 48 professores contratados, com efeito retroativo a época em que ingressaram no Estado, podia ser julgado à revelia, caso não houvesse resposta acerca dos questionamentos feitos pelos ingressantes num prazo máximo de 30 dias. Essa forma de luta, jurídica, iria posteriormente juntar-se à luta política com a deflagração do movimento grevista por parte desses docentes, mesmo sem apoio explícito da UPES e sem contar com a anuência dos efetivos. No decorrer do mês de abril, as reportagens<sup>5</sup> destacaram as reuniões realizadas pelo Secretário de Educação e de Administração para responder aos pedidos feitos pelo magistério.

Concomitante a essas reuniões, os docentes capixabas através da UPES entregaram ao secretário Stélio Dias, no dia 20 de abril, um documento<sup>6</sup> solicitando a extensão de carga horária para os professores efetivos e contratados. Contudo, diante da divulgação, através do jornal *A Gazeta* de 26 de abril<sup>7</sup>, de que o Governo do Estado não estipulara o piso salarial para professores ativos e inativos, fez a UPES admitir que greve poderia ocorrer na segunda feira<sup>8</sup>.

A resposta do Governo às reivindicações do magistério foi dada através de um longo documento<sup>9</sup>, com cerca de 30 páginas, entregue ao magistério em 30 de abril e

---

Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>4</sup> *A Tribuna*, *A Gazeta*, *O Diário* 06/04/1979.p.175 a 177. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>5</sup> *A Gazeta* 07/04/1979. 12/04/1979. *Jornal da Serra* 16/04 a 21/04/1979. *A Tribuna* p.178 a 183. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>6</sup> Carta ao Secretário de Educação p.01 a 04. 20/04/1979.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980

<sup>7</sup> *A Gazeta*. 26/04/1979. p185. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>8</sup> *A Gazeta*. 27/04/1979. p186. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>9</sup> Resposta do Governo ao Memorial. 27/04/1979. P. 05 a 35. Arquivo Público do Estado do Espírito

assinados pelos secretários de Educação Stélio Dias, de Administração e Recursos Humanos, Marcelo Antônio de Souza Basílio, de Planejamento Arlindo Vilaschi Filho e da Fazenda, Orestes Secomradi Soneghet. Para essa assembleia o governo não mandou somente os secretários, já que uma considerável estrutura foi montada para vigiar os professores, revelando assim o *modus operandi* da Polícia Política, que neste caso não funcionou a contento.

### 6.1.1 A Assembleia do Dia 30 e seus Desdobramentos

Conforme descrito no terceiro capítulo desta dissertação, com base nas pesquisas de FAGUNDES (2012, p. 17), podemos vislumbrar a rotina dos agentes do DOPS para vigiar os professores reunidos em assembleia. Primeiramente, foi aberta uma pasta<sup>10</sup> para abrigar o relatório e os panfletos referentes ao dia 30 de abril. Na capa estava carimbada termos como “confidencial”, “ação rotineira”, conforme destacou o autor. Outro ponto que chama atenção e faz parte do *modus operandi* dos agentes é a linguagem com a qual se referem às pessoas vigiadas, neste caso, o termo “elemento”.

De acordo com o descrito no relatório<sup>11</sup>, foi determinado pelo secretário estadual de Segurança Pública, general José Parente Frota, a vigilância da assembleia que, nesse caso, foi realizada por uma equipe de agentes do DOPS chefiada pela comissária Maria da Penha e uma equipe do SII (Serviço de Investigação e Informações), chefiada pelo escrivão Valdir Xavier. Os agentes deveriam se infiltrar entre os professores para detectar possíveis elementos estranhos à classe. Conforme o relatório, houve a descoberta de pessoas que não pertenciam ao magistério capixaba, com destaque para o “elemento” conhecido como professor Tadeu. O grande problema, segundo SOARES (2005, p. 184), foi que o agente policial Jones Custódio de Paula, que estava responsável por fotografar o evento, foi descoberto pelos organizadores da assembleia.

Conforme vimos no processo de institucionalização, as organizações funcionavam mais suavemente quando podiam atrair pessoal competente. Algumas vezes se viam prejudicadas por elementos que não se ajustavam aos papéis que lhe eram atribuídos. Esse “desajuste”, que ocorreu nessa assembleia, comprometeu toda a operação, pois um dos pontos essenciais para o êxito da operação, o sigilo, foi comprometido.

Nas entrevistas realizadas com professores da base, verifica-se que, muitos deles, não tinham ideia de que as assembleias eram vigiadas. Contudo, os organizadores

Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>10</sup> Pasta para arquivo do relatório da Assembleia de 30/04/1979 e 01/05/1979. P.36. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>11</sup> Relatório da Assembleia de 30/04/1979 e 01/05/1979. P.38-40. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

designavam pessoas que pudessem identificar pessoas que não pertenciam à categoria. Com a descoberta o professor Tadeu, conforme o relato, tentou tomar a máquina do agente. O deputado estadual Dilton Lírio e o assessor jurídico da UFES, Joaquim Silva, tentaram fazer o fotógrafo entregar o filme. Como a situação tendia a se agravar, um dos chefes da operação, Valdir Xavier, teve que intervir para que o fotógrafo não sofresse nenhum tipo de agressão.

De acordo com SOARES (2005, p. 183), como encaminhamento da assembleia do dia 30, que contou com a presença do secretário de Educação Stélio Dias, os três mil professores decidiram ficar em Assembleia Geral Permanente, visto que o índice de reajuste salarial de 40% foi considerado insatisfatório. Excetuando os docentes efetivos, que buscavam um índice maior de reajuste e constituíam a maior parte dos associados da UPES, havia cerca de 13.000 monitores que pressionavam tanto por questões salariais como também pelo aumento do número de vagas no concurso de ingresso, visto que a quantidade de 2080 cargos não contemplava nem 20% dos professores contratados. Conforme o relatório datado de 01 de maio pelos agentes, foi marcada uma reunião para dar prosseguimento à assembleia, ação que também teve vigilância dos agentes da repressão.

Como destaque no relato da atividade, os agentes identificaram a presença do professor Tadeu, “elemento” causador do incidente do dia anterior. Como ele estava sendo alvo de observação pelo DOPS, foi solicitado pelo delegado Adão Rosa sua condução ao cartório do órgão para averiguar e esclarecer sua participação na assembleia, visto que não era pertencente ao magistério capixaba. Segundo o mesmo relato, o “elemento” foi identificado como Benedito Tadeu César, natural de São Paulo, morando em Vitória há 2 anos, professor de sociologia da UFES, tendo como grande motivação, de acordo com os agentes, insuflar os docentes da rede estadual para realização da greve, sendo que, após os esclarecimentos, foi liberado. Na pasta que consta o relatório estão anexados panfletos<sup>12</sup> apreendidos no dia da manifestação. Finalizando a operação em 03 de maio de 1979, o delegado do DOPS enviou ao Secretário de Segurança Pública todo o material da operação<sup>13</sup>. Dando continuidade às atividades da Assembleia Geral Permanente, o magistério capixaba realizou um evento no dia 5 de maio.

Segundo o relatório<sup>14</sup> assinado pelo chefe da ATICI, José Pio Lemos, a assembleia foi

<sup>12</sup> Panfletos . P.52 e 53. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>13</sup> Ofício de encaminhamento ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública. 03/05/1979. P.54. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>14</sup> Relatório da Assembleia de 05/05/1979. P.58. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

realizada no Colégio do Carmo, que ficou com as dependências quase todas tomadas. O assunto principal do encontro – a deflagração da greve, caso o Governo não concordasse em estabelecer um teto mínimo de 6000 cruzeiros para o magistério – não foi discutido. De acordo com o relatório, os professores que usaram o microfone deixaram claro certo receio em participar do movimento grevista, com medo de represálias que poderiam acontecer. No final do relato foi destacado que se o Governo, até o dia 10, não atendesse as reivindicações, seria deflagrada a greve. Na pasta, na qual foi arquivado o relatório, constavam documentos<sup>15</sup> da UPES conclamando os professores, que não foram à reunião, para participarem da assembleia seguinte, prometida para dia 10 de maio e tendo a votação sobre a greve como pauta principal. Devido à convocação feita no último encontro, esta assembleia foi uma das mais tensas realizadas pelo magistério, inclusive com a presença de centenas de alunos fora do local do evento apoiando a luta dos professores. A forma como se comportaram os órgãos da segurança pública nessa ocasião acabou ocasionando um atrito entre eles.

Conforme relatório<sup>16</sup>, a assembleia, realizada no mesmo local da anterior, iniciou-se às 14:30h e terminou às 17:45h. Devido à eminência da greve, os ânimos estavam extremamente exaltados, inclusive com divergências em relação a postura da presidente Myrthes Bevilacqua Corradi, como ocorreu na fala do segundo orador, o professor João Carlos Simonetti, que conclamou o magistério para a greve. Segundo o relato, neste momento, devido a exaltação dos ânimos, a presidente da UPES perdeu o controle dos trabalhos. Contudo, o momento mais tenso ainda estava por vir, principalmente devido à ação da Polícia Militar fora do local da assembleia.

Segundo descrito no relato do agente, para combater a algazarra de um grupo de alunos, a PM comandada por um cabo lançou gás lacrimogêneo em direção aos estudantes, o que causou uma grande correria. Percebendo o clima pesado, a presidente Myrthes pediu aos professores que permanecessem no local, "pois havia polícia lá fora, e já havia um aluno machucado no hospital devido à ação policial". Dando continuidade aos trabalhos, a presidente solicitou que todos se colocassem de pé e cantassem o Hino Nacional. Na sequência, os oradores continuaram a exigir a greve. Myrthes pediu que houvesse uma salva de palmas para os alunos que apoiavam o movimento e, em seguida, todos rezaram o Pai Nosso. A presidente destacou que a estratégia utilizada foi para evitar que a situação saísse do controle e houvesse gente machucada. "Tive que pensar numa saída, então comecei a cantar e rezar. Estava na mesa e havia confusão em todo o lugar. Graças a Deus evitei uma tragédia".

<sup>15</sup> Cartas aos professores.59-63. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>16</sup> Relatório da Assembleia de 10/05/1979. P.64-66. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

O professor Júlio Carlos de Oliveira, de Itapemirim, organizador e incentivador da participação dos professores do seu município nos eventos promovidos pela UPES, pegando carona em caminhão de carvão e “comendo o que dava”, estava presente nesta assembleia. “O clima ficou muito pesado quando a polícia lançou o gás lacrimogêneo. Só não houve uma tragédia devido à atuação das pessoas que conduziam os trabalhos”. A solução para acalmar os ânimos funcionou com os efetivos, mas não com os monitores.

De acordo com SOARES (2005, p. 184), os professores contratados, mesmo sem o apoio da diretoria da UPES, mas contando com a solidariedade dos alunos que estavam fora do local do evento, declararam-se em greve. O “resultado” da assembleia também não agradou aos agentes que fizeram o relatório devido a ação truculenta por parte da PM. Na parte final do documento, com o subtítulo “ação policial”, ficou explicitado esse descontentamento.

Segundo o relato, a ação dos policiais lançando grande quantidade de gás lacrimogêneo em frente ao Colégio do Carmo na direção dos estudantes causou um grande pânico, visto que o gás chegou ao interior do auditório, gerando um princípio de tumulto e grande crítica à ação do organismo policial por parte dos professores. O documento destaca ainda que essa medida serviu para desgastar os órgãos de segurança pública, que deveriam se limitar a observar e levantar os elementos mais exaltados sem qualquer intervenção nos trabalhos, como havia determinado o secretário de Segurança Pública.

Como os professores efetivos não paralisaram suas atividades, a vigilância do DOPS voltou-se para os monitores, que então passaram a pressionar o Governo não somente na justiça, mas também através da greve.

### 6.1.2 A Vigilância aos Monitores

De acordo com a reportagem publicada no Jornal A Posição, na edição que circulou de 12 a 19 de maio, o assessor jurídico da UPES, Joaquim Silva, fez a defesa de um piso mínimo de CR\$ 6.000,00 para o magistério fazendo críticas severas à ingerência política na educação. Contudo, a coragem que sempre marcou o assessor da UPES não foi assumida pelos efetivos, pois, mesmo sem conseguirem o reajuste que queriam, voltaram para a sala de aula com medo do que poderia acontecer. Por conseguinte quem pressionou de forma mais incisiva a União dos Professores e demandou jurídica e politicamente contra o Governo foram os monitores, o que acabou levando os órgãos de repressão a redobrar a atenção sobre esses profissionais.

No documento intitulado Nota de Repúdio<sup>17</sup>, os contratados faziam pesadas críticas

<sup>17</sup> Nota de repúdio. P.70. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos



ao Governo, acusando-o de não reconhecê-los. Se auto-intitulavam “párias da educação”, não admitindo mais serem joguetes de políticos interessados somente em votos, solicitando ainda apoio dos professores efetivos. Como esse apoio não veio, os monitores passaram a organizar sua luta e a pressionar a UPES para que desse apoio ao movimento, como aconteceu na assembleia do dia 11 de maio, ação destacada pelos agentes no relatório do dia 21 de maio, com o título: “Movimento” de Professores e Monitores-UPES”<sup>18</sup>. Como foi exigida identificação, os agentes não puderam ter acesso à assembleia, sendo que, de acordo com o relato, a maioria das 1500 pessoas presentes eram professores monitores que possuíam o apoio dos estudantes da rede estadual e da UFES, pois boa parte deles eram ex- alunos da universidade.

Para cobertura da reunião do dia 12, que aconteceu no Edifício Caparaó, dois agentes foram designados. De acordo com o Jornal A Tribuna<sup>19</sup>, nesse encontro os monitores debateram se aceitariam a proposta de aumento oferecida pelo Governo e o número de vagas oferecidas no concurso de ingresso. Segundo o relatado pelo agente, houve um grande tumulto por parte dos próprios monitores, o que prejudicou os trabalhos. Um dos agentes foi assediado e teve que se retirar do local para evitar problemas.

No entanto, de acordo com a matéria<sup>20</sup> “Monitores terminam greve estabelecendo exigências”, publicada no jornal A Gazeta, de 13 de maio, ocorreu o tumulto na reunião devido a presença do líder da ARENA na Assembleia Legislativa, deputado Lúcio Merçon, que tentava justificar a falha do Governo em não colocar o aumento dos monitores no projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa, sendo ironizado pelos presentes quando pegava o microfone tentando justificar a ação do Poder Executivo. Para dar término ao movimento paredista, os presentes votaram a favor da proposta de retorno às aulas, aceitando os 46% oferecido pelo Governo, contudo exigindo que não fossem punidos e reivindicando ainda o aumento de mais 54%, dando um prazo para que as autoridades atendessem as exigências e, caso isso não ocorresse, voltariam a paralisar suas atividades. Contudo, nesta mesma matéria, reportagem com o subtítulo “UPES critica ameaças da SEDU” aponta que a relação entre os monitores e o Governo do Estado estava longe de ter um final feliz.

Na reportagem, a presidente da UPES, Myrthes Bevilacqua afirma que está dando todo apoio à greve dos monitores, mesmo que seja considerada ilegal, destacando

---

anos de 1979/1980.

<sup>18</sup> Relatório 21/05/1979. P.75-77. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>19</sup> A Tribuna. 12/05/1979 P.196-197. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>20</sup> A Gazeta. 13/05/1979 P.198. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

que não concordou de maneira alguma com as ameaças feitas pelo Secretário de Educação, Stélio Dias, de mandar embora os monitores que não voltassem para sala de aula, contratando outros profissionais para substituí-los. Essa tentativa de aproximação da UPES não surtiu muito efeito, principalmente porque o pequeno grupo de monitores que radicalizou contra o Governo tecia críticas intensas à presidente da entidade, acusando-a de pelega, centralizadora e de atuar como porta-voz do Governador. A partir desse grupo foi organizada a CAPO (Comissão Aberta dos Professores de Oposição), que iria questionar a entidade de forma bastante intensa até o fim do mandato da atual direção, em 1981. Essa radicalização acabou demonstrando a fragilidade do movimento dos monitores.

De acordo com a reportagem publicada<sup>21</sup> no jornal A Gazeta, de 31 de maio, somente 26 professores estavam presentes na assembleia e decidiram pela greve mesmo sendo uma ínfima parcela dos 9000 contratados. No início do mês de junho a greve foi deflagrada, contudo foi rapidamente sufocada pelo Governo. Mesmo com a derrota, esse grupo continuou defendendo ações radicais para a conquista dos direitos.

As idéias da CAPO eram oriundas dos grupos de esquerda que, desistindo da luta armada, encontraram nos professores de alguns estados o espaço para a reorganização da luta contra os militares questionando o regime com as greves que aconteceram no final da década de 1970 e início da década de 1980, confrontando-se assim a concepção conciliatória defendida pela direção da CPB. Para trazer mais educadores para o movimento, houve a organização do I Encontro Nacional dos Professores, que contou com a presença de duas delegações representando os professores capixabas.

A participação dos docentes capixabas nos encontros nacionais realizados pela CPB sempre foram bem marcantes, tendo a professora capixaba Lucília Lamego exercido o cargo máximo na instituição, e a presidente da UPES Myrthes chegando a vice-presidência da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. A diferença desse encontro para os outros que a União dos Professores participou, foram os organizadores. Nos anteriores, a estruturação ficava por conta da Confederação de Professores, sendo que este foi organizado pelos opositores ao trabalho desenvolvido pela entidade nacional. Segundo JÚNIOR (2011, p. 57), o objetivo dos encontros – que aconteceram em julho de 1979, em São Paulo, e em 1980, em Belo Horizonte – era a criação de uma estrutura sindical nacional para unificar o movimento dos professores em todo o Brasil.

Um ponto que chamou atenção nesse encontro foi a representação do magistério capixaba, pois, além da delegação organizada pela UPES, havia outro grupo composto por seis professores monitores, mais ligado às ideias defendidas pelos organizadores.

<sup>21</sup> A Gazeta. 31/05/1979 P.201. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

Assim, a União dos Professores foi convidada para esse encontro devido à organização que os professores já possuíam no Espírito Santo, mesmo que houvesse maior ligação com a CPB.

Segundo JÚNIOR (2011, p. 58), o Primeiro Encontro Nacional de Professores contou com a presença de trabalhadores em educação, oposições e entidades de 13 Estados. Nesse encontro foram debatidos os pontos em comum que unificavam as lutas nos Estados como: as reivindicações básicas, a postura governamental, as dificuldades impostas, os saldos organizativos conquistados, o avanço na consciência política da categoria e as formas de luta utilizada. O autor destaca que a luta dos professores, neste momento existente no Brasil, estava pautada por diferentes concepções. De um lado havia a tese de fortalecimento da CPB numa perspectiva democratizante, evitando o confronto com os militares. Essa linha política da qual a UPES fazia parte era apoiada pelos comunistas ligados ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), PC do B (Partido Comunista do Brasil) e MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro). Do outro lado atuava o grupo chamado “esquerdistas”, que acreditava na luta de forma mais incisiva, não aceitando diálogo com os governos militares.

A partir desse primeiro encontro foram reiniciados os contatos entre os diversos estados, resultando em reuniões realizadas durante o ano de 1980. Contudo, até chegarmos a julho desse ano a divergência de concepção na construção do movimento dos professores mostrou-se bastante presente no Espírito Santo, e mereceu a vigilância do DOPS.

### **6.1.3 O Confrontamento da Esquerda Sob os Olhos da Direita**

O confronto das duas concepções de organização de luta acirrou-se ainda mais no segundo semestre de 1979. Aparentemente, o grupo de monitores que questionava de forma mais incisiva a direção da UPES era bastante reduzido, contudo contava com apoio de lideranças capixabas e de veículos de comunicação como o Jornal Opinião. Esse embate ideológico foi acompanhado de perto pelos agentes do DOPS. O lançamento oficial do grupo oposicionista à direção da UPES, a CAPO, foi realizado através do informativo<sup>22</sup> Pó de Giz.

No documento é relatado que a direção da União dos Professores era porta-voz do Governo. Destaca ainda que os monitores se rebelaram para lutar pelos seus direitos. Questiona a forma conciliatória com que a direção negocia com o Poder Executivo, deixando claro que se articula com setores oposicionistas a essa política, frisando ainda que usa o jornal A Posição para divulgar o que foi decidido no Encontro

<sup>22</sup> Informativo Pó de Giz. P.105. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

Nacional dos Professores e não encaminhado pela direção da UPES.

No informe<sup>23</sup> intitulado “Corrupção”, o grupo tece pesadas críticas ao governador Eurico Rezende, acusando-o de vários gastos que acabavam por contribuir para esmagar o magistério. Em outro documento<sup>24</sup> a comissão denuncia que o acordo de aumento salarial proposto pelo Poder Executivo tinha como único objetivo desmobilizar categoria, e o pior, contando com anuência da UPES. Segundo os integrantes da CAPO, o Governo só atendeu algumas reivindicações de parte do magistério através de pressão, destacando, que os direitos dos monitores, por exemplo, foram conseguidos através da Justiça do Trabalho, e não através mobilização dos docentes.

Aprofundando suas críticas através do documento<sup>25</sup> “Precisamos de uma Assembléia Geral”, os monitores destacam que os interesses da categoria não são os mesmos da direção da entidade. Os membros da CAPO lembram ainda que, quando relataram as condições do magistério capixaba no encontro de professores realizado no mês de julho em São Paulo, a presidente da UPES, Myrthes Bevilacqua, prometeu que convocaria uma assembleia geral tão logo chegasse à Vitória, contudo, como não houve a convocação, os monitores demonstraram seu posicionamento no jornal A Posição, de setembro de 1979.

Na matéria, a comissão mostra o seu descontentamento com o Governo do Estado para a sociedade capixaba, e, principalmente, com os rumos tomados pelo movimento de professores, deixando claro que a greve era um dos poucos instrumentos de pressão que a categoria possuía, contudo utilizada somente pelos monitores. Se a situação dos contratados era ruim, os efetivos, cansados de esperar solução dentro do Estado e não mobilizados para a greve, mais uma vez apelaram para o Governo Federal.

No dia primeiro de outubro, em uma audiência pública, foi entregue ao Ministro da Educação, Eduardo Portella, o documento elaborado de tempo em tempo pela UPES e encaminhado às autoridades: o Memorial<sup>26</sup>. Dentre as reivindicações havia o reajuste real de acordo com a inflação, pois a gratificação de 40% concedida pelo Governo do Estado podia ser retirada a qualquer momento. Também solicitaram a paridade da remuneração com outros cargos no mesmo nível de formação, questionando a

<sup>23</sup> Informe Corrupção. P.106. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>24</sup> As manobras do governo e a nossa reorganização. P.107. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>25</sup> Precisamos de uma assembleia geral. P.108. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>26</sup> Memorial. 01/10/1979 P.132-137. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

ausência de reajuste aos aposentados e a demissão de professores celetistas e a sua readmissão sem nenhum vínculo.

No dia seguinte ao envio do memorial ao Ministro da Educação, o Deputado Federal pelo MDB, Max Freitas Mauro, fez um discurso<sup>27</sup> na Câmara dos Deputados relatando a audiência, ocasião em que destacou que o convite para participar da conversa partiu da presidente da UPES. Em sua fala, o Deputado questionou o Governador afirmando que a situação da educação capixaba era bastante precária, principalmente para os professores monitores. Aproveitando o ensejo, o Deputado convidou o Ministro para visitar o Estado, ressaltando que o Governo Federal deveria garantir o imediato cumprimento da Lei nº 5692 /71, que fixa as Diretrizes e Bases do Ensino Primário e do Segundo Grau. Esse discurso e a movimentação tanto dos professores efetivos quanto dos contratados, revela que o governo Eurico Rezende era bastante parecido com o seu antecessor, Élcio Álvares.

No caso dos monitores, como ambos não tiveram condição ou não priorizaram o pagamento em dia, a situação chegou ao Governo Federal. Outro episódio que revela a semelhança de dois adversários políticos filiados ao mesmo partido é sobre o cumprimento da legislação. O ex-governador Élcio Álvares, no caso da colocação em prática do Estatuto do Magistério, que constava na 5692/71, ironizou que as leis são muito bonitas na folha de papel, mas na prática se tornam inviáveis. Em relação ao atual Governador, um episódio demonstrou que, para não colocar a legislação em prática, o mandatário acreditava na lentidão da Justiça, como frisou o assessor jurídico da UPES, Joaquim Silva em sua entrevista.

Silva, tentando obter uma solução para a greve dos médicos, situação em que o Governo do Estado insistia em não cumprir a lei, combinou com repórter do jornal A Tribuna, onde trabalhara, para fazer uma pergunta ao governador Eurico Rezende sobre o descumprimento da lei. A surpreendente resposta revelava como os poderes constituídos faziam uma série de conchavos entre si : “Eu acredito na morosidade da Justiça”. Contudo essa morosidade não era aceita pelos professores contratados.

Como forma de tensionamento e tentativa de ter o salário em dia, um dos poucos direitos garantidos, monitores de várias escolas da Grande Vitória entraram em greve, conforme reportagem<sup>28</sup> do jornal A Gazeta, de 09 de outubro, afirmando que só voltariam às atividades quando o Estado pagasse pelo menos o mês de agosto. A matéria, mostrando a movimentação dos professores contratados, foi encaminhada ao

<sup>27</sup> Discurso do deputado Max Mauro( MDB/ES). 02/10/1979 P.121-125. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>28</sup> A Gazeta. 09/10/1979 P.111. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

Delegado do DOPS através de ofício<sup>29</sup>, sendo que este solicitou ao chefe da Seção de Operações Especiais um levantamento com informações sobre a greve. A resposta para a solicitação foi dada no dia 24 de outubro<sup>30</sup>, informando que o movimento foi organizado por membros da classe visando melhoria salarial e regularização da situação funcional, contudo já tinha terminado. Os monitores capixabas, cansados das promessas sem cumprimento no Estado, resolveram apelar ao Ministro da Educação, Eduardo Portella, e ao presidente da República, João Batista de Oliveira Figueiredo, através do documento<sup>31</sup> Manifesto ao Presidente.

No documento, fica bem claro que o atraso salarial dos professores contratados já vem a longo tempo, e que o atual Governo prometeu uma solução, contudo continuou tratando o magistério da mesma forma desrespeitosa com que o fizeram os outros governantes. O manifesto também deixa claro que a comunidade capixaba perdia mais uma vez, e poderia ser penalizada devido à paralisação dos professores. Quem também solicitou ajuda ao Governo Federal para resolver a situação dos monitores foi a UPES.

A entidade enviou uma carta<sup>32</sup> ao presidente da República João Batista de Oliveira Figueiredo questionando a política adotada pelo Governo Estadual, que alegava não ter dinheiro para pagar o magistério em atraso, mas gastava com propaganda em diversos meios de comunicação. A entidade pede ainda que seja feita uma emenda à Constituição, para que os monitores, muitos deles com mais de 20 anos nesta situação, possam ter os mesmos direitos dos efetivos. Devido a toda essa situação os professores capixabas tinham pouco a comemorar na sua data.

No dia 15 de outubro – Dia do Professor – aconteceu uma assembleia da rede estadual. Para a vigilância desse movimento foi emitida no dia 12 de outubro uma ordem de serviço<sup>33</sup> designando três agentes policiais, para que se dirigissem ao local do encontro, depois acompanhassem a caminhada até a Catedral Metropolitana, e posteriormente apresentassem o relatório final. No relato<sup>34</sup> feito pelos agentes, foi destacado

<sup>29</sup> Ofício de encaminhamento ao Sr. Delegado do DOPS/ES. 09/10/1979 P.112. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>30</sup> Informações sobre a greve. 24/10/1979. P.113. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>31</sup> Manifesto ao Presidente. 13/10/1979.P.144. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>32</sup> Carta ao Presidente da República João Figueiredo. 13/10/1979.P.126-131. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>33</sup> Ordem de serviço. 15/10/1979.P.145. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>34</sup> Relatório. 18/10/1979.P.147. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES.

que a reunião aconteceu, contudo a passeata que estava programada não foi realizada. Essa desmobilização dos professores efetivos acabava atrapalhando a luta dos monitores, pois estes não conseguiam ter apoio para pressionar o Governo, mesmo que se movimentassem com as paralisações<sup>35</sup> em vários locais do Estado, tanto na Grande Vitória como no interior.

De acordo com a reportagem<sup>36</sup> do Jornal A Gazeta, de 18 de outubro, parte dos monitores voltaram às atividades após receber o salário do mês de agosto, enquanto outros continuaram parados, pressionando o Governo para conseguir outros direitos<sup>37</sup>. Em todas as reportagens fica bastante claro que esses professores contam com o apoio dos pais e alunos para resolver, de uma vez por todas, a questão do atraso dos salários, ressaltando ainda que poderiam paralisar suas atividades no final do mês, caso não recebessem o mês de setembro. Desse modo, a desmobilização dos efetivos, além de atrapalhar a luta dos monitores, custou um preço caro para si mesmo.

Segundo a reportagem<sup>38</sup> de A Gazeta do dia seis de novembro, com o título “UPES registra falhas em novo Estatuto do Magistério Estadual”, além da correção dos erros no documento, dois pontos deveriam ser tomados como prioridade: equiparação salarial dos professores e especialistas com os demais servidores públicos da mesma graduação e pagamento do salário do professor de acordo com o maior título, independente de sua função no magistério. Reforçando a luta pela implantação integral do Estatuto a UPES, segundo o jornal O Diário – edição de oito de novembro – mostrará ao ministro da Educação, Eduardo Portella, as ilegalidades do novo documento.

O ano de 1980, em que pese a ausência de uma ação mais incisiva por parte do magistério e a conseqüente vigilância pelo DOPS, notabilizou-se pelos encontros nacionais dos professores, organizados pelos dois grupos que disputavam a hegemonia na luta dos docentes no Brasil.

---

Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>35</sup> A Gazeta.17/10/1979.P.205-206. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>36</sup> A Gazeta.18/10/1979.P.208. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>37</sup> A Gazeta.19 e 20/10/1979.P.209-210. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>38</sup> A Gazeta.06/11/1979.P.212. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

## 6.2 ANO DE 1980: A PREPARAÇÃO PARA O EMBATE

No processo de vigilância feito pela Polícia Política aos professores capixabas, entre 1979 a 1981, podemos considerar o ano de 1980 como um período de transição, com pouca movimentação do magistério, e conseqüentemente com uma coleta de documentos pequena. Todavia, esse ano serviu de preparação para a intensa luta que os professores realizaram em 1981, principalmente a partir do mês de abril, com o auge ocorrendo em junho com a greve.

Em 1980, ocorreu a realização de dois encontros dos professores a nível nacional, um no mês de janeiro e outro em julho, organizados por grupos que tinham ideias divergentes em relação à luta contra os militares e, conseqüentemente, sobre a forma de organização dos trabalhadores em geral bem como do magistério. Fora a participação nos encontros nacionais a UPES continuava sua via crucis na busca dos direitos para o magistério. Dentre os pontos destacados estava a questão salarial, pauta que unificaria os professores no ano seguinte.

A grande crítica da entidade era que o Governo, ao invés de conceder aumento, tenha dado um abono sobre o qual não incide nenhum direito. Para pressionar os Deputados Estaduais a transformarem o abono em reajuste o magistério preparou uma lista negra dos políticos, na qual constou o nome dos representantes do Partido Democrático Social (PDS) na Assembleia, visto que eles aprovaram o projeto sem a alteração solicitada pelo magistério. No entanto, quem encabeçou a lista não foi nenhum deputado estadual e sim o Senador Moacir Dalla relator da proposta de aposentadoria aos 25 anos. O magistério capixaba colocou o Senador no topo da lista devido ao parecer contrário que ele deu no projeto, que acabou sendo rejeitado devido aos votos dos deputados do PDS.

Além dessa questão da aposentadoria, outro ponto gerou atrito do Governo com o magistério: a nomeação dos professores aprovados no concurso. Nesse episódio o Estado acusou a UPES de barrar o processo na Justiça, o que gerou uma reação bastante contundente por parte da entidade. Outra novela que vinha se arrastando há anos e não teve encaminhamento foi a situação dos monitores.

Fechando o ano a presidente Myrthes foi o destaque numa grande reportagem feita pelo jornal A Tribuna sobre a situação do funcionalismo público capixaba. Na matéria ela expõe toda a situação dos servidores em geral e principalmente dos professores, sendo contestada pelo secretário Marcelo Basílio. Se dentro do Estado a movimentação do magistério foi pequena a nível nacional a disputa pelo comando da linha política a ser adotada na luta dos professores estava a todo vapor.



### 6.2.1 Articulação dos Professores Capixabas a Nível Nacional

Dentre os encontros nacionais que a UPES participou em 1980, destacam-se dois: o primeiro organizado no início do ano pela CPB (Confederação dos Professores do Brasil) e o outro organizado em julho pelo grupo crítico da linha da entidade, fruto do I Encontro Nacional dos Professores, que acontecera em Belo Horizonte em 1979.

Em reportagem do jornal A Tribuna, de 28 de dezembro de 1979, é anunciado que a UPES irá participar do Primeiro Encontro Nacional dos Professores, que acontecerá em Brasília entre os dias 18 a 20 de Janeiro com organização a cargo da CPB. Na matéria é destacado que a entidade aproveitará o encontro para denunciar os problemas que afligem todo o magistério nacional e, por conseguinte, os professores capixabas. Segundo o jornal, dentre os trabalhos que serão apresentados pelo magistério espírito-santense destacam-se o direito de sindicalização do servidor público e o recebimento do décimo terceiro salário. Outro ponto que será abordado, segundo a presidente Myrthes Bevilacqua, é a perda do poder aquisitivo do servidor público a nível estadual e municipal, bem como a falta de assistência médica, odontológica e hospitalar

Excetuando as questões da luta pelos direitos, uma das críticas feitas pela UPES – uma das organizações de professores a nível estadual que mais apoiava o trabalho da CPB – foi a demora da confirmação da realização do encontro. Entre as explicações sobre a desorganização do evento estava a movimentação do grupo que questionava a linha política adotada pela Confederação de Professores e foi responsável pela organização do encontro realizado em Belo Horizonte, em julho de 1979. Enquanto a CPB tinha dificuldades para organizar o encontro, acontecia a mobilização para a realização do I Congresso Nacional dos Profissionais da Educação, que aconteceria em julho de 1980, inclusive com a participação de entidades historicamente ligadas à CPB, como a UPES.

De acordo com JÚNIOR (2011, p. 58) a partir do primeiro encontro, realizado em julho de 1979, o grupo que fazia oposição à linha proposta pela CPB reiniciou os contatos entre as diversas organizações estaduais, ação que resultou em reuniões realizadas no ano de 1980, nos meses de fevereiro, abril e maio, em São Paulo, sendo a última em 7 de junho no Rio de Janeiro. Nessas reuniões foi deliberado a realização de um encontro nacional, nos dias 28 e 29 de julho de 1980, em São Paulo. A justificativa para a realização desse encontro foi a necessidade de sistematizar experiências vividas pelo magistério nos diversos estados, consolidar as vitórias obtidas e unificar, até onde fosse possível, as lutas que se avizinham. Entremeando as reuniões aconteceu, no mês de março de 1980, um encontro em Belo Horizonte.

Nesse encontro foram discutidos os pontos que unificavam a luta sindical em nível nacional. Segundo o autor, o primeiro ponto era composto pelas seguintes reivindica-

ções econômico-corporativas: aposentadoria aos 25 anos de serviço; estabilidade no emprego; reajuste semestral; sustentação e fortalecimento das entidades. Outros dois pontos lançaram as bases para a fundação da futura entidade nacional dos professores:

I - foi criada uma comissão executiva nacional, cujos membros eram diretores da APE-OESP (Sindicado dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), da União dos Trabalhadores de Ensino de Minas Gerais, do Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro, das Associações Profissionais de Ensino Oficial de Pernambuco, da Associação de Professores do Estado de Pará, da União dos Professores do Espírito Santo e do Centro dos Professores de Goiás;

II - determinava-se a convocação de um Congresso Nacional dos Profissionais em Educação para julho de 1980.

O autor ressalta que no I Congresso Nacional de Profissionais de Educação apareceram bem explícitas as diferenças de concepção de luta das entidades ligadas a determinados grupos de esquerda, chamados de “esquerdistas”, e a CPB, esta apoiada pelos comunistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) e ao Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). As discussões centraram-se na democratização da Confederação dos Professores do Brasil ou na construção de uma nova entidade que unificasse a luta do magistério em todo o país.

Para o autor, a tese de fortalecimento da CPB era defendida pelo seu presidente Hermes Zanetti e por dirigentes de entidades do Rio Grande do Sul e do Paraná. Essa linha de ação também era defendida pelo PCB, pelo PC do B e pelo MR-8, que entendiam ser possível transformar, numa perspectiva democratizante, a estrutura associativista da Confederação de Professores do Brasil. Ferreira Júnior destaca que essa lógica de ação estava inserida num tipo de estratégia política utilizada na luta contra o regime militar. Os comunistas dos partidos citados propunham uma frente ampla contra o regime político implantado com o golpe militar de 1964, contando ainda com a participação do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e de outros agrupamentos existentes, ação que poderia se tornar um fator positivo na mobilização das forças populares. Não eram, entretanto, favoráveis ao enfrentamento dos militares através dos movimentos de massa, as greves. Contudo, os argumentos utilizados pelo presidente da CPB para convencer a plenária não foram suficientes, pois contra a entidade pesava a sua trajetória histórica.

Segundo o autor, a crítica feita pelo grupo mais radical era baseada no passado da CPB, marcada pelo atrelamento ideológico com as forças políticas que promoveram o golpe de 64 e pouco expressiva do ponto de vista da própria luta sindical pelos interesses corporativos da categoria dos professores de 1º e 2º graus. Além dessas críticas, a fala de um dos líderes esquerdistas, o professor Gumercindo Milhomem Neto,

resumia bem o pensamento do grupo que convocou o encontro:

Tal federação não teve comprometimento com as lutas recentes dos professores (...). Também é uma entidade que tem o estatuto anti-democrático, pelo qual foi eleito o seu atual presidente sem que os professores fossem ao menos informados (...). É uma entidade que impede a participação da categoria organizada em seu interior (...). Essa proposta como não podia deixar de ser, vem com o momentoso compromisso de democratização (...) ao que respondemos: não é meses antes nem mesmo depois e sim no momento certo, que os professores precisam de suas entidades e este momento é o do encaminhamento das lutas. Além disso não queremos uma entidade democratizada por alguém. Queremos construir nós mesmos, a nossa entidade, em respeito à democracia do movimento". Ferreira Júnior (2011, p. 60)

Devido a todo o processo construído durante parte da década de 1970, as inconciliáveis diferenças nas propostas de organização dos professores e no enfrentamento ao regime militar, coube aos apoiadores ligados a Confederação dos Professores do Brasil, que assistiram sem a menor possibilidade de intervenção, a aprovação da principal proposta dos Profissionais em Educação votada no Congresso Nacional: a fundação de uma estrutura sindical nacional dos professores.

Contudo, essa proposta acabou não vingando. O que aconteceu posteriormente, no decorrer da década, foi uma mudança na linha de ação da CPB, que depois se transformaria na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Paralelamente à realização desses encontros a nível nacional, o magistério capixaba continuava a sua luta para a conquista de direitos, como o reajuste no salário e a nomeação dos professores aprovados no concurso público.

### 6.2.2 A Continuidade da Luta Pelos Direitos

Conforme relatamos uma das lutas mais árduas do magistério capixaba, dentre tantas outras, foi pela realização do concurso de ingresso, que legalmente deveria acontecer de dois em dois anos, mas demorou mais de dez anos para ser realizado. Além da questão do número de vagas, bem aquém do necessário, a nomeação dos concursados foi motivo de divergência entre o Governo e a UPES.

De acordo com o jornal A Tribuna, de 13 de Março, a suspensão da nomeação foi em decorrência de um mandato de segurança impetrado por quatro professoras já efetivadas no Estado. Essas profissionais, após prestarem concurso, solicitavam o direito de escolher uma nova cadeira conforme previsto em lei. O problema é que, ao mesmo tempo em que permitia acumulação dos cargos, a lei limitava a carga horária a 45 horas semanais, inviabilizando que essas professoras assumissem outra cadeira, pois passariam a contar com 50 horas. A declaração do Secretário de Estado de

Administração e Recursos Humanos, Marcelo Basílio, colocava a culpa da suspensão do concurso nas docentes que entraram na Justiça.

“A ação dessas professoras não tem respaldo social porque se pretende mais um cargo para esse grupo, tirando assim a vaga de outro. Elas não possuem amparo legal, moral e nem justificativa administrativa e pedagógica”. Para completar, o secretário afirmou estar perplexo diante da realidade, pois a Justiça garantia o direito de quatro professoras, mas se esquecia das 3.954 que seriam beneficiadas. As críticas feitas pelo Secretário em relação às trabalhadoras em educação foram rechaçadas pela entidade.

De acordo com advogado Joaquim Silva, “o objetivo da suspensão, desnecessária e prematura, é político uma vez que o Estado quer jogar o magistério contra sua entidade, pois o mandato é somente preventivo para garantir as impetrantes à escolha da cadeira na data de hoje”. Visando evitar qualquer desculpa que impossibilitasse a nomeação dos professores concursados a UPES divulgou – no Jornal A Tribuna do dia seguinte – uma nota oficial<sup>39</sup>, com o título: “Os professores, a constituição e o Estado”.

Na nota é explicitado o direito das professoras de ingressarem na Justiça para garantir o cumprimento da lei, contudo as ingressantes, pensando nos outros 4.000 companheiros, tomaram a decisão de desistir transitoriamente da ação judicial para que o Estado pudesse revogar a suspensão do concurso e dar continuidade ao mesmo, deixando claro que não estavam desistindo do seu direito líquido e certo, apenas da ação, para que o concurso de ingresso seguisse em frente. Fora o concurso de ingresso, uma outra pauta era constante na luta dos professores capixabas era a questão salarial. Para discutir esse assunto, de acordo com uma reportagem de Jornal A Tribuna, de 29 de abril, a UPES convocou uma assembleia para o dia primeiro de maio, às 15:00h, no auditório do Colégio do Carmo.

A matéria destaca que além da equiparação dos salários aos demais funcionários públicos – o que elevaria o salário de um professor normalista de CR\$ 4.430,00 para CR\$ 6.134,00 – a categoria irá lutar por um aumento baseado no Índice Nacional dos Preços ao Consumidor (INPC), fixado pelo Governo Federal, que acrescentaria mais 15% aos salários. Contudo, mais uma vez os professores apontam em uma direção e o Governo caminha em outra, pois ao invés de conceder aumento, o Executivo mandou para a Assembleia Legislativa um projeto concedendo um abono para os docentes.

Para o advogado da UPES, Joaquim Silva, entrevistado em reportagem do Jornal O Diário, de 18 de junho, o abono não era interessante para a categoria, pois sobre ele não são computadas vantagens como férias, prêmios e nem gratificações como a regência de classe. Para pressionar os deputados a transformarem o abono em

<sup>39</sup> Nota oficial da UPES.13/03/1980. P.214. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

reajuste salarial, a União dos Professores preparou uma “lista negra” aonde seriam colocados os políticos que não defendiam os direitos dos professores.

De acordo com a reportagem do Jornal A Tribuna de 20 de junho, mesmo com toda a pressão exercida pelos professores, catorze deputados do PDS aprovaram o abono para o funcionalismo público estadual, o que levou a que todos eles entrassem na lista negra da UPES. Em relação à esta lista, nenhum deputado estadual a encabeça, e sim um senador, Moacir Dalla, do PDS. O senador foi colocado no topo, pois fora designado relator do projeto de autoria do deputado Álvaro Dias, reduzindo o prazo de aposentadoria dos professores para 25 anos. Por conseguinte, desde que deu parecer contrário à categoria, tornou-se o primeiro nome da lista negra.

Segundo a presidente da UPES, Myrthes Bevilacqua, além do Senador e os deputados estaduais que votaram contra a transformação do abono em aumento, os docentes capixabas deixaram em observação os deputados federais Feu Rosa, Ferraço e Gerson Camata, pois consideraram que estes não tiveram desempenho satisfatório na defesa dos interesses da categoria. Devido à toda situação vivenciada no ano de 1980, os professores e os servidores públicos em geral, tiveram pouca coisa para comemorar no Dia do Funcionalismo Público, 28 de outubro. E as “comemorações” dos servidores públicos começaram na véspera.

De acordo com o informe<sup>40</sup> datado de 27 de outubro, timbrado com termo “sigiloso” e carimbado como “confidencial”, funcionários de diversas fundações do estado bem como professores e monitores filiados a UPES, apoiados pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória, promoveram um ato público de protesto contra o Governo do Estado, possivelmente na Praça 8 de setembro, tendo como base a má remuneração e os salários atrasados. Como grande destaque da manifestação e representando não somente o magistério, mas de todo o funcionalismo público estadual se destacou a presença da presidente da UPES, Myrthes Bevilacqua Corradi. Fora esse protesto, foi publicado em 28 de outubro um caderno especial<sup>41</sup> no Jornal A Tribuna, com o título: “Funcionário Público: nem herói, nem vilão”, mostrando a situação do funcionalismo público capixaba e o que o Governo estava fazendo para melhorar a sua situação.

O texto da reportagem aponta Myrthes como a grande liderança que a classe teve nos últimos 50 anos, reconhecida não somente pelos 18 mil professores integrantes do quadro do magistério, mas também pela classe política, comunidade de um modo geral,

<sup>40</sup> Informe. 27/10/1980. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

<sup>41</sup> A Tribuna. 28/10/1980. P. 215 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

dentro e fora do Estado. Em sua fala, que consta no subtítulo “Funcionalismo é uma classe sofrida”, a presidente da UPES constrói um quadro da situação dos servidores capixabas, ora de forma geral, ora mais especificamente do magistério.

Dentre os assuntos tratados, Myrthes destacou a remoção de professores, que muitas das vezes se transformava em perseguição política; a injustiça salarial e os reajustes somente de 6 (seis) em 6 (seis) meses, sempre aquém das necessidades; e as dificuldades para manifestação devido à repressão. A representante dos funcionários públicos ainda fez um apelo a todos os servidores estaduais para rejeitarem todas as leis que castram a capacidade de união e mobilização, ressaltando algumas dificuldades enfrentadas pelos servidores como a ineficiência do Instituto de Previdência e a falta de planejamento na construção de escolas em locais pouco habitados e de difícil acesso. Toda a problemática que vinha se arrastando desde a década de 1940 agravou-se ainda nos anos de 1970 com o expressivo aumento do número de funcionários estaduais.

Segundo a reportagem o economista Orlando Caliman destacou que para atender a população, principalmente devido ao êxodo urbano para a Grande Vitória, ocorreu um crescimento da máquina estatal que não foi acompanhado pelo crescimento da receita, visto que o processo de industrialização desenvolvido no Espírito Santo privilegiou os grandes projetos, que geravam pouca arrecadação de impostos. Essa lógica de crescimento, privilegiando as grandes empresas, concedendo uma série de benefícios como isenção de tributos, levou, na visão do presidente Associação dos Economistas do Espírito Santo, Antônio Caldas Brito, a uma política enganadora do Governo em relação ao funcionalismo público. Caldas Brito cita como exemplo o caso dos professores, pois, repetindo a ação do ano anterior o Poder Executivo Estadual, ao invés de dar aumento, dera uma gratificação de função, na qual não incidiu nenhum tipo de vantagem. Em contraposição à situação demonstrada pelos entrevistados, o Governo apresentou uma série de medidas, tomadas principalmente em relação ao magistério.

O secretário de Administração e Recursos Humanos, Marcelo Basílio, destacou que o Governo estava fazendo uma verdadeira reforma visando a valorização do professor. Ele aponta como medidas o reajuste salarial concedido pelo Governador Eurico Rezende, em 1979, quando o magistério obteve índice maior do que as outras categorias. O Secretário aponta ainda como benefícios a gratificação por regência de classe na base de 40% sobre os vencimentos, bem como a revisão dos proventos dos professores aposentados e a realização do concurso de ingresso. Contudo, parecia que as medidas tomadas pelo governo não haviam tido tanto efeito como propagandeadas.

Em reportagem do jornal A Gazeta, de 30 de dezembro, com o título “UPES diz que 80 foi ruim para o magistério”, a presidente da entidade apontou que as promessas feitas pelo Governo não foram cumpridas, principalmente em relação ao índice de reajuste

salarial, bastante inferior ao custo de vida e sem a correção semestral pretendida pela categoria. Dentre as promessas não cumpridas, Myrthes destacou a falta de realização de concurso para ingresso para os níveis map3 e map4 e a falta de solução para a situação dos monitores, que além dos salários atrasados continuavam sem vínculo empregatício, sem direito à previdência, sem gratificações ou vantagens e sem 13º salário. Finalizando a reportagem, Myrthes aponta que a UPES encampou muitas formas de luta através dos debates com a classe, ação imprescindível na preparação do magistério para o ano subsequente. Com essa afirmação, a presidente estava prevendo como seria o ano de 1981.

De outra feita, em reportagem publicada no Jornal A Gazeta do dia 03 de janeiro, com o título “As perspectivas para Espírito Santo em 1981”, Myrthes destaca que o Governo poderia incorporar o abono ao salário, pois possibilitaria ao magistério dar uma aula de melhor qualidade, evitaria a sobrecarga de trabalho com aulas em duas ou três escolas, e daria mais dignidade ao professor, que muitas vezes tem que desenvolver outras atividades para complementar o seu salário.

Como veremos, o Poder Executivo não ouviu a porta-voz do magistério. Desse modo, o ano de 1981 vai marcar uma separação total entre o governo e o magistério, resultando na greve como forma de luta pelos direitos.

### 6.3 1981: A INTENSA VIGILÂNCIA AOS EDUCADORES EM GREVE

O ano de 1981 foi bastante intenso para o magistério capixaba. Analisando historicamente a luta dos professores, percebemos que, principalmente a partir da década de 1970, a relação dos docentes com o Governo Estadual foi de contínuo afastamento, apontando para uma forma de luta mais incisiva pela garantia dos direitos, que desde a década de 1940 lhes eram negados. Esse processo, que se intensifica a partir do final da década de 70, teve alguns momentos marcantes: em julho de 1978, quando o magistério não foi recebido pelo Secretário de Educação e inicia a Assembleia Geral Permanente bem como nos meses de maio e junho de 1979 quando foram realizadas as grandes assembleias do Colégio do Carmo. Essas, dentre tantas outras manifestações, demonstraram o descontentamento dos docentes com o tratamento recebido dos governantes. Contudo, mesmo nesses momentos de afastamento, a cogitação de greve como instrumento de luta da categoria era algo assustador, ou até mesmo proibido, considerando que em boa parte das vezes a própria direção da UPES, mais especificamente a sua presidente Myrthes Bevilacqua, com todo o seu peso de liderança dentro e fora da categoria, demonstrou o seu receio com essa movimentação, visto que a greve para servidor público não era regulamentada em lei. Mas então, o que levou uma categoria que jamais havia vivenciado a experiência do confronto direto a usá-la como forma de luta? Para essa questão podemos buscar explicações dentro e

fora do magistério.

COLBARI (2003, p. 57), analisando o surto grevista capixaba na década de 1980, destaca que diversas categorias e segmentos de trabalhadores, que jamais tinham vivenciado a experiência do confronto direto, utilizam-se desta forma de luta na busca dos direitos. Para a autora, as questões de ordem salarial (piso, reajustes e aumentos reais) juntaram-se a outros fatores, como o desrespeito às leis trabalhistas, os acordos não cumpridos e o descontentamento político e social, servindo para explicar a radicalidade da movimentação. Segundo a autora, a democratização do processo político que permitiu a explosão das demandas represadas, ao assegurar a liberdade de expressão e associação, juntou-se a insatisfação dos trabalhadores e propiciou um terreno fértil para afirmação e projeção das lideranças, ou mesmo de tendências ideológicas, dentro do movimento sindical capixaba, como podemos mencionar na trajetória de grupos de oposição sindicais em diversas categorias.

Quando trata mais especificamente do funcionalismo público, a autora aponta que houve fortalecimento de suas associações, que conquistaram o direito de sindicalização e greve. Destaca-se também como potencializador das greves, a crise financeira dos Estados, que impossibilitados legalmente de enxugar a máquina administrativa, acabam adotando uma política de restrição aos reajustes salariais, sendo que, diferente dos outros anos, a correção salarial acabou tornando-se a pauta única de reivindicação dos professores efetivos e, como não foram atendidos pelo Governo, organizaram um movimento grevista durante o mês de junho. E o magistério público da rede estadual de ensino foi a primeira categoria de servidores públicos capixabas a utilizar a greve como instrumento de luta, ação semelhante a realizada pelo magistério em vários Estados.

Para explicar esse fenômeno, que aconteceu com o professorado em várias partes do Brasil, JÚNIOR e BITTAR (2006, p. 09) apontam que os docentes em alguns estados da federação – como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco –, tinham atingido a fase mais abertamente política da luta, e conseqüentemente haviam alcançado o amadurecimento social necessário para criar as condições organizativas para esse embate. Mesmo que os autores não tenham citado o Espírito Santo, afirmo que a luta dos professores capixabas atingiu o mesmo grau de amadurecimento político detectado nos Estados citados.

Essa vanguarda na luta dos servidores públicos pelos seus direitos, fez o magistério capixaba sofrer uma intensa vigilância da Polícia Política. Essa ação dos órgãos de repressão gerou 354 páginas de documentos, sendo que o primeiro documento é de 20/03/1981 e o último de 03/09/1981. A partir desse mês as atenções do magistério voltam-se para o processo eleitoral da UPES que aconteceu no mês de novembro e elegeu a chapa ligada a Myrthes Bevilacqua, sendo que a documentação do final do



ano foi arquivada em um dossiê diferente do anterior.

### 6.3.1 A Unificação da Sociedade em Favor dos Professores

Como forma de luta, em 1981 o magistério capixaba resolveu parar todo dia 20 de cada mês. De acordo com a reportagem<sup>42</sup>, a primeira paralisação aconteceu em fevereiro sem cobertura da imprensa. Em cada reunião era feita uma ata com os assuntos discutidos e, segundo levantamento feito pela UPES, cerca de 90% das escolas da rede estadual aderiu ao movimento. O objetivo das paralisações era debater com os pais e alunos os problemas da educação: a situação físicas das escolas, a falta de investimentos públicos, a questão salarial dos professores, dentre outros aspectos. Conforme programado, os docentes capixabas pararam em março, dessa vez com cobertura da imprensa. Neste mês o principal assunto discutido foi a falta de reajuste.

Segundo os jornais<sup>43</sup>, a movimentação mobilizou e paralisou grande parte das escolas estaduais. No caso dos efetivos a luta era por 140% de aumento, índice levantado de acordo com as perdas que o magistério acumulara de 1964 a 1978. No caso dos monitores, a situação era ainda mais delicada, pois não tinham recebido nem o mês de dezembro de 1980. Para pressionar o Poder Executivo em várias partes do Estado os contratados sinalizavam com a greve. Quem também pressionou foi o Governo Estadual, mais especificamente os diretores escolares. Para evitar que as escolas paralisassem em alguns locais, como em Colatina, os pais foram mandados embora. Uma das acusações feita à UPES foi a partidização do movimento dos professores, contudo as alegações do Estado caíam por terra quando o magistério apresentava seus estudos com números bem contundentes.

Conforme destacado na reportagem<sup>44</sup>, o Estado não repassou para o magistério o aumento da arrecadação, e quando repassava, era com um índice abaixo da inflação. Segundo a matéria, a situação piorou a partir de 1979, pois a partir desse ano o Governo Federal passou a dar reajustes semestrais para os trabalhadores. Contudo, para os servidores públicos essa política de reajuste foi vetada. Esse veto gerou uma grande defasagem, sendo assim, o abono de 70% concedido pelo Governo sobre o salário base em 1979, para vigorar em julho de 80, não significava quase nada, devido à inflação. Segundo SOARES (2005, p. 190), no final do mês de março a UPES preparou o Memorial para entregar ao Governador, sendo o assunto principal do documento um

<sup>42</sup> A Gazeta.20/03/1981.P.264.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>43</sup> A Gazeta e A Tribuna. 19 e 21/03/1981.P.262,263,265.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>44</sup> A Gazeta 23/ 03/1981. P.266. UPES elabora documento dizendo que o professor está cada vez mais pobre.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981

estudo sobre a depreciação dos salários dos professores nos últimos 17 anos. Como feito nas vezes anteriores, houve a entrega na Assembleia Legislativa, mas devido à pressão do magistério sobre o Governo Estadual, a situação entre os docentes e os deputados governistas ficou tensa.

De acordo com reportagem<sup>45</sup>, cerca de 300 professores foram ao Poder Legislativo Estadual, solicitando apoio dos deputados para conseguir o reajuste de 140%. Nos discursos dos parlamentares da oposição, foi unânime o apoio à luta dos trabalhadores em educação, contudo a reação dos deputados da situação não foi favorável, chegando ao ponto do líder do PDS, Lúcio Merçon, falar que não precisava dos votos dos professores que queriam aumento. Depois da visita à Assembleia, cerca de 500 docentes foram entregar o documento ao Governador, mas quem os recebeu foi o subchefe da Casa Civil, Wagner Gomes de Souza.

No início do mês de abril, segundo a matéria<sup>46</sup> do jornal A Gazeta, a UPES divulgou um documento para mostrar à população que existiam professores que estavam desde setembro do ano anterior sem receber. A entidade aproveitou o ensejo para denunciar a diferença no nível de estudo entre a escola particular e a pública, observando que nesta, a má qualidade do ensino era decorrente de vários fatores, entre eles a falta de material didático e de instalações físicas inadequadas, entre outras situações. E a União dos Professores continuava tencionando contra o Governo.

A matéria<sup>47</sup> do jornal A Gazeta destaca que aconteceu uma reunião entre o Secretário de Educação e a direção da UPES para tratar da questão dos monitores. No encontro, o advogado da União dos Professores afirmou que, se não fosse pago o valor devido aos contratados, iria solicitar o bloqueio do salário do Governador, dos secretários de Educação, da Fazenda e do coordenador de Planejamento. Aproveitando o ensejo, Myrthes entregou o documento com o pedido de 140% de aumento no salário dos efetivos. Excetuando a questão salarial, uma reportagem<sup>48</sup> do dia 09 de abril apontou que os docentes exigiam principalmente a adequação do Estatuto à resolução da Organização Internacional do Trabalho, que determinava que as negociações referentes a salário tinham que contar com a presença da entidade representativa. Enquanto os efetivos dialogavam e acumulavam forças, os monitores mais uma vez entraram em

<sup>45</sup> A Gazeta.26/03/1981.P.267.Vaias e Aplausos: professores entregam documento a deputados. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>46</sup> A Gazeta. 05/04/1981. P. 268.União de Professores divulga carta aberta. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>47</sup> A Gazeta.08/04/1981.P.269.Stélio diz que monitores terão pagamento em dia. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção:DOPS/ES.Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981

<sup>48</sup> Professores exigem mudanças em Estatuto do Servidor Público.P. 270. 29/04/1981. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

greve.

Segundo a matéria<sup>49</sup>, monitores da escola Arnulpho Mattos pararam exigindo salários, que estavam atrasados desde dezembro, situação semelhante a de todos os contratados da rede estadual<sup>50</sup>. Em virtude do trabalho de conscientização feito com os pais e alunos e a divulgação da imprensa, o Poder Executivo foi obrigado a se mexer, contudo não como desejavam esses profissionais, pois ao invés de colocar os salários em dia, colocou como substitutos os docentes efetivos. Entretanto, como a maioria dos professores eram contratados, o número de aulas ficou aquém do necessário, tanto na Grande Vitória<sup>51</sup> como no interior. E a dura realidade do magistério capixaba foi bem retratada em uma reportagem do jornal A Gazeta.

A matéria<sup>52</sup> aponta que a valorização dos professores passava inicialmente pelo recebimento de um salário justo, pois a defasagem fazia o docente perder seu status, sujeitando-o a trabalhar em vários empregos para conseguir se sustentar. Além da questão salarial, a reportagem ainda destacou que as instalações físicas das escolas e a falta de material didático dificultavam aulas de qualidade, chegando ao cúmulo do professor ter que comprar material para dar aula. Para tentar sensibilizar o governo, o magistério se reuniu no dia 21 de abril, 23º aniversário da fundação da entidade, para protestar contra a defasagem salarial imposta à categoria<sup>53</sup>. Contudo, o que mais chamou atenção neste dia foi o editorial<sup>54</sup> do jornal A Tribuna, com o título “Falta de diálogo”.

No editorial é ressaltada a legitimidade da luta dos monitores para receber seu salário em dia e a dos efetivos, em relação à reposição salarial, visto que o estudo feito pela UFES foi bastante convincente, conclamando o Governador a buscar o diálogo para o bem de todos. Por conseguinte o Jornal “passa um pito” em Eurico Rezende, pois ele estava agindo de forma bem semelhante ao seu antecessor, que tanto criticara. E

<sup>49</sup> 50 A Tribuna.10/04/1981. P. 273. Goiabeiras: monitores entram em greve para receber seus salários. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>50</sup> A Tribuna.11/04/1981.P.274.Monitores continuam em greve e sem negociação. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>51</sup> A Tribuna.14/04/1981.P.275-276. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>52</sup> A Gazeta.19/04/1981.P.277. Professor perde prestígio e não consegue sobreviver de seu salário. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>53</sup> A Tribuna. 21/04/1979. P.278/280. Professores fazem protesto contra salário/ UPES realiza ato em protesto e para lembrar aniversário. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>54</sup> Editorial A Tribuna.21/04/1981.P. 279. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

a unificação da pauta dos efetivos, através da luta pelo reajuste salarial, vai se tornar uma grande dor de cabeça para o Governo.

A matéria<sup>55</sup> do jornal A Tribuna – “Reajuste salarial é prioridade do professor este ano” – destaca que, diferentemente dos períodos anteriores, quando o magistério apresentava vários pontos de reivindicação, neste ano a categoria centrou suas ações somente em um ponto: o reajuste salarial. A reportagem aponta que uma assessoria contratada pela UPES elaborou um estudo levando em conta a defasagem sofrida pelo professor durante o período de 1964 a 1978. O levantamento demonstrou que em alguns anos o salário do magistério sofreu congelamento ou teve correções abaixo do índice inflacionário. Por conseguinte a junção dessas perdas fez os professores chegarem ao percentual de 140%. Para finalizar, a reportagem publicou ainda uma tabela com a proposta salarial da categoria. E os protestos contra o Governo continuam.

De acordo com a reportagem<sup>56</sup>, a professora Josmary Araújo dos Santos denunciou a manobra do Executivo Estadual, que criava uma série de situações para justificar o fechamento de escolas no interior do município de Linhares mantendo assim professores em lotação provisória na zona urbana. Essa forma de privilegiar algumas pessoas foi duramente denunciada pela UPES, inclusive fora do Estado, contudo a politicagem funcionava a todo vapor.

Segundo reportagem do jornal A Gazeta, os professores efetivos e contratados exigiram – em audiência com integrantes da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social da Assembleia Legislativa – que os nomes dos diretores das escolas públicas oficiais do Estado saíssem a partir de uma lista tríplice, elaborada pelo corpo docente da instituição obedecendo ao que estava preconizado no Estatuto do Magistério. Aproveitando sua ida à Casa de Leis e a reunião com a Comissão, a presidente da UPES<sup>57</sup> denunciou a perda salarial a que foram submetidos os efetivos. Desse modo, enquanto a União dos Professores questionava a ação do Governo frente aos concursados, os monitores também expressavam seu descontentamento, agora não somente em relação aos salários atrasados, mas também em função do número de vagas no concurso de ingresso.

Reportagem<sup>58</sup> do jornal A Gazeta destaca que os professores contratados de Ara-

<sup>55</sup> A Tribuna. 21/04/1981.P.280.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>56</sup> A Gazeta 23/04/1981.P.285. Professora diz que Governo faz escolas fecharem no interior. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>57</sup> Tribuna 24/04/1981.P.286.Upes denuncia na AL perda salarial de 140%. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>58</sup> A Gazeta 25/04/1981.P.284. Monitores de Aracruz paralisam exigindo pagamento de salários. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento

cruz paralisaram as atividades exigindo pagamento de salários, sendo que desta vez contavam com apoio dos pais de alunos. Em todo o Estado, mais de mil monitores continuavam em greve. Nesta mesma reportagem a Fundação Ceciliano Abel de Almeida divulgou o programa do concurso de ingresso, contudo o número de vagas foi bem aquém do necessário, visto que o Estado<sup>59</sup> demorou doze anos para realizá-lo. E não era somente em relação aos professores que a situação era ruim, tendo em vista as condições físicas das escolas.

Segundo editorial<sup>60</sup> de A Tribuna, com o título “Principal Prejudicado”, a péssima situação das escolas, sem mínimas condições de funcionamento, faltando carteiras, com paredes esburacadas, acabava comprometendo a qualidade do ensino, sendo que o principal perdedor era o Estado, pois não preparava de forma adequada as gerações futuras. Além do problema da parte física, outra situação que comprometia a qualidade do ensino era a falta de aula devido à greve dos monitores<sup>61</sup>. Muitos desses profissionais, cansados das promessas do Governo, resolveram abandonar o magistério. Os que ficaram, segundo nota oficial<sup>62</sup> publicada no jornal A Gazeta, foram convocados para a assembleia no dia 01 de maio. Parte dos monitores saiu, mas a coragem de lutar de forma mais intensa, através da greve, foi deixada com os efetivos.

### 6.3.2 A Greve de Todos os Professores Capixabas

Como vimos anteriormente, a luta dos professores capixabas, no caso dos monitores para garantia de salário e no caso dos efetivos para o reajuste, acabou por unificar a luta do magistério. Esse processo, que vinha sendo vigiado pela Polícia Política através do acompanhamento diário das reportagens, desembocou nos meses de maio e junho nas grandes assembleias realizadas no Colégio do Carmo, sendo que no último mês foram realizadas com o magistério capixaba em greve. Essa mobilização, maior do que a ocorrida em 1979, fez os órgãos de segurança capixaba montarem uma grande estrutura de vigilância, que gerou quase 300 páginas de documentos. Um ponto que chama atenção é sobre o destino da documentação levantada: a luta realizada pelo

---

Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>59</sup> A Gazeta 29/04/1981.P.287.Mais de mil monitores continuam paralisados. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>60</sup> Editorial A Tribuna.25/04/1981.P.285.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>61</sup> A Tribuna.30/04/1981.P.298.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>62</sup> A Gazeta.30/04/1981.P.297.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

magistério capixaba acabou atraindo a atenção da maior autoridade do Estado, o governador Eurico Rezende, que acompanhava de perto a luta dos professores.

Para a vigilância da assembléia que aconteceu no dia 01/05, no Colégio do Carmo, foi aberta uma pasta<sup>63</sup> carimbada com o termo confidencial onde consta uma série de documentos: relatórios, panfletos, pautas da assembléia geral. Dentre os documentos destaca-se o relato<sup>64</sup> feito pelo agente policial. Segundo o relatório o encontro contou com a participação de aproximadamente 400 pessoas e os principais assuntos<sup>65</sup> da reunião foram a avaliação sobre as formas de encaminhamento da campanha do magistério de 1981, principalmente em relação à paralisação mensal, o índice do reajuste e a greve. Os professores decidiram esperar a resposta do Governo até o dia primeiro de junho, e caso fosse negativa, poderia haver paralisação geral a partir da assembléia do dia 3 de junho. Toda a documentação constante na pasta foi encaminhada através de ofício<sup>66</sup> para apreciação do superintendente de Investigações Especiais, e posteriormente enviada ao secretário de Segurança até chegar ao Governador<sup>67</sup>. Raposa velha na política, Eurico Rezende sentia que o magistério lhe daria muita dor de cabeça.

De acordo com a reportagem<sup>68</sup>, os monitores se reuniram na UPES para articular o movimento e a entidade, através do departamento jurídico, irá recorrer a DRT para garantir o pagamento dos salários atrasados. Mesmo com a ação junto ao órgão federal, os professores contratados continuam usando a greve para pressionar o Governo, inclusive com apoio dos alunos.

Reportagens<sup>69</sup> dos jornais A Gazeta e A Tribuna demonstram que os monitores, tanto do interior quanto da Grande Vitória, iriam manter a greve até receberem os salários atrasados, exigindo ainda do Governo garantia para que não ocorressem mais atrasos.

<sup>63</sup> Pasta de Arquivo.P.1. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>64</sup> Relatório. 06/05/1981. P.3-5.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>65</sup> Pauta e encaminhamentos da Assembleia Geral.P.11-13.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>66</sup> Ofício de encaminhamento.06/05/1981.P.14.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>67</sup> Ofício de encaminhamento ao Governador. 11/05/1981. P.15. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>68</sup> A Tribuna. 05/05/1981. P.291.Após um mês, Estado não paga monitores parados. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>69</sup> A Gazeta e A Tribuna.P.292 a 295. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

Essa movimentação, que contou com o apoio dos estudantes e do Bispo Dom Aldo Gerna<sup>70</sup>, serviu para mobilizar os efetivos. Segundo a reportagem<sup>71</sup> de A Gazeta do dia 21 de maio, a paralisação do dia anterior contou com a participação de 10.000 professores. Aproveitando o momento, a UPES realizou um plebiscito em cada unidade escolar, decidindo por uma greve de 72 horas a partir do dia 4 de junho, caso o governo não fizesse a reposição salarial de 140%.

### 6.3.2.1 E tem Início a Greve do Magistério Capixaba

O mês de junho de 1981 foi marcante para o funcionalismo público do Espírito Santo, em especial para os trabalhadores em educação. Pela primeira vez na história do Estado uma categoria de servidores públicos utilizava a greve como instrumento de luta. Quando analisamos o início da organização dos professores da rede estadual de ensino do Espírito Santo, seria inimaginável supor que a categoria pudesse se afastar de tal forma dos poderes constituídos. Contudo, devido ao processo que aconteceu a partir do final da década de 1970 e início dos anos de 1980, o rompimento que estava se desenhando acabou por ocorrer.

A greve do magistério começou no dia 3 de junho e durou até o dia 30. A intensidade da ação dos professores levou a Polícia Política capixaba a montar uma estrutura muito grande para vigilância do movimento, como pode ser comprovado nos relatórios muito bem detalhados sobre a movimentação dos trabalhadores em educação. Além das assembleias realizadas no Colégio do Carmo, com grande parte delas contando com mais de cinco mil pessoas, ocorreu uma série de outros eventos, como atos públicos e passeatas, até chegar ao “enterro” do governador Eurico Rezende e de seu partido, o PDS. Como forma de pressionar e encerrar o movimento grevista, que envolveu cerca de 90% das escolas, 18.000 professores e 280.000 alunos, a presidente da UPES foi convidada a prestar esclarecimentos no DEOPS, ação que se transformou num ato político. Em relação à vigilância um aspecto chama a atenção. A pasta<sup>72</sup> onde consta os relatórios, panfletos e jornais relacionados com a greve dos professores da rede estadual de ensino iniciada no dia 3 de junho de 1981, além do carimbo de confidencial apresenta também o carimbo de “urgente”, o que demonstra a preocupação dos órgãos de segurança com o movimento dos professores.

<sup>70</sup> Carta de Dom Aldo Gerna aos monitores. 15/05/1981.P.140 e 141. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>71</sup> A Gazeta. 21/05/1981. P. 296-297. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>72</sup> Pasta com documentos da atual greve dos professores da rede estadual de ensino.03/06/1981. P. 16. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

De acordo com a ordem de serviço<sup>73</sup>, foram designados os agentes policiais Silas Jacinto Pacheco e Alcilúcia Pereira Penha para a vigilância do movimento. Entretanto, o que chama atenção no relatório é o detalhamento das informações. Segundo o relato<sup>74</sup>, a assembléia contou com a participação de 4 mil pessoas. No início foi lido o regulamento<sup>75</sup>, sendo que o encontro tinha a seguinte pauta: informes da campanha do magistério em 1981, prestação de contas da campanha, sugestões sobre o que fazer na paralisação de 72 horas, proclamação do resultado do plebiscito realizado nas escolas e encenação de uma peça educativa pelos universitários do curso de matemática da UFES.

O relatório revela ainda que a presidente da UPES destacou as dificuldades que o educadores passaram do dia primeiro de janeiro a 31 de abril desse ano. Também houve a fala de vários professores e de estudantes secundaristas, todos eles apontando para a radicalização do movimento. Como encaminhamento, foi decidido que o magistério iria paralisar suas atividades por 72 horas e faria uma lista negra dos políticos que não estavam apoiando o movimento da educação. No final da assembleia foram distribuídos panfletos<sup>76</sup> com as reivindicações da categoria. Após a assembleia, cerca de 2.300 professores, representando vários municípios, saíram em passeata com destino ao Palácio Anchieta cantando o Hino do Espírito Santo. Os jornais repercutiram o movimento dos docentes, ressaltando a sua grandeza.

Segundo reportagem<sup>77</sup> do jornal A Gazeta, o magistério decidiu por uma greve de 72 horas. No texto é destacado que o governador Eurico Resende pretendia se reunir com diretores das escolas estaduais para avaliar o movimento, deixando claro que não aceitaria pressão, mas reiterando que queria ajudar a categoria, pois a educação era a sua prioridade. O governador, de acordo com a matéria, aponta ainda que era preciso que todos discutissem a situação econômica do Estado, porque o recebeu numa situação financeira ruim. Como solução, o chefe do Executivo frisou que somente a comercialização do café resolveria a situação. Contudo, nas entrelinhas, já deixa claro que não atenderia o percentual que os professores reivindicavam. Sem perspectiva de

<sup>73</sup> Ordem de serviço. 03/06/1981.P.17. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>74</sup> Relatório. 08/06/1981. P.18-22.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>75</sup> Regulamento da Assembleia. 03/06/1981.P.47/48. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>76</sup> Panfletos com reivindicações da categoria. P.23-38. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>77</sup> A Gazeta. 04/06/1981.P.104.Greve dos professores vai durar 72 horas. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.



melhorias, o magistério capixaba continuaria sendo constituído por “mendigos letrados”, termo criado pela presidente da UPES e que serviu de título para reportagem<sup>78</sup> do jornal A Tribuna.

Na matéria é destacado que os professores, tanto da rede pública como da particular, lutam incansavelmente pelos seus direitos, debatendo com os pais toda a situação da educação capixaba. Entretanto, uma série de questões era responsável pela decadência do ensino: a redução da verba federal da educação de 12% para 3,6%; a má administração das verbas, com repasses para a iniciativa privada através da distribuição de bolsa para alunos; improvisação do corpo docente com utilização de mão-de-obra não qualificada, entre outros fatores. Contudo, diferente de outras ocasiões, a reportagem aponta que o magistério não voltaria para a sala de aula enquanto não for atendido em relação à questão salarial. Desse modo, a dimensão do movimento grevista tornou-se um desafio para o Governo, pois segundo as reportagens<sup>79</sup> cerca de 85% das escolas e 10.000 professores aderiram à paralisação. E a mobilização questionando a ordem significava vigilância, e para a vigilância à assembleia, que aconteceu dia 08 de junho<sup>80</sup>, foi expedida uma ordem de serviço<sup>81</sup>. Como nas reuniões que aconteceram neste mês, foi feito um relatório<sup>82</sup> bem detalhado.

A assembleia que aconteceu no Colégio do Carmo contou com a participação de 5.000 pessoas e a presença de vários deputados estaduais. Os assuntos tratados foram os seguintes: informes, esclarecimento de dúvidas quanto às questões legais, reposição salarial e condução do movimento a partir daquela assembleia. Segundo relato, a presidente Myrthes destacou que os professores não podiam desistir da greve, considerada legítima pelo assessor jurídico Joaquim Silva, mesmo com notícia contrária veiculada pela TV Gazeta. No final ficou decidido que a próxima assembleia ficava marcada para o dia 15 de junho. Contudo, o ponto que mais chamou atenção foi a convocação da presidente feita pelo delegado do DEOPS, atitude repudiada pelos presentes no encontro. Os deputados Nelson Aguiar e Wilson Haese foram designados para acompanhá-la ao órgão de segurança, mas não foram somente os deputados a

<sup>78</sup> A Tribuna.04/06/1981.P.105.Os mendigos letrados. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>79</sup> A Gazeta.05/06/1981.P.102-103. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>80</sup> A Gazeta.08/06/1981. P. 107-108. Assembleia discute resultado da greve. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>81</sup> Ordem de serviço. P.50.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>82</sup> Relatório.08/06/1981.P.51-56.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

acompanharam Myrthes ao DEOPS.

De acordo com o relatório<sup>83</sup>, a presidente da UPES compareceu ao Departamento para prestar esclarecimentos relacionados à greve dos professores da rede estadual de ensino, principalmente com referência a passeata do magistério pelas rua de Vitória após a realização das assembleias. O que possivelmente o delegado não esperasse era a movimentação que se criou com a ida de Myrthes ao órgão. Além da presença dos Deputados Estaduais, o assessor jurídico Joaquim Silva organizou um grupo de advogados que foi junto com a presidente. E simultaneamente à movimentação dentro do DEOPS, havia uma concentração de mais ou menos 100 professores do lado de fora dando apoio à Myrthes. E além da visita ao órgão, outra notícia destacada pelos jornais foi a repercussão da movimentação dos professores.

Segundo as reportagens<sup>84</sup>, ficou decidido que o magistério continuaria em greve até o dia 15 daquele mês. Outra notícia<sup>85</sup> que foi o destaque nos noticiários foi a visita de Myrthes ao DEOPS para responder sobre a passeata do dia 03. De acordo com a reportagem, entre as autoridades que se manifestaram a favor da presidente destacou-se o deputado federal Gerson Camata, agora no PMDB, que afirmou ser a presença de Myrthes no órgão fazia parte de um plano de intimidação nacional praticado contra várias personalidades que se destacavam na luta contra o Regime Militar. Também os estudantes da UFES repudiaram a convocação, como destacado no documento<sup>86</sup> com o título: “DCE apoia luta dos professores”. Por fim foi encaminhada toda a documentação<sup>87</sup> ao Secretário de Segurança Pública e posteriormente ao Governador. Como continuação ao movimento, foi realizada uma reunião<sup>88</sup> no dia 11. No mesmo dia a resposta dada pelo secretário Stélio Dias, a um convite feito pela UPES já prenunciava o que iria acontecer no dia seguinte: a continuação do movimento grevista.

Segundo as reportagens<sup>89</sup>, Stélio alegava impossibilidade de atender ao pedido dos

<sup>83</sup> Relatório da visita ao DEOPS.08/06/1981. P. 57-58.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>84</sup> A Gazeta e A Tribuna. 09/06/1981. P.124-126.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>85</sup> A Gazeta. 09/06/1981. Mirtes depõe no DEOPS. P.126-127.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>86</sup> DCE apoia luta dos professores.P.128. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>87</sup> Ofício de encaminhamento.10/06/1981.P.137-138.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>88</sup> A Gazeta.10/06/1981.P.162.Professores realizam assembleia amanhã Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>89</sup> A Tribuna.10/06/1981.P.163-164.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção:

professores. Ele dizia estar preocupado com a situação que a greve estava causando na educação capixaba, conclamando o magistério a refletir sobre a causa que impossibilitava o governo de atender a reivindicação: a baixa arrecadação oriunda do ICM. Questionado sobre a má qualidade do ensino público, o Secretário lembrou da má formação dos professores de 1º e 2º grau provenientes da UFES, mas na mesma reportagem destacou que o problema não era da universidade, mas sim de todo o sistema educacional. Entretanto, os professores entrevistados afirmaram que o principal problema que afastava os profissionais do magistério era a baixa remuneração paga pelo governo estadual. Para tentar resolver essa situação, os docentes se reuniram mais uma vez, e para a vigilância foi emitida uma nota de serviço<sup>90</sup>.

No relatório<sup>91</sup> é destacado que a assembléia contou com a participação de 3.800 professores apoiados pelo Sindicato dos Médicos, pelo DCE da UFES e pela Associação de Motoristas. De acordo com a UPES, a greve atingiu mais de 20.000 docentes. O encontro também contou com as presenças de Arquimedes Franco, presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e do professor Benedito Siqueira, presidente da Associação dos Professores e Servidores do Estado de São Paulo. Além de um relatório mais completo, foi feito outro relato<sup>92</sup>, mais sucinto, distribuído aos órgãos da repressão. Como o Governo só estudava, mas não apresentava o reajuste exigido pela categoria<sup>93</sup>, a greve foi mantida<sup>94</sup> e a mobilização<sup>95</sup> continuou, principalmente no interior. E se houve mobilização, houve assembleia e, por conseguinte, vigilância<sup>96</sup>.

---

DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>90</sup> Ordem de Serviço. 10/06/1981.P.146.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>91</sup> Relatório.13/06/1981. P.147-149.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>92</sup> Relatório sucinto da reunião do magistério estadual.11/06/1981.P.144-145.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>93</sup> A Gazeta e A Tribuna.12/06/1981.P.166-169.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>94</sup> A Tribuna.13/06/1981.P.170.Aumento para o magistério ainda está em discussão. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>95</sup> A Tribuna.12/06/1981.Upes vai ao interior mobilizar a classe para assembleia. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>96</sup> Ordem de Serviço.14/06/1981.P.172.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

Segundo relatório<sup>97</sup>, a assembléia contou com cerca de 6.000 professores e a pauta<sup>98</sup> principal foi a continuação ou não do movimento. A mesa foi composta por pessoas de vários sindicatos. No início foi votado o regulamento<sup>99</sup>. Foram feitos abaixo-assinados em vários municípios de apoio aos educadores. Os presentes decidiram manter a greve até a segunda-feira, dia 22, quando outra assembleia foi programada, seguida de um ato público na escadaria Maria Ortiz. Repercutindo o resultado<sup>100</sup> do encontro, os jornais destacaram que o magistério só terminaria a greve se fosse atendido. O Governo anunciou, contudo, que a categoria só iria conhecer o percentual de aumento em julho<sup>101</sup>. Buscando ganhar força o magistério continuou se articulando desta vez no município de Guaçuí.

Segundo uma comunicação<sup>102</sup> do Delegado de Polícia de Guaçuí ao delegado do DOPS, a presidente da UPES, Myrthes Bevilacqua Corradi teria estado em Guaçuí, em reuniões reservadas, não havendo certeza da sua presença no município. Aproveitando a visita da presidente da UPES foi entregue uma carta<sup>103</sup> aos pais destacando que o movimento não tem conotação político-partidária, e nem quer criar dificuldades ao Governo do Estado. No documento os professores solicitam apoio dos pais deixando claro que todas as aulas perdidas serão repostas. Por fim foi enviada uma carta<sup>104</sup> ao Delegado de Polícia local, explicando os motivos do movimento e solicitando apoio para resolver essa situação com o Governo do Estado. E a movimentação feita pela UPES não acontecia somente no interior, visto que no dia 22 não ocorrera somente a assembleia, mas também outros dois atos: um na escadaria Maria Ortiz e outro no centro de Vila Velha, conforme pedido<sup>105</sup> ao delegado do DEOPS. E se tem ação dos

<sup>97</sup> Relatório.16/06/1981.P.150-153.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>98</sup> Pauta da assembleia.15/06/1981.P.178.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>99</sup> Regulamento da assembleia.15/06/1981.P.179.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>100</sup> A Gazeta.16/06/1981.P.182.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>101</sup> A Gazeta.17/06/1981.P.183.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>102</sup> Ofício do Delegado de Guaçuí ao Delegado do DOPS. 15/06/1981.P.197.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>103</sup> Carta aos pais.17/06/1981.P.200. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>104</sup> Carta ao Delegado de Guaçuí.17/06/1981.P.201.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>105</sup> Ofício ao Delegado do DOPS. 23/06/1981.P.207.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

professores, tem vigilância dos agentes policiais.

Conforme relato<sup>106</sup>, a assembleia contou com cerca de 5.000 pessoas, sendo que o magistério teve apoio de vários sindicatos bem como de abaixo-assinados de vários municípios, além de um telegrama<sup>107</sup> enviado por Hermes Zanetti, presidente da Confederação dos Professores do Brasil (CPB). Segundo o relatório, também foi frisado que o Governo do Estado estava pressionando a categoria com ameaça de corte do ponto. Dentre os encaminhamentos, além da manutenção da greve, foi deliberado que os professores iriam à Brasília com a finalidade de pressionar os congressistas para a aprovação da aposentadoria aos 25 anos de serviço. Após a assembleia foi realizada a outra atividade programada pelo magistério.

O ato público na escadaria Maria Ortiz iniciou-se as 18 horas, tendo contado com a participação de um grande número de professores, que buscavam na rua apoio para pressionar o Governo a conceder o aumento desejado. Se o aumento fosse proporcional a quantidade de órgãos que receberam informações sobre a greve, os professores teriam mais que o índice pretendido.

O relatório<sup>108</sup> sucinto sobre a greve dos professores compartilhado por sete órgãos de segurança, destaca que o movimento grevista começou no dia 3 de junho e contou com 5.000 pessoas na Assembleia do dia 22, quando foi aprovado voto de repúdio ao PDS. O relato também ressalta o ato realizado na escadaria Maria Ortiz, onde houve falas de apoio ao movimento dos professores, que, devido a sua amplitude, era notícia constante nos jornais.

Resgatando o encaminhado na assembleia, as matérias<sup>109</sup> veiculadas nos jornais destacam que o magistério manterá o movimento até o fim do mês, deixando claro que só o encerrariam antes se fossem atendidos pelo Governo, e que não estavam para “brincadeira” – vide o tamanho do ato feito na escadaria Maria Ortiz que, de acordo com as reportagens, teve a presença de 10.000 pessoas. E a preocupação não era somente com os professores, mas também com os “elementos” infiltrados no movimento.

No relatório<sup>110</sup> encaminhado ao superintendente pelo Chefe do Serviço de Investi-

---

Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>106</sup> Relatório.24/06/1981.P.154-156.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>107</sup> Telegrama.P.157.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>108</sup> Relatório sucinto da greve dos professores.02/07/1981.P.69-71.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>109</sup> A Gazeta e A Tribuna.23/06/1981.P.193-194/ P.302-303. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>110</sup> Ofício ao Secretário de Estadual de Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção:

gações, relativo às assembleias dos dias 11, 15 e 22 de Junho, e posteriormente enviado ao Secretário de Estado da Segurança Pública, fica identificada a presença de “elementos” com tendências anarquistas, como, por exemplo, do estudante universitário Estanislau Stein e dos deputados Max Freitas Mauro e Roberto Valadão, além de professores já cadastrados nos diversos órgãos de informação e segurança. Após essa constatação, o relatório foi encaminhado ao governador, que mesmo com toda essa movimentação não atendeu ao magistério com o índice pedido.

De acordo com a reportagem<sup>111</sup>, o aumento médio de 70% gerou críticas do magistério, que expressou sua insatisfação e, segundo a matéria<sup>112</sup>, iria ao Executivo exigir o reajuste de 140%<sup>113</sup>. Enquanto isso, o Governo do Estado alegava que não podia conceder o índice desejado, sendo que o máximo conseguido foi de 95,6%, enquanto parte dos professores foi contemplada com o índice de 63,4%. Dentre as críticas feitas pela UPES, ressalta-se que o projeto enviado para a ALES sem consultar a categoria, abriu uma brecha para a concessão de um reajuste maior para a Polícia Militar.

Como não havia muito o que comemorar na ativa, os professores tentavam diminuir o tempo que tinham que trabalhar para se aposentar, assunto que mobilizou o magistério nacional no início dos anos de 1980 e foi divulgado através de um panfleto<sup>114</sup> onde constava a proposta de emenda à Constituição para aposentadoria aos 25 anos, aprovada devido a pressão feita aos deputados da ARENA, pois havia uma recomendação do Governo Federal para que o projeto fosse rejeitado. Houve comemoração com a aprovação<sup>115</sup>, contudo até chegar a aposentadoria os professores continuavam tencionando com o Governo.

De acordo com o líder do Palácio Anchieta, Lúcio Merçon, entrevistado na matéria, o governo não podia dar um reajuste maior do que constava no projeto. Para tentar contornar a situação e atender a outra parte dos professores que sempre fora esquecida

---

DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>111</sup> A Gazeta. 24/06/1981. P.304.Funcionários Públicos terão aumento médio de 70% Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>112</sup> A Gazeta. 25/06/1981.P.305.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>113</sup> Magistério insiste em reajuste.P.306.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>114</sup> Proposta de emenda a Constituição.P.06-08.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>115</sup> A Tribuna. 26/06/1981.P.307.Aposentadoria para magistério cai para 25 anos. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

– os monitores –, a reportagem<sup>116</sup> destaca que “eles devem ter aumento até segunda”<sup>117</sup>. Uma ação constante na reportagem e que mereceu críticas por parte da UPES foi sobre a emenda que concedeu ao Governo prazo até 15 de outubro para fazer a revisão dos vencimentos. Entretanto, mesmo sem conseguir o índice desejado<sup>118</sup> a greve do magistério poderia terminar no dia 30 de junho. Para a assembleia que decidiu pelo fim do movimento grevista, foi aberta uma ordem de serviço.

No relatório<sup>119</sup> da assembleia que aconteceu dia 30, no Colégio do Carmo, que contou com cerca de 5.000 participantes, tendo sido coberta pelos jornais A Gazeta, A Tribuna, Hora do Povo, Em Tempo e pela Rede Gazeta de Televisão, foram explicitados os objetivos do encontro: paralisação ou não da atual greve e escolha dos docentes para participar do encontro dos professores em Salvador e no ENCLAT. Dentre os participantes da assembleia destaca-se o presidente da CPB, Hermes Zanetti, sendo que os participantes votaram pela suspensão da greve até 15 de agosto. Segundo relatado, após a realização do encontro os professores saíram em passeata levando um caixão, pelo centro da cidade de Vitória, com os dizeres: “Política Salarial do Governo enterrando o PDS”. O caixão foi levado até a Assembleia Legislativa, onde os trabalhadores em educação fizeram o enterro simbólico do PDS, da política salarial do Governo e do governador Eurico Rezende.

Visando sua distribuição entre os órgãos de segurança, mais uma vez foi feito um relatório<sup>120</sup> sucinto da movimentação dos professores. De acordo com o documento estavam presentes a assembleia 3.800 professores, que decidiram encerrar a greve que chegou a paralisar noventa por cento das escolas, atingindo cerca de 280 mil alunos e aproximadamente 18 mil professores. Se a entrada na greve foi um processo extremamente delicado, a saída do movimento foi bastante difícil não somente para o magistério, mas também para a toda comunidade escolar.

Segundo o jornal A Tribuna<sup>121</sup>, os professores retornaram às aulas, mas em algumas

<sup>116</sup> A Tribuna. 27/06/1981.P.309.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>117</sup> A Tribuna.27/06/1981.P.310. Monitores vão ter reajuste até o próximo mês. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>118</sup> A Tribuna.30/06/1981.P.312.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>119</sup> Relatório.02/07/1981.P.209-211.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>120</sup> Relatório sucinto da assembleia dos professores.02/07/1981.219-222.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>121</sup> A Tribuna.02/07/1981.P.314-315.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

idades não encontraram aluno. Contudo, como destacado na reportagem, o índice concedido pelo Governo não foi o esperado, e o pior, segundo a UPES, foi a divulgação de dados irreais somente para enganar a população. Desse modo, a União dos Professores conseguiu uma autorização judicial para publicar dados que considerava verdadeiros<sup>122</sup>, inclusive aproveitando para solicitar, na Justiça, o recebimento da diferença entre o anunciado e o pago pelo governo. Para tentar encaminhar a situação, houve uma audiência<sup>123</sup> de Myrthes com o Governador.

Nas reportagens <sup>124</sup>, Eurico Rezende deixa claro que mesmo que a Justiça obrigue a pagar a diferença salarial, o Estado não o fará, tendo destacado ainda que só vislumbrava uma alternativa para resolver a situação: o aumento da arrecadação ou repasse de verba do Governo Federal. Aproveitando o ensejo, Myrthes criticou o plano da SEDU referente a reposição de aula, pois na opinião da UPES o calendário fora imposto pelo Estado sem respeitar a realidade de cada local.

Para tentar obter algum ganho, a UPES apresentou novas reivindicações <sup>125</sup> ao Governo do Estado, como a incorporação da regência de classe aos salários dos professores e a fixação do novo reajuste para algumas categorias do magistério. O governador ouviu a solicitação <sup>126</sup>, prometeu estudar os pedidos, mas não garantiu nenhum benefício a mais para o magistério. Com sua experiência na política Eurico Rezende tinha clareza da desmobilização dos professores, que agora se preparavam para participar do ENCLAT <sup>127</sup> no mês de agosto. Os docentes se reuniram com os outros trabalhadores, mas internamente perderam mobilização, ficando a mercê da vontade dos governantes e, mesmo sem serem atendidos <sup>128</sup>, não realizaram assembleia em julho e agosto <sup>129</sup>, sendo que nesse último mês a justificativa para não

<sup>122</sup> A Gazeta.11/07/1981.P.316 e 318. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>123</sup> A Gazeta.11/07/2016.P.317.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>124</sup> A Gazeta.11/07/2016.P.317.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>125</sup> A Gazeta.14/07/1981.P.319-320.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>126</sup> A Gazeta.15/07/1981.P.321.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>127</sup> A Gazeta.16/07/1981.P.322.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>128</sup> A Gazeta.22/07/1981.P.323.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>129</sup> A Gazeta.02/08/1981.P.324.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES.



se reunir foi a participação no ENCLAT.

O Primeiro Encontro da Classe Trabalhadora, realizado em agosto de 1981, teve como destaque a participação dos professores, que levaram a maior delegação ao encontro. Na ocasião, a tese apresentada pela UPES fazia críticas ao Governo pelo descumprimento da lei que ele mesmo fizera, em desrespeito aos direitos dos monitores, chamados “os boias fria da educação”, que se ressentiam com a falta de assinatura da carteira de trabalho, o que obrigara a entidade a entrar na justiça para garantir seus direitos. A articulação com os outros trabalhadores funcionava a todo vapor, contudo dentro da categoria a realização das assembleias tornou-se difícil, não lembrando nem de longe as grandes movimentações realizadas há pouco tempo atrás. Depois de mais de dois meses, no início do mês de setembro<sup>130</sup>, a UPES promoveu uma assembleia do magistério.

No relatório<sup>131</sup> da assembleia do dia primeiro de setembro, que aconteceu no Colégio do Carmo e que contou com a participação de 300 pessoas, houve encaminhamento de que no dia 15 de outubro seria realizado outro encontro para discutir as medidas que poderiam ser tomadas, caso o governo não desse o reajuste desejado pela categoria. Posteriormente, foi feito encaminhamento do relatório às autoridades competentes. Os jornais repercutiram o resultado<sup>132</sup> da assembleia e também o principal assunto dos professores no final do ano de 1981: as eleições na UPES.

### 6.3.3 O Processo Eleitoral da UPES

Depois de um primeiro semestre bastante agitado, o grande assunto do final do ano de 1981 foram as eleições para a nova direção da UPES. Dentre os desafios para a chapa que ganhasse o pleito, estava dar continuidade ao intenso trabalho realizado por Myrthes à frente da entidade.

Segundo SOARES (2005, p. 376), a presidente projetou uma imagem pessoal que acabou se confundindo com o próprio movimento dos professores, despertando oposição de algumas facções de esquerda, particularmente as que viriam se agrupar em torno do Partido dos Trabalhadores (PT). Uma das ações tentadas no processo eleitoral foi a organização de uma chapa de consenso para a disputa das eleições. O documento “A

---

Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>130</sup> Upes promove terça-feira assembleia do magistério. 30/08/1981.P.328.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>131</sup> Relatório.03/09/1981.P. 231-232.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

<sup>132</sup> A Tribuna e A Gazeta.02/09/1981.P.233-234.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

reflexão sobre a situação da UPES e a luta dos professores capixabas” explicita essa tentativa.

O documento expressa que o processo eleitoral deve ser o mais democrático possível, apontando para a tentativa de articulação de uma chapa única, mesmo com as dificuldades devido ao calendário apertado. Para atingir esse objetivo, várias atividades deveriam ser desenvolvidas: visitas às escolas, reuniões para um processo amplo em que haja respeito ao posicionamento dos dois grupos que disputam o controle da entidade, dentre outras tarefas.

Os organizadores do documento destacavam pontos positivos no trabalho realizado nos últimos anos, inclusive a realização das greves, que significou um importante avanço para a categoria e mostrou para a sociedade a realidade do magistério capixaba. Outro ponto de destaque foi a ligação com a Frente Sindical e a participação no ENCLAT. O documento também levou em conta a opinião de quem divergia da atual direção, principalmente em relação o caráter centralizador e autoritário da presidente, chamando a atenção para o risco de se fazerem críticas sem olhar o contexto. Os organizadores têm concordância com parte das críticas e apontam que a saída para a UPES é a descentralização sem “queimar” a companheira, ação que se materializaria em reuniões mais abertas, consulta à base, organização de um jornal, que resgataria a união da categoria para movimentações, como a que aconteceu no 1º semestre. Os proponentes da chapa de consenso apontam que se não acontecer essa união, pode se aberto espaço dentro do movimento dos professores para os que querem enfraquecer a luta, como ocorrera na última eleição da entidade. Desse modo, apontam que devem acabar as divergências “infantis” e todos os envolvidos devem buscar saída no respeito e compreensão mútuos, fazendo os ajustes necessários e ampliando as conquistas. Contudo, a intenção de organizar uma só chapa para o pleito não logrou êxito.

No mês da eleição, novembro, as reportagens<sup>133</sup> que destacaram o processo de escolha da nova diretoria explicitaram as divergências de concepção e de organização na luta dos professores, deixando claro que a ideia de chapa única tinha “ido por água abaixo”. Segundo um dos integrantes da chapa de oposição “Renovação, Reconstrução e Realização”, José Guilherme Encarnação, a entidade fizera pouca coisa nos oito anos em que Myrthes esteve frente da UPES. Já o professor João Carlos Simonetti afirmou que a chapa era de protesto contra o continuísmo. Outros integrantes da chapa destacaram que a entidade precisava ter uma atuação mais democrática. Em contrapartida, a chapa da situação, denominada “União e Mobilização”, destacou as conquistas do magistério, principalmente através da luta de Myrthes, que, segundo

<sup>133</sup> A Tribuna e A Gazeta.08-09/11/1981.P.331-332.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossê15.Manifestações dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorridas no ano de 1981: Ato Público de 1º de maio e eleições realizados pela União dos Professores do Espírito Santo( UPES).

a professora Almerita Ribeiro do Amaral, candidata a tesoureira, foi uma das poucas que tiveram coragem de enfrentamento naqueles anos duros e fechados da história do nosso país. Esse processo de disputa intensa, contudo, não significou mobilização para o processo eleitoral.

Algumas reportagens<sup>134</sup> mostraram indefinição no processo, sendo que na eleição apareceu, bem explicitamente, o esvaziamento da ação docente. Em nota oficial<sup>135</sup>, a entidade fez um apelo ao Governador para evitar o corte do “ponto” dos professores que se propusessem a votar, pedido inimaginável para uma categoria que, historicamente, se afastara dos poderes públicos e que utilizou a greve como instrumento de pressão.

Essa desmobilização acabou levando no primeiro dia da eleição<sup>136</sup> apenas 744 professores para a votação, sendo que no 2º dia<sup>137</sup> a reportagem destacou que mais de mil docentes já haviam votado na eleição da UPES. Um dos motivos alegados para o aumento de abstenções foi a chuva<sup>138</sup>. A eleição teve o encerramento no dia 20<sup>139</sup> e nova diretoria da UPES seria conhecida no dia 22<sup>140</sup>. O número de votantes ficou em torno de 1.600 votantes, sendo que a posse<sup>141</sup> da nova diretoria ficou programada para ocorrer na abertura do Congresso dos Professores. A chapa vencedora foi a da situação, apoiada pela presidente.

No final do mês de novembro aconteceu o V Encontro Estadual de Professores, realizado no Pavilhão da UFES. O grande destaque desse encontro<sup>142</sup> foi a presença

<sup>134</sup> A Tribuna e A Gazeta.13-14/11/1981.P.333-334.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossê15.Manifestações dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorridas no ano de 1981: Ato Público de 1º de maio e eleições realizados pela União dos Professores do Espírito Santo( UPES).

<sup>135</sup> A Gazeta.15/11/1981.P.335.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossê15.Manifestações dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorridas no ano de 1981: Ato Público de 1º de maio e eleições realizados pela União dos Professores do Espírito Santo( UPES).

<sup>136</sup> A Gazeta.17/11/1981.P.336.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossê15.Manifestações dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorridas no ano de 1981: Ato Público de 1º de maio e eleições realizados pela União dos Professores do Espírito Santo( UPES).

<sup>137</sup> A Gazeta.18/11/1981.P.337.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossê15.Manifestações dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorridas no ano de 1981: Ato Público de 1º de maio e eleições realizados pela União dos Professores do Espírito Santo( UPES).

<sup>138</sup> A Gazeta.18/11/1981.P.338.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossê15.Manifestações dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorridas no ano de 1981: Ato Público de 1º de maio e eleições realizados pela União dos Professores do Espírito Santo( UPES).

<sup>139</sup> A Gazeta.20/11/1981.P.339.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossê15.Manifestações dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorridas no ano de 1981: Ato Público de 1º de maio e eleições realizados pela União dos Professores do Espírito Santo( UPES).

<sup>140</sup> A Gazeta.22/11/1981.P.340.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossê15.Manifestações dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorridas no ano de 1981: Ato Público de 1º de maio e eleições realizados pela União dos Professores do Espírito Santo( UPES).

<sup>141</sup> A Tribuna.24/11/1981.P.341.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossê15.Manifestações dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorridas no ano de 1981: Ato Público de 1º de maio e eleições realizados pela União dos Professores do Espírito Santo( UPES).

<sup>142</sup> A Tribuna.28/11/1981.P.344-345.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossê15.Manifestações dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorridas no ano de 1981: Ato Público de 1º de maio e eleições realizados pela União dos Professores do Espírito

do sociólogo e educador Paulo Freire<sup>143</sup>, que teceu críticas ao autoritarismo no país, destacando que os professores devem continuar lutando pelos seus direitos.

No início de dezembro ocorreu a posse da nova diretoria<sup>144</sup>, que iniciou o mandato com os mesmos desafios da direção anterior. Segundo a reportagem<sup>145</sup> do jornal A Gazeta, do dia 11 de dezembro, ficou demonstrado que o Governo não atenderia os pedidos dos professores. Com isso fica explícito que mudou os personagens, mas o enredo continuou o mesmo: a luta pelos direitos, que mobilizará o magistério capixaba durante todo o restante da década de 1980.

---

Santo( UPES).

<sup>143</sup> A Gazeta.28/11/1981.P.346.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossê15.Manifestações dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorridas no ano de 1981: Ato Público de 1º de maio e eleições realizados pela União dos Professores do Espírito Santo( UPES).

<sup>144</sup> A Tribuna e A Gazeta.08-09/12/1981.P.347-349.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossê15.Manifestações dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorridas no ano de 1981: Ato Público de 1º de maio e eleições realizados pela União dos Professores do Espírito Santo( UPES).

<sup>145</sup> A Gazeta.11/12/1981.P.353.Upes diz que governo enganou os professores.Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossê15.Manifestações dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorridas no ano de 1981: Ato Público de 1º de maio e eleições realizados pela União dos Professores do Espírito Santo( UPES).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realização dessa dissertação deparei-me com uma situação: a falta de trabalhos escritos sobre a ação dos trabalhadores em educação da rede estadual do Espírito Santo. De acordo com estudiosos sobre o assunto essa situação não é exclusiva do Espírito Santo, sendo uma lacuna a ser preenchida pelos pesquisadores da área. Um dos poucos trabalhos que resgata a história dos educadores capixabas com profundidade é o livro Retrato Escrito: a reconstrução da imagem das(os) professoras(es) através da mídia impressa( 1945/1995) do professor Renato Viana Soares. O livro foi fruto da tese do doutorado em educação a partir da sintetização e classificação de 2779 matérias do jornal A Gazeta. O SINDIUPES alegou não ter nenhum documento que eu pudesse utilizar no trabalho. Desse modo, fora o trabalho citado, a entrevista e a disponibilização do arquivo pessoal da ex-presidente da UPES Myrthes Bevilacqua Corradi foram de grande valia. Destaco essa situação para situar a importância do material disponibilizado no APEES para o resgate da história não somente dos educadores mais dos trabalhadores capixabas em geral, visto que o historiador Pedro Ernesto Fagundes ressalta que a maioria do material recolhido era para reivindicar melhorias, lutar por algum direito ou denunciar a falta de democracia. O mais interessante nesse processo é a intencionalidade de registro dos agentes do Estado na produção desses documentos.

De acordo com as pesquisadoras Georgete Medleg Rodrigues e Lúcia Margarida Alheiro e Silva essa ação de registro documental está inserida numa concepção weberiana, que pressupunha o registro, quase sempre detalhado, assinado pelas pessoas autorizadas por esse mesmo Estado a agir em seu nome, acabando por gerar uma situação paradoxal, pois ao mesmo tempo em que os arquivos são depositários de uma memória seletiva, oficial, podem acabar dando voz ao que deveria ser esquecido, acabando por ser tornar um elemento desestabilizador dessa memória eleita. Desse modo a análise da documentação disponibilizada no APEES , a principal fonte dessa dissertação, serviu para ampliar a visão e resgatar de forma mais ampla a história do período militar no Espírito Santo (1964 a 1985).

O período com maior coleta de materiais foi na década de 1970 até o meado de 1980. Nesse contexto histórico ao mesmo tempo que tínhamos a ação do Governo Militar através dos grandes projetos, que gerou um acelerado processo de industrialização e urbanização com efeitos sociais imensos para a população mais pobre, houve uma intensa ação dos órgãos de repressão na vigilância, prisão e tortura sem a divulgação por parte dos grandes veículos de comunicação, o que contribuiu para sedimentar uma visão positiva da ditadura no Espírito Santo. Em contrapartida a essa ação tivemos a organização dos movimentos sociais, sindicais e estudantis no Estado. Como o objetivo

da Polícia Política era vigiar os questionadores da ordem, na análise da documentação podemos vislumbrar a rotina diária dos agentes bem como as reivindicações dos vigiados.

De acordo com o quadro de arranjo detectamos que quem se organizava em sindicatos e realizava greves tinha uma atenção especial. Dentre as categorias vigiadas destacam-se os ferroviários, estivadores (portuários), metalúrgicos, construção civil, motoristas e trocadores de ônibus. Para não incorrerem em erro devemos destacar também a organização dos trabalhadores rurais em todo o estado. Dentre os profissionais liberais destacamos os jornalistas, comandados por Rogério Medeiros e os médicos, comandados por Vitor Buaziz, que posteriormente se tornaria prefeito de Vitória e governador do Estado. Em relação aos servidores públicos destacam-se os professores da rede estadual e os servidores da UFES, órgão público mais vigiado pela repressão. A singularidade da organização sindical capixaba deu-se pela articulação da Frente Sindical que no início da década de 1980 daria origem à Central Única dos Trabalhadores.

Outra organização bastante vigiada foram os partidos políticos que possuíam uma linha mais a esquerda como o MDB/ PMDB, PCB, PC do B e o PT. Nas eleições de 1982 a repressão destinou atenção especial aos comunistas atribuindo a eles uma grande influência sobre os candidatos. Outro ponto que chamou a atenção neste momento foram as grandes manifestações como o dia 1º de maio, contra a instalação Usina Nuclear no Espírito Santo dentre outras ações.

Na sequência da análise do quadro de arranjo percebemos uma grande quantidade de documentos referente ao movimento estudantil principalmente na UFES através da reorganização do Diretórios Acadêmicos do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e de Biomédicas bem como do Diretório Central dos Estudantes. Quando destacamos o movimento religioso aparece bem intensamente à vigilância sobre o clero católico e aos leigos que militavam em algum movimento social, principalmente da arquidiocese de Vitória comandada pelos bispos Dom João Batista de Mota e Albuquerque e Dom Luiz Gonzaga Fernandes.

Fora os grupos fica bem claro que houve a vigilância as pessoas, como por exemplo, dos estrangeiros envolvidos em investigações contra a Lei de Segurança Nacional e os investigados por envolvimento em atividades de esquerda. Nesse processo destaca-se a emissão dos atestados de ideologia política para fins empregatícios, naturalização, emissão de passaportes, dentre outros. O grande destaque na vigilância individual foram os dossiês de lideranças nacionais e estaduais como o bispo Dom João Batista de Mota e Albuquerque, com 147 páginas, o do sindicalista Luís Inácio da Silva (Lula) com 226 páginas e o da Myrthes Bevilacqua Corradi com 145 páginas, a mulher e sindicalista mais vigiada pelos agentes da Polícia Política.

Destaquei todos esses grupos e pessoas para afirmar que o arquivo do DOPS, mesmo sendo oriundo dos órgãos da repressão e, portanto merecendo uma atenta análise antes de ser utilizada, é uma das importantes fontes disponíveis no Espírito Santo para o resgate da luta dos trabalhadores e movimentos sociais, atores sociais que a partir do final da década de 1970 lutaram para garantir a disponibilização total e irrestrita dos arquivos.

Como destacamos nesse trabalho o acesso à documentação foi fruto de um longo processo iniciado pelos parentes dos desaparecidos políticos, assumido pelos movimentos sociais como um direito humano constando na Constituição de 1988. Como apontamos somente a garantia legal não dava conta de garantir o pleno acesso a informação. No Estado o pleno direito aconteceu com a reestruturação do Arquivo Estadual e a parceria com Arquivo Nacional através do Memórias Reveladas em 2008, havendo a institucionalização com a organização de rotina, procedimentos, instalações e pessoal especializado.

Outra medida que contribuiu para que o APEES atingisse um nível de excelência comparável a outros arquivos estaduais foi à celebração de um convênio do Arquivo com o departamento de Arquivologia da UFES através dos professores André Malverdes e Pedro Ernesto Fagundes. Essa ação permitiu que alunos do departamento desenvolvessem atividades de pesquisa no Arquivo e que mestrands da universidade utilizassem a documentação como fonte principal para a realização de várias dissertações. O historiador Pedro Ernesto Fagundes tornou-se um dos maiores especialistas do país sobre a abertura dos arquivos da repressão e a ação da Polícia Política com uma intensa produção de artigos, livros e orientação de dissertações de mestrado tendo como fonte principal a documentação disponibilizada no APEES. Desse modo fica bastante nítido que mesmo começando depois de outros estados a intensidade do trabalho realizado no Espírito Santo garantiu o pleno direito a informação e acesso aos arquivos do DOPS .

Fagundes destaca que o desafio colocado sobre os documentos dos antigos órgãos de repressão é a sua utilização, pois eles foram produzidos por agentes do Estado e encontram-se no Arquivo Oficial. Devido a sua singularidade, ficava difícil enquadrar esses materiais nas novas metodologias historiográficas, pois se tratava de fontes produzidas a partir da violência. Desse modo, a utilização desse material só foi possível com a ampliação do conceito e a problematização que essa fonte necessitava. Como frisamos acima ao mesmo tempo em que os arquivos são depositários de uma memória seletiva, oficial, podem acabar dando voz ao que deveria ser esquecido, acabando por ser tornar um elemento desestabilizador dessa memória eleita, no caso do Espírito Santo, quase uma história oficial.

E essa desestabilização da memória positiva sobre a Ditadura e a construção de uma

análise mais abrangente desse período histórico ganhou fôlego com o aniversário de 50 anos do Golpe Militar. Dentre as obras lançadas temos artigos, dissertações de mestrado com destaque para o livro *O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)* organizado por Pedro Ernesto Fagundes, Ueber José de Oliveira e Vitor Amorim de Angelo.

O que fica bastante claro é que os arquivos da repressão contribuem de forma decisiva para ampliar a visão do período militar no Espírito Santo, principalmente para questionar o silenciamento devido a ausência de estudos sobre os trabalhadores em educação na década de 1970. Essa lacuna é ainda mais incompreensível devido a grandeza que a organização dos trabalhadores capixabas e, em especial os professores, tiveram nesse período. Desse modo cabe verificar a quem interessa esse o não resgate dessa história. Por conseguinte é imperioso aos pesquisadores em Educação, ao Sindiupes e a sociedade capixaba em geral resgatar a grandeza da luta dos trabalhadores em educação através da realização de documentários, trabalhos escritos dentre outras ações para pagarmos uma dívida histórica com aqueles e aquelas que nos ensinaram as primeiras letras.



## REFERÊNCIAS

- ACHIAMÉ, Fernando.; NEVES, Reinaldo Santos. **Com vistas ao futuro – discursos: 1943-1954**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2002.
- ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. A resistência à ditadura: um movimento guerrilheiro se forma na Serra do Caparaó. In: EDITORA, G. (Ed.). **O Estado do Espírito Santo e a Ditadura**. Vitória: GM Editora, 2014.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro.; FERREIRA, Verônica Clemente. Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva . In: ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG. **Trabalho e Gênero: Mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: 34, 2000. p. 309 – 343.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares . In: JORGE FERREIRA E LUCÍLIA DE ALMEIDA NEVES DELGADO. **O Brasil Republicano: O tempo de ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das Ruas: Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- CARPI, Lúcia.; CAMPOS, Jéssica Moura. Polícia, Ciência e “Higiene Social”. In: SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA. **DOPS: a lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado, 1996. p. 28 – 31.
- CARVALHO, José Murilo de. O Rio de Janeiro e a República . **Revista Brasileira de História**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8/9, p. 117 – 138, Abril 1985. ISSN 0102.2188.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COLBARI, Antônia. **Rumos do Movimento Sindical no Espírito Santo** . Vitória: Edufes, Florecultura, 2003.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado 1981**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUTRA, E. de F.. **O ardil totalitário: imaginário político do Brasil nos anos 30**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Memórias silenciadas : catálogo seletivo dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo. DOPS/ES (1930-1985)**. Vitória: GM Editora / APEES, 2012.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 295 – 316, Dezembro 2013.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. A marcha da Vitória: a Marcha da Família com Deus pela Liberdade na capital do Espírito Santo. In: **O Estado do Espírito Santo e a Ditadura**. Vitória: GM Editora, 2014.

FAGUNDES, Pedro Ernesto.; ANGELO, Vitor Amorim de. Grandes Projetos, grandes esquecimentos: O Espírito Santo entre a modernização conservadora e a repressão política . In: **O Estado do Espírito Santo e a Ditadura**. Vitória: GM Editora, 2014.

FAGUNDES, Pedro Ernesto (organizador). Foi sempre assim: Modus Operandi da Polícia Política do Estado do Espírito Santo (1930-1985). In: **Arquivos da Repressão Política no Estado do Espírito Santo (1930-1985)**. Vitória: GM Editora, 2011. p. 11 – 34. Coleção Rumos da História.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo** . 2. ed. [S.l.]: Edusp, 2001.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. **Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FIGUEIREDO, Marcos.; CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FREIXO, Adriano de.; FREITAS, Jacqueline Ventapane. Introdução. In: **Tempo negro, temperatura sufocante: estado e sociedade o Brasil do AI-5**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Contraponto, 2008. p. 09 – 35. ISBN 978-85-7866-002-4.

HASSE, Geraldo. Faroeste Caboclo: Meus Colegas Lavradores. **Revista Século**, Vitória, n. n.º 06, Agosto 2000.

HESSMAN, Dayane Rúbila Lobo. **Ele, que amava tanto a ditadura: o “subversivo” sob o ponto de vista de um delegado durante o regime militar brasileiro (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado), Curitiba, 2008.

HORTON, Paul B.; HUNT, Chester L. **Sociologia**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1980.

JÚNIOR, Amarílio. F. de professores e as organizações de esquerda durante a ditadura militar transdisciplinar. In: ROSSO, S. D. (Ed.). **Associativismo e sindicalismo em educação - Organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011.

JÚNIOR, Amarílio. F.; BITTAR, Marisa. **A Ditadura Militar e a proletarização dos professores** . Campinas: [s.n.], 2006. Revista on line Educação e Sociedade, vol. 27, nº 97. Revista on line Educação e Sociedade, vol. 27, nº 97. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

- MAIA, Rui Leandro. **Dicionário de Sociologia**. [S.l.]: Porto Editora, 2002.
- MALVERDES, André.; FAGUNDES, Pedro Ernesto. O catálogo seletivo e o trabalho de digitalização. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Memórias silenciadas: catálogo seletivo dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela delegacia de ordem Política e social do Estado do Espírito Santo - DOPS/ES (1930-1985)**. Vitória: GM Editora/APEES, 2012. p. 64 – 67. ISBN 978-85-98928-09-8.
- MONLEVADE, João Antônio Cabral de. Pequenas geografia, história e economia da profissão docente no Brasil. In: ASSOCIADOS, A. (Ed.). **Professores: formação e profissão**. Campinas: NUPES, 1996. p. 137 – 158.
- MONTEIRO, Nelma Gomes. **O engajamento sindical da mulher-educadora**. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1993.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anti-comunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perpesctiva: FAPESP, 2002.
- MULLER, Angélica. No caminho à democracia: o processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes. **Dimensões – Revista de História da UFES**, Vitória, v. 32, p. 128 – 147, 2014.
- NOVAES, Isabel Cristina. **UPES - União dos Professores do Espírito Santo: sua história e sua dimensão educativa (1978-1990)**. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1992.
- OLIVEIRA, José Emílio. **O movimento messiânico no Espírito Santo: o Estado de União de Jeovah in UNITAS – Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões 2014**. Vitória: [s.n.], 2014. Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões. Disponível em: <<http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/unitas>>.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008. ISBN 978-85-98928-04-3.
- PECHMAN, Sergio.; FRITSCH, Lílian. A reforma Urbana e seu Averso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. **Revista Brasileira de História**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8/9, p. 139 – 195, Abril 1985. ISSN 0102.2188.
- PEREIRA, Márcia Guerra.; FIGUEIREDO, Míriam Beatriz Collares.; REZNIK, Luis. A reconstrução do acervo. In: SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA. **DOPS: a lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado, 1996. p. 22 – 28.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão**. São Paulo: Companhia das Letras. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- PRIORE, Mary. D.; VENÂNCIO, Renato. **O livro de ouro da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- REZNIK, Luís. **Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2004.

RODRIGUES, Georgete Medleg.; SILVA, Lúcia Margarida Alheiro. Os Arquivos da Repressão : o papel da revista Quadrilátero na divulgação desses acervos . **Dimensões – Revista de História da UFES**, n. 12, p. 179 – 193, 2001. ISSN 1517-2120. UUniversidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

ROSSI, Waldemar.; GERAB, William Jorge. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista**. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação: Trajetória, Limites e Perspectivas**. [S.l.]: Autores Associados, 1997.

SILVA, Benedicto.; NETTO, Antônio Garcia de Miranda. **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SILVA, Jaime Antunes da. A situação arquivística brasileira: subsídios para a implantação de uma Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas. In: ARQUIVO NACIONAL. **O Mundo dos Trabalhadores e seus arquivos**. Rio de Janeiro: Central Única dos Trabalhadores, 2009. p. 105 – 113.

SOARES, Geraldo Antonio. Os limites da ordem: respostas à ação da polícia em Vitória ao final do século XIX. **Topoi**, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 112-132., Vitória, v. 10, n. 19, p. 112 – 132, julho 2009.

SOARES, Renato Viana. **Retrato Escrito: a reconstrução da imagem das(os) professoras(es) através da mídia impressa (1945/1995)** . Vitória: ITB, 2005.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política - as mudanças de padrões na vida brasileira** . Rio de Janeiro: Artenova S.A., 1975. Trad. Italo Tronca do original americano: The military in politics.

TERRA, Sylvio. **A polícia e a defesa social** . Rio de Janeiro: Guarany, 1939.

VEIGA, Carolina.; MERLO, Patrícia M.S.. **Polícia Civil: a guardiã da ordem pública**. Vitória: Marca Memória e Comunicação Editorial, 2014.

VICENTINI, Paula Perin.; LUGLI, Rosário S. Genta. Associativismo docente no Brasil: configurações e estratégias de legitimação final do século 19 a década de 1970. In: ROSSO, S. D. (Ed.). **Associativismo e sindicalismo em educação - Organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011. p. 171 – 190.

VILLAÇA, Adilson. Memórias de um sargento de milícias: nascido para guerrear. **Revista Século**, Vitória, n. 19, 2001.

XAVIER, Marília. Antecedentes institucionais da Polícia Política. In: SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA. **DOPS: a lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado, 1996. p. 32 – 36.

Anexos

## OUTRAS FONTES PESQUISADAS

## JORNAIS E PERIÓDICOS

A Gazeta. Vitória, 16 de out. /1975

A Gazeta. Vitória, 03 de dez./1975

A Gazeta. Vitória, 21 de fev./ 1976

A Gazeta. Vitória ,3 de março./1977

Posição.Vitória, 16 de jun./1977

Posição. Vitória,14 de set./1977

A Gazeta. Vitória, 6 de nov./1977

A Tribuna. Vitória, 30 de nov./1977

A Tribuna. Vitória, 06 de dez./1977

A Gazeta. Vitória,15 de jan./ 1978

A Gazeta. Vitória. 05 de jul./ 1978

A Tribuna. Vitória. 05 de jul./ 1978

A Gazeta. Vitória. 06 de jul./ 1978

Jornal da Cidade. Vitória. 06 de jul./ 1978

A Tribuna. Vitória. 06 de jul./ 1978

O Diário. Vitória. 06 de jul./ 1978

Jornal da Cidade. Vitória. 07 de jul./ 1978

O Diário. Vitória. 07 de jul./ 1978

A Tribuna. Vitória. 07 de jul./ 1978

A Gazeta. Vitória. 07 de jul./ 1978

A Gazeta. Vitória. 08 de jul./ 1978

Jornal da Cidade. Vitória. 08 de jul./ 1978

A Tribuna. Vitória. 08 de jul./ 1978

A Gazeta. Vitória. 09 de jul./ 1978

A Tribuna. Vitória. 09 de jul./ 1978

Jornal da Cidade. Vitória. 09 de jul./ 1978

A Tribuna. Vitória. 11 de jul./ 1978  
A Gazeta. Vitória. 11 de jul./ 1978  
Jornal da Cidade. Vitória. 11 de jul./ 1978  
O Diário. Vitória. 12 de jul./ 1978  
A Tribuna. Vitória. 13 de jul./ 1978  
Jornal da Cidade. Vitória. 13 de jul./ 1978  
A Gazeta. Vitória. 14 de jul./ 1978  
A Tribuna. Vitória. 14 de jul./ 1978  
O Diário. Vitória. 14 de jul./ 1978  
O Diário. Vitória. 15 de jul./ 1978  
A Gazeta. Vitória. 15 de jul./ 1978  
Jet Set. Vitória. 16 de jul./ 1978  
Jornal da Cidade. Vitória. 18 de jul./ 1978  
A Tribuna. Vitória. 19 de jul./ 1978  
A Gazeta. Vitória. 19 de jul./ 1978  
A Gazeta. Vitória. 20 de jul./ 1978  
Revista Espírito Santo Agora. Vitória. agosto/ 1978  
A Posição. Vitória. 12 a 19 de maio/1979  
A Gazeta. Vitória. 27 de maio /1979  
A Posição. Vitória. set./ 1979.  
O Diário. Vitória. 8 de Nov./1979  
A Tribuna. Vitória. 28 de dez./1979  
A Tribuna. Vitória. 13 de março/ 1980  
O Diário. Vitória. 18 de jun./1980  
A Tribuna. Vitória. 20 de jun./1980  
A Tribuna. Vitória. 28 de out./1980  
A Gazeta. Vitória. 30 de dez./1980  
A Gazeta. Vitória. 03 de jan./1981  
A Gazeta. Vitória. 20 de dez. / 1981

## PESSOAS ENTREVISTADAS

Ana Maria da Silva Laiber  
Dulce Regina de Almeida Nunes  
Dulcinéia Rosa de Oliveira  
Edna Maria de Oliveira  
Irma Ambrosin Driusso  
Joaquim Silva  
Júlio Carlos de Oliveira  
Maria Alice Barreto Marques  
Maria Isabel Faria Ribeiro  
Maria José Ramos  
Marlene Caetano Sthingel  
Myrthes Bevilacqua Corradi  
Nair Gazzoli Braun  
Neusa Maria dos Santos  
Noêmia Fernandes Barbosa  
Paula Lacerda Nascimento  
Shirley Borges  
Solange Ravera  
Rute de Aquino Azevedo  
Telma da Penha Leal  
Vera Lúcia Batista Ferreira

## FUNDOS DOCUMENTAIS

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 14/ Movimento Grevista dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorrido no ano de 1981.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 15. Manifestações



dos Professores do Estado do Espírito Santo, ocorridas no ano de 1981: Ato Público de 1º de maio e eleições realizados pela União dos Professores do Espírito Santo( UPES).

## MEIOS ELETRÔNICOS

<http://ape.es.gov.br/dops> (acesso em 05 jan.2015)

Quadro de arranjos DOPS/APEES

[http://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/QUADRO\\_DE\\_ARRANJO\\_ABRIL\\_2015\\_VERSAO\\_PUBLICACAO.pdf](http://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/QUADRO_DE_ARRANJO_ABRIL_2015_VERSAO_PUBLICACAO.pdf) (acesso em 10 jun. 2015)